

A trajetória de um professor-colono

René E. Gertz

**A trajetória de um
professor-colono**



São Leopoldo
2020

© René E. Gertz – 2020

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Erny Mügge

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Allprint

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinos)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luís H. Dreher (UFJF)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

G384t Gertz, René E.

A trajetória de um professor-colono. / René E. Gertz – São Leopoldo:
Oikos, 2020.

264 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-86578-12-6

1. Biografia – Gertz, René E. 2. Docência – Relato. 3. Vida acadêmica.
4. Atuação profissional. I. Título.

CDU 929GERTZ

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

1. Para começar	7
2. Antecedentes familiares	11
A Colônia Guarani	11
As famílias Gertz e Ikert	15
3. Infância e adolescência	20
Machado	24
Igrejas em Machado	27
Escola primária	34
Cidadania em Machado	42
Negros em Machado	46
Ginásio e colégio	51
4. Vida acadêmica e atuação profissional.....	72
Estudo na UNISINOS	72
Estudo na UFRGS	86
Estudo na Universidade Livre de Berlim	95
Procura por emprego	103
Trabalho na UNIJUÍ	105
Trabalho na PUCRS	106
Colegas da PUCRS	112
Trabalho na UFRGS	125
Colegas da UFRGS	129
Em sala de aula	143
Orientador de trabalhos acadêmicos	150
Pesquisador	153
Administrador	165
Preservando acervos documentais	167
Um site pessoal	171

5. Cidadania	172
No quartel	173
A bancarrota da COOPAVE	186
Bolsa de produtividade do CNPq	189
Neonazismo e Ministério Público Federal – RS	195
Anexos	217
Anexo 1 – Elogio da diferença	218
Anexo 2 – Dissertações de mestrado e teses de doutorado orientadas ...	225
Anexo 3 – Carta à procuradora-chefe Fabíola Dörr Caloy	236
Anexo 4 – Despacho da procuradora-chefe Patrícia Nuñez Weber ...	241
Anexo 5 – Carta-aberta ao Subprocurador-Geral da República Hindemburgo Chateaubriand Filho	244

1. Para começar

Certamente não sou a única pessoa que recebeu incentivos de colegas para fazer ou deixar de fazer determinadas coisas, ao longo da vida. Ainda que certo dia uma estudante tivesse dito “René, essa história tu já contaste três vezes”, indicando que cheguei a ser irritante com a narração repetida de determinados episódios, há outros que foram bem recebidos por aqueles que os ouviram, propondo, inclusive, seu registro por escrito.

Neste sentido, Flávio Heinz incentivou-me a colocar no papel uma historinha que lhe contei sobre a inauguração do hospital na então ainda Linha Machado. Quando nasci, em 1949, o lugar pertencia ao município de Santa Rosa, localizado cerca de 45 quilômetros ao norte da sede municipal; por ocasião da inauguração do hospital, em 1958, fazia parte de Horizontina, passando a integrar o então recém-criado município de Tucunduva no ano seguinte, com sua elevação à categoria de “vila”, isto é, distrito. Em 1992, ao tornar-se município, antepuseram-lhe o qualificativo “novo” – Novo Machado. Por costume e por lealdade à tradição, gosto de ignorar o adjetivo apostado ao original.

Vamos à história da inauguração do hospital, que ocorreu em algum momento do ano de 1958. Sua construção foi iniciativa absolutamente exclusiva da “sociedade civil”, da “comunidade” local – sem qualquer intervenção ou ajuda de agentes estatais. Pessoas simples juntaram-se, fundaram a Sociedade Hospitalar Linha Machado Ltda. A liderança esteve com o moleiro Adolfo Krüger, pessoa com algumas posses a mais que a média dos cidadãos do lugar, mas gente como meu pai, Samuel Gertz, dono de 12,5 hectares de terra, que frequentara por apenas quatro anos a escola de um professor-colono, na Linha Laranjeira, hoje município de Ubiretama, que chegou a exercer a função de secretário.

Claro, havia exigências possivelmente estatais que eu, como criança, registrei com alguma curiosidade. Assim, cada sócio da sociedade hospitalar deveria fornecer o enxoval completo para uma cama. Com informações

sobre cor e tipo de pano, dimensões das diferentes peças, minha mãe pôs-se a confeccionar a cota dela, em sua máquina de costura. Estranhei a exigência de que a fronha e a capa de cobertor não tivessem botões, como era lá em casa, mas sim fitas, para amarrar. A mãe explicou que essa roupa de cama não seria lavada à mão – como ela fazia com a nossa –, mas sim numa grande máquina de lavar, e botões quebrariam.

Como tudo relacionado à construção do hospital, também a festa de inauguração movimentou a quase totalidade da comunidade. Durante a semana que antecedeu a festa, no “recreio”, na “pausa” da escola, íamos ver os preparativos, a churrasqueira, os estandes para vender comidas, bebidas, rifas, os balcões de tiro ao alvo.

Para um menino de nove anos que não morava no “povoado”, e sim a dois quilômetros e meio de distância, na roça, despertava a maior curiosidade quando os adultos falavam de uma novidade que Machado experimentaria, pela primeira vez, naquela festa – “cachorro-quente”. Lá estava o estande em que seria oferecida essa novidade, e na véspera “seu” Sigismundo Hitz, dono do posto de gasolina e de uma oficina mecânica, trouxe a “aparelhagem” para prepará-la, um tambor metálico de combustível cortado longitudinalmente ao meio, com uma grelha em cima de cada uma das metades. O leitor de hoje, claro, imagina que qualquer criança conhece essas pequenas churrasqueiras de metal. Mas isso não acontecia em Machado. Lá a forma usual de fazer churrasco era em valas escavadas no chão, rodeadas de paredes feitas com troncos de bananeira, para proteger os assadores do calor. Só excepcionalmente se faziam churrasqueiras de tijolos.

Não lembro se meu pai ou minha mãe me deram dinheiro ou se foram comigo comprar o tal de “cachorro-quente”, fato é que se ganhava um pãozinho de farinha pura de trigo, feita nos moinhos de Adolfo Krüger ou de Carlos Stein, um pedaço não de salsicha mas de linguiça muito fina, provavelmente fabricada pelos açougueiros Max Mantey e Evaldo Sorge, e como condimento um pouquinho de mostarda, muito forte, fabricada por minha mãe, a partir de sementes por ela cultivadas. Foi pela primeira vez em minha vida que ouvi falar de “cachorro-quente”, e a comer um. E ele esteve tão bom, tão marcante para mim, que, até hoje, passados mais de 60 anos, salivo sempre que relembro a cena.

Além da emoção de conhecer “cachorro-quente”, aconteceu um fato político marcante naquele dia. Leonel Brizola estava em campanha eleitoral a governador do Rio Grande do Sul, para as eleições de 3 de outubro do citado ano. Não sei por iniciativa de quem, mas programou-se uma passagem dele por Machado, no dia da inauguração do hospital. O ferreiro Adolfo Eitel preparou uma “jardineira” especial para a ocasião.

Em Machado, chamavam-se “jardineiras” ou “carroças de molas” (*Federwagen*) veículos destinados não para transportar produtos, mas pessoas em passeio. Para proteger os passeantes do sol ou da chuva, e dar algum conforto, tinham toldos e bancos estofados. O ferreiro, porém, não colocara o toldo, e um banco apenas na parte da frente, para os condutores dos cavalos – a parte de trás ficara sem nada, só com uma “cerca” metálica rodeando a caixa. Tudo estava novinho em folha, a tinta ainda cheirando, e brilhosa.

Esta “carruagem” foi até a entrada do povoado esperar a comitiva de Brizola, que veio até ali em automóveis. Embarcaram o candidato a governador e seu “aliado”, Guido Mondin, que concorria a senador, na parte de trás da “jardineira”, para desfilar, de pé, até o hospital. Chegando ao local da festa, o coro de trombones da igreja batista, com seus instrumentos reluzentes ao sol, começou a tocar. Os cavalos se assustaram, e passaram a dar pinotes. Brizola e Mondin jogaram-se ao chão. Várias pessoas correram para segurar os cavalos, e a situação foi controlada.

Certa frustração com a visita de Brizola decorreu do fato de que – pela sua importância – foi convidado a cortar a fita simbólica de inauguração do hospital. Correram boatos de que o presidente da Sociedade Hospitalar, Adolfo Krüger, havia preparado Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) pela honra de cortar a fita, mas como ela fora concedida a Brizola, este só havia contribuído com Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

Naquilo que segue, serão relatados episódios desse tipo, apresentados fatos e feitos comentários sobre situações de minha vida. Não há aqui qualquer tentativa ou pretensão de escrever uma autobiografia ou “memórias”. Em princípio, os tópicos seguirão uma ordem cronológica, ainda que ela, em alguns momentos, possa vir a ser quebrada. Não haverá qualquer preocupação em apresentar um relato linear, uma sequência narrativa,

mesmo que isso possa acontecer, por acaso. A escrita não seguiu nenhum planejamento prévio, fato que pode levar o leitor a detectar repetições ou a ter a sensação de que determinados episódios teriam estado mais bem localizados em outro lugar.

Não houve nenhum esforço para apresentar uma narrativa coerente. Claro, houve uma seleção de aspectos a serem apresentados; propositalmente, são escassos os episódios de caráter estritamente pessoal, privilegiando-se, antes, aspectos de minha trajetória intelectual-profissional. Incluí apenas alguns dados sobre a constelação familiar em que me insiro. Fiz isso, porque encontrei algo semelhante em intelectuais do calibre de um Jean-Paul Sartre – recordo que em *As palavras* há uma passagem em que fala de seus primos, e quando chega em Albert Schweitzer diz que sobre este não precisava falar, porque era conhecido de todos.

Lamentei, muitas vezes, frente aos meus alunos, a escassez de relatos memorialísticos por parte de intelectuais gaúchos, dificultando a compreensão de suas opiniões ou de seus atos, a detecção de afinidades e/ou distanciamentos, de influências positivas ou negativas, de linhas ou de constelações de pensamento. Aqui não se relata nada de espetacular, apenas a trajetória simples, banal, sem sobressaltos nem ousadias, de um colono nascido e criado em Machado.

Alguns anos atrás, o mais conhecido colono de Catuípe, José Hildebrando Dacanal¹, havia comprado um gravador, a fim de colher depoimentos dos “últimos colonos” do planeta. Aparentemente, este projeto gorou. Não lembro mais de todos os nomes que constavam em sua lista, mas recordo dos primos Telmo e Walter Frantz, além do meu. De minha parte, este documento pretende ser uma pequena contribuição no sentido imaginado por ele.

¹ DACANAL, José Hildebrando. Vitória e derrota do mundo imigrante. In: MAESTRI, Mário (Coord.). *Nós, os italo-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996, p. 40-44.

2. Antecedentes familiares

A Colônia Guarani

Em uma de minhas aulas, na universidade, uma estudante negra verbalizou uma vivência negativamente marcante para ela. Nasceu e se criou em Caxias do Sul, onde frequentou a escola primária. Em algum momento, a professora tratou do tema família, e pediu que as crianças montassem sua árvore genealógica. Segundo ela, alguns gringinhos² trouxeram os nomes dos antepassados até muitas gerações, abarcando séculos. Ela própria não conseguiu trazer mais que os nomes dos pais e dos avós. Sentiu-se frustrada com sua “árvore” tão pequena, diante das “árvores” gigantes de alguns coleguinhas.

O sentimento de frustração era compreensível. Comentei que a professora tinha sido pouco hábil – com jeito, poderia ter abordado uma série de efeitos que a presença involuntária de africanos trouxe para a parte da população brasileira que deles descende, incluindo aspectos como a tradição ágrafa, bem como a troca forçada de nomes e de práticas religiosas, por exemplo.

Mesmo não tendo nada a ver com a África, também eu não tenho nenhuma informação sobre meus antepassados que, pelo lado paterno, vá além dos meus avós, Ludwig e Natália Gertz³; enquanto pelo lado materno chego aos bisavós Gustav e Caroline Ikert.⁴ Muito mais importante que nomes e dados sobre os antepassados em si, sempre foi, para mim, sua origem geográfica e o lugar em que se estabeleceram após a chegada ao Brasil. Neste sentido, me considero neto da Volínia, na Ucrânia, e filho da Colônia Guarani, no extremo noroeste do Rio Grande do Sul.

² Ela não utilizou esta palavra, a expressão é minha.

³ Somente através da leitura do necrológio de meu avô Gertz, publicado pela *Brasil-Post* (SP), em 1961, fiquei sabendo que meus bisavós se chamavam Christian e Auguste Gertz. Minha irmã deu o nome do tataravô ao filho dela.

⁴ Aqui em casa, existe uma lanterna com lamparina de querosene (*Funsel*) que meu bisavô Gustav Ikert trouxe da Ucrânia, e levou de presente para minha mãe, na véspera de seu falecimento.

Logo após a implantação da República no Brasil, foram criadas duas colônias muito importantes, com características especiais, no quadro da assim chamada colonização, no Rio Grande do Sul: Ijuí e Guarani, ambas na região recém-indicada. Ijuí é, hoje, município conhecido, mas a outra colônia não deve ser confundida com o atual município de Guarani das Missões. Ainda que faça parte da área, a colônia original era muito mais abrangente, abarcando um território que, grosso modo, vai até Santa Rosa, incluindo os atuais municípios de Senador Salgado Filho, Ubiretama, Cândido Godói. Santa Rosa pode ser vista como a concentração urbana que resume a antiga Colônia Guarani.

Aquilo que caracteriza as duas colônias, ao contrário da maioria das anteriores, é sua diversidade étnico-nacional e religiosa. Simbolicamente, esta situação pode ser ilustrada pelo fato de que na praça central de Ijuí estão localizadas, em simetria perfeita, frente a frente, uma igreja católica, de um lado, e uma igreja luterana, de outro lado. Em Santa Rosa, a situação é ainda mais marcante: sem qualquer igreja ao redor da praça central, mas uma infinidade delas espalhadas pela cidade, sem que qualquer uma exercesse hegemonia numérica ou doutrinária, incluindo uma das poucas – talvez a única – igreja ortodoxa russa, no interior gaúcho. O professor Ernildo Stein, nascido e criado em Cândido Godói, certo dia, comentou que conhece uma encruzilhada, na região, na qual existe uma igreja diferente em cada um dos quadrantes, num total de quatro, portanto.

Para a Colônia Guarani vieram colonizadores de muitas partes do próprio Rio Grande do Sul, mas também dos mais diferentes países da Europa. Meu povo Gertz veio da Ucrânia, então (1909) sob domínio russo, de forma que imigraram como cidadãos russos.⁵ Esta população vinda de uma região chamada Volínia havia vivenciado considerável diversidade cultural em seu país de origem. Para ilustrar, entre as mulheres, estava muito difundido o uso de um lenço de cabeça denominado *Tichel*, uma palavra iídiche, denotando influência judaica; todos os meus quatro avós diziam dominar perfeitamente os idiomas alemão, polonês e russo (onde o russo, possivelmente, tenha sido o ucraniano).

⁵ Os antepassados maternos Ikert só vieram em 1913.

Como Guarani também recebeu pessoas de fala polonesa e russa, meus avôs e minhas avós, por exemplo, falavam em polonês ao conversar com o vizinho ou a vizinha de um lado, e russo ao conversar com os de outro lado.⁶ Meus avôs eram alfabetizados, mas como as avós eram analfabetas, sempre insisti com minhas filhas, quando pequenas, que deveriam dominar, no mínimo, quatro línguas, já que, ao contrário das bisavós, estavam recebendo uma boa escolarização. Felizmente, ambas atenderam à recomendação.

Em 24 de julho de 2004, publiquei no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, um texto chamado “Elogio da diferença”, no qual trato da diversidade que caracteriza a região de Santa Rosa, e, numa brincadeira séria, sugeri que a Capital do Rio Grande do Sul fosse transferida para lá, lembrando, entre outras coisas, que ali seria possível garantir a definitiva separação entre os poderes temporal e espiritual, já que na praça central ficariam apenas os três poderes temporais (executivo, legislativo e judiciário), sem *qualquer* igreja, até porque não seria possível definir qual das diferentes confissões teria esse privilégio, pois não haveria como definir uma delas como majoritária. Em contrapartida, um direito humano fundamental, a liberdade de crença e de consciência, seria amplamente garantido – a prova está, justamente, na grande quantidade das mais diversas igrejas espalhadas pela cidade, desde seus primórdios.⁷

Num artigo publicado em 2006, voltei ao tema, desta vez motivado por uma fofoca que, na época, comentei com o então meu aluno Mateus Lovato, santa-rosense, que fora colega de colégio da moça envolvida no episódio. Tratava-se de uma modelo que havia feito uma declaração considerada escandalosa a uma revista do Rio de Janeiro ou de São Paulo, contando que adorava praticar seu esporte preferido em meio às enormes plantações de soja que circundam sua cidade-natal. A apresentadora de televisão Luciana Gimenez, ao entrevistá-la, perguntou se ela, depois dessa de-

⁶ Quando queriam falar sobre alguma coisa que a gurizada não deveria ouvir ou entender, conversavam, dentro de casa mesmo, em russo ou polonês. Minha mãe relatou este fato em muitas oportunidades, e eu mesmo o vivenciei.

⁷ O texto está reproduzido no Anexo 1.

claração, ainda poderia pensar em voltar para Santa Rosa, pois, com certeza, o padre local mobilizaria toda a comunidade para recebê-la com a mais brutal hostilidade. A resposta da moça foi uma sonora gargalhada.⁸

É óbvio que entrevistadora e entrevistada não tinham qualquer consciência sobre a realidade religiosa da região. Mas, ao contrário da entrevistadora, que não conseguia imaginar outra coisa que uma cidade “típica” do interior do Brasil, onde o padre ainda pode exercer poder considerável, a modelo sabia, de vivência, que em Santa Rosa ele é apenas um entre uma dúzia ou mais de pastores das mais diferentes confissões religiosas, sem qualquer possibilidade de mobilizar o conjunto da população local, ou mesmo apenas setores significativos.

Sempre considerei – e continuo considerando – a diversidade étnica, religiosa, cultural, linguística irradiada da Colônia Guarani como a característica mais marcante da região de Santa Rosa. Historicamente, por lá, ninguém estranhava a citação de sobrenomes das mais diferentes origens nacionais. Todo mundo sabia pronunciá-los, sem sotaque – quando era criança, quem recolhia o leite lá em Machado, para levá-lo a Santa Rosa, era uma pessoa de nome Kopatschek, e ninguém tinha dificuldade em pronunciar esse sobrenome nem estava interessado em sua origem étnica ou nacional. Todo mundo conhecia pessoas pertencentes a, no mínimo, três, quatro confissões religiosas diferentes, e sabia que eram muito “normais”, apesar de, eventualmente, possuírem um sobrenome alemão e de serem luteranas; muitos falavam mais de uma língua; duas comidas que minhas avós preparavam com especial carinho, quando queriam fazer algo especial, eram Borschtsch⁹ e Pirogen¹⁰, o primeiro considerado comida típica de judeus, os segundos típicos de russos e poloneses.

⁸ GERTZ, René E. Como é possível continuar escrevendo história política? *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, v. 13, n. 23/24, p. 105-131, 2006.

⁹ Pesquisei, e é assim que se escreve esta palavra.

¹⁰ Tendo também estudado esta palavra e seu significado, constato que os pirogues feitos por minhas avós e por minha mãe eram os russos, fechadinhos, arredondados em um dos lados, como um pastel, com a borda retorcida, para grudar a massa. Eram comidos de duas formas: só cozidos ou então, primeiro, cozidos, depois, tostados, numa frigideira. Em ambos os casos, nós crianças adorávamos comê-los com sagu de frutas – a combinação do gosto um pouco ácido dos pirogues com a sobremesa doce era uma glória! Pirogues não sei fazer, mas sagu de frutas é minha grande especialidade.

Este pluralismo, este ecumenismo étnico, linguístico, nacional, racial, religioso, foram, inconscientemente, difundidos pela região, à medida que os moradores originais e seus descendentes iam ocupando espaços que ultrapassavam a colônia. É claro que, mais recentemente, tudo isso está sofrendo algum tipo de dissolução, de regressão, ao menos em alguns de seus elementos e em estado puro. Estabelecendo uma analogia com a “ética protestante e o espírito do capitalismo” de Max Weber, a primeira está desaparecendo, no mínimo, regredindo, ainda que o segundo continue firme.

Neste sentido, tive uma experiência que chamou minha atenção, não muito tempo atrás. Estava em Santa Rosa, e entrei numa relojoaria para pedir informações sobre a localização de um lugar que eu procurava, na cidade; a moça me deu como ponto de referência o muito conhecido Moinho Schadeck. Acontece que, durante muitas décadas, esse nome vinha sendo pronunciado, por todos os cidadãos do município e arredores, como Schádeck – o santa-rosense Mateus Lovato, quando foi meu aluno, uns 15 anos atrás, também pronunciava assim –, a moça, no entanto, disse Schadéqui.

As famílias Gertz e Ikert

Quanto aos antepassados pelo lado paterno, Ludwig Gertz tivera oito filhos com uma primeira esposa (Luise Gust), lá na Volínia. Quando ela morreu, casou com uma irmã da falecida, tia de seus filhos, e veio embora para o Brasil. Aqui, teve mais oito filhos com esta segunda esposa. Do primeiro casamento, sobreviveram e chegaram ao Brasil apenas três homens, do segundo, atingiram idade adulta dois homens e cinco mulheres, de forma que os filhos e as filhas de Ludwig Gertz que se reproduziram no Brasil foram dez.

Segundo meu avô, toda a família Gertz abandonou a Volínia, mas para o Brasil só vieram ele e dois primos (Frederico e Carlos), todos filhos de pais diferentes. Os três se estabeleceram na região de Santa Rosa. Os demais parentes teriam ido para a “América do Norte”, mas nunca manteve qualquer contato com eles.¹¹

¹¹ O conhecido antropólogo Clifford Geertz pode ter sido meu primo.

Em 2017, minhas primas promoveram o primeiro encontro dos descendentes de Ludwig Gertz, e chegaram a registrar quase 500 deles, em menos de 110 anos. Dos filhos da primeira esposa, o mais velho, Eduardo, abriu casa de negócios em Giruazinho, o segundo, Emílio, tornou-se colono na Linha 15 de Novembro, permanecendo ambos, portanto, no âmbito da Colônia Guarani, mas Frederico (não confundir com o primo homônimo de meu avô) não se dava bem com sua madrasta e tia, minha avó Natália, pediu ao avô um cavalo e um pouco de dinheiro, e desapareceu. Isso deve ter acontecido na década de 1920. Só mais de 30 anos depois, tio Emílio o localizou, no oeste do Paraná. Mas ele nunca mais voltou ao Rio Grande do Sul. Visitou uma filha e um filho de tio Emílio, estabelecidos lá na região, mas ficou apenas pouco tempo na casa da prima Érica, porque ela morava na cidade (Nova Santa Rosa), e ele considerou o ambiente muito chique para se sentir à vontade; preferiu ficar na casa do primo Vili, que era colono, e morava na roça.

Dos filhos e das filhas do segundo casamento, os quatro mais jovens (tia Martha, tia Anna, tia Elvira e tio Alfredo) constituíram família e permaneceram por toda a vida na região em que haviam nascido, na antiga Colônia Guarani. Os três mais velhos abandonaram a região: tia Emma casou e foi morar em Alecrim, próximo a Santo Cristo, tia Hulda foi morar, por algum tempo, em Machado, com seu marido, mas depois se transferiram para a província de Misiones, Argentina, onde ficaram pelo restante da vida. Meu pai, Samuel, resolveu estabelecer-se, ainda solteiro, em Machado, onde conseguiu adquirir um lote de 12,5 hectares de terra. Ali encontrou minha mãe, Alma Ikert.

Os bisavós do lado materno, Gustav e Caroline Ikert, devem ter ficado por cerca de 20 anos na Colônia Guarani, mas na década de 1930 transferiram-se para Machado. Não tenho conhecimento do total de filhos que tiveram, mas nove deles se tornaram adultos. Rodolfo, Reinhold, Fernando, Alberto, meu avô Benjamin e a irmã Wanda se estabeleceram em Machado, Herbert foi morar em Alecrim, Rosália foi para Misiones (Argentina) e Johanna para Maurício Cardoso.

De meu avô materno Benjamin se dizia que levava uma vida razoável na Boa Vista (Guarani), cultivando um pedaço de terra e administrando

um moinho, cujo canal para “puxar” água para a roda-d’água havia aberto com explosivos fabricados por ele mesmo. Em 1936, porém, minha mãe estava completando 18 anos, e logo a seguir vieram dois rapazes, para os quais não havia perspectiva de adquirir terra na Colônia Guarani, motivo pelo qual avô Benjamin resolveu levantar acampamento, em direção a Machado.

Para dar uma ideia do investimento que representava a simples transferência de moradia, naquele tempo, cabe referir a história muitas vezes relatada por minha mãe. Para transportar objetos caseiros e a própria família, avô Benjamin alugou um caminhão, mas cavalos e gado vacum foram transferidos a pé por minha mãe – com 18 anos recém-completados – e pelos tios Adolfo e Helmuth, então ainda menores de 18 anos. Os cerca de 70 km da Boa Vista até Machado foram percorridos ao longo de três dias.

Avô Benjamin e avó Emília tiveram onze filhos e filhas que atingiram a idade adulta.¹² A maioria deles estabeleceu-se como colonos em Machado. As exceções foram: tio Helmuth, que casou e foi para a cidade de Oberá, Misiones (Argentina), onde abriu um hotel (Hotel Internacional), que existe até hoje, agora administrado pela prima Esther. Era considerado o tio rico; tio Adolfo foi colono em Machado, mas, num determinado momento já adiantado da vida, resolveu mudar-se também para Misiones, onde abriu oficina mecânica; tia Ilga casou e foi morar no oeste do Paraná, como colona; tio Alfredo foi colono por algum tempo, em Machado, depois resolveu tentar melhorar de vida, e adquiriu uma serraria em Santo Cristo, mas o empreendimento não prosperou. Mudou-se para Horizontina, onde tentou sobreviver criando galinhas; ficou doente, tio Helmuth veio buscá-lo para interná-lo num hospital de Posadas, onde faleceu relativamente jovem.

Pelo fato de todos os envolvidos estarem mortos e pela provável prescrição jurídica do acontecido (datado de 1955/56), faço um breve registro

¹² Não conheci avô Benjamin, pois ele pisou num espinho ou algo parecido durante uma pescaria, contraiu tétano, e faleceu em 1946, três anos antes de eu nascer. Tios Albino, Willy, Edmundo e tia Ilga ainda eram relativamente pequenos (entre 10 e 2 anos), tia Selma tinha 13, mas avó Emília conseguiu dar conta de tudo.

do caso da tia Della (pronunciava-se com “e” longo). Casou com uma pessoa com quem teve um filho; durante uma caçada, o marido, porém, foi atingido, acidentalmente, por um tiro de espingarda, e morreu. Foi morar com avó Emília, mas era proprietária de um lote de terra, que ela e os irmãos cultivavam. De repente, achou-se um pretendente, que era de Tuparendi. Casaram, tiveram uma filha, mas o novo marido, suposta ou efetivamente, a maltratava muito. Em determinado dia, ela tomou arsênico, e morreu. O filho Erhart, do primeiro casamento, já vivia mais na casa de avó Emília que na casa da mãe, e ficou por lá; a filha Úrsula foi legalmente adotada por tio Adolfo – minha mãe estava grávida de minha irmã Iria, motivo pelo qual não ganhei uma irmã adotiva.

O segundo marido desapareceu, tendo circulado rumores de que tinha fugido para a Argentina, com medo de ser morto por meus tios. Falta resolver a situação da terra de que tia Della e seu segundo marido haviam sido proprietários. Os irmãos mais novos de minha mãe acharam uma solução para o problema. Encaminharam o inventário, com toda a documentação para transferir e legalizar a propriedade do lote de terra; em relação à metade que cabia aos dois herdeiros (menores) fizeram um depósito no Banco do Brasil, algo como uma caderneta de poupança; minha mãe protestou, pois seus sobrinhos órfãos estavam sendo “roubados”, mas foi “voto vencido”; quanto à metade que era do viúvo – naquele tempo ninguém, ao menos lá em Machado, tinha carteira ou qualquer outro documento de identidade, a não ser os estrangeiros não naturalizados, como avó Emília, que possuía uma carteira “modelo 19” –, no dia da assinatura da escritura que legalizaria a terra para o nome de um novo proprietário, o marido de uma de minhas tias vestiu camisa preta de luto, e foi lá como suposto viúvo de tia Della. Os responsáveis pelo cartório o “reconheceram” como titular da metade do lote de terras, ele assinou como vendedor, e a propriedade da terra estava “legalizada” para um dos irmãos de minha mãe.

Úrsula foi criada por tio Adolfo, e não enfrentou problemas materiais. Infelizmente, na adolescência foi constatado que apresentava um problema cardíaco congênito, talvez decorrente das condições da gravidez da mãe; quando tio Adolfo se mudou para a Argentina, levou-a algumas vezes para

tratamento em Buenos Aires; mais tarde, casou, mas não teve filhos. Faleceu em torno dos 45 anos de idade.

Erhart ficou morando com a avó e os tios até a idade adulta; não sei que aconteceu com sua “poupança” no Banco do Brasil, em todo caso, não teve como comprar terra; casou-se, mas não teve sorte, a esposa não contribuiu para melhorarem de vida; creio que em 1970 ou 1971 encontrei-o pela última vez na casa de meus pais. Depois, também se mudou para a Argentina, e desde então só tenho notícias muito esporádicas e fragmentadas a seu respeito.

3. Infância e adolescência

Quando meu pai chegou a Machado, em torno de 1940, adquiriu um lote de terra vizinho a um tio de minha mãe, Alberto. Este detalhe fez com que os dois se conhecessem, e viessem a casar, em fevereiro de 1942. Em 1943, nasceu uma menina, em 1947, um menino, ambos, porém, faleceram de imediato. Em 1949, eu nasci, e sete anos depois, em 1956, nasceu minha irmã Iria. Durante minha infância e pré-adolescência passadas em Machado, abrangendo o período de fevereiro de 1949 a fevereiro de 1962, não aconteceram episódios espetaculares, apenas as banalidades de uma vida muito simples. Mas como, de repente, aquilo que para mim foi absolutamente corriqueiro possa interessar a outras pessoas, vou referir alguns aspectos desta fase da vida, registrados pela minha própria memória, com alguns detalhes, eventualmente, relatados pelos pais.

Como não havia irmãos mais velhos nem parentes para cuidar de mim, e meus pais precisavam trabalhar na roça, não havia outra alternativa que levar-me junto. Provavelmente, quando bem pequeno minha mãe me acomodasse na carroça ou num “berço” improvisado no chão mesmo, mas minha mãe contou inúmeras vezes que, quando já caminhava, levava um barbante, amarrava uma ponta no pescoço do Tigrinho e a outra no meu braço, e o cachorrinho passeava comigo a manhã inteira entre a plantação. Nunca aconteceu qualquer problema. Tigrinho, provavelmente, contornava situações de perigo, evitando, por exemplo, aproximar-se de cobras, aranhas, formigas. Por causa dessa intimidade com Tigrinho, pode-se imaginar quanto chorei, quando ficou doente, uma doença que causava sangramento na ponta da orelha; a mãe fez de tudo, até benzedeira procurou, mas ele morreu.

Ao contrário de minha personalidade de adulto, caracterizada por uma proverbial e constrangedora timidez, era muito “metido”, enquanto criança. Quando íamos à igreja, não procurava meninos ou meninas de minha idade para brincar; ia à roda de jovens, para conversar com gente

grande. Gostava de dar informações precisas para as pessoas. Como minha mãe, ainda solteira, havia trabalhado alguns meses para os Krüger, enquanto estavam construindo um moinho, toda vez que íamos lá descascar arroz ou comprar farinha, eles nos convidavam para entrar na residência, ou ao menos vinham conversar com a mãe. Certo dia, “seu” Krüger perguntou por que o pai não tinha vindo, e eu teria respondido, de forma incisiva, que ele precisava construir um poteiro com postes de guajuvira e angico.

Essa minha desinibição fez com que, pelos quatro ou cinco anos, fosse convidado a participar de uma encenação de natal. A noite de natal era uma tradição muito forte na nossa igreja, para a qual crianças e jovens ensaiavam durante dois meses. As crianças cantavam e recitavam versos alusivos, enquanto o grupo de jovens encenava a história de Maria, José e o menino Jesus. O menino Jesus era representado por uma boneca, mas na encenação daquele ano havia uma criança que não era Jesus, e que desempenhava um papel na “trama”. Os responsáveis falaram com meus pais, que aceitaram o convite; iam comigo aos ensaios, e, segundo minha mãe, mesmo diante do receio de que, frente a uma multidão, na noite de natal, eu poderia ficar inibido e dar vexame, teria desempenhado muito bem meu papel.

Tenho pensado muitas vezes sobre que aconteceria hoje com meus pais, e com muitos outros pais de Machado, da época, diante da “exploração” do trabalho infantil que praticavam. Quando eu tinha cinco ou seis anos, recebi a primeira tarefa rotineira, a ser executada todos os finais de tarde: ir ao paiol para buscar quatro palhas de milho, para fazer fogo no fogão a lenha. Como não sabia contar, me ensinaram a espalmar a mão no chão, e colocar uma palha na frente de cada dedo que apontava para frente – dava quatro. Um pouco mais adiante, a tarefa aumentou, juntar gravetos, no pátio. Com oito anos, o pai comprou uma enxada menor que aquela que a mãe e ele usavam, colocou um cabinho curto, e eu deveria cuidar do inço ao redor da casa.

Mas um fato que, com certeza, teria levado meu pai à cadeia, caso, naquela época, existisse conselho tutelar com a “cabeça” dos conselheiros de hoje, acontecia no inverno. Em noites muito frias, numa situação em

que não havia bolsa de água quente, o pai fazia um quentão de cachaça. Colocava água com um pedaço de canela e alguns cravos, mais açúcar, numa caneca, para ferver, no final adicionava uma dose de cachaça. Era para ele e a mãe, mas também colocava um pouquinho num daqueles copinhos de beber cachaça, e dava para nós. Nem minha irmã nem eu somos alcoólatras ou retardados mentais. Imagino que também nunca tenhamos experimentado qualquer ansiedade de experimentar a bebida que estava proibida para crianças.

Nosso cotidiano se caracterizava pela maior simplicidade possível. Lembro de Leonel Brizola, certa feita, falar de “pobreza digna”. Gravei essa expressão em minha memória, pois ela também é aplicável à minha biografia. Nunca conheci a fartura, tudo era muito “racionado”, mas não passamos fome, pois como camponeses produzíamos a comida básica (feijão, arroz, mandioca, batatas), tínhamos carne de galinha e ovos; atribuo os problemas que tive com meus dentes à pouca atenção dada à higiene bucal, mas também ao fato de que até os nove anos me negava a tomar leite. Minha mãe, várias vezes, relatou este fato, e eu registro na minha memória a cena em que ela “quebrava” bolachas numa tigelinha, derramava leite em cima, e me dava, mas tão logo eu tinha “pescado”, com uma colher, os pedacinhos de bolacha, chamava o Tchitchi e o Tchili, gatos, e lhes dava o leite.

Minha memória registra com muita clareza e precisão vários pequenos, mas para mim marcantes, episódios da vida. E um deles é a cena do dia em que comecei a tomar leite. Eu tinha nove anos, e já tirava leite das vacas, quando a mãe não estava ou chegaria tarde; neste dia, entrei em casa com o leite ordenhado, e o coei; quando senti o cheiro, achei que poderia ser bom. Busquei uma xícara, provei um pouco, e gostei. A partir deste dia, passei a tomar leite.

O problema da comida estava, muitas vezes, na pressa com que a mãe era obrigada a prepará-la. Ela vinha da roça, pelas onze horas e meia da manhã, descascava, rapidamente, uma ou duas raízes de mandioca (ao contrário de gente “fina”, nós não conhecíamos “aipim”, só “mandioca”), colocava um pouco de sal na água em que a cozinhava, fazia arroz e algum tipo de molho, uma salada, e pronto. Quando já era um pouco maior, pega-

va a mandioca que tinha sobrado ao meio-dia e a fritava, à noite, adicionando torresmo ou algo parecido, para incrementar o gosto.

Claro, havia também comida simples, mas muito gostosa, à cuja lembrança salivo até hoje, como no caso do cachorro-quente: nada melhor que voltar meio faminto da escola, ao final da tarde, ir à cozinha, cortar uma fatia de pão, passar uma grossa camada de melado, pegar, num grande pote de cerâmica, um enorme pepino em conserva, dar uma mordida, de forma alternada, num e noutro!

Um hábito alimentar que adquiri e que me caracteriza até hoje é o consumo intenso de salada. Meus pais contavam que esta era uma tradição da família da mãe, que na família do pai a salada era menos consumida. Nos primeiros tempos após o casamento, o pai teria se queixado, sistematicamente, de azia. A mãe teria insistido no consumo de salada, e ele teria deixado de sentir o incômodo. Assim, aprendi que comer salada é bom. Continuo consumindo-a em grandes quantidades.

Esses hábitos adquiridos na infância constituem fenômeno interessante. Tínhamos um vizinho que dizia que, independente da temperatura, sempre que se deitava deveria cobrir a barriga. Até hoje, não consigo dormir, mesmo nos dias mais quentes, sem “puxar” uma ponta de pano para cobrir minha barriga.

Se a comida era simples, ainda que não faltasse, a simplicidade se repetia na forma de vestir. À exceção de uma fatiota de meu pai, de um vestido “domingueiro” de minha mãe, feitos por alfaiate e costureira, toda a nossa roupa era costurada por ela, a mãe. Mesmo que tivesse feito um curso de corte e costura com uma senhora chamada Holdine, em Cruzeiro, bairro de Santa Rosa, creio que quando ainda morava na Boa Vista, os feitiços eram muito simples, e todo mundo enxergava que não usávamos roupa “comprada”.

Sapatos eram caros, motivo pelo qual só conheci “sapatos de tiras”, *Riemenschuhe*, isto é, sandálias, até os onze anos. Quando, finalmente, ganhei um sapato “fechado”, ele deve ter sido de péssima qualidade, pois no primeiro domingo em que o coloquei, fui bater bola com uns meninos. Ao chegar em casa, vi que a ponta do pé direito estava toda descascada. Fui chorar minha mágoa para a mãe, pedindo que comprasse tinta preta para

esconder aquele machucado de meu calçado novo. Ela disse que não havia dinheiro para gastar com tinta. Falei em graxa de sapato, ela deu a mesma resposta. No outro dia, me deu um pouco de sebo (gordura de gado), disse que eu fosse no forno de assar pão e recolhesse fuligem para misturar com o sebo, para “fabricar” graxa de sapato, e tentar esconder a mancha; ajudou um pouco, mas não consegui esconder de todo o estrago.

Machado

Machado, ao menos a “sede”, nas suas origens, foi uma evidente filial, uma ramificação da Colônia Guarani, com a mesma diversidade étnico-nacional e religiosa. Quem der uma olhada nas duas publicações feitas pouco tempo após a elevação a município, graças ao esforço de várias pessoas, coordenadas pelas professoras Cleci Maria Scheid e Gretel Priebe (esta, minha colega na quinta série, em 1961), terá uma clara impressão da diversidade, pela simples observação dos sobrenomes, da variedade das comunidades religiosas.¹³

Havia muita gente de sobrenome polonês, ainda que a maior parte não cultivasse sua “polonidade”, antes se comportasse, tendencialmente, como “alemã”. Das pessoas de sobrenome polonês, apenas lembro de nosso vizinho Jakobowski, que se identificava como tal, falava um alemão muito “quebrado”, era casado com uma “alemã”, e como não havia ninguém para falar polonês com ele, estava obrigado a cultivar aquela língua. Já em relação aos Kolibaba, sobrenome claramente russo ou ucraniano, até hoje, falam alemão com aqueles que se dirigem a eles nesta língua, e falam português com os falantes desta língua, possivelmente também se identificassem como “alemães”, caso perguntados – não sei se alguma vez falaram russo ou ucraniano. Quem frequentar o cemitério de Machado vai encontrar sobrenomes como Burgin, Françaes, Lukrafka, Mallihs, Scherpinsky, Schopan.

¹³ SCHEID, Cleci Maria; PRIEBE, Gretel (Orgs.). *História da cidade de Novo Machado-RS: 1918-1995, 77 anos*. Novo Machado: Prefeitura Municipal, 1996. SCHEID, Cleci Maria; PRIEBE, Gretel. *Novo Machado conta sua história*. Novo Machado: Prefeitura Municipal, 1996.

Uma diferença em relação à Colônia Guarani foi a presença mais marcante de cidadãos alemães, como as famílias Kaffka¹⁴ e Kleinert.¹⁵ Eram identificados como *Deutschländer*, “alemães da Alemanha”. Ao contrário da maioria da população, que já pertencia a uma segunda geração dos imigrantes originais para Guarani, não eram brasileiros, e tiveram problemas de adaptação inicial – lembro-me dos meus pais contando como os Kleinert, no início, tentaram “destocar” (*roden*) o mato, árvore a árvore, arbusto por arbusto, de forma que, ao final de semanas, só haviam conseguido limpar uma área muito pequena para cultivar. Foram aconselhados a derrubar o mato a foice, a machado e a serrote, para, depois de seco, colocar fogo (coivara).

No início, também havia alguns problemas de comunicação linguística – eles falavam um alemão mais “clássico”, mais “gramatical”, enquanto o povo vindo da Colônia Guarani falava um alemão modificado e “enriquecido” pelas várias migrações pelo mundo, ainda que não se tratasse de um dialeto, como aconteceu nas áreas de imigração alemã mais antigas do Rio Grande do Sul.¹⁶

Estou falando da área mais restrita de meu mundinho, no entorno do povoado de Machado. Em outras áreas do território, a situação era pouco diferente. Na Esquina Barra Funda, por exemplo, próximo ao rio Uruguai, havia um grupo que se autodenominava “*Santa-Cruzer*”, “santa-cruzenses”, isto é, vindos do vale do rio Pardo. Falavam *Hunsrückisch*, fato que também causava alguns problemas de comunicação linguística com os caxúbios¹⁷

¹⁴ Helmuth Kaffka relatou alguns aspectos de sua história nos dois citados livros sobre a história de Machado.

¹⁵ Sobre os Kleinert, verificar BUSSE, Valdino. *A práxis pastoral entre os imigrantes alemães e seus descendentes na região Noroeste do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2009.

¹⁶ Lembro-me de que, adulto, utilizei a palavra *Blott/blottig*, “barro/barrento”, na Alemanha, e todo mundo estranhou, não conheciam. Estudei o caso, e constatei que essa palavra existia no alemão arcaico, no suco etc., mas no alemão “padrão” ela não existia mais. Quem conhece a terra vermelha da região em que me criei e sabe como ela fica depois de uma chuva, entenderá a importância da palavra, em nosso cotidiano.

¹⁷ Meus antepassados se identificavam como tais (também existe a forma “cassúbio”). Trata-se de um grupo transnacional, não restrito a alemães, incluindo poloneses (assim como há “pomaranos” poloneses, também existem “cassúbios” na Polônia). Seu fenótipo é pouco germânico, de forma que em Machado nem todo mundo é loiro ou até ruivo – quando jovem, meus cabelos e minha barba eram brilhantes de preto. Sempre que meu colega Klaus Hilbert brincava que eu pertencia a uma tribo totalmente insignificante, lhe respondia que tínhamos um portador de Prêmio Nobel, o romancista Günter Grass.

do meu povo. Além disso, cultivavam alguns costumes que nós desconhecíamos por completo – festejavam com muita dedicação e alegria o *Kerb* (dia de inauguração da igreja), coisa de que nós não tínhamos ideia. Num lugar chamado Limoeiro, estabeleceram-se também “italianos”, vindos da Serra Gaúcha.

Um caso *sui generis* foi Pratos, localidade situada a 7 km do povoado Machado, hoje constituindo o segundo distrito do município. Ao contrário de Machado, que resultou de uma colonização espontânea, onde a povoação se desenvolveu numa bifurcação de estrada em que se estabelecera uma “venda”, um “bolicho”, a outra aglomeração resultou de um projeto de colonização empresarial. Por esta sua origem, Pratos teve uma estrutura urbana planejada, e isso incluiu uma peculiaridade conhecida na região: havia uma rua na qual se localizavam, lado a lado, *nove* igrejas de confissões diferentes, segundo ouvi dizer, várias vezes, no meu tempo de criança – na verdade, devem ter sido apenas quatro, mais uma num outro lugar do povoado. Uma delas era ortodoxa russa.

É que, por alguma circunstância histórica que desconheço, ali viveu um grupo de russos (russos mesmo!), até a década de 1960. No meu tempo de escola, eles, às vezes, passavam em bando, com motocicletas, por Machado, todos vestindo jaqueta e boina de couro. Em 1946, a *Revista do Globo* fez uma série de reportagens sobre o município de Santa Rosa, e uma delas relatou uma visita aos russos de Pratos, entre os quais se encontravam o coronel Speridion Bielecki, e sua esposa Natalia Povolova, que se dedicava à música e às artes plásticas. Ele fora oficial do exército imperial russo, e, após a revolução de 1917, havia vivido em vários lugares do mundo, encontrando-se, naquele momento, no último cantinho noroeste do Rio Grande do Sul.¹⁸

Ao longo da década de 1960, a maioria desses russos abandonou a localidade. Nos anos 1980/90, tive uma aluna originária dali, no curso de História da UFRGS (Slivka); uma professora do Ceará que veio fazer mes-

¹⁸ GERTZ, René E. O mundo colonial gaúcho e a política regional após 1945. In: *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2015.

trado na PUCRS contou-me que seu marido veio de lá (Derenji); e a esposa de um colega desta última universidade também tem suas origens em Pratos. No final da década de 1980, visitamos o povoado, e constatamos que a igreja ortodoxa estava totalmente abandonada, que a estrutura de madeira da “cebola” havia desmoronado. Com o cuidado exigido pela situação, entramos, e “roubamos” um ícone (pano de parede, com desenhos) e dois candelabros de bambu – apesar de que o ícone esteja bastante deteriorado, as peças estão guardadas em nossa casa.

Igrejas em Machado

Além da diversidade étnico-nacional da Colônia Guarani, foram transplantadas para Machado suas características religiosas. Isso inclui uma presença pouco significativa de católicos, de forma que, na minha primeira infância, o único católico que conheci foi “seu” Jakobowski, cuja esposa era uma “alemã” batista. Ele costumava dizer, em seu alemão peculiar: “*Geh’ sich zu’ Kirch’ nur für Frau zu Gesellschaft*”, ou seja, “vou para a igreja [batista] só para fazer companhia à mulher”.

Registro em minha memória a primeira estada em uma missa. Creio que foi numa quinta-feira santa em que minha mãe foi, junto com outras mulheres, conhecer uma procissão em Tucunduva, e eu fui junto. Acompanhamos a caminhada, que acabou na igreja, onde foi rezada uma missa. Aquilo que chamou a atenção do menino que então deve ter tido em torno de cinco ou seis anos foi a agitação, sobretudo das crianças brincando pelo corredor, seu – na minha opinião – mau comportamento. Na nossa igreja, estávamos acostumados a um respeito absoluto pelo clima cúltico, se prestava atenção naquilo que o pastor dizia.

Só muitos anos depois, no seminário, entendi a cena: é que ali aprendi que no catolicismo vigora, em relação à missa, o princípio do *ex opere operato*, que, concretamente, significa que os efeitos de uma missa se realizam independente da ação ou do envolvimento humano, enquanto para os luteranos o culto só tem eficácia quando o participante efetivamente se envolve, internaliza, acompanha e absorve o conteúdo.

Depois da inauguração do hospital, em 1958, vieram para Machado um médico e um dentista, que, provavelmente, eram católicos, mas, se praticantes, frequentavam a igreja em Tucunduva. O mesmo aconteceu com “seu” Dácio Busanello, que veio algum tempo depois para ser professor, e depois foi subprefeito “perpétuo” do então ainda distrito Machado.¹⁹ Havia algumas igrejas católicas na “periferia”, em especial perto da costa do rio Uruguai, com uma população mais “nacional”, ou na região do Limoeiro, onde se estabeleceram descendentes de italianos.

* * *

Questões religiosas teriam menor importância no nosso relacionamento com os parentes do pai pelo simples fato de que o contato com eles era mais esporádico. Não tínhamos carro, motivo pelo qual, numa ida para Guarani, se gastava um dia só para ir e outro só para voltar, pois se pegava o ônibus para Santa Rosa, de manhã cedo, mas o de Santa Rosa a Guarani só saía no final da tarde. Desta forma, íamos, em regra, apenas uma vez ao ano visitar esses parentes. Mesmo que eles fossem vários, também só vinham, individualmente, de vez em quando.

Mas independente deste fator, objetivamente a quase totalidade dos parentes do lado paterno era e se manteve luterana “riograndense”.²⁰ Tia Emma casou com um luterano “missuriano” (Hartwig) – seu filho Egon foi estudar no Seminário Concórdia, em Porto Alegre, e faleceu, súbito, duas semanas antes de se formar pastor. Tia Hulda casou com um batista (Bloch), e se “converteu”. Não creio que a religião tenha sido a causa, mas fato é que meu pai brigou com o marido dela, os contatos foram suspensos, e só décadas depois ela veio, na qualidade de uma das “pioneiras” da comunidade batista, da Argentina a Machado, para uma festa jubilar da igreja local. Então fez uma visita aos meus pais. Por tudo isso, o fator “batista” não teve maior importância naquilo que tangia aos Gertz.

¹⁹ Sua filha Beatriz, a Kika, se tornaria prefeita do município de Novo Machado, em 1996.

²⁰ As duas igrejas luteranas conhecidas no Rio Grande do Sul, na época, eram o “Sínodo Rio-grandense” e o “Sínodo Missouri”, o primeiro ligado e dependente da igreja luterana alemã, o segundo de seu homônimo estado-unidense. Hoje, como igrejas nacionais, são, respectivamente, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

Essa mesma questão, no entanto, não ficou sem importância em relação aos Ikert. Não sei se o bisavô Gustav veio batista da Volínia. Mas em Machado foi batista, assim como seus filhos Rodolfo, Reinhold e Alberto. Só meu avô Benjamin foi luterano “riograndense”, e imagino que Fernando não tenha sido um bom batista – caso o tenha sido. Ele tinha um perfil muito divertido, e também gostava de tomar um trago, de vez em quando. Adorávamos as *Beuken*²¹ que contava – só para citar uma: ele vinha do povoado Machado para sua casa, a uns três quilômetros de distância, noite fechada, e logo no início da caminhada notou algo na estrada, esticou a perna na direção da “coisa”; era um tamanduá-bandeira, que se agarrou na bota, e não soltou mais; teve de caminhar os três quilômetros, até em casa, com o animal grudado nele, quando, com ao auxílio dos filhos, conseguiu livrar-se do bicho. Quanto aos Ikert que não se estabeleceram em Machado, não tenho informações seguras, a respeito de sua militância religiosa.

A constelação religiosa familiar dos Ikert por si só teve alguns efeitos sobre nossa família. Mas ela se aprofundou em relação às irmãs de minha mãe. Ela própria, a mais velha de todos, era luterana “riograndense”, o segundo, tio Adolfo, casou com uma luterana “missuriana” (Dassow) e aderiu a esta orientação, sem que isso tivesse qualquer reflexo negativo. Tio Helmuth foi luterano “riograndense”, como sua esposa (Mantey), mas parece que durante boa parte da vida não era muito devoto, pois minha mãe costumava dizer que o dinheiro lhe tinha subido à cabeça, que ele não acreditava em nada; somente num período adiantado da vida, iniciou uma militância efusiva na igreja congregacional, a tal ponto que seu filho Bernardo tornou-se pastor da mesma. Como tia Della faleceu quando eu tinha apenas seis anos, não tenho conhecimento sobre sua militância religiosa depois de casada; ainda que seu primeiro marido (Fiebke) tenha tido um ir-

²¹ Esta palavra e sua possível grafia correta não consegui identificar em nenhuma fonte, mas era muito usada pelos meus avós. Significava “causos”. As avós contavam que na Ucrânia as noites de inverno eram muito longas, e os vizinhos se reuniam para contar “*Beuken*” (*bóiken*), enquanto as mulheres consertavam roupa ou faziam chales, mantas, luvas (minhas avós faziam luvas com os cinco dedos separados, sem emenda; com uma grande quantidade de agulhas, iam montando os dedos, para depois chegar ao punho).

mão que era batista, creio que ela se manteve “riograndense”. Todos os demais irmãos (homens) de minha mãe foram luteranos “riograndenses”. O “problema” foram as três irmãs restantes (abstraindo da tia Della, falecida), todas elas casaram com batistas, e se “converteram”.

Diferenças e divergências religiosas causaram tragédias, ao longo da história da humanidade. Os problemas de minha mãe com suas irmãs “convertidas” decorriam de, no mínimo, dois aspectos: um “teológico”, outro institucional e comportamental. A questão “teológica” derivava do fato de que a adesão à igreja batista exigia um novo batismo, mas minha mãe sabia que se alguém se transferia da igreja luterana “riograndense” para a “misuriana” ou mesmo para a católica (ou vice-versa) não precisava deixar-se batizar de novo, porque o batismo era um sacramento divino, que, uma vez executado, tinha validade eterna, e era reconhecido por estas igrejas, independente em qual delas tinha sido realizado. Como aceitar esta, por assim dizer, afronta ao próprio Deus, não reconhecendo o batismo feito numa outra igreja, quando criança?

Do ponto de vista institucional e comportamental, as restrições começavam pelo fato de que nós pertencíamos a uma igreja que tinha uma sede, um “núcleo”, um “ninho”, *eine Brut* (como as formigas), lá em São Leopoldo, onde eram formados pastores, que estudavam durante anos, para serem bem preparados. Os batistas não tinham uma sede, às vezes se referiam a Ijuí como uma comunidade muito forte, mas quando perguntados não tinham como indicar uma presidência, um seminário de formação. De fato, seus pastores eram, via de regra, pregadores-leigos – raramente usavam a palavra “pastor”, muito mais corriqueiro era “pregador” (*Prediger*). Quando muito, havia, em algum lugar da região, um “pregador” vindo da Suécia, que fazia visitas de uma semana inteira aos batistas de Machado, quando ocorriam cultos muito concorridos, “evangelizações”, todas as noites.

Na perspectiva comportamental, havia vários aspectos peculiares. Em primeiro lugar, uma bastante difundida piedade pessoal, quando os “crentes”, muito frequentemente, destacavam sua condição de “convertidos”, em situações cotidianas. Não consumiam álcool, não fumavam, não dançavam. Variando de pessoa a pessoa e de pregador a pregador, o clima cúl-tico podia transcorrer um tanto messiânico.

Lembro de uma história contada por minha mãe: como nossa paróquia era muito grande, fazendo com que houvesse culto apenas uma vez por mês, ela ia, de vez em quando, ao culto dos luteranos “missurianos”, mas também dos batistas. Certo dia, estava sentada ao lado de uma mulher, que, durante a pregação, começou a grunhir “oh, Senhor!”, “sim, Senhor!”. Na sua rude simplicidade, minha mãe confessou que deu uma cotovelada nela, mandando calar a boca, pois queria ouvir aquilo que o pregador estava dizendo.

Também as festas de igreja dos batistas tinham um caráter muito diferente das demais igrejas. Enquanto nestas era costume comemorar para arrecadar dinheiro para a comunidade, fato que significava preparar comida e bebida para vender, jogos, rifas, “pescaria”, enfim tudo que contribuísse para obter algum lucro, os batistas condenavam estes “negócios” no âmbito da igreja, sobretudo em dia santo, domingo. Em compensação, suas festas eram grátis, só que não ofereciam churrasco, nem gasosa.²² O máximo que se ganhava era pão com linguiça ou cuca, e chá ou café.

A moral dos crentes também era bastante fiscalizada. Quando um membro apresentava um comportamento reprovado, convocava-se uma assembleia da comunidade, isto é, de todos os membros batizados, e o acusado era submetido a um “julgamento”. Podia confessar-se culpado, e pedir perdão, mas também podia ser punido com suspensão temporária ou definitiva.

Um primo de minha mãe casou, mas o primeiro filho nasceu menos de nove meses após o casamento. Foi convocada uma assembleia para que ele se explicasse. Sofreu uma suspensão temporária, quando, entre a população em geral, essas situações não recebiam maior atenção. De toda a minha vivência em Machado, lembro apenas de um único caso em que uma moça solteira teve um filho, criado pelos pais, enquanto ela “desapareceu”; na prática, todas as demais moças solteiras com filhos acabaram casando, e vivendo sem qualquer constrangimento na localidade.²³

* * *

²² Antes do aparecimento maciço de refrigerantes de marcas internacionais, qualquer cidade maior do Rio Grande do Sul tinha uma fábrica de “gasosa”, uma bebida refrescante sem álcool.

²³ A respeito dos batistas em questão, cf. MODES, Josemar Valdir. A Convenção Batista Independente de Língua Alemã (CIBILA) e a reprodução cultural do tradicionalismo pentecostal (1989-2009). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

Cabe inserir, neste ponto, um pequeno excursão sobre a sexualidade em Machado. Claro, esta é uma questão que possivelmente não seja específica do lugar, podendo ter muito mais a ver com a “cultura alemã” como tal – lembre-se de *O tempo e o vento* de Érico Veríssimo, ao relatar o escândalo desencadeado em Santa Fé quando um casal de noivos da “colônia alemã” (ainda não casados) resolveu viajar, sozinho, até São Leopoldo.

Só para citar dois exemplos de Machado, sobre essa perspectiva. No meu tempo de guri, ocorreu um famoso episódio em que um grupo de jovens resolveu atravessar nu o povoado, numa noite de sábado ou de domingo, com um carro andando atrás deles, alumando-os. Sim, parece que foi tarde da noite. O ocorrido, porém, produziu apenas assunto para conversas, por algumas semanas, mas em nenhum momento qualquer pessoa teve a ideia de apelar a alguma autoridade para pedir o enquadramento dos participantes em “atentado ao pudor”.

Da mesma forma – como escrevi, ironicamente²⁴ –, quando as trigêmeas de Machado apareceram na *Playboy*, em 1992, o jornal *Zero Hora* mandou um repórter para o lugar, o qual produziu, além de uma manchete na contracapa, uma matéria de duas páginas inteiras. Mas, ao contrário da provável pressuposição da editoria sobre protestos indignados contra a imoralidade das moças, com a possível incineração do povoado, algumas jovens locais protestaram contra a revista por terem sido preteridas, pois estavam convictas de que tinham uma “infraestrutura” física bem mais bonita para mostrar que a das fotografadas.

* * *

Voltando às diferenças religiosas. É óbvio que elas não costumavam degenerar em conflitos abertos, em brigas declaradas, por si só, ainda que tivessem efeitos claros sobre alguns aspectos da vida “mundana” – até recentemente, estava evidente que uma das cooperativas de Machado era controlada por batistas, enquanto na outra estavam os demais. Assim, também

²⁴ GERTZ, René E. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 32.

na vida familiar fatores pessoais influenciavam nas diferenças e divergências de fundo religioso.

No caso de nossa família, tia Ilga ficou morando por pouco tempo em Machado, de forma que sua transferência para o Paraná fez com que eventuais atritos com minha mãe fossem amenizados pela distância; as relações com tia Selma sempre foram amistosas, apesar das diferenças e da eventual troca de opiniões divergentes sobre religião; só com tia Hilda as coisas nunca funcionaram, tendo havido longos períodos sem qualquer contato. É evidente que esses conflitos podem ter tido, objetivamente, outras razões, mas quando verbalizados, o fator religioso transparecia com muita frequência: “Ela se diz tão piedosa, mas cometeu essa barbaridade”.

Estas divergências religiosas familiares podem ter influenciado nossa relação com esse campo da existência humana. Quanto ao meu pai, não consigo definir uma posição frente à religião. Era membro da comunidade, inclusive foi presidente em várias oportunidades e por períodos relativamente longos, mas nunca ouvi dele qualquer manifestação religiosa propriamente dita.

Na mãe, esta dimensão estava mais presente, mas também não vinha acompanhada de referências verbais ou práticas de piedade. Era responsável por uma oração-padrão no início de todas as refeições, que, no entanto, era muito breve, e, certamente, exercia um papel importante nas relações humanas em família.²⁵ Invariavelmente, era antecedida da pergunta se todos tinham lavado as mãos, e dava o sinal para o início da refeição; não havia oração final, quem estava pronto podia levantar. A ausência de uma oração final talvez tinha origem prática, pois meu pai comia muito rápido, enquanto a mãe ficava sentada muito tempo, comendo devagar, conversando.

Quando pequenos, nos ensinou uma oração para antes de dormir: “*Ich bin klein, mein Herz ist rein, soll niemand drein wohnen, als Jesus allein*” (Sou pequenininho, e meu coração é puro! Ninguém nele há de morar, a não

²⁵ “*Komm', Herr Jesus, sei unser Gast, und segne, was du uns bescheret hast*” (Vem Senhor Jesus, seja nosso convidado, e tudo que nos das seja abençoado).

ser somente Jesus). Todas essas referências ao campo religioso têm certa importância para antecipar que minha ida para o seminário em São Leopoldo para ser pastor não derivou de um clima de religiosidade familiar intensa ou profunda. Nem meu pai nem minha mãe cultivavam qualquer desejo ardoroso em ter um filho pastor. Voltarei ao assunto.

Escola primária

Como a distância de Lageado Terêncio, onde morávamos, até o povoado Machado era de 2,5 km, meus pais decidiram que eu só iria para a escola com oito anos completos, já que o percurso teria de ser feito a pé, sem companhia. Atingi essa idade em fevereiro de 1957, motivo pelo qual comecei a frequentar a escola em março. As circunstâncias, porém, eram desfavoráveis. Pouco antes do início das aulas, meu pai iniciou uma viagem a Mato Grosso. A empresa Irmãos Mayer, de Santa Rosa, havia lançado um empreendimento colonizador naquele estado, a Gleba Arinos. Vendera lotes de terra de 50 hectares a muita gente na nossa região, e promovia viagens até lá, a fim de conhecer as terras, para, eventualmente, mudar-se. Numa dessas aventureiras viagens, que durou 60 dias, foi meu pai.

Minha mãe ficou sozinha para cuidar de tudo, incluindo minha irmã, que tinha um ano de idade. Além do fator falta de tempo, ela fora alfabetizada em alemão, e imaginava que poderia inculcar-me erros, já que ela estava acostumada a pronunciar, por exemplo, “eu” como “ói” – assim, em padre *Reus* (*Róis*) –, e não como se pronuncia em português. Por isso, “contratou” um primo dela, Alfredo Riske (de cujo pai voltarei a falar), para fazer os temas comigo, todos os dias, até que o pai voltasse. Tanto o pai Riske quanto o filho eram conhecidos como gente muito sabida. Alfredo vinha todos os dias lá em casa para “estudar” comigo.

Como em vários episódios de minha vida, também aqui minha memória registra o momento exato em que tive o “estalo” de aprender a ler. Ele estava me ensinando que uma letra “b” mais uma letra “a” significava “ba”, uma letra “c” mais um “a” era “ka”, uma letra “d” mais “i” significava “dí”. E aí veio a “iluminação”, olhei para o livro que estava diante de nós, e disse que se era assim esta palavra aqui é “ki-da-de”. Alfredo foi suficientemente

inteligente para não dizer que eu havia errado, antes rendeu-se à minha lógica perfeita. Só depois explicou-me que os adultos tinham inventado alguns complicadores, que “c+a”, sim, é “ka”, mas “c+i” não é “ki”, e sim “si”. Independente desse complicador, eu havia aprendido a ler.²⁶

A escola funcionava no prédio de madeira que aos domingos servia de igreja. O professor era Eberhard Fischdick, que trabalhava pela manhã na escola pública, e de tarde na da comunidade luterana “riograndense”. Era um professor muito simpático, jogava regularmente caçador conosco. Como nosso caçador não era jogado com bola de vôlei, mas, sim, com uma bola muito pequena de borracha (oca), o jogo era “duro”, a gente se jogava ao chão, para não ser “morto”, e ele, professor, fazia tudo isso também.

Num aspecto, os tempos eram bem diferentes de hoje em dia. O professor tinha uma vara de marmelo, da qual fazia uso, se necessário. Era raro, mas me lembro de um episódio no qual, no caminho para casa, aconteceu uma briga entre alunos. Felizmente, eu não estive presente, pois meu caminho para casa não era o mesmo dos Kitzmann, dos Scherpinsky, dos Sonnenberg e outros. Como um pai havia registrado queixa, o professor promoveu uma sessão de “júri”, durante a aula, cujo resultado indicou que Arthur Kitzmann fora o responsável pelo ocorrido; ele foi punido com três varadas de marmelo.

Não sei qual era a formação do professor, em todo caso, seu ensino tinha um viés muito prático para filhos e filhas de pequenos agricultores. Cursei ali a primeira série, tinha um livro de leitura, de cujo título nem autor tenho lembrança, mas a outra atividade relativamente intensa era a aritmética. O professor passava no quadro-negro uma quantidade razoável de contas a fazer, tão logo a gente tinha aprendido os números. Como se tratava de uma escola com a presença simultânea, numa mesma sala, de cinco séries diferentes, nós iniciantes ficávamos sabendo também de coisas mais “adultas”, pois ouvíamos aquilo que era ensinado aos integrantes das séries mais adiantadas.

²⁶ Este episódio levou-me, mais tarde, a não corrigir minhas filhas pequenas quando diziam “eu fiz”. O fato, pelo contrário, mostrava que elas possuíam um raciocínio perfeito – não podiam saber que os adultos tinham inventado uma coisa chata chamada “verbos irregulares”.

Tendo em vista o número de alunos e os custos, a comunidade luterana “riograndense” resolveu fechar sua escola, a partir de 1958. Com isso, tive de ir para outra escola, a da comunidade luterana “missuri”. Uma coisa, em tese, era melhor – havia aula pela manhã e pela tarde, e, assim, uma separação por níveis (se me lembro bem, pela manhã, vinham os alunos da terceira à quinta séries, pela tarde a primeira e a segunda). Geraldo Eller era o professor.

Ao contrário daquilo que acontecia na escola “riograndense”, onde o ensino era totalmente laico, sem qualquer referência à religião, na nova escola havia uma sessão de religião, ao início de cada turno. Como a massa dos alunos era “missuriana”, e os luteranos “riograndenses” eram poucos, o professor nos dispensou de um envolvimento com este período da aula. Mesmo que ficássemos na sala e ouvíssemos aquilo que estava sendo dito, não precisávamos fazer os temas de casa, que, às vezes, consistiam em decorar um versículo bíblico, as doze tribos de Israel, coisas desse tipo. Também estávamos dispensados de comprar um livrinho específico para esta parte da aula, um livro com histórias bíblicas etc.

Se me lembro bem, o autor do livro que se usava na aula era Ariosto Espinheira, ainda que não recorde do título. Ao contrário de meu livro de primeira série, que só apresentava textos e exercícios de linguagem, no novo livro havia Ciências, Geografia, História, Matemática. Sofri uma profunda decepção com a parte de Matemática, pois na primeira série, cursada com o professor Fischdick, havia aprendido a fazer as quatro operações, e esperava avançar muito, na segunda série. Creio que na multiplicação e na divisão não se havia ido além de multiplicadores e divisores de um dígito, motivo pelo qual minha expectativa era chegar logo aos dois dígitos.

Qual, porém, não foi minha decepção quando a parte da Matemática do livro apresentava páginas e páginas de “exercícios” do tipo “escreva os números pares de 20 a 30”, “escreva os números divisíveis por 5, de 0 a 50”, e coisas semelhantes. Certo dia, não aguentei mais aquela chatice de tema de casa, e falei ao professor que eu queria fazer coisas mais complexas, mais desafiadoras, em Matemática. Ele disse que me daria um tema especial de casa: pediu que eu dividisse 1.853.934 por 1.516. Cheguei em casa, não consegui resolver o problema; tive de pedir ajuda à

mãe.²⁷ No dia seguinte, ele não cobrou o tema, mas tinha alcançado seu objetivo, eu não reclamaria mais da chatice dos exercícios propostos pelo livro.

Esse “confronto” com o professor Eller, porém, não durou muito tempo. Aparentemente, ele acabou se convencendo de que, ao menos entre os meninos, eu tinha certa capacidade de recuperar conteúdos “perdidos”, motivo pelo qual me “alugou” como *office-boy*; pedia que eu fosse ao açougue comprar carne, e entregá-la à esposa, em casa; ir ao correio postar suas cartas; ir à “venda” comprar giz – coisas do gênero. Não recorro de ter aprendido algo de especial, no período em que foi meu professor. Lembro que havia pais que reclamavam que seus filhos aprendiam pouco, mas meu pai costumava dizer que eu aprendia alguma coisa. A remuneração do professor era muito baixa. Eu notava isso na quantidade de carne que pedia para comprar no açougue.

Depois de ter feito a segunda, a terceira e o primeiro semestre da quarta série, ficamos sabendo, durante as férias “de inverno” de 1960, que Eller havia abandonado o magistério, para trabalhar num banco. Bateu um pequeno pânico, pois a escola tinha um número razoável de alunos, e ninguém sabia para onde ir. Mas, muito logo, espalhou-se a notícia de que o pastor Guilherme Lüdke e sua filha Carmen assumiriam as atividades docentes, a partir de agosto.

Apesar de crianças, sabíamos que o pastor era uma pessoa muito dura, exigente, disciplinadora. Ele havia assumido a comunidade local em 1956, após uma prolongada crise. Ouvíamos dos adultos que fora escolhido a dedo para colocar ordem na paróquia de Machado. Por isso, imaginávamos que sua ação como professor apresentaria as mesmas características.²⁸

²⁶ Meu pai e minha mãe tinham frequentado quatro anos da escola de um professor-colono, lá em Guarani. Ambos liam e escreviam, o pai tinha uma letra maravilhosa; em sua caligrafia, produzia verdadeiros desenhos; a mãe fazia garranchos que, muitas vezes, eram difíceis de decifrar. Na Matemática, o pai fazia os cálculos para seu uso pessoal, mas usava papel e lápis; a mãe tinha uma grande capacidade de fazer cálculos (ou “contas”) “de cabeça”.

²⁸ Só muito tempo depois, fiquei sabendo que ele nasceu em Chorlin, Minsk, Rússia Branca, tendo vindo ao Brasil com um ano e meio de idade (LÜDKE, Guilherme. Tudo por graça, somente pela graça divina. In: WINTERLE, Carlos W.; KREBS, Martinho [Orgs.]. *Histórias da história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Porto Alegre: Concórdia, 2006, p. 202-217).

E, de fato, era visto como a autoridade escolar, ainda que sua atividade como pastor não lhe permitisse estar presente com assiduidade, na sala de aula.

Em todo caso, também não era um ausente total, dava passadas rápidas, lecionava, e sua filha Carmen, certamente, se valia da autoridade do pai para impor-se como professora efetiva. Não sei qual era a formação dela – se me lembro bem, tinha feito o ginásio no Colégio Concórdia de Santa Rosa. E não foi ruim. Gostei daquele ano e meio, sob novo “regime” – ainda que fosse baixada uma norma de que todos os alunos e todas as alunas, independente de serem “missurianos” ou não, deveriam participar e envolver-se integralmente nas atividades escolares, isto é, também naquela parte inicial em que era ministrado ensino religioso. Até tive de comprar aquele livrinho tipo catecismo que os demais usavam.

Tanto na escola de minha comunidade, onde cursei a primeira série, quanto nas segunda e terceira séries cursadas com Geraldo Eller, na comunidade “missuriana”, não se costumava fazer nada de especial durante a semana da pátria nem no dia 7 de setembro. Atividades desse tipo só aconteciam na escola pública – e muita gente dizia que era “matação de aula”, ainda mais que ali também havia mais feriados que na escola particular-comunitária. Para nossa surpresa, logo no começo do semestre, agora sob regência do pastor e de sua filha, foi anunciado que haveria grandes comemorações do Sete de Setembro.

Talvez tivesse sido uma estratégia de mobilização para enfrentar o acontecido – a saída repentina do professor –, até para ganhar tempo de preparação de uma estratégia propriamente pedagógica para os novos responsáveis. Lembro que detestei quando foi anunciado que haveria ensaios de marcha. Mas haveria também outras atividades, que não eram tão maçantes. Não recordo se já sabia o Hino Nacional. Mas neste mês de agosto de 1960, foram ensaiados e decorados diversos “hinos pátrios” (“Ouviram do Ipiranga...”; “Já podeis da Pátria filhos...”; “Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós...”; “Ó Pátria formosa, ridente e gentil...”)²⁹; além disso,

²⁹ Não sei por que razão nunca ouvi falar do Hino do Rio Grande, motivo pelo qual, até hoje, pago vexames, pois não sei nem consigo decorar sua letra.

todo mundo teve de decorar uma poesia. Não tenho mais a mínima ideia de qual foi o conteúdo da minha, mas lembro muito bem de uma menina cujo “versinho” homenageava o estado da Paraíba (“Paraíba pequenina, mas alguma coisa vale...”).

O pastor Lüdke pediu à diretoria da comunidade que “plantasse”, em frente à escola, um mastro de bandeira, muito alto. Todo mundo teve de confeccionar um uniforme – para os rapazes, camisa branca com um emblema no bolso, inventado na hora (ETE, significando “Escola Evangélica Trindade”, onde a barra superior horizontal do “t” cobria os dois “e”), com calça escura. Foi uma grande festa, guardo fotos das atividades recreativas, como pula-saco etc.

No último ano em que frequentei a escola de Machado (1961), a professora Carmen recebeu um reforço, um estagiário do Seminário Concórdia de Porto Alegre, Germano Blum. Sua colaboração foi importante, pois, além de ajudar na atividade docente em si, mobilizou alunos e alunas para a prática de esportes, sejam exercícios físicos simples, sejam jogos coletivos. Lembro dele, ruivo, todo vermelhão, após as atividades. Voltou ao seminário em 1962, encerrou sua formação de professor, casou, e a partir de 1963 retornou a Machado para tornar-se professor efetivo da escola, tendo permanecido durante cinco anos. Depois, estabeleceu-se em Gramado, onde foi vereador, e escreveu um livro sobre a cidade. Alguns anos atrás, fez contato comigo, informando que havia ouvido uma entrevista com René Gertz, numa rádio, perguntando se era o menino com esse nome que fora seu aluno em Machado, em 1961.

Apesar do episódio com castigo corporal na primeira escola que frequentei, não registro nenhum episódio semelhante durante os quatro anos em que estive na Escola Evangélica Luterana Trindade, tanto no tempo de Eller quanto no tempo dos Lüdke. Minha memória não registra castigos ou mesmo constrangimentos. Se sofri algum desconforto, na escola, foi porque tive colegas com origens familiares ainda mais humildes que as minhas. Havia os Mittelstädt, primos de minha mãe, filhos de tia Martha. O pai havia falecido, eram muitos, e a própria magreza indicava que não conseguiam alimentar-se de forma suficiente; a qualidade de suas roupas era inferior à minha.

Lembro-me também dos três ou quatro irmãos Buss, incluindo uma moça, que não eram totalmente pobres, mas moravam a uns 5 quilômetros da escola. Vinham de carroça para a aula, todos os dias, desencilhavam os cavalos, os amarravam numa árvore do pátio da escola, e lhes davam comida, que traziam de casa.

Em relação a meu entrementes falecido primo Donaldo Ikert, filho de tio Adolfo, não havia problemas de diferença social, pois a situação deles era, no mínimo, igual à nossa, e o fato de que ele vinha num petiço³⁰ não derivava de uma eventual condição de pobreza, mas de uma opção. Aquilo que, às vezes, me causava algum constrangimento era seu quociente de inteligência. Enquanto seu irmão mais velho, Osvino, tinha sido bom aluno, Donaldo nunca conseguiu tirar notas boas. Como a gente, ao menos na volta para casa, costumava andar junto, pois ele morava além do lugar em que eu morava; pairava certo ar carregado quando o professor havia fornecido o resultado de alguma avaliação, e eu havia tirado uma nota boa e ele uma ruim.

De maneira geral, apesar de que eu nunca tivesse sido um aluno excepcional, uma inteligência rara, creio que não sofria grande concorrência de parte dos meninos, mas havia meninas muito inteligentes na escola. Em contato recente com Lorna Schultz, via facebook, após mais de 50 anos sem notícias recíprocas, ela afirmou que na quinta (última) série tirou o primeiro lugar, e que eu teria ficado muito chateado. Em minha memória, não há registro sobre isso, mas pode ser verdade. Além de Lorna, não há dúvida de que Ingrid Petry e Gretel Priebe eram muito inteligentes. Ingrid foi embora para o Paraná, e nunca mais a vi. Gretel já foi secretária de educação, após a criação do município, em 1992. Nívia Scholze era outra menina muito esperta, fina e simpática.

Mesmo que, num primeiro momento, talvez não haja como registrar grandes influências positivas por parte do professor Geraldo Eller, devo confessar que aprendi algumas coisas com ele. No último semestre em que

³⁰ Um tipo de cavalo que, quanto ao tamanho, se localiza entre um cavalo normal e um pônei.

esteve conosco (primeira metade de 1960), ocorreu a inauguração de Brasília. Imagino ele lutando com escassez de dinheiro, em virtude do baixo salário que recebia – fato registrado nas atas da comunidade mantenedora da escola, pedindo, inclusive, que os paroquianos lhe doassem alimentos – , mesmo assim, comprou uma revista *Manchete* ou *Cruzeiro*, amplamente ilustrada, sobre a nova Capital do país, e mostrou-a em aula, explicando, por exemplo, o significado da arquitetura da Câmara dos Deputados e do Senado, informações que guardo até hoje.

Inversamente, se cultivo uma visão mais positiva sobre o tempo de Carmen e Guilherme Lüdke, guardo desta época um “incidente” pedagógico não totalmente favorável. No nosso livro *Admissão ao Ginásio*, o da quinta série, de cuja autoria não recordo, havia um encarte com 10 ou 12 imagens coloridas, destinadas a servir de tema para redações mensais. E esse tema de casa efetivamente era cobrado, religiosamente. Não sei mais de que tratavam as imagens, à exceção de duas: uma retratava um galpão ou estábulo numa zona rural, com uma vaca amarrada, comendo pasto; a outra reproduzia uma praia cheia de gente.

Quando chegou a vez da vaca comendo pasto, não tive problemas em escrever a respeito; o erro pedagógico consistiu em mandar fazer a redação sobre a praia, com meninos e meninas que nunca tinham visto o mar. Foi constrangedor discorrer sobre isso, pois, apesar da idade, havia a consciência de que se estava discorrendo sobre algo que só existia na nossa imaginação, que talvez aquilo que se estivesse dizendo no texto não tinha qualquer correspondência na realidade. Por outro lado, ainda faltava maturidade para, eventualmente, tematizar o próprio constrangimento decorrente do desconhecimento, comentando, por exemplo, a dificuldade ou impossibilidade de escrever sobre um assunto sobre o qual não se tinha a mínima ideia. Vi o mar pela primeira vez aos 15 anos.³¹

³¹ Imagino que quando chegou a vez da redação sobre a praia, o desconhecimento por parte de todos poderia ter sido verbalizado, e em seu lugar se faria uma redação sobre a excursão anual ao poteiro dos Gund – se não me engano, alusivo ao dia da criança.

Cidadania em Machado

Tendo em vista meus estudos sobre aspectos político-culturais da imigração/colonização alemã no Rio Grande do Sul, quando adulto, não posso deixar de fazer uma rápida referência a vivências infantis que me vêm à mente em relação a este tema. Em primeiro lugar, destaco a ausência do Estado em nossa vida cotidiana daquele tempo. Claro, os pais tinham casado num cartório, em Tucunduva, havia uma escritura pública e um registro específico referente ao nosso lote de terra. Sabia-se da existência e da importância de Getúlio Vargas como presidente da República – lembro de meu pai contando histórias do folclórico agrimensor da região, Ludwig von Eye, que, após fincar um marco de divisa entre dois lotes, com uma plaquinha metálica, soltava alguns palavrões, e afirmava que aquele marco nem o baixinho de São Borja tinha autoridade para remover.

Historicamente, o funileiro Arnaldo Saft era conhecido como “inspetor”, mas não era “autoridade” no sentido de vir de fora, representar um Estado distante. Era o funileiro do lugar, com quem se lidava e conversava todos os dias, era membro da igreja que se frequentava. Tinha um revólver muito pequeno, que, às vezes, usava na cintura; mas, mais que no revólver, sua “autoridade”, caso necessário, se baseava na voz grossa e algo ame-drontadora que tinha, ainda que fosse pessoa extremamente amável. Quando algum jovem besta começava a incomodar numa festa de igreja, ia conversar com ele, e o fulano, em geral, baixava a crista. Lembro-me de um caso em que deu voz de prisão a um ou dois desordeiros, e mandou levá-los para a polícia em Tucunduva.³²

Não que não houvesse problemas esporádicos que tivessem demandado a presença repressora do Estado. Machado viveu alguns casos de homicídio doloso, durante minha infância. Recordo, no entanto, de duas oportunidades em que, por alguma razão, foram estacionados policiais. Em

³² Saft era conhecido por sua capacidade de comer. Minha mãe, com frequência, esteve envolvida na organização e administração de festas de igreja, e contou várias vezes que ele conseguia devorar três galinhas num almoço só (e olha que se tratava de galinhas “caipiras”, não desses franguinhos de granja que se adquire hoje, no supermercado). De fato, acabou falecendo de congestão.

ambos os casos, não ficaram por muito tempo, pois como, no cotidiano, de fato não havia nada a fazer, costumavam caminhar pelo povoado, comparecendo aos lugares em que havia pessoas – basicamente, as “vendas”, os “bolichos” –, onde os colonos, para agradar à “autoridade”, pagavam um “trago” aqui, outro ali, de forma que, ao final da manhã, os agentes da ordem precisavam ser carregados para casa, totalmente bêbados.

A partir de 1960, quando Machado passou a ser distrito de Tucunduva, a “autoridade” permanente passou a ser o subprefeito. Por um pequeno período inicial, o cargo foi exercido por Delmar Corrêa, mas logo veio Dácio Busanello, que, segundo seu próprio depoimento, ficou por mais de 20 anos na função. “Diversos prefeitos sucederam-se em Tucunduva, mas sempre fui convidado a permanecer no cargo, até a aposentadoria, em 1987”. Apesar de vir de fora, Busanello, muito logo, tornou-se um dos “da terra”; tinha habilidades artesanais – confeccionava telas de arame, vassouras. A maior dificuldade inicial foi não falar alemão, “mas com paciência, boa vontade e com o auxílio de pessoas da localidade, principalmente do pastor Lima, da igreja batista, que emprestou-me o livro *Das Buch der Deutsch-Brasilianer* (o livro dos alemães-brasileiros) consegui, em pouco tempo, superar o problema da língua”.³³

* * *

Como curiosidade, registre-se que o pastor Lima era negro, casado com uma branca. Estranhávamos o instrumento musical que ela tocava nos cultos, uma gaita; como referido, os batistas se caracterizavam por um comportamento que nós considerávamos antimundano, incluindo a condenação da dança, e, para nós, a gaita era um instrumento típico de bailes ou de festas divertidas; na nossa igreja, se tocava harmônio.

* * *

Apesar dos fatos e indícios citados, ao contrário daquilo que ficou folclórico no senso comum – e até em parte da bibliografia acadêmica –

³³ SCHEID; PRIEBE. *Novo Machado conta sua história*, p. 404-405. Não consegui localizar nem identificar o livro citado por Busanello.

sobre “segregação”, desinteresse, abstencionismo político dos colonos de origem alemã no Rio Grande do Sul, minhas vivências infantis não os confirmam. Quando Vargas morreu, em 24 de agosto de 1954, eu tinha cinco anos e meio. Na primeira hora da manhã, meu pai e eu estávamos dentro de casa, quando alguém bateu palmas, lá fora. Fomos ver, era o Alfredo Meyer, a cavalo, aproveitando sua passagem perto da nossa casa para dar a notícia. Meu pai logo ligou o rádio para ouvir detalhes. E assim foi nos dias seguintes. Era raríssimo que passasse algum avião em Machado, mas no segundo ou terceiro dia, dois aviões em formação passaram por lá, em direção sul, e todo mundo falou que estavam levando o corpo do presidente para São Borja – pressuposição possivelmente correta, pois, talvez, para efeitos de orientação, os pilotos tenham seguido o rio Uruguai.

Nova lembrança política marcante foi a eleição de 1955, então com seis anos e meio. Meu pai era petebista, e como tal defendia a candidatura de Juscelino Kubitschek. Mas o posicionamento dele batia de frente com o de Gustavo Riske, pai do Alfredo, aquele menino com quem aprendi a ler. O velho Riske era uma figura folclórica. Russo, todo mundo o considerava “comunista”. Casado com uma irmã de minha avó Emília, portanto, tia de minha mãe, insistia que o mundo é redondo – coisa em que ninguém acreditava, em Machado –, declarava-se ateu³⁴, era um faz-tudo, consertava máquinas de costura, relógios, espingardas, era fotógrafo, trançava chapéus muito bonitos, eventualmente exóticos (cartolas, com furos laterais, para serem mais arejadas, no verão), com palha de trigo, fazia enxertos inusuais de árvores, e encomendava, anualmente, pelo correio, o almanaque *Pensamento*. Não sei qual o candidato que defendia – talvez nenhum –, mas era enfático em contestar a simpatia de meu pai por Kubitschek. Até hoje, soa em meus ouvidos o brado repetido dele de que com “*Kubitschek kein Brot und kein Speck*”, ou seja, com Kubitschek não haveria nem pão nem toicinho, alimentos básicos para os russos (daquela época e daquele meio social).

³⁴ Consta que até a última vez em que o levaram a um hospital, idoso, teria insistido com as enfermeiras que sua barriga estava tomada por uns diabinhos.

Não recordo de referências à política municipal enquanto se pertenceu a Santa Rosa. Em final de 1954, foi criado o município de Horizontina, ao qual passamos a pertencer, e tenho muito presente a simpatia de meu pai por Pedro Paulo Barriles. Fazendo, agora, uma pesquisa superficial sobre a história deste município, constato que o primeiro prefeito (1955-1959) foi Jorge Antônio Dahne Logemann, o homem da futuramente famosa marca SLC (Schneider, Logemann e Cia.). Aparentemente, elegeu-se sem vínculo partidário, enquanto seu vice foi o citado Barriles, do PTB. Isso mostraria a coerência de meu pai. Barriles foi, depois, prefeito entre 1960 e 1963, mas neste momento já existia o município de Tucunduva, onde meu pai apoiou Florentino Rossato, também do PTB, que foi eleito primeiro prefeito do novo município (1960-1963).³⁵

Na época da campanha eleitoral para a eleição em Tucunduva, até eu me envolvi em “atividades” políticas. Tinha de 10 para 11 anos, e meu pai me convidou a acompanhá-lo em um comício, no povoado. Antes, passou numa casa comercial para comprar alguns foguetes. Quando o candidato chegou ao local do comício, aconteceu um foguetório. Meu pai segurava o foguete com uma mão e encostava o cigarro aceso no pavio. Não recordo se pedi a ele para soltar um ou se ele me ofereceu espontaneamente. Em todo caso, peguei o rojão, aponte para cima, e meu pai encostou o cigarro no pavio. Quando se deu o disparo, o estojo foi para o chão, pois eu não havia segurado com força suficiente. Por sorte, a carga tinha ido para o alto, onde explodiu, sem causar qualquer problema.

Tendo em vista discussões atuais sobre as relações entre igrejas e Estado, no Brasil, deixo registrado aquilo que ouvi, muitas vezes, sobre nossa condição de minoria religiosa. Claro, no Brasil como um todo, calculava-se que os luteranos perfaziam cerca de 1,0% (um por cento) da população total (hoje, seriam apenas 0,5%), mas em Machado o percentual, evidentemente, era maior. Mesmo assim, sempre ouvi posições muito claras sobre nossa condição de minoria: não se esperava nada do Estado brasileiro, ape-

³⁵ Importante ressaltar que os Rossato eram católicos praticantes, o irmão Altamiro foi, mais tarde, arcebispo, em Porto Alegre.

nas os direitos assegurados a todos os cidadãos, incluindo a liberdade religiosa, a qual deveria ser garantida *manu militari*, se necessário.

Negros em Machado

Outro tema cantado em prosa e verso em relação à “colônia” gaúcha é seu suposto (ou efetivo) incomensurável racismo. A existência de preconceitos e racismo são fatos tão óbvios e notórios que constituiria abominável irresponsabilidade tentar negá-los. A questão, a pergunta, porém, não é esta – é outra: preconceitos e racismo de fato foram (e continuam sendo) absurdamente maiores na “colônia”, chegando às raias da bestialidade, enquanto no restante do Rio Grande do Sul e do Brasil seriam quase inexistentes, no mínimo, amenos, toleráveis? Infelizmente, minhas vivências na infância são numericamente escassas, neste campo, e não podem tentar responder à inquietante pergunta recém-formulada. Mesmo assim, relato alguns poucos fatos.

Uma referência que ouvi muitas vezes de meu pai foi que meu nome tinha sido dado em homenagem a um menino negro criado por um vizinho de meu avô, lá em Guarani, que foi seu melhor amigo de infância e de adolescência. Lamentavelmente, nunca me preocupei em saber detalhes sobre a pessoa a quem devo um nome certamente raro entre gente de minha laia social e cultural. Não sei se ele realmente era negro, pois esta palavra, às vezes, era aplicada a gente branca, de origem latina, mais escura que os centro-europeus.

Em Machado, havia poucos negros, ao menos na nossa vizinhança mais imediata. Muito conhecida era a “velha Rieger”. Apesar deste sobrenome, era negra.³⁶ Trabalhou muitas vezes para meus pais, em períodos de

³⁶ Nunca vi o nome dela por escrito, mas todo mundo a chamava assim. Negros com sobrenomes alemães não eram raros no Rio Grande do Sul. O *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, editado pela firma Rotermund, de São Leopoldo, em sua edição de 1924, publicou uma reportagem sobre a família Koch, e citou também a família Brusius, ambas de Estância Velha (p. 168-170). Como mostram as imagens que ilustram a matéria, não havia qualquer dúvida sobre a condição negra destas famílias (Negros de fala alemã. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. [Coords.]. *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996, p. 238).

colheita, sobretudo de soja. Além dela, cabe citar dois casos emblemáticos, “seu” Cardoso e J. O primeiro, Cardoso, morava num pedaço de terra cedido por minha avó Emília, e era um trabalhador bastante demandado, em função da qualidade de seu serviço. Ao contrário dele, J. era proprietário de “meia colônia”, como a massa das pessoas de Machado. O detalhe que o distinguia era que havia sofrido um acidente enquanto prestava serviço militar, tendo quebrado uma costela. Apesar de que não se notasse qualquer problema de movimento ou de capacidade de trabalho decorrente deste acidente, fora contemplado com uma pensão vitalícia pelo poder público. E é isso que o diferenciava dos demais colonos. Enquanto estes passavam a maior parte do ano sem uma fonte de dinheiro, que só entrava na época da colheita ou da venda de algum animal, J. sempre tinha dinheiro no bolso.

Minha fonte não são conversas de terceiros – eu mesmo assisti à seguinte cena, várias vezes: J. pedia uma cerveja, na “venda”, derramava parte no copo, bebia alguns goles, enquanto conversava com os outros colonos, os quais, no máximo, tinham podido pedir um “trago liso”, um copinho de cachaça pura; daqui a pouco, tomava outro gole, constatava que a bebida não estava mais gelada. Ia à janela, jogava fora o conteúdo do copo, dizia ao “vendista” colocar fora o restante da cerveja da garrafa, e abrir outra, gelada. Não é preciso de muita imaginação para compreender que muitos colonos abominassem J., fato que rendia dividendos elogiosos ao negro Cardoso.³⁷

Tive ainda uma vivência com negros em âmbito mais próximo, familiar. Depois de algum tempo estabelecido em Machado, meu pai conseguiu comprar uma pequena fração de terra, a mais ou menos um quilômetro e meio daquela em que morávamos. Comprou-a especificamente para plantar mandioca, pois nossa terra era mais “forte”, e a mandioca se desenvolve melhor em terra “fraca”. Além da mandioca, outra parte foi transformada em potreiro, no qual se colocavam as vacas no período em que não estavam dando leite, e algum terneiro para crescer. No limite inferior, perto de um arroio, o pai reservou uma área de aproximadamente um hectare, onde construiu um telhado para o gado abrigar-se em caso de chuva e de sol

³⁷ Sim, conheço a história do “negro de alma branca” – aqui estou apenas relatando fatos.

forte, mais uma pequena casa. Apesar de que o roubo de gado fosse raro, o pai imaginava conseguir alguém para cuidar, pois não o preocupava apenas o desaparecimento, mas os animais poderiam machucar-se, ficar doentes ou sair do potreiro e invadir as roças vizinhas, causando estragos.

Candidatou-se um casal negro jovem para morar na casa. Ficaram morando ali por vários anos, até que, por circunstâncias peculiares, o pai teve de vender essa terra. Não recebiam salário fixo – apenas eram remunerados quando trabalhavam para o pai –, mas puderam cultivar a seu gosto o terreno de um hectare, e trabalhar onde quisessem. O pai lhes cedeu uma vaquinha *jersey* para terem leite. Além disso, vinham buscar em nossa casa coisas como banha e outros alimentos, com alguma frequência. Eu era pequeno, mas recorro de dois episódios, um envolvendo a mulher (de cujo nome não lembro), outro “seu” Arturo, o marido.

Ela teve uma filha, e pouco tempo depois teve um problema num dos seios, obrigando-a a uma cirurgia. Retornada do hospital, vinha com a criança na nossa casa; minha mãe preparava um chimarrão, mas quando ia embora falava mal da “desgraçada da negra”, porque, por razões que ela (minha mãe) classificava como “crendice”, toda vez que lhe alcançava o chimarrão, trocava o bebê do braço direito, onde aparentemente se sentia mais cômoda, em função da cirurgia, para o braço esquerdo, pois, por “crendice”, só admitia pegar a cuia com a mão direita. Para minha mãe, não existia razão de “crendice”, e muito menos de “etiqueta” para pegar a cuia com a direita, nunca, ainda mais numa situação excepcional de doença. Após a segunda ou terceira visita, minha mãe prometeu não mais oferecer chimarrão, caso ela aparecesse. Não sei se cumpriu.

Quando era tempo de colheita ou meu pai tinha algum serviço menos rotineiro e que exigisse a ajuda de alguém (como “sentar” moirões de cerca de potreiro, coisas do gênero), “seu” Arturo vinha trabalhar com ele. Talvez houvesse alguma “cláusula” no “contrato” no sentido de que pudesse trabalhar onde quisesse, desde que meu pai não precisasse dele – mas não sei, é apenas uma hipótese. Ao meio-dia, ambos vinham para casa almoçar, depois continuavam com o trabalho.

Além da salada, minha mãe cuidava para que no almoço houvesse algum tipo de sobremesa. Uma das sobremesas mais conhecidas – em que

me especializei, quando adulto – era o sagu com frutas. Tínhamos muitas frutas, mas elas não cobriam o ano todo. Por essa razão, minha mãe fazia grandes quantidades de frutas secas (desidratadas), no verão. Elas, obviamente, perdiam sua cor natural, escureciam. Com isso, o sagu com essas frutas secas ficava com uma cor escura.

Certo dia, o pai trabalhara toda a manhã com “seu” Arturo, e ao meio-dia vieram para casa almoçar. Pela “etiqueta” de minha mãe, *toda* a comida do almoço era colocada na mesa, não havia essas finesses de servir por “etapas” (salada, prato principal, sobremesa). “Seu” Arturo colocou um bocado de arroz no prato, viu a tigela de sobremesa escura com frutas secas, pensando que fosse feijão, e colocou sobre o arroz uma concha de sagu. Quando minha mãe deu um grito que aquilo era sobremesa, o “estrago” estava feito. Imagino que ele tenha ficado constrangido, mas aquilo que ficou registrado em minha memória é apenas o caráter engraçado da cena, sem quaisquer consequências maiores – caso não tivesse tido um “epílogo”, muitos anos depois.

* * *

Na segunda metade da década de 1990, tive uma aluna de mestrado (orientanda) muito inteligente e simpática, de origem elitista (seu pai era desembargador). Seu único “defeito” era que, com alguma frequência, classificava observações minhas como “racistas” – claro, invariavelmente num tom de brincadeira, mas minha condição de “alemão” era citada, neste contexto. Certo dia, estávamos falando de comida, de que comida se gostava, que comida se sabia fazer. Disse-lhe que só sabia fazer sagu com frutas. Conte a história do sagu, desde o tempo de minhas avós até minha mãe, e acabei relatando, como curiosidade, o episódio com “seu” Arturo, em virtude do sagu escurecido. Ela estancou, suspendeu a conversa sobre comida, insistiu que eu confirmasse que no citado almoço estávamos sentados à mesma mesa, ao mesmo tempo, juntos, meus pais, eu e o negro Arturo. Quando confirmei, ela soltou um suspiro, e disse que contaria esta história para seu pai, o qual, certamente, não acreditaria nela.

* * *

Considerando que o relato deste episódio quebrou a sequência cronológica do arrolamento de fatos de minha vida, aproveitei para inserir dois outros acontecimentos, mais recentes, que não têm nada a ver com “seu” Arturo, mas que se enquadram no contexto temático. Não faz muito tempo, fomos convidados para um almoço de gente muito simpática. A visita e a comida teriam sido muito agradáveis – não tivesse ocorrido um pequeno senão. O almoço foi preparado por uma empregada de longa data da família; tudo teve um sabor impecável. Foi servido numa mesa que ficava num patamar um pouco mais alto, defronte à cozinha. Após ter colocado a comida sobre esta mesa e termos sentado, a empregada começou a arrumar uma mesinha menor, que ficava entre aquela em que estávamos e a cozinha, num patamar mais baixo, e acabou sentando ali para almoçar, sozinha. A empregada era branca.

A segunda historinha. Num determinado feriado, fomos passear pela Serra Gaúcha. Ao meio-dia, fomos a um restaurante para almoçar. O fato de que havia pouca gente no local tornou a assistência à cena ali transcorrida ainda mais marcante para nós. Ao lado de nossa mesa, almoçou um casal jovem, de gestos muito distintos, muito elegante, em roupas de grife. Quanto ao aspecto físico, não eram dolicocefalos-loiros-caucásicos, mas claramente brancos. Num carrinho de bebê, havia uma criança relativamente pequena; estavam acompanhados de uma moça negra, a babá. Ela e o casal estavam com comida no prato, comendo. Acontece que a criança, aparentemente, sentia algum desconforto, e chorava de tempos em tempos.

Toda vez que isso acontecia, a distinta senhora olhava para a moça negra, e jogava a cabeça para trás, como a perguntar se estava ouvindo a criança chorar. Esta, então, interrompia sua refeição, pegava a criança, e tentava acalmá-la. A situação se repetiu diversas vezes, durante o almoço. Fiquei imaginando minha mãe assistindo àquela cena. Tenho certeza de que, em sua rude sinceridade, teria dito algo como: “Dá vontade de dar um bofetão nessa mulher. Não é assim que se faz; primeiro almoça uma, a outra cuida da criança, depois se trocam. A moça também é um ser humano, e está obrigada a engolir comida fria”.

Em ambas as ocasiões, tão logo estávamos sozinhos, minha mulher e eu verbalizamos que os respectivos almoços não tinham “caído” nada bem!

Ginásio e colégio

Voltemos no tempo, para 1961, meu último ano de escola em Machado. Estava terminando a escola primária, e cabia pensar no futuro. Meus pais diziam que eu não tinha muito tino para a agricultura, que até era meio preguiçoso para trabalhar na roça. Também não havia como comprar terra por perto, pois era escassa, e, quando disponível, muito cara. Meu pai não nutria nenhum entusiasmo para migrar para longe, para um lugar em que haveria terra para mim. No Paraná, as terras já não eram mais abundantes, e na viagem que fizera ao Mato Grosso, em 1957, tinha achado que as de lá não prestavam, pois, ao contrário do “chão vermelho” que conhecia na região de Santa Rosa, eram pura areia.

Um primo de minha mãe, Aldino, filho de tio Alberto, nosso vizinho, tinha nascido com uma deficiência num dos braços e numa das pernas, fato que o tornava incapaz de trabalhar duro na roça. Por este motivo, o tio o colocou para fazer o ginásio, no Colégio Concórdia, em Santa Rosa. Havia, portanto, um parente que “estudara”. Com isso, a ideia de também “fazer o ginásio” ganhou algum espaço, tanto na minha mente quanto na de meus pais. Eles sabiam que isso custava muito dinheiro, mas, por outro lado, imaginavam que o investimento seria feito aos poucos, enquanto se precisaria de uma quantia maior para comprar terra à vista.

Minha memória não registra nada sobre o processo de escolha do caminho, mas em 1960 ou 1961 comecei a frequentar o “ensino confirmatório”, isto é, a preparação para a confirmação, que no rito católico corresponderia à primeira comunhão. O pastor da nossa comunidade era um alemão que tinha vindo para o Brasil em 1960 (tendo permanecido até 1969). Possivelmente, tenha reconhecido em mim alguma qualidade intelectual, e de uma conversa com meus pais tenha surgido a ideia de me mandar para o seminário em São Leopoldo, para ser pastor.

Fez contato com o colégio. Fui aceito e ele negociou um valor a ser pago. Como se tratasse da escola propriamente dita e do internato, o valor não era pequeno (ao menos para as condições financeiras de meus pais). Foi acertado que eu receberia meia bolsa, ou seja, meus pais pagariam a metade do valor total da anuidade. Os gastos começaram muito logo, pois,

assim que minha admissão estava acertada, veio uma correspondência com a lista do enxoval que deveria ser trazido, e um rolo de fita com o número 113, que deveria ser afixado em todos os meus pertences, em especial às roupas.

Pouca coisa foi comprada pronta; minha mãe confeccionou o máximo possível. Para o inverno, comprou pelúcia, e fez uma “campeira”, isto é, uma jaqueta forrada, fechada na gola, com botões nos punhos; nós estávamos acostumados a ter uma coberta de cama feita de penas de ganso, mas isto estava proibido no internato, deveria ser de lã; a mãe comprou a lã, e foi à casa de uma senhora que sabia fazer esse tipo de coberta; exigia-se, porém, como reforço, um cobertor de lã mais fino, que foi comprado; camisas, calças, cuecas, lenços, tudo foi costurado por minha mãe.

Conferido o enxoval com aquilo que constava na lista enviada pelo colégio, estava tudo ali – menos um objeto: uma “escova de fato”. Nenhuma “venda” possuía este objeto, mas também ninguém sabia de que se tratava. Alguém contou a meu pai que “seu” Taffe, dono de um bar no povoado, tinha um livro chamado “dicionário”, o qual explicaria o significado de todas as palavras existentes. O pai foi lá, mas não localizaram a expressão.

Como último recurso, o pai disse que daria um dinheirinho a mais, que, ao chegar ao colégio, confessasse, submissamente, que não encontramos o objeto em Machado, que eu o compraria em São Leopoldo. Mas ninguém conferiu meu enxoval, e não precisei confessar que faltava uma peça. Só no decorrer do tempo, fiquei sabendo que o diretor do internato passara alguns anos residindo em Portugal – motivo pelo qual dizia “oiça!”, não “ouça!” –, e que a tal escova era de roupa. Nas primeiras férias, a mãe comprou uma, gravei nela o número 113, e ela está aqui em casa, até hoje.

Mais uma vez, está registrada em minha memória a cena da saída de casa, que deve ter ocorrido em 27 ou 28 de fevereiro de 1962. Em primeiro lugar, havia uma preocupação com meu bem-estar – costumava “ficar mal” dentro de ônibus. Isso acontecia em curtos trechos, como de Machado a Tucunduva (12 km), imagine-se a viagem de um dia inteiro. O pai foi comigo ao médico, e ele receitou Bonamina, que deveria ser tomada uma hora antes do embarque.

Em segundo lugar, estava o problema da segurança de um menino de 13 anos, que nunca tinha nem viajado sozinho até Santa Rosa. Este foi resolvido, porque havia em Machado um rapaz que tinha estudado no seminário em que eu estudaria, e que entraria, agora, na Faculdade de Teologia, que ficava a uns 300 metros de distância. Infelizmente, pouco tempo antes do embarque, os pais dele se mudaram para Guarani, e não sei se as aulas dele começariam no mesmo dia das minhas; em todo caso, meus pais combinaram com ele que me levaria em segurança para o destino; que nos encontraríamos na casa de uma tia dele, em Santa Rosa, no dia anterior ao embarque, que eu, inclusive, poderia dormir ali. O pai me levaria até lá.

Levantamos muito cedo, e a cena muito viva na memória foi a despedida da mãe, mas sobretudo a cara de minha irmã, que tinha recém-completado seis anos, e, aparentemente, não estava entendendo nada daquilo que estava acontecendo. Nos primeiros tempos em São Leopoldo, quando batia a saudade, eu “enxergava” a expressão facial dela, naquela manhã de despedida. Em Santa Rosa, o pai me deixou na casa da tia do rapaz que cuidaria de mim; depois, voltou a Machado.

Apesar da estranheza no novo ambiente, não registrei grande impacto negativo inicial em relação à vida no colégio. Apesar de transplantado da roça para uma “cidade grande”, talvez 85% dos estudantes eram coloninhos como eu. Os aproximadamente 15% que vinham de outros estratos sociais e culturais, com algumas exceções, se mostravam educados, e tentavam conviver conosco, que éramos a maioria. Entre esses 15% de gente diferente de nós, havia filhos e filhas de professores, de pastores, mas também de famílias “leigas”, algumas de elite intelectual, mas também econômica. Neste último sentido, havia filhos de empresários da zona sul de Porto Alegre; por algum tempo, estive lá o filho do cônsul alemão; dois filhos do professor Gliesch, da Faculdade de Agronomia da UFRGS, se destacavam por sua elegância, mas não tratavam com desprezo a massa deselegante.

A única coisa não prevista nem desejada foi o apelido que me aplicaram, logo nos primeiros dias – Khrushchov.³⁸ Alguns poucos anos atrás,

³⁸ Nikita Khrushchov era, na época, primeiro-ministro da União Soviética.

durante uma sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, na UFRGS, meu colega do Departamento de História Adolar Koch fez referência à nossa convivência no seminário (mesmo que ele tenha ingressado poucos anos depois de mim), revelando, publicamente, meu apelido, e atribuindo-o a minhas origens russas. Cometeu um erro, pois, definitivamente, quando “peguei” o apelido ninguém no colégio sabia de onde tinham vindo meus avós. Não tenho a mínima ideia por que mo deram.

A vida em internato foi tematizada em prosa e verso, pelo mundo afora, e não vou estender-me em comentários a respeito. Os diretores de internato, muito provavelmente, nem sempre foram os mais adequados. E assim, também eu guardo ao menos um episódio traumático daquela vivência. Quando ingressei, a liberdade de movimento para fora do seminário ainda era limitada. As saídas do território escolar eram controladas. Tínhamos saída livre às quartas-feiras à tarde; havendo um filme considerado bom e adequado em cartaz, podia ir-se ao cinema no sábado à noite; nos domingos pela manhã, se ia à igreja, no centro da cidade; mas havia apenas um final de semana por mês com liberação geral, o qual era aproveitado por aqueles alunos que moravam perto para visitar suas famílias.

Quanto à ordem interna na casa, os meninos da 1ª à 3ª séries deveriam ir para a cama às 21 horas, enquanto os “grandes” podiam ficar até 22 horas (às 6h15min, um coro de trombones tocava “alvorada”, e a aula começava às 7h). Certa sexta-feira anterior ao final de semana livre, ocorreu uma grande esculhambação em dois ou três dos nove ou dez dormitórios, pouco depois que os “pequenos” tinham ido dormir. Não participei e não sei que aconteceu na própria noite, mas o professor de plantão deve ter comparecido e acalmado os ânimos. No outro dia, sábado, tão logo a aula terminou, muitos colegas que moravam perto nem compareceram ao almoço, tendo indo direto para a rodoviária, a fim de visitar suas famílias. Ao final do almoço, o diretor do internato ordenou que os alunos da 1ª à 3ª séries comparecessem ao auditório.

Ali, referiu-se à esculhambação da noite anterior, e informou que, como castigo, a saída livre daquele final de semana estava cancelada, para as referidas séries. Levantei a mão para pedir a palavra, ele me concedeu, e eu perguntei duas coisas: a) como ele justificava o castigo generalizado,

quando só um terço dos dormitórios tinha estado envolvido, e mesmo nestes nem todos tinham participado?; b) mas, sobretudo, como ele justificava o fato de que colegas que moravam próximo e que, tão logo a aula havia terminado, tinham ido embora (escapando, portanto do castigo), enquanto nós infelizes, cujos pais moravam longe, éramos punidos?

Não lembro qual foi a resposta que o diretor do internato deu – caso tenha respondido. Mas o efeito das minhas perguntas se fez sentir algum tempo depois. No colégio, vigorava uma praxe de distribuir “boletins intermediários”, a cada dois meses do período letivo. Neles, constava uma avaliação em relação a quatro itens, que (creio) eram: atenção, comportamento, dedicação, ordem. Além disso, havia espaço para observações, como a informação de que o desempenho em determinada(s) matéria(a) era insuficiente. Estes “boletins” eram enviados aos pais de alunos e alunas pelo correio, já que, em regra, moravam longe, e tinham o objetivo de mantê-los informados sobre seus filhos confiados ao colégio.

Além do envio aos pais, o professor de classe de cada turma lia, em aula, o resultado. No meu documento referente àquele bimestre, constou “comportamento: não satisfaz”. Perguntei quem havia “aplicado” aquela classificação, e ele respondeu que fora o diretor do internato. Por tais razões, conheço gente que, após passar por um colégio com internato, manifesta não só desdém, mas até nojo, pela experiência. Minha posição, porém, sempre foi, e continua sendo, um pouco diferente. No meu caso ao menos, deve-se fazer uma clara distinção entre o internato e a escola em si.³⁹

* * *

³⁹ E mesmo o internato sofreu mudanças, quando, em 1965, assumiu um novo diretor. As saídas foram liberadas, desde que os alunos (no internato, não havia alunas) se inscrevessem num desses grandes livros de atas, onde deveria constar, além do nome, a data e o horário de saída (depois, a hora da volta) e o destino. Numa reunião, alguns estudantes contestaram, sobretudo, a exigência de registro do destino. O novo diretor explicou que a massa dos internos morava longe, que ele poderia receber um telefonema (ou mesmo a visita) de um pai ou parente perguntando pelo filho, e que ficaria numa situação embaraçosa caso se visse obrigado a reconhecer que não tinha a mínima ideia de onde se encontrava o filho que lhe fora confiado. Não havia muitos argumentos a opor.

O Instituto Pré-Teológico (IPT) (*Proseminar*) foi criado, em 1921, como *humanistisches Gymnasium* (ginásio humanístico)⁴⁰, para preparar candidatos brasileiros ao estudo de Teologia em universidades alemãs. Após a Segunda Guerra Mundial, quando foi criada uma Escola Superior de Teologia luterana, no mesmo Morro do Espelho do colégio, passou a ser – até meados da década de 1960 – o único caminho possível para ingressar nesta instituição.⁴¹ Apesar de que, por tradição, o curso completo fosse visto como uma sequência de sete anos corridos, correspondia ao ginásio (quatro anos) e ao colegial clássico (três anos), no sistema oficial brasileiro.

O número de aulas era relativamente grande, com cinco em cada manhã, durante seis dias por semana; nas segundas e quintas-feiras, havia duas aulas à tarde; a tarde das terças e sextas-feiras estava reservada à educação física; nas tardes das quartas-feiras, não havia aula. Excluindo as atividades de educação física, havia 34 horas-aula por semana. Doze delas eram dedicadas às disciplinas de português e alemão, com seis para cada uma. A carga elevada de aulas de alemão tinha sua razão de ser enquanto a escola preparava para o estudo em universidades alemãs; e continuaria a justificar-se pelo fato de que os docentes da Escola Superior de Teologia eram quase todos alemães, até o final da década de 1960, quando se doutoraram os primeiros teólogos luteranos brasileiros de tradição alemã, fato que tinha como consequência que as aulas ali eram ministradas na citada língua.

Na segunda série se começava a estudar latim, na terceira vinha inglês, e na quarta grego. Além dessa carga elevada de línguas, havia História, Geografia, OSPB, Religião, Filosofia, Música, Matemática, Física, Química, Biologia. E estas últimas disciplinas eram bem ministradas, a ponto de ter sido voz corrente no colégio que em toda a sua história nunca um aluno ou uma aluna que tivesse tentado ingressar na UFRGS, em qualquer curso, havia fracassado.

⁴⁰ Esta condição está presente na própria arquitetura do prédio – na entrada, há uma fileira de colunas clássicas (obra do arquiteto Theo Wiederspahn, está tombada como patrimônio arquitetônico estadual).

⁴¹ Em torno de 1965, a EST começou a realizar concursos vestibulares para quaisquer candidatos que tivessem concluído o colegial, ainda que os egressos do IPT continuassem a ter garantido ingresso automático.

Posso imaginar que ao tempo do vestibular com provas orais, na área da medicina, por exemplo, os examinadores se deixassem impressionar pelo amplo conhecimento de grego e latim, por parte dos candidatos. O professor Walter Hinrichs⁴², apontado, na década de 1970, como uma das três pessoas que mais sabiam grego no Rio Grande do Sul, pelo linguista Celso Pedro Luft, ensinava que *leukmya* era a “*Raserei der Weissen*”, isto é, a “piração dos [glóbulos] brancos”, interpretação que, segundo me disse, muitos anos depois, o professor Eloy Julius Garcia, da Faculdade de Medicina na UFRGS, era perfeita. Este fato, associado a bons conhecimentos em ciências naturais, pode ter ajudado.

Assim, conhecido cirurgião-plástico, da praça de Porto Alegre, que às vezes se apresenta em público vestido de forma algo exótica, natural do interior de Arroio da Seca (hoje Imigrante), pedira, quando menino, de forma insistente, ao pastor da localidade que o matriculasse no IPT, pois tinha muita vontade de ser pastor. Na quinta série (primeiro colegial), porém, chegou à conclusão de que não estava talhado para a missão, e quando manifestou essa opinião em público os próprios responsáveis pela escola “julgavam que eu não teria um perfil para seguir na vida religiosa, pois, no entendimento dos mesmos, meu perfil seria de um temperamental, diferente das normas vigentes para o seguimento no pastorado”. Abandonou a ideia de ser teólogo pela de ser médico – tinha estofo para fazê-lo.⁴³

O primeiro ocupante da cátedra de Botânica, na então recém-criada Faculdade de Filosofia daquilo que viria a ser a UFRGS, foi um ex-aluno do IPT, Alarich Schultz.⁴⁴ Neste caso, a história acadêmico-intelectual do Rio Grande do Sul, inclusive, registra um fenômeno ainda não totalmente esclarecido pelos estudos históricos, pois sua nomeação teve como conse-

⁴² Além de grego e latim, Hinrichs ensinava Geografia. Seu apelido era “Cavalão”. Nunca soube por que, pois não era exatamente um bruto; andava, sim, sempre muito ereto, quando a gente “encolhia” na cadeira, durante a aula, dizia “*Kopf hoch! Brust raus!*” (cabeça erguida, peito para fora!). Teria sido ótimo ginasta, quando jovem; conheci-o quando tinha 56/57 anos. Às quartas-feiras à tarde ensinava exercícios de barra, para voluntários – tudo que aprendi nesta modalidade esportiva foi com ele. Alcançou a idade de 97 anos.

⁴³ HELLER, Nelson. *O montador de bicicletas*. (No prelo).

⁴⁴ HOMRICH, Maria Henriqueta; BAPTISTA, Luis Rios de Moura; LORSCHUITTER, Maria Luísa; PORTO, Maria Luíza (Orgs.). *O legado de Schultz: uma vida dedicada à botânica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

quência que outro botânico muito conhecido, Balduino Rambo, tivesse sido nomeado para a cátedra de Etnologia ou Etnografia, gerando essa situação algo peculiar de termos um botânico como patrono da Antropologia, em nosso estado.⁴⁵

Além da música como disciplina escolar, respirava-se-a durante o dia todo, no colégio. Havia uma sala com toca-discos para ouvi-la, com a disponibilidade de discos de vinil com os mais conhecidos clássicos. Mas ela também era intensamente praticada nos horários em que não havia aula; existia uma sala de trombones; pianos estavam em várias salas, no auditório havia um piano e um harmônio. O *Collegium Musicum* do Morro do Espelho, dirigido pelo professor Hinrichs (o homem do grego), ensaiava, no mínimo, numa noite por semana. Congregava músicos dos colégios IPT e Sinodal, da EST e da Escola Normal Evangélica, que se localizava fora do Morro do Espelho, em frente à Praça do Imigrante, perto da ponte velha sobre o rio dos Sinos – em 1968, foi transferida para Ivoti. Deste grupo, saiu um número realmente significativo de futuros integrantes da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, a OSPA. O jornalista Lauro Schirmer, ex-aluno do Sinodal, certa vez escreveu sobre isso, no jornal *Zero Hora*.⁴⁶ Mesmo no mundo acadêmico esta rotina musical se refletiu – a professora Hella Johanna Frank, do Instituto de Artes da UFRGS, ex-aluna do Sinodal, participou desta experiência, em sua juventude, tendo tocado em homenagem a Hinrichs, por ocasião de seu falecimento, em 2004.

Esta tradição sobrevive na Camerata de Ivoti. Em crônica publicada com data de 8 de janeiro de 2012, em *Zero Hora*, sob o título “As flores de Ivoti”, Flávio Tavares – com conhecimento de causa, incluindo um alemão límpido⁴⁷ – dissertou, de forma entusiástica, sobre uma apresentação da

⁴⁵ Escrevi sobre isso: GERTZ, René E. Elite intelectual, religião e religiosidade no Rio Grande do Sul do entre-guerras. In: RAMBO, Arthur Blasio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel Cristina. *Pe. Balduino Rambo – a pluralidade na unidade: memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2007, p. 73-85.

⁴⁶ Cf. também: SCHIRMER, Lauro. Um legado em tom maior. In: FISCHER; GERTZ, op. cit., p. 108-112.

⁴⁷ Quando residiam na “Prainha”, o vizinho mais próximo dos Tavares era o funileiro Willy Scheffmacher, cuja filha – 10 anos mais velha que Flávio – viria a tornar-se, muitos anos depois, minha sogra. Lajeado produziu dois jornalistas de projeção, o outro é Alexandre Garcia. Mas não é o fato de falarem alemão que explica a diferença entre eles (ambos são fluentes).

Camerata no Theatro São Pedro, escrevendo: “revivi as alegrias de menino e refiz a esperança de adulto, ao assistir pela televisão ao concerto da Camerata de Ivoti no Theatro São Pedro”. Entre outros aspectos destacados, chamou atenção para a presença de uma moça negra com enormes brincos africanos cantando, a plenos pulmões, “*Alles was ihr tut mit Worten oder mit Werken*” (tudo que fazeis com palavras ou com ações) de Dietrich Buxtehude. De minha parte, fiquei encantado com os isseis, nisseis e sansseis, aparentando cinco anos de idade, dando um show à parte, com seus mini-violinos.⁴⁸ Ivoti, com sua “colônia japonesa”, me lembra um pouco o ecumenismo de minha terra.

Ao contrário do imaginário que, muitas vezes, constatei na opinião pública, apesar de ser uma escola de caráter religioso, o clima geral não refletia essa situação: predominava o laico, o universal, o “clássico”.⁴⁹ Havia, no mínimo, uma variedade ampla de opiniões e posições sobre o tema religião. Num encontro não de aula, mas promovido pelo grupo da Juventude Evangélica, ouvi, nos primeiros tempos de minha estada na escola, em uma palestra do missionário Alcides Jucksch, que para entender que é a eternidade deveríamos imaginar um colibri, que de cem em cem anos afia seu bico numa montanha de diamantes; quando a montanha estivesse totalmente gasta, teria transcorrido um segundo da eternidade. Na aula de Filosofia, aprendi que a eternidade seria a libertação do homem das dimensões limitativas de tempo e espaço, de que falava Kant.

Em termos bem pessoais, o citado professor de grego, Walter Hinrichs, considerado uma sumidade nesta língua por especialistas externos, se negava terminantemente a ler o *Novo Testamento*, pois estaria redigido numa

⁴⁸ O vídeo deve estar no Youtube, ou no site da TVE, que o apresentou várias vezes.

⁴⁹ Claro, estou apresentando uma opinião muito pessoal. Publicamos uma visão diferente, de João Hernesto Weber (na época da redação do texto, professor na UFSC; infelizmente, falecido; nascido e criado em Padilha, um lugar que fica em meio aos morros, numa linha reta entre Taquara e São Francisco de Paula). Recomendo a leitura, pois em relação aos fatos em si não discordamos, nossas diferenças estão na interpretação. Joãozinho Weber, apesar das ressalvas, a rigor, vai além de mim, ao confessar que “a escola proporcionou-me acesso àquilo que de mais interessante o Ocidente produzira” (WEBER, João Hernesto. O herdeiro. In: FISCHER; GERTZ, op. cit., p. 305-312; a citação está na p. 310). Uma perspectiva sobre a escola cunhada, sobretudo, por uma geração mais antiga de ex-alunos, está em DROSTE, Rolf (Org.). *Instituto Pré-Teológico: uma escola singular*. São Leopoldo: Associação dos Ex-Alunos do IPT, 1996.

linguagem de quinta categoria – lia somente os clássicos. Harald Kaestner não tinha batizado seu filho quando criança, deixando que alcançasse os 18 anos e decidisse por si mesmo. Albrecht Baeske (mais tarde, naturalizado brasileiro como Albérico), pastor alemão, ensinava, na aula de religião, que há informes confiáveis de que Jesus de Nazaré realmente existiu, que foi executado, que seus seguidores se reuniram, algum tempo depois de sua morte, decidiram que seus ideais deveriam ser retomados – e a coisa acabou dando certo.

As aulas de português, durante minha estada na escola, constituíram monopólio dos irmãos Dietschi, Ernesto e Siegfried, o primeiro nas quatro séries iniciais (ginásio), o segundo nas três últimas (colegial). Aprendia-se muita ortografia e gramática, mesmo que, às vezes, não entendesse a utilidade de saber o plural da palavra “paul” (“pauis”), em que Ernesto tanto insistia. Como ele era mais pacato e fosse nosso professor nas séries inferiores, a influência do irmão foi mais marcante.

Siegfried foi uma “figura”! Filho de pastor, havia exercido um papel não desprezível já com 21 anos de idade, quando, dentro do turbilhão da feroz “nacionalização” governamental dos anos 1940, fora diretor da Escola Evangélica Oswaldo Cruz, em Novo Hamburgo, cargo do qual o prefeito local, Odon Cavalcanti, queria defenestrá-lo, mas a Secretaria de Educação do estado o manteve.⁵⁰ Deve ter-se saído razoavelmente bem, pois no nosso tempo, cerca de 20 anos depois, além de professor no IPT, era diretor do Colégio Estadual Pedro Schneider, o “Pedrinho”.⁵¹

Dois fatos lançam alguma luz sobre sua personalidade: a) em determinado momento, foi eleito vereador de São Leopoldo, mas, logo no início do mandato, protagonizou um escândalo amplamente divulgado na cidade: partiu para uma briga folclórica com seus colegas, quando aconteceu uma convocação dos edis, devidamente “fardados”, para uma foto oficial dos integrantes daquela legislatura – disse que não fora eleito para isso, que havia coisas mais importantes a fazer; b) seu apelido na escola era “Maca-

⁵⁰ SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Tramas entrelaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 304 e 312.

⁵¹ Retornarei a ele, nesta condição.

co”, e isso teria acontecido porque um aluno aparecera na aula com a camisa aberta, ele teria aberto a dele, para mostrar que também tinha peito cabeludo.⁵²

Apesar de a escola ter sido um seminário luterano, as aulas de português de Siegfried Dietschi, nas segundas-feiras, consistiam na leitura e no comentário da coluna do pensador leigo católico Gustavo Corção, publicada no *Correio do Povo*, aos domingos.⁵³ Ele dizia que nos textos de Corção andavam juntos um conteúdo muito bom com uma escrita muito correta. Como admirador do pensador católico, a literatura lida ou sugerida em aula era a “clássica”: Machado de Assis, Monteiro Lobato, *Os sertões* de Euclides da Cunha foram lidos de cabo a rabo; ouvíamos críticas contundentes a Jorge Amado e a Érico Veríssimo.

Apesar dessa restrição quando se tratava de literatura, no campo estrito da redação de textos Dietschi teve uma influência significativa em minha formação. Não lembro mais se semanal ou quinzenalmente, ele exigia uma redação. Terminada, invariavelmente pedia a um aluno que colocasse seu texto no quadro-negro, e, então, começava uma crítica muito detalhada, na qual sobressaía a tentativa de eliminar o máximo de palavras, sem alterar o conteúdo. Esses exercícios se refletem na minha vida, até hoje: não consigo desenvolver nem textos nem falas longos – às vezes, isso me causa algum problema, mas no geral penso que é positivo, e se deve ao aprendizado com Siegfried Dietschi.⁵⁴

⁵² Sua filha Elisabeth, aluna do IPT, herdou o apelido “Macaca” – fato que não a impediu de ter sido a primeira mulher a concluir a Escola Superior de Teologia.

⁵³ Gustavo Corção era um leigo que representava a ala mais conservadora da Igreja Católica brasileira; seu contraponto era Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde. Escrevia aos domingos e às quintas-feiras no *Correio do Povo*, mas Dietschi só lia e comentava uma de suas colunas, por semana (PAULA, Christiane Jalles de. Gustavo Corção: apóstolo da “linha-dura”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 32, n. 63, p. 171-194, 2012).

⁵⁴ Esta tradição de boas aulas de redação, de gramática e de ortografia em português, no colégio, repercutiu “no mundo”. Lá por 1971, José Hildebrando Dacanal era editor do setor de notícias internacionais do *Correio do Povo*. Em março daquele ano, três meninos desceram o Morro do Espelho, para estudar na UFRGS. Dacanal os interceptou, e os contratou como corretores da parte do jornal pela qual era responsável. Consta que o nível melhorou bastante. Eram Ervino Barth, Eugênio Lagemann e João Hernesto Weber. Ervino era fino, urbano (de Novo Hamburgo), tocava violino; infelizmente, faleceu, pouco depois de formado. Sobre Joãozinho acabei de falar – cabendo lembrar aqui sua polêmica posterior com Dacanal em relação ao PT (DACANAL, José Hildebrando; WEBER, João Hernesto. *A nova classe: o governo do PT* no

Se os irmãos Dietschi não contribuíram muito para a abertura de horizontes intelectuais mais amplos via literatura, nem tudo estava perdido. O IPT sempre teve alguns professores alemães, e nosso tempo foi marcado pelos nomes de Harald Kaestner, Heinrich Faber e, em alguma medida, Herbert Willausch.⁵⁵ Ao contrário da tradição brasileira, um professor primário e secundário alemão costuma ter uma formação em duas ou três áreas (no mínimo, em duas), tipo Letras e História. Com isso, estes professores ministravam diversas disciplinas, fato que podia trazer vantagens significativas,

Começemos por Kaestner. Tratava-se de uma figura “tipicamente alemã”. Com careca reluzente, olhos esbugalhados, óculos de aro grosso, usando quase sempre gravata-borboleta, não tinha paciência com nada nem com ninguém. Tudo transcorria num ritmo alucinante, era áspero quando alguém errava ou apenas se mostrasse lerdo. Teve gente que sofreu com ele. Lírio Drescher tinha ingressado na quarta série, estava com uma defasagem de dois anos naquilo que tangia ao latim, tinha alguma dificuldade em acompanhar nosso ritmo. Kaestner resolveu ler os *Annales* de Tácito. Para isso, mandou confeccionar uma árvore genealógica da elite romana que ali era citada, numa folha de papel-almaço, com pedido insistente para que ela sempre fosse trazida para a aula, a fim de poder ser consultada para localizar personagens que fossem citados no texto. Em determinado dia, Lírio esqueceu sua folha com a árvore genealógica. Para evitar problemas no meio da aula, antecipou-se, e, logo no início, comunicou, encabulado, o esquecimento: “*Habe meinen Stammbaum vergessen*” (esqueci minha árvore genealógica). E Kaestner, muito rápido e em voz alta: “*Mann Gottes, bringen Sie sich morgen einen Klotz mit!*” (homem de Deus, traga amanhã uma tora).

Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Novo Século, 1999); segundo Lagemann, durante as discussões, consumiam oito garrafas de vinho, numa noite, a dois. Quanto a Eugênio, é professor na Economia da UFRGS. Certa tarde, logo após uma chuvarada, fui ao centro de Porto Alegre, e, na Rua da Praia, vi alguém, à minha frente, caminhando igual a um colono de Languiru (distrito de Teutônia), calça arregaçada, uma “perna” mais comprida que a outra, guardachuva servindo de bengala – apressei o passo, e constatei que era o próprio.

⁵⁵ Willausch era muito discreto, e não nos empolgou de forma especial, mas na literatura nos familiarizou com alguns autores alemães dos mais em evidência, na época (década de 1960). Pela importância, só vou fazer alguns poucos comentários sobre Kaestner e Faber.

Num outro momento, resolveu encenar a história de Teseu e o Minotauro, em latim. Mas tínhamos um problema: pelas suas características, havia poucas moças na escola, e nossa turma, em específico, entrou para a história como aquela sem uma única moça. Deveria encontrar-se uma menina de outra turma para colaborar. Fiquei encarregado de consultar Beate Schünemann, prima do futuro galã de novelas da Globo Werner Schünemann. Ela topou, mas estava numa série inferior à nossa, estudara menos latim. Também não sei se tinha muito tino para a representação teatral. Em todo caso, foi uma pequena tragédia. Por tê-la convidado, sentia-me constrangido, quando as coisas não funcionavam. Havia uma frase que ela dizia: “*Ariadne sum, puella*” (sou Ariadne, uma moça), só que Beate não dava a devida entonação na palavra “*puella*”, e Kaestner gesticulava, repetia a frase, dando uma entonação fortíssima à palavra. Foi constrangedor, mas no final deu certo.

Kaestner, no entanto, não era só isso. Ele também tinha um fino senso de humor. Aconteceu uma cena que ficou folclórica no colégio envolvendo Bolche (os apelidos eram tão marcantes, que não tenho mais certeza sobre o nome dele, creio que se chamava Hugo Decker). Bolche era um rapaz de pouca fala, mas muito inteligente, muito lido, e, no fundo, uma pessoa bem-humorada. O apelido, obviamente, era uma abreviatura de “bolchevista”. Certo dia, Kaestner fez uma pergunta olhando fixo para ele, e ele, mais que rápido, respondeu. Kaestner reagiu: “*Ich habe nicht Sie gefragt*” (não foi ao Sr. que perguntei). E Bolche, num misto de alemão e latim: “*Herr Kaestner, Ihre acies oculorum hat aber mich getroffen*” (Sr. Kaestner, é que seu olhar penetrante atingiu a mim). Kaestner deu uma gargalhada, e disse algo como “ok, esta você ganhou”.

Além da biblioteca comum, o colégio tinha uma biblioteca de coleções, na qual havia vários exemplares daqueles livros que eram lidos em aula. Como as turmas não eram grandes, o colégio emprestava esses livros, e eles eram recolhidos ao final da atividade, isto é, da leitura. Logo que chegou ao colégio, entrou na sala, verificou quais estavam à disposição, e desclassificou boa parte deles, encaixotando-os. Encomendou novos. Entre eles, estava uma edição barata do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, publicado pela editora Reclam.

Lemos com ele este importante documento, em sua versão original; ele apresentando um minucioso contexto histórico social, político e intelectual, interpretando frase a frase, apresentando manifestos paralelos, da época. Comentava filmes, sugeria livros da literatura universal – não só de autores alemães. Na época, por referências ou sugestões dele, tomei gosto por autores russos; li Tolstoi, Dostoiewski, Turgeniew, *Almas mortas* de Gogol me impressionou muito. Apesar de não lembrar mais detalhes do conteúdo, ficou muito marcada em meu cérebro uma semana de palestras e outras atividades dedicada a Dante Alighieri, organizada por ele, por ocasião de seu 700º aniversário, em 1965.

Assim, apesar do caráter aparentemente autoritário deste professor, representou para nós um contraponto fundamental de abertura, de ampliação de horizontes frente ao conservadorismo inequívoco dos Dietschi.

Algo semelhante devemos a Heinrich Faber. Este era um alemão claramente “atípico”. Jovem, ele e sua esposa personificavam a simpatia, simpatia confirmada para além de sua estada no Brasil. Em 1973, recebi uma bolsa para permanecer por alguns meses na Alemanha. Fiquei em Stuttgart, e os Faber, retornados à Alemanha, moravam em Faurndau, pequena cidade que não fica longe. Quando souberam de minha presença na Alemanha, me convidaram para passar com eles o feriadão de natal/ano novo. Foram dias maravilhosos.

Tenho certeza de que a liberalidade de Faber lhe custou ao menos uma censura, por parte da direção do colégio. Na sexta série (segundo colegial), foi nosso professor de classe. No último dia letivo do ano (1967), nos convidou, ao final da tarde, para ir ao Bar Barreto, localizado ao pé do Morro do Espelho, um conhecido “apêndice” do mesmo.⁵⁶ Ao contrário daquilo que nós mesmos imaginávamos, que iria pagar um refrigerante, acabou pagando uma cervejada. Eu tinha 18 anos e 10 meses, mas tenho certeza de que ao menos Wilson Arnold, o “bebê” da nossa turma, tinha

⁵⁶ Ainda que a senhora Barreto, que costumava atender no bar, enquanto o marido trabalhava como construtor, fosse pessoa de pouca conversa, ele era a simpatia em pessoa; pastores formados no Morro do Espelho não deixavam de dar uma passada no Barreto sempre que estivessem em São Leopoldo. Dietérico Krause, que foi pastor local por muitos anos, contou-me que ia tomar um chimarrão com “seu” Barreto mais de uma vez por semana.

menos de 18. Nos embebedamos todos. Quando voltamos ao colégio, já estava em andamento a formatura da sétima série (3º colegial); entramos no auditório, e nosso estado etílico foi claramente percebido. Nós alunos embarcamos para casa, na madrugada do dia seguinte, mas ele ficou, e, certamente, o assunto foi abordado com ele, pelo diretor do colégio ou do internato.

Em termos de influência intelectual, também foi fundamental para nossa formação. Basta citar um exemplo: além de muita outra coisa importante, lemos várias peças de Berthold Brecht, e ele nos dizia que tinha escolhido as mais obscenas, já que podiam ser lidas na nossa turma, sem maiores constrangimentos, pois não havia moças na sala.

Os professores alemães, portanto, contrabalançavam, de forma clara, eventuais “forças conservadoras”. Mas mesmo estas não eram tão terríveis quanto se poderia imaginar. Neste sentido, cabe fazer uma referência ao diretor do colégio – não do internato. Também era alemão, mas chegara ao Brasil em maio de 1938, tendo constituído família aqui. Deve ter sido brasileiro naturalizado. Autoclassificava-se como conservador, era uma pessoa muito ensimesmada, falava pouco, quase grunhindo. Mesmo assim, vivenciei com ele um episódio que me levou a guardar dele uma imagem de muito respeito. Vou autoplágio-me, pois já relatei este acontecido na *Festschrift* que colegas da UNISINOS e outros editaram por ocasião do 65º aniversário de Martin Dreher, colega do IPT, apesar de ter estado três séries à minha frente.⁵⁷

Em 1967, Martin Weingärtner e eu montamos uma chapa para concorrer à eleição da diretoria do grêmio estudantil, ele como presidente, eu como secretário, os dois cargos mais importantes. Depois de uma campanha agitada – pois contestamos a legitimidade da candidatura do presidente na chapa adversária –, fomos derrotados numa assembleia dos sócios que decidiu a respeito, já que os estatutos eram omissos em relação ao pon-

⁵⁷ GERTZ, René E. Dilemas para escrever uma história da imigração e da colonização alemãs. In: MÜGGE, Miquéias Henrique; MÜGGE, Erny; HAUENSTEIN, Iria (Orgs.). *Construindo diálogos. História, educação e ecumenismo. Homenagem a Martin N. Dreher*. São Leopoldo: OIKOS, 2010, p. 247-264.

to que nós invocávamos, mas ganhamos na urna. Fizemos uma boa administração.

Entre as atribuições da diretoria, estava a de editar, semestralmente, a revista *Nuntius*. Conseguia-se algum patrocínio para custear uma capa dura impressa, enquanto o miolo era feito com mimeógrafo a tinta. A revista era bonita, e despertava interesse, de forma que a oferta de artigos era relativamente grande. Cabia à diretoria fazer uma seleção daquilo que era conveniente e possível ser publicado.

Entre os artigos por nós selecionados, estava um de Cláudio Einloft, sobre o islamismo. Cláudio vinha lendo, há tempo, o *Alcorão*, numa versão alemã que havia na biblioteca, e parecia não ter apenas adquirido conhecimento a respeito do islã, mas manifestava simpatias por ele. Seu texto dizia que, além de Jesus, também Maomé deveria ser levado a sério. Martin e eu nos considerávamos cristãos “progressistas”, tolerantes, abertos ao diálogo, e achávamos que o texto deveria ser publicado. Mas, por outro lado, tínhamos receio das consequências. Não havia nenhuma determinação de submeter os textos a serem publicados no *Nuntius* à censura do diretor, mas, em função do texto “herético”, achamos prudente conversar com “papa” Höhn. No meu citado texto, faço uma detalhada descrição da cena transcorrida no gabinete dele.⁵⁸ Aquilo que interessa aqui é que ele autorizou a publicação, sugerindo apenas que, ao final do texto, colocássemos uma “observação da redação”: “Que os cristãos têm a dizer sobre isso?”⁵⁹

É possível que gente imbuída de um espírito “democrático radical” possa avaliar a situação como de extremo “autoritarismo”, classificar o colégio como ultrarreacionário, em função desta atitude do diretor. Objetivamente, não foi bem assim. O pastor Heinrich Höhn tinha sido nomeado

⁵⁸ Uma colega do Instituto de Física da UFRGS, ex-aluna do IPT, ex-nora do professor Hinrichs, amiga de Irene, filha do diretor, disse que minha descrição de seu jeito de ser, no referido texto, é perfeita.

⁵⁹ Em 1968, Cláudio Einloft foi estudar Economia na UFRGS. No primeiro final de semana de março, estava no IPT distribuindo panfletos de cunho marxista. Mais tarde, foi professor na UFSM; aposentado, administra uma pequena fazenda em São Pedro do Sul. Penso que tenha esquecido o islamismo.

por uma instituição cristã (uma igreja) para preparar jovens que deveriam constituir seu futuro clero, e a publicação de um artigo tão “permissivo” poderia ter-lhe custado a cabeça, isto é, o emprego. Na época (1967), estava muito em voga na Alemanha a expressão *Zivilcourage*, que obviamente também circulava entre nós. Lembro que, em uma conversa após a visita ao diretor, Martin e eu a aplicamos a ele.

Claro, nem só os professores alemães contribuíram para criar um clima cultural e intelectualmente positivo, dinâmico, “progressista”. Durante o segundo grau (5^a a 7^a séries), foi nosso professor de História Werner Altmann, sujeito novo, recém-formado pela UFRGS, mente aberta – que não falava só do Grêmio [Foot-Ball Porto Alegrense] em aula.⁶⁰ O enrugado professor Rudolfo Schreiner, aspecto de idoso, tinha uma mente muito aberta, realmente entendia de Álgebra, de Geometria, de Matemática; como eu tivesse certa preguiça em decorar fórmulas, chegava nas provas sem sabê-las, obrigando-me a desenvolver extensos cálculos para chegar a um resultado ao qual poderia ter chegado muito mais rápido, pelo atalho da aplicação de fórmulas; além disso, meu resultado diferia do de meus colegas, na segunda ou na terceira “casa” após a vírgula, pois se perdera algum resíduo; mesmo assim, ele me dava nota integral, pois meu raciocínio matemático, o desenvolvimento do cálculo fora correto.

Na área de ciências naturais, as aulas eram dadas por professores do Colégio Sinodal junto com os alunos do curso colegial clássico deles, já que as turmas de ambos não eram muito grandes. Mesmo que eu não simpatizasse com o tratamento que considerava um tanto infantil por parte de Ernest Julius Sporket, ex-aluno do IPT, nas aulas de Física, fui obrigado a reconhecer, *a posteriori*, que aprendi coisas fundamentais com ele.⁶¹

Numa conversa com Paulo Schneider, da UNIJUÍ, ele lembrou o caráter autoritário de nosso professor de alemão, nas primeiras séries, Karl

⁶⁰ Sobre Werner enquanto estudante em Porto Alegre, cf. DONNER, Sandra Cristina. *Os jovens luteranos e a “revolução brasileira”*: um estudo histórico da Congregação dos Estudantes de Porto Alegre, da Associação Cristã de Acadêmicos e da *Revista da Juventude Evangélica* na década de 1960. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2001, passim. Mais tarde, foi professor na UNISINOS, na USP, e, no final, mais uma vez na UNISINOS.

⁶¹ Anos depois, quando ele e eu trabalhávamos na PUCRS, almoçamos juntos, muitas vezes.

Sölter, um alemão que estava no Brasil desde os anos 1930. Não tive como discordar, mas, por outro lado, seu método foi eficaz, na idade em que nós estávamos, pois a solidez do alemão que aprendemos deveu-se a ele. Foi ele que nos ensinou tanto alemão que, mais tarde, podíamos ler *Fausto* de Goethe ou acompanhar, sem qualquer dificuldade, uma frase de página e meia em *Michael Kohlhaas* de Heinrich von Kleist.

Havia também fatores institucionais que contribuíam para nossa formação. O colégio assinava os dois grandes jornais de Porto Alegre (*Correio do Povo* e *Diário de Notícias*), a biblioteca estava muito bem equipada – mesmo que os irmãos Dietschi não endossassem Érico Veríssimo nem Jorge Amado, seus livros estavam à disposição⁶²; as principais obras da literatura universal podiam ser lidas, em alemão; ali estavam não só o *Alcorão*, mas também os principais livros sagrados das outras grandes religiões universais. Além disso, tínhamos acesso à biblioteca da Escola Superior de Teologia; quando recebíamos um tema para pesquisar, íamos para lá consultar a grande enciclopédia RGG (*Religion in Geschichte und Gegenwart* – Religião na História e na atualidade) –, que, ao contrário daquilo que sugere o título, não trata só de religião, tendo sido enriquecida, em sua edição mais recente, por um pequeno verbete de minha autoria sobre o “integralismo brasileiro”.⁶³

No final da sexta série (2º colegial), três colegas que não pretendiam ir para a Escola Superior de Teologia (Cristov Becker, Heinrich Krause, Wilson Arnold) deixaram o IPT; foram fazer o 3º colegial no “Pedrinho”, à noite, ao mesmo tempo em que prestaram serviço militar, para poder

⁶² Uma palestra de Érico Veríssimo, a convite do grêmio estudantil do colégio, veio a constituir-se em importante evento cultural em São Leopoldo.

⁶³ Certa feita, o professor Álvaro Valls, do Departamento de Filosofia da UFRGS, contou que quando queria ler Søren Kierkegaard ia para a biblioteca da EST, em São Leopoldo, onde há uma edição das “obras completas” do filósofo dinamarquês. Para a história intelectual deste estado e deste país, vale lembrar que o primeiro curso de pós-graduação em Teologia oficialmente reconhecido e avaliado com nota máxima pelas autoridades educacionais brasileiras foi o da EST – fato marcante, quando se leva em conta o discurso histórico de que 98% da população do país era considerada católica. E a qualidade daquilo que é feito na EST não é reconhecida apenas por gente conservadora – quando Maria do Rosário Nunes foi Secretária de Direitos Humanos da presidência da República, ao tempo de Dilma Rousseff, a pastora-doutora Marga Janete Ströher foi sua Assessora de Direitos Humanos e Diversidade Religiosa.

dedicar-se, a partir de 1969, ao estudo universitário.⁶⁴ No início de nosso último ano letivo no colégio, éramos ainda dez. Mas mesmo estes não estavam todos convictos de que iriam para a EST. Peter Naumann logo deixou claro que iria cursar Letras na UFRGS. Tinha perfil para isso. Seu entusiasmo por latim e por grego era tamanho que não se contentava com aquilo que se fazia em sala de aula, frequentava a casa dos respectivos professores, em horários extraclasse, para praticar leituras mais intensas e complexas, nas duas línguas.⁶⁵

Outros “brincavam” com a ideia de fazer vestibular – ainda que, no final, tivessem ido estudar Teologia. Mas neste contexto, comecei a ter dúvidas se realmente queria ser pastor. Deve ter ocorrido um processo psicológico que eu só entendi *a posteriori*. Nunca fui uma pessoa de linha de frente, nunca fui alguém que se sentisse líder, capaz de tomar grandes iniciativas, de entusiasmar massas. Neste momento, era secretário do grêmio estudantil, e fazíamos um bom trabalho, mas se meu trabalho tinha alguma importância era justamente porque não era presidente, mas sim o “segundo homem”, aquele que dava apoio firme e consistente ao líder. Como pastor, eu deveria ser líder, deveria capitanear uma comunidade. Assim, foi ganhando corpo a ideia de desistir. Claro, havia tempo até perto do final de ano para uma definição final e pública, pois o ingresso na EST estava garantido com a conclusão do IPT, portanto não havia necessidade de revelar minhas conjecturas silenciosas.

Processo decorrente daquilo que se passava em minha cabeça sobre ser ou não ser pastor foram as preocupações com as alternativas, caso a

⁶⁴ Havia uma tradição que indicava que ex-alunos do IPT dificilmente escapavam do serviço militar, caso não fossem para a EST (seminaristas e estudantes de Teologia estavam isentos, por lei). Não se sabe se isso se devia à solidez de sua formação ou se a prática derivava da política desenvolvida desde a década de 1930 de utilizar o serviço militar como forma de “nacionalizar”, “abrasileirar” jovens considerados “germanizados”.

⁶⁵ Peter fez o curso na UFRGS, depois foi à Alemanha fazer doutorado, com Hans Ulrich Gumbrecht, na época professor na Universidade de Bochum; pelo fato de ter comprado uma briga com ele, por causa de uma questão de política de centro acadêmico, não concluiu sua tese sobre Machado de Assis. Virou tradutor muito bem remunerado – a imprensa brasileira já publicou fotos em que aparece sentado entre mandatários brasileiros e alemães, traduzindo diálogos marcantes para os dois países; traduziu as falas de Jürgen Habermas e de muita outra gente importante, em eventuais estadas no Brasil.

desistência do estudo de Teologia se concretizasse. Pela origem social, não alimentava pretensões em relação a algum curso ou alguma profissão nobre; além disso, o fato de que nosso colégio se classificava como “clássico” (não “científico”) sugeria um direcionamento para as ciências “humanas”, e não para as “exatas”. Além disso, havia certa preocupação com meus pais, para quem uma mudança de “pastor” para “professor” não representaria grande “ruptura”, e seria mais “digerível”. Por tudo isso, o mais natural seria um curso que formasse professores da área de “humanas” (Filosofia, Geografia, História, Letras, OSPB – Música e Artes Plásticas não entravam em cogitação por causa de minha total insensibilidade para com elas).

Para compreender minha escolha, é preciso referir mais um professor alemão com quem tivemos aula no último ano. Foi o professor Hans Strauss. O próprio diretor Höhn, certa vez, relatou que em conversa com ele, que lecionava na EST, ouvira a opinião de que a formação dos egressos do IPT era muito boa, mas que poderia ser melhor na área da Filosofia. Em consequência, Höhn o teria convidado a ministrar esta disciplina, que só ocorria na última série. Elegante, alemão moreno, comparecia às aulas – ao menos em dias com sol mais intenso – de óculos escuros, fato que impressionava os coloninhos. Logo no início do semestre, contou que palestrara na Faculdade de Medicina da UFRGS sobre um tema polêmico (não lembro mais qual foi), e que havia “saído uma fumacinha da cabeça de alguns estudantes” (*bei einigen Studenten hat's da oben geraucht*). Nesta oportunidade, nos contou que, além de doutor em Teologia, tinha cursado oito semestres de Medicina (curso que concluiu após seu retorno à Alemanha).

Tentar fazer sair uma “fumacinha das cabeças” era a tática pedagógica dele. Desde logo, disse que não adotaria um manual de Filosofia, pois achava que se deveria ter um contato direto com o texto dos próprios filósofos. Ainda que não nos proibisse de recorrer à então clássica *Kleine Weltgeschichte der Philosophie* (Pequena história universal da filosofia) de Hans Joachim Störig, adotou um livro que era uma coletânea de excertos de passagens “densas” de filósofos que iam de Heráclito a Heidegger.

Com isso, comecei a me entusiasmar por Filosofia. Decidi que estudaria “Filosofia pura” – esta expressão, creio, derivava do fato de que as

Faculdades de Filosofia, em suas origens, congregavam todas as disciplinas de formação de professores, incluindo as “exatas”, como Biologia, Física, Química, Matemática, de forma que “estudar Filosofia” poderia significar fazer um curso para ser professor; quem quisesse estudar Filosofia mesmo deveria fazer “Filosofia pura”.

Tomada a decisão, faltava esperar uma situação apropriada para comunicá-la ao diretor. Como bolsista, ao menos parcial, sentia-se uma obrigação moral de explicar uma decisão que contrariava a expectativa até então depositada na gente. Numa noite em que “papa” Höhn estava de plantão no internato, fui até a sala de professores em que ele se encontrava e lhe comuniquei minha decisão. Sua reação foi calma, como sempre. Disse que a igreja não precisava só de pastores, mas também de leigos que atuassem “no mundo”.⁶⁶ No fatídico 13 de dezembro de 1968 – dia da edição do Ato Institucional n. 5, o famigerado AI-5 –, nos formamos, e começava uma nova etapa em nossas vidas.

⁶⁶ Höhn havia sucedido, na direção do IPT, ao presidente do então Sinodo Riograndense, pastor Hermann Dohms. Este havia criado, em 1936, o Colégio Sinodal, com o objetivo claro de formar uma elite luterana a “infiltrar-se” na sociedade gaúcha e brasileira. Quando o professor Tuiskon Dick se tornou reitor da UFRGS, em 1990, brinquei com ele que a “infiltração” no cargo mais elevado da universidade pública federal demorara 53 ou 54 anos para efetivar-se. Seu antecessor, Gerhard Jacob, também era luterano, mas não estudara no Sinodal. Obviamente, essa “infiltração” nem sempre funcionou como Dohms a imaginara; apesar de ter jogado muito basquete com futuros teólogos luteranos, no Tigris, Ruy Carlos Ostermann nunca foi exatamente um entusiasta divulgador de coisas germano-luteranas (OSTERMANN, Ruy Carlos. Pequenas memórias alemãs [o conflito sempre mal resolvido de Ostermann versus Ostermann ao longo de circunstâncias que nem sempre ajudaram]. In: FISCHER; GERTZ, op. cit., p. 316-320). Como o conflito anunciado no título não está graficamente sinalizado, convém informar que se trata do “abrasileirado” Östermann versus o original Östermann.

4. Vida acadêmica e atuação profissional

Estudo na UNISINOS

Não lembro se aventei a possibilidade de fazer vestibular na UFRGS. Imagino que tenha ocorrido um processo de inércia: o coloninho de Machado tinha vivido sete anos em São Leopoldo, e conhecia a cidade, mas nutria algum medo, mesmo que inconsciente, de enfrentar a grande cidade de Porto Alegre. Também não registro em minha memória conjecturas sobre os custos de moradia, alimentação e mensalidades escolares. Este problema acabou se resolvendo, ao longo do processo, mas provavelmente eu contava como certo que teria de prestar serviço militar, com que teria como sobreviver no primeiro ano, e haveria tempo para pensar numa solução para o futuro. Além disso, os pais tinham decidido que minha irmã ficaria mais um ano em casa, antes de sair para fazer o ginásio, com que poderia continuar a ganhar alguma ajuda deles.⁶⁷

Na época, a UNISINOS ainda não existia – seria criada, oficialmente, só em meados de 1969. Havia duas ou três unidades isoladas. Para meu caso, entrava em cogitação a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ocorria um vestibular geral para esta unidade, e quem fosse aprovado podia matricular-se num dos diferentes cursos, obedecendo à ordem de classificação, até preencher o número de vagas. Fiquei classificado em terceiro lugar. Em primeiro lugar, tinha ficado o professor Ernest Sarlet, da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, que, obviamente, já tinha um curso superior, mas queria fazer Filosofia, como eu. Não lembro quem ficou em segundo lugar. Nos matriculamos, mas alguns dias depois recebemos a comunicação de que o curso de Filosofia não sairia, pois não havia número mínimo suficiente de alunos. Quem quisesse, poderia optar

⁶⁷ Iria ingressar na Colégio Presidente Getúlio Vargas, de Três de Maio (hoje SETREM), em 1970, concluindo-o em 1973.

por qualquer outro curso oferecido pela instituição, a matrícula seria garantida.

Eu não tinha noção do mundo realmente existente, e não tinha sequer pensado na possibilidade de que Filosofia poderia não ser oferecida. Não havia elaborado nenhum plano B. Num ato impulsivo, matriculei-me em Letras. Mas, no decorrer de poucos dias, comecei a ter dúvidas se era aquilo que eu queria. Havia o curso de Estudos Sociais, licenciatura curta, com duração de três anos, o qual, uma vez concluído, abria a possibilidade de “emendar” uma licenciatura plena, com várias terminalidades: Ciências Sociais, Geografia, História, Pedagogia (?). Acabei concluindo que seria uma alternativa melhor que Letras. Fui à secretaria explicar meu caso, e não houve nenhuma dificuldade em mudar mais uma vez.

* * *

Antes de comentar alguns aspectos de minha vida universitária na UNISINOS, devo, porém, referir certos eventos paralelos.

Em primeiro lugar, como era de esperar, fui convocado para o serviço militar, não o comum, mas o curso de preparação de oficiais da reserva. Mesmo que as atividades, em princípio, se restringissem ao turno da manhã, permitindo a frequência à universidade à tarde ou à noite, havia um número considerável de dias em que ocorria convocação para alguma atividade à tarde, turno das minhas aulas. Mesmo que, por lei, as faltas decorrentes de atividade militar fossem abonadas, a situação afetou, em alguma medida, minha vida universitária. Mas esta situação restringiu-se ao primeiro ano.

Além disso, Martin Weingärtner, que fora meu colega no IPT por seis anos, e com quem eu havia dividido a direção do grêmio estudantil por um ano – quando imaginamos ter feito um bom trabalho –, começara a estudar Teologia, e fora convidado a ser editor da revista *Presença*, da Juventude Evangélica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Convidou-me a ajudá-lo. Aceitei.

No grêmio estudantil, não fazíamos “política”, incentivávamos o debate, as leituras “críticas”, mas nosso trabalho era essencialmente prá-

tico.⁶⁸ Lembro apenas de algumas brincadeiras e de uma ou outra reivindicação a que se poderia atribuir algum sentido “político”. Em termos de brincadeira, cito o carregamento da placa de mármore com a inscrição “Sínodo Riograndense”, que sinalizara a entrada para o Morro do Espelho, derrubada, no último ano de nossa estada no colégio (1968), por causa da extinção do sínodo e da criação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, de âmbito nacional.

Num final de tarde de domingo, buscamos a placa, e a “plantamos” no meio de uma floreira ao lado da escada que dava acesso ao prédio que sediara, originalmente, o sínodo; acima da inscrição, colamos uma faixa de papel com os dizeres “Aqui jaz”, e abaixo uma estrelinha com a data de fundação, em 1886, e uma cruz com a da extinção, em 1968. Nossa brincadeira, aparentemente, não contou com muita simpatia, pois ao meio-dia de segunda-feira a placa estava removida. Contamos apenas com uma referência compreensiva dessa grande figura humana que foi o pastor Bertholdo Weber (o Webão), coloninho da Linha Marcondes, lá perto de Gramado, provavelmente o único ex-ipetense que participara da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial.⁶⁹

Uma “luta” mais séria havíamos travado, em 1967, com o presidente do sínodo, Karl Gottschald, quando foi anunciado que o pastor Albrecht Baeske deixaria de ser professor no IPT para trabalhar numa comunidade. Não tivemos sucesso, mas como ele foi alocado em Esteio, íamos visitá-lo, com frequência.

Agora, porém, tínhamos feito um *upgrade* para o nível de estudantes de nível superior, e nos politizamos – claro, isso tudo de forma muito moderada, contida e específica, pois tínhamos plena consciência daquilo que o AI-5 significava.

⁶⁸ Não tínhamos nada a ver com aquilo que estudantes universitários luteranos faziam em Porto Alegre (DONNER, op. cit.). A revista *Presença* foi a sucessora da *Revista da Juventude Evangélica*.

⁶⁹ WEBER, Bertholdo. Um encontro na guerra. In: FISCHER; GERTZ, op. cit., p. 240-242. A obra de Weber com crianças órfãs (PROAME) foi reconhecida pela rainha Sílvia da Suécia, que a visitou. Quando faleceu, em 2002, o capuchinho frei Rovílio Costa lhe dedicou um emocionado necrológio. Era muito amigo do bispo católico Dom Sinésio Bohn.

Por acaso, eu havia descoberto *O Pasquim* logo no início de sua circulação, em final de junho de 1969.⁷⁰ Mais tarde, Martin e eu fomos acusados de reproduzir, na revista *Presença*, uma linguagem e uma perspectiva *pasquinianas*, que não atingiriam os jovens luteranos, em grande parte com formação e condição social modestas, pelo interior. Nossa intenção tinha sido “revolucionar” ali onde era possível, na linguagem e em algumas temáticas.

Mas também nos politizamos de forma expressa. Em novembro de 1970, o presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, pastor Karl Gottschald, acompanhado dos pastores Augusto Ernesto Kurnert e Ernesto Schlieper, teve uma audiência com o presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, para entregar o “Manifesto de Curitiba”, que havia sido lançado pouco antes, sobre a situação política brasileira. Após a audiência, Gottschald deu uma entrevista à imprensa. Nós submetemos seus termos a um crivo crítico, cobramos “nomes aos bois” em relação a algumas referências só compreensíveis para iniciados.

Conto esta história porque partidos políticos costumam patrocinar o ingresso de militantes seus em universidades a fim de, através do envolvimento na política estudantil, aperfeiçoar-se como “quadros” partidários, como futuros líderes. Não se pode esquecer, no entanto, que igrejas e instituições a elas vinculadas têm exercido papel significativo na formação de lideranças, também “para o mundo”.

Quinze anos depois de nossa crítica à direção da IECLB, um grupo de jovens militantes da Juventude Evangélica da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), a segunda igreja luterana brasileira, investiu pesado contra a direção de sua instituição. Posicionando-se no contexto da convocação de uma assembleia nacional constituinte no Brasil, cobraram de seus líderes que “os cristãos façam a redescoberta da dimensão social do amor

⁷⁰ Tive o cuidado de guardar este jornal (bem como outros títulos da chamada imprensa “nânica” que surgiram ao longo da década de 1970), mais tarde, encadernei tudo; são coleções quase completas, que vão até o final de 1977, quando me ausentei do país. Antes de aposentar-me, no início de 2017, todas essas coleções foram doadas à PUCRS, encontrando-se no Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural, da universidade. Lá, “concorrem” com algumas coleções semelhantes de Antônio Hohlfeldt.

cristão [...], um princípio central do Novo Testamento enunciado por Cristo e resgatado por Martinho Lutero no século XVI, após séculos de obscurantismo e alienação”.⁷¹

No mínimo dois dos cinco signatários deste manifesto, ambos pertencentes a famílias de pastores, são hoje personagens de destaque, neste país. Um deles já foi Secretário de Estado, aparece com frequência nos grandes meios de comunicação, envolvido em debates sobre os destinos do Brasil e do mundo, é curador de um projeto que traz, anualmente, os mais destacados pensadores do planeta, a fim de apresentar aqui suas ideias. O outro é reitor de uma grande universidade brasileira.

Além de meu envolvimento com a revista *Presença*, houve outro motivo para não me afastar da “militância” no campo religioso. Mesmo que não tivesse tomado conhecimento de nenhuma discussão neste sentido, imagino que a IECLB tenha acompanhado a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que acabou sendo promulgada em 1971. Certamente, se sabia que o ensino religioso nas escolas – mesmo nas públicas – continuaria garantido. E é muito provável que por isso tenha sido criado e instituído, a partir de 1969, um Instituto Superior de Catequese e Estudos Teológicos, em São Leopoldo⁷², com o objetivo de formar professores para essa área, já que, até então, pastores costumavam assumir a tarefa, tornando precária a presença da igreja fora das escolas de sua própria rede.

A igreja estava disposta a fazer um investimento significativo neste projeto, pois além da gratuidade do curso, ofereceu bolsas para custear o estudo em universidades, já que a ideia era não formar professores exclusivamente para a disciplina de Religião – comentava-se que a aula nesta área seria mais eficiente se o(a) professor(a) também desse aula, aos mesmos alunos, numa disciplina “mundana”. Essa oferta de bolsas foi, obviamente, um fator motivador para aderir, pois, no meu caso, resolveria as preocupações com a sobrevivência material, depois de sair do quartel, a partir do

⁷¹ HUFF Júnior, Arnaldo Érico. *Vozes da ortodoxia – o Sínodo de Missouri e a Igreja Luterana do Brasil: processos de formação e relações nos contextos da I Guerra Mundial e do final do regime militar*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006, p. 239.

⁷² Um curso paralelo ao de São Leopoldo foi instalado também em Porto Alegre, mas não vingou.

segundo ano. O curso ocupava dois turnos por semana, sábados pela manhã e uma noite. Em termos de carga-horária, eram 120 horas-aula por semestre, num total de 960, ao longo dos quatro anos de duração.

As aulas eram ministradas, basicamente, por docentes da Escola Superior de Teologia. As de Antigo e Novo Testamento foram assumidas por especialistas, pessoas que haviam concluído há não muito tempo o doutorado na Alemanha, Nelson Kirst e Gottfried Brakemeier, respectivamente.⁷³ História Eclesiástica tivemos com Martin Dreher, que estava se preparando para ir à Alemanha doutorar-se na área – tinha reunido muito material sobre a história da IECLB, e nos instigava a analisar essa documentação; suas aulas não ficavam devendo nada à maioria das aulas que eu frequentava na UNISINOS. Harald Malschitzky apresentou-nos as grandes religiões universais; Martin Volkmann tentou mostrar as concepções pedagógicas que caracterizaram a história do luteranismo.

De fora da EST, tivemos aula com Ernest Sarlet, da Fundação Evangélica, de Novo Hamburgo, envolvendo questões de Didática e de Psicologia. Kurt Schmeling, da mesma instituição, ministrou uma disciplina de Arte Sacra – lembro que um dos assuntos tratados foi a representação do Crucificado ao longo da história da arte latino-americana. Hans Günther Naumann, “eterno” diretor da Escola Normal Evangélica, ensinou música; mas não estava muito preocupado com os sons, e sim com as letras; naquele tempo, tinha sido editada uma coleção sobre música popular brasileira, com discos de vinil acompanhados de um caderno com informações sobre os compositores etc., mais a transcrição dos textos; como eu a tinha comprado, acabei fazendo um trabalho sobre as imagens e concepções de Deus que transparecem nos textos; Naumann gostou muito de meu escrito, a ponto de ter feito referência a ele, muitos anos depois.

Em resumo, tive uma formação relativamente sólida para ser professor de Religião. Em 1973, ainda recebi uma bolsa de estudos da Federação

⁷³ Na época, li com muito interesse um manual clássico sobre a história de Israel, mais tarde traduzido para o português (METZGER, Martin. *Grundrisse der Geschichte Israels*. Neukirchen-Vluyn: Neukirchner Verlag des Erziehungsvereins GmbH, 1963 – *História de Israel*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1972). Comentava o conteúdo com meu professor de História Antiga, na UNISINOS, Arno Kern.

Luterana Mundial para, durante um semestre, aperfeiçoar-me na Alemanha. De fato, acabei dando relativamente poucas aulas de Religião em minha atividade de professor de ensino de primeiro e segundo graus. Muitos anos depois, já professor na UFRGS, comentei o fato com esse grande colega que é José Rivair Macedo, e ele me contou que também havia lecionado Religião, sem uma formação específica para a área.

* * *

Concluído este excuro, voltemos à minha formação na UNISINOS. Para evitar que me cobrem um posicionamento pessoal geral a respeito da instituição, começo pelo “fim”, pelo “resultado”. Não sei se existem “adensamentos”, concentrações de talentos em certos momentos da História, mas desconfio que algo assim tenha acontecido com as turmas de Estudos Sociais de 1968/1969. Talvez pelo fato de que a UNISINOS tenha sido criada em 1969 tenham sido necessários alguns remanejamentos curriculares. Fato é que essas duas turmas andaram meio juntas, nos cruzamos em várias disciplinas. Numa retrospectiva, tenho a impressão de que nelas estava um percentual de estudantes relativamente grande que “deu certo”. Fizeram cursos de pós-graduação, e atuaram no mundo acadêmico e em instâncias similares – além, óbvio, daqueles que se destacaram em outras atividades, como diretores de escolas etc.

De memória, sem qualquer pesquisa sistemática, lembro de Ana Maria Goldani (USP), Ângelo Dalcin (UNISINOS, foi candidato a prefeito de São Leopoldo), Elizeu Calsing (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA), Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS), Julieta Beatriz Ramos Desaulniers (PUCRS; Ministério da Educação e Cultura), Margit Petry (UNISINOS – ainda que na condição de jurista, pois fez dois cursos simultaneamente), René Gertz (PUCRS e UFRGS), Ricardo Rosatto (UFSM, onde foi vice-reitor), Sadi Dal Rosso (UnB, onde foi primeiro presidente do ANDES); da turma de 1970, ainda registro Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB) e Sílvia Moehlecke Copé (UFRGS).

A começar pela atividade política dos órgãos estudantis, certamente ela nunca fora significativa, e se reduziu a quase zero a partir de 1969, com o AI-5. Flávio Warken era diretor ou presidente do centro acadêmico, mas

fora chamado pela Direção para ficar sabendo que deveria evitar qualquer atividade “política”; nos anos de 1969 e 1970, tivemos um pequeno grupo de rapazes e moças de diversos cursos que aproveitou o espaço do Centro Acadêmico (CA) para fazer churrascos, com algumas bebedeiras “homéricas” (não sei dançar, mas contou-se que, numa delas, eu havia feito uma espetacular apresentação de “danças russas”).

Grande parte dos estudantes não estava muito politizada por natureza; sobretudo entre as moças, havia número significativo que pertencia às melhores famílias do vale do Sinos. Havia duas freiras com quem se podia ter uma conversa bem franca, até sobre política; talvez pertencessem a alguma ordem mais “progressista” ou se sentissem seguras dentro do hábito. Falas um pouco mais indignadas podia ouvir-se de meu quase conterrâneo Ângelo Dalcin, que era professor em uma escola primária na zona rural, para onde ia de moto, e de José Clóvis de Azevedo, o qual, porém, ficou somente um ano conosco (talvez, apenas um semestre?), quando se transferiu para a UFRGS – acabou sendo mais um que “deu certo”, pois chegou a secretário de educação do Rio Grande do Sul, no governo Tarso Genro.⁷⁴

A qualidade dos nossos professores “espraiou-se” por um leque relativamente amplo. Eu costumava levar *O Pasquim* para a aula, seja para ler, mostrar alguma coisa a colegas ou emprestar. Em determinada ocasião, o professor de uma disciplina me viu com o jornal, perguntou que era; como não conhecesse, mostrei-lhe; ficou pasmo que podia existir gente neste planeta produzindo e publicando uma coisa dessas. Sua opinião refletia a qualidade daquilo que ensinava.

No primeiro ano, tivemos várias disciplinas consideradas “do básico”. Uma delas era Filosofia. Considerando minha frustração com a impossibilidade de fazer o curso de Filosofia, tive muita expectativa em relação à disciplina. Foi frustrante, quando o professor começou a ensinar silogismos.⁷⁵ Disse-

⁷⁴ Seu currículo Lattes não registra passagem pela UNISINOS, constando como estudante de História da UFRGS, desde 1969. Talvez tenha esquecido esta etapa de sua vida, pois, neste caso, tenho certeza de que não se trata de falha em minha memória.

⁷⁵ Para quem não sabe que é um silogismo: a) todos os homens são mortais; b) Pedro é um homem; logo c) Pedro é mortal.

lhe que esperava que fosse ensinada Filosofia mesmo. Ele disse que poderia programar alguma coisa sobre Santo Tomás de Aquino. Disse-lhe que eu queria Kant. Não lhe contei que quando havíamos tratado de Kant, com Hans Strauss, no IPT, ele nos explicara que provas da existência de Deus são bobagem, que a Filosofia não é nenhuma *ancilla* (serva) da Teologia, que as duas são coisas diferentes e independentes entre si. O professor desconversou, dizendo que havia um programa oficial, obrigatório a ser cumprido.

Tendo esquecido parte daqueles professores e daquelas professoras que não tiveram maior influência em minha primeira formação universitária, tomo a liberdade de nominar outro(a)s, do(a)s quais guardo alguma lembrança positiva. Começo por aquele(a)s que não eram da área de História. Os jesuítas Martinho Lenz e José Odelso Schneider lecionavam Sociologia. Suas aulas eram bem estruturadas, não eram nada dogmáticos ou cegamente comprometidos com alguma escola sociológica específica, podia transparecer algum “ranço” teológico, mas era aquele que também eu conhecia do IPT.⁷⁶ Com Victor Becker tivemos Geografia Humana; ele fazia questão de dizer que os autores que tentava apresentar eram todos adeptos de uma linha “crítica”. Victor era um ótimo papo fora da sala de aula. Tinha sido sargento do exército; era amigo de Werner Altmann; e tornou-se, mais tarde, conhecido doutrinador de militantes políticos (voltarei a citá-lo, num outro contexto). Sua esposa Lia Bergamo Becker ensinou, com competência, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus.

Outro caso interessante foi Reinholdo Aloysio Ullmann, ex-jesuíta. Ensinava Geografia Física. O preparo de suas aulas era exemplar. Entrava na sala, colocava um detalhado esquema no quadro-negro, e seguia-o, rigidamente. Costumava descambar para excursos, mas quando achava que tinha se desviado demais, apontava com o dedo para aquele item de seu esquema em que estava, e dizia “prossigamos!”. Sua origem seminarística talvez tenha sido responsável por cacoetes que eu conhecia do IPT – a exemplo das *Eselsbrücken*⁷⁷, “ganchos” para auxiliar a memória. Ao tratar das

⁷⁶ Martinho Lenz pediu um trabalho semestral. Optei por fazer uma análise do livro de Clovis Lugon sobre *A república “comunista” cristã dos Guaranis* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968). Me deu “dez”, e acrescentou um comentário emocionado sobre a destruição desta experiência.

⁷⁷ Literalmente, “pontes [apoios] para burros”.

eras geológicas do planeta Terra, por exemplo, recomendou que pensássemos numa linda atriz italiana de nome Ca-or-ci de Car-pe, para memorizá-las. Gostava de esnoar seu latim e seu grego – sempre que aparecia um termo técnico cuja etimologia fosse grega ou latina, referia o original. Certo dia, apareceu a palavra “pedologia”. Ele parou, meditou, ouviu-se dizê-lo em voz baixa “*pais, paidós*”, mas recuou; esta palavra grega (“criança”) tinha a ver com “pedagogia”, mas não com “pedologia”. Gritei: “*pédon, pédou, die Erde, der Boden*” (a terra, o solo). Olhou-me, sorriu e agradeceu, concordando. Depois veio conversar comigo, para saber quem eu era, de onde sabia grego. Passou a gostar de mim.⁷⁸

Falta referir quatro pessoas mais específicas da área de História. Padre Pedro Ignácio Schmitz ensinava História da América Pré-Colombiana; quando precisava faltar, por alguma razão, vinha Ítala Basile Becker. Ela parecia preparar bem melhor sua aula que o “titular”, mas este era um fenômeno. Começava com uma fala que parecia “conversa mole”, mas, aos poucos, a gente notava que a coisa “engrossava”, que aquilo começava a fazer sentido, e despertava nossa atenção. Hoje é um dos mais destacados arqueólogos do país.

Beatriz Vasconcelos Franzen foi a “eterna” coordenadora do Departamento de História da UNISINOS. Por esta razão, se lidava muito com ela fora da sala de aula, estava sempre presente. Em termos de ensino, dava História Moderna e Contemporânea. Era uma professora de tipo tradicional. Enquanto na aula de outro(a)s professore(a)s se faziam muitos “trabalhos”, Beatriz dava aula falando o tempo todo, como uma metralhadora. Aquilo que nos impressionava era o imenso conhecimento factual que tinha. Falava de detalhes dos entrelaçamentos familiares dos reinantes da Europa, ao longo de séculos, sem consultar qualquer anotação. Mais tarde, como professor, muitas vezes pensei nela, quando colegas tinham a “interpretação” de qualquer situação histórica “na ponta da língua”, mas tinham muito poucos fatos a apresentar em sua defesa.

⁷⁸ Mais de dez anos depois, nos tornamos colegas na PUCRS. Recorri muitas vezes a ele para esclarecer dúvidas de latim e de grego, durante minhas traduções de textos em que apareciam passagens nessas duas línguas. Com frequência, dava aulas de grego e de latim para interessados.

Helga Iracema Landgraf Piccolo era “dona” de todas as histórias do Brasil; creio que eram cinco, ao todo (pois havia HB I, II e III, mais Rio Grande do Sul e “questões seletas”). Inspirava medo. Contava-se a história de I. P., que não tinha conseguido aprovação em várias tentativas, fora fazer vestibular na Universidade de Caxias do Sul, cursara ali, mas quando veio com o atestado não obteve revalidação, pois o conteúdo da ementa não coincidia com a da UNISINOS. Não havia que fazer. Matriculei-me em História do Brasil I, aguardando pelas “coisas que haveriam de vir”.

Creio que foi na segunda semana de aula quando a professora explicou que a exploração do pau-brasil, no começo da colonização, se dava por “livre escambo”. Levantei a mão, e perguntei por que – se foi instituído o “livre escambo” – D. João VI, ao chegar ao Brasil, teve de decretar a famosa “abertura dos portos”? Caramba! O mundo desabou sobre minha cabeça. Perguntou se eu, na qualidade de estudante de História, tinha a mínima ideia sobre periodização histórica, sobre cronologia, pois entre o “livre escambo”, lá no início da colonização, e a vinda de D. João VI tinham transcorrido 300 anos. Encolhi-me na cadeira, e fiquei quieto por meses. Num trabalho de casa sobre o município no período colonial recebi nota três. Nas provas, as notas não eram muito melhores.

Pelas regras da UNISINOS, no final do semestre o aluno poderia pedir ao(a) professor(a) a anulação de uma das notas, e sua substituição através de uma “prova de recuperação”. Por alguma razão, a “prova de recuperação” daquele semestre, na disciplina, foi marcada para um sábado à tarde. Reservei a sexta-feira à noite e o sábado de manhã para estudar. Mas durante a sexta-feira, agravou-se a tal ponto uma gripe que tive de ir para a cama; no sábado de manhã, acordei profundamente febril; não consegui fazer mais que ler um pequeno texto de Nelson Werneck Sodré sobre o “ciclo da mineração”, em seu livro *Que se deve ler para conhecer o Brasil?*. Trata-se de um livro em que, a cada capítulo, se faz uma breve exposição do respectivo assunto, seguida do arrolamento de uma relativamente extensa bibliografia.

Ao chegar à sala da “prova de recuperação”, a professora colocou sobre a mesa cinco estreitas tiras de papel, com a face escrita voltada para baixo, e pediu que escolhesse uma delas. Apontei para uma, ela me passou

o pedaço de papel, e disse que a tarefa da prova estava ali. Era uma frase de Nelson Werneck Sodré retirada do texto que eu havia lido pela manhã, e eu deveria *interpretá-la*. Como tinha lido o texto poucas horas antes, senti que tinha alguma chance de melhorar minha nota.

A comunicação do resultado foi marcada para alguns poucos dias depois, quando seria entregue pessoalmente pela professora, na sala dos professores. Ao comparecer à sua frente, olhou-me, por algum tempo, de cima a baixo, depois me estendeu a folha da prova. Em vermelho, ali estava a nota “dez” (inclusive assim, por extenso). Este foi o momento de inflexão na minha relação com a professora.

Pelo importantíssimo papel que exerce na historiografia gaúcha, não posso deixar de registrar minha opinião a seu respeito. Na verdade, este papel não decorre tanto do volume e da densidade de sua produção intelectual, de suas pesquisas e de suas publicações – sem dúvida, importantes –, mas muito mais da sua capacidade de “mobilização”, de despertar interesse pela pesquisa, em seus alunos. Lembro-me muito bem de um bordão a que recorria com alguma frequência: “ali tem uma questão que está me eminhocando” – e a gente saía pesquisando, para tentar achar a solução. É desse fato que decorre a amplitude dos posicionamentos teórico-metodológicos entre seus inúmeros discípulos e inúmeras discípulas. Sua “escola” não se caracteriza por nenhum princípio doutrinário, muito menos é dogmática, mas se fundamenta na amplitude de alternativas, no ecumenismo intelectual, no pluralismo.

A última referência é Arno Alvarez Kern. Fora aluno do Colégio Sinodal, na década de 1950.⁷⁹ Na década de 1960, tornou-se professor de História no colégio. Nos meus primeiros tempos de IPT, foi convidado a dar uma palestra sobre Arqueologia, em nosso auditório, para a qual havia sido preparada uma mesa com objetos pré-históricos. Sentei na primeira fileira; durante a palestra, ele pegou um machado de pedra, levantou o braço para mostrar como era usado, e o baixou sobre minha cabeça. Foi meu

⁷⁹ Em 1954, aos 14 anos, publicou, em *O Ateneu*, jornalzinho do Grêmio Estudantil, um microconto intitulado “O naufrágio”, fundamental para entender sua biografia naquilo que tange à sua identidade.

primeiro encontro “apavorante” com ele. Era muito popular no Sinodal – tratado como Arninho. Sua popularidade na nossa turma da UNISINOS foi potencializada pela presença de três ex-alunos do Sinodal (Margit Petry, Sigmar Klumb, Udo Kunert).

Matriculei-me em História Antiga, no primeiro ano de faculdade. A aula ocorria nas quintas-feiras. Infelizmente, era neste dia que com mais frequência éramos convocados a permanecer no quartel, durante a tarde. Acabei tendo um número muito grande de faltas. Elas eram abonadas, mas eu não tinha acompanhado o conteúdo. Rodei. Uma regra da UNISINOS permitia matricular-se numa disciplina em que se havia rodado sem precisar frequentá-la, cabendo ao professor estabelecer uma forma de cobrar conteúdo. Matriculei-me, no ano seguinte. Fui falar com Arno, pediu que eu fizesse um trabalho *semestral* sobre os hititas. Comecei a pesquisa, mas a biblioteca era muito pobre em fontes a respeito. Não ia muito além da enciclopédia *Barsa*. Depois de muito esforço, consegui encher duas páginas e meia de um papel-almaço. Quase ao final do semestre, entreguei. Quando recebi de volta, ele colocara um “só?”, em vermelho, do tamanho da meia página que ficara em branco no papel – e a nota 3,0 (três). Rodei novamente.

Resolvi então deixar essa disciplina para outro momento do curso, quando pudesse frequentá-la (felizmente, ela não constava como pré-requisito para nenhuma outra). É este *um* dos motivos pelos quais só me formei na licenciatura plena em dezembro de 1974. Quando me matriculei pela terceira vez, Arno comunicou, na primeira aula, que apresentaria um quadro sinótico da História Antiga, durante três semanas, que, enquanto isso, os estudantes se organizassem em grupos de até quatro, para, no restante do semestre, confeccionar um livro didático de segundo grau para a matéria.

Haveria algum espaço de tempo nas primeiras três semanas de aula para a articulação dos grupos. Eu não conhecia ninguém naquela sala. Não sei se foi na primeira, ou na segunda reunião preparatória, eu estava sentado, olhando para os lados. Pensei em ficar sozinho, pois não era proibido formar “grupos” de uma só pessoa. Mas criei coragem, e fui conversar com três moças muito bonitas de um grupo em formação. Desajeitado como era (e sou), perguntei se me acolheriam. Elas concordaram. Estava salvo. Fize-

mos um bom trabalho, recebemos uma boa nota, e, finalmente, eliminei História Antiga das minhas pendências. Entre as três moças, estava minha futura colega de UFRGS Sílvia Moehlecke Copé. Na década de 1980, Arno e eu nos tornamos duplamente colegas, na PUCRS e na UFRGS, inclusive ele foi meu chefe e eu fui chefe dele. Nunca pensei em me vingar, enquanto era meu “subordinado”. Quando eu contava a história aos demais colegas, ele se restringia a dar risadas sonoras.

* * *

Ainda estudante, comecei a trabalhar. No outro lado do rio dos Sinos, funcionava, à noite, nas dependências de uma escola estadual, um colégio *cenecista* (de CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), uma escola para jovens e adultos, na qual grande parte da comunidade do bairro se envolvia – as festas de encerramento de ano, no salão paroquial ao lado, eram muito bonitas. O diretor era um advogado, Lauro Anschau; os professores ganhavam pouco, mas era um trabalho idealista.

Em março de 1971, também fui consultado pelo meu ex-diretor no IPT, “papa” Höhn, se poderia dar aulas de recuperação de latim para alguns alunos que haviam ingressado nas séries mais adiantadas, e apresentavam dificuldades de acompanhar suas turmas, na disciplina. Como reforço para minhas parcas economias, aceitei. Minha volta ao IPT, agora como “professor”, rendeu mais um episódio interessante.

Integrantes das três últimas séries costumavam fazer, durante as férias de julho, uma “excursão artística” por comunidades do interior – a cada ano, se escolhia outra região. O objetivo era divulgar o seminário entre os membros da igreja, e arrecadar algum dinheiro, pois se cobrava entrada para as apresentações. Para 1971, se optara pelas comunidades luteranas no entorno de Pelotas. Mas, por alguma circunstância, nenhum professor efetivo tinha condições de acompanhar o grupo. Pastor Höhn perguntou se eu poderia assumir esse encargo de professor-coordenador da excursão daquele ano. Não havia muito a fazer – aceitei.

Foi muito instrutivo, pois, primeiro, me conscientizei da existência das “colônias” do sul – até hoje, ao falar em “colônia”, a maioria da população só pensa nos vales do Sinos, do Caí, do Taquari, do Pardo, da “Serra”

(Ijuí etc.), de Caxias do Sul, Bento Gonçalves; em segundo lugar, conhecemos algumas peculiaridades da agricultura daquela região – aprendemos, por exemplo, como se planta aspargo.

O resultado quase “humilhante” para mim foi a indiscrição de um pastor – se não me engano, em Morro Redondo. Ao despedir-me dele, cochichou no meu ouvido que eu havia sido uma enorme decepção para as moças do lugar; elas tinham lido a revista *Presença*, na qual eu escrevia, e quando foi anunciado que a excursão que viria de São Leopoldo era dirigida por mim, encheram-se de entusiasmo em conhecer-me pessoalmente. Imaginavam-me um cara alto, forte, bonito, elegante; mas quem apareceu foi um sujeito todo desengonçado, feio, magro, barbudo e cabeludo – uma decepção.

Fui me enquadrando como professor na minha antiga escola aos poucos, inclusive fui morar lá, quando Werner Altmann foi embora para o México, para fazer mestrado. Pastor Höhn me perguntou se eu poderia assumir as aulas de História; mais tarde, acabei dando também Geografia, Religião, e no último ano até latim “regular”. Como já estivesse decidido que o colégio seria fechado em São Leopoldo, e incorporado à Escola Normal Evangélica, em Ivoti, não fazia sentido contratar professores novos, de forma que os já existentes precisavam desdobrar-se. No final de 1977, aconteceu a transferência. Não a acompanhei.

Cabe citar dessa minha passagem pelo Morro do Espelho, em meados dos anos 1970, a participação na Comissão de Responsabilidade Pública, um grupo de assessoria da presidência da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, cujas reuniões se realizavam na Escola Superior de Teologia. Partiu dessa comissão a sugestão para que a IECLB se fizesse oficialmente presente no ato ecumênico realizado em São Paulo, após o assassinato de Vladimir Herzog. O presidente da comissão, pastor Nelson Kirst, viajou para São Paulo, e participou do ato.

Estudo na UFRGS

Em termos de cursos de pós-graduação na área das ciências humanas, havia iniciado em 1973 o mestrado em História da PUCRS. Mas eu não tomara conhecimento do fato. Em contrapartida, em algum dos jor-

nais “nanicos” que surgiram na esteira de *O Pasquim*, havia aparecido extensa reportagem apresentando a tese de doutorado de Hélió Trindade sobre a Ação Integralista Brasileira.⁸⁰ Comentei esta reportagem com a professora Helga Piccolo, e ela me disse que Hélió era professor em um curso de mestrado em Sociologia e Ciência Política, aberto em 1973 na UFRGS, que uma nova turma seria aberta em 1975. Isso me interessou.

Com minha formatura na licenciatura plena em História garantida para dezembro de 1974, fui buscar informações, e me inscrevi para a seleção. Ela foi precedida por um “curso de nivelamento”, para todos os candidatos inscritos, durante a primeira quinzena de janeiro de 1975. Depois foi realizada uma prova “objetiva” (de marcar com cruzinha), na qual me saí relativamente bem – fiquei em nono lugar geral (se me lembro bem, havia 15 vagas para cada uma das duas terminalidades: Sociologia e Ciência Política, portanto 30, ao todo). Faltava a entrevista. Para os candidatos à segunda área, a entrevista foi com Francisco Ferraz e Hélió Trindade. Ferraz fez algumas perguntas mais gerais, mas com Hélió tive um diálogo relativamente longo sobre meus trabalhos acadêmicos feitos até então.

A UNISINOS, na época, exigia um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para se formar em qualquer curso; eu havia feito dois, um para a licenciatura curta em Estudos Sociais, outro para História. O primeiro foi sobre o tenentismo – puramente bibliográfico –, o segundo sobre a revolução de 1930 em São Leopoldo, com pesquisa em documentação e entrevistas. Este, inclusive, tinha sido aprovado para publicação, numa revista da UNISINOS.⁸¹ Ambos os temas interessavam a Hélió, estavam presentes em sua tese de doutorado. Meu ingresso no mestrado acabou sendo confirmado.

Ao contrário da graduação, creio que aqui aprendi alguma coisa com todos os professores com quem tive aula. Começando por aqueles que eram, no mínimo, malquistos por alguns mestrandos convictos de que a “verda-

⁸⁰ Por essa época, alguns militantes da AIB da década de 1930 tinham alcançado projeção no cenário político brasileiro.

⁸¹ GERTZ, René E. A revolução de 1930 em São Leopoldo. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: UNISINOS, n. 33, p. 65-89, 1975.

de” estava na teoria, que tentativas de quantificação eram uma odiosa forma de engambelação. O professor Herbert Calhau, que vinha (creio) da Faculdade de Economia, indivíduo muito simpático, dava uma disciplina de Estatística. Explicava muito bem, a gente entendia a utilidade dos cálculos – recorde, por exemplo, sua explicação sobre o *rô de Spearman*. Mas mesmo eu – que não era um “crítico” da disciplina – tive algum receio pela prova final, que ele anunciara como avaliação semestral. No dia da prova, pediu que todo mundo pegasse uma folha de papel, colocasse seu nome, escrevesse a nota de que se considerava merecedor, e a justificasse, em 10 linhas de texto.

Outro professor no campo da quantificação foi o americano Judson De Cew. Uma utilização mais difundida da informática estava engatinhando, computadores de mesa ainda não estavam à mão de qualquer um, mas a UFRGS possuía um CPD (Centro de Processamento de Dados). Para usar essa parafernália era complicado. As máquinas do CPD liam as informações a partir de cartões perfurados. A gente digitava os dados, e uma maquininha registrava as informações no cartão, através de um conjunto de furos. Levava-se uma pilha de cartões perfurados ao CPD, e, um ou dois dias depois, recebia o resultado impresso. O problema é que, às vezes, se ia buscar o resultado, e recebia a informação de que o processamento não tinha sido possível, porque um cartão, lá no meio da pilha, estava furado de forma errada.

Concretamente, De Cew trabalhou com dados de um *survey* (palavra da moda, na época) feito em Ijuí – uma grande quantidade de questionários aplicados, na tentativa de mapear o pensamento e o comportamento político da população. Esses dados permitiam, por exemplo, verificar se havia alguma tendência de jovens, pobres, mulheres, solteiros (etc. etc.) votarem mais num determinado partido que em outro. Utilizava-se uma coisa que hoje, possivelmente, seria denominada *aplicativo*, e que atendia pelo nome de SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* – pacote estatístico para as ciências sociais). Alguns colegas não só não gostavam dessa disciplina, mas a odiavam – não só por motivos práticos, mas também “teóricos”.

Mesmo que eu nunca tenha utilizado esse instrumento em meus trabalhos de pesquisa, aprendi uma coisa muito importante, o conceito de “cor-

relação”, isto é, a relação entre um fato e outro, entre uma causa e um efeito. Claro, isso um cientista social (e também um cientista das “exatas”) faz todos os dias. Pelo SPSS, porém, era possível trabalhar com grande quantidade de dados, e dados exatos, tornando uma “correlação” mais provável, ou não.

Mas também se aprendeu que existe uma coisa chamada “correlação espúria”, isto é, uma relação aparente, mas não efetiva, verdadeira. A ideia de “correlação espúria” chama atenção para as armadilhas das aparências, e, com isso, atinge um ponto central na discussão sobre ciência e não ciência, sobre ciência e senso comum. E tudo isso pode ser aplicado na pesquisa “qualitativa”, não só nos casos em que se lida com dados numéricos. O exemplo algo chocante que De Cew citou foi que, *por um imperativo de lógica*, a eventual constatação de que 98% das pessoas em quem se constata câncer de pulmão sejam fumantes não constitui *prova* de que o fumo seja o causador da doença. *Em tese*, o câncer poderia derivar da inalação de vapor de enxofre proveniente do fósforo com que se acende o cigarro – sendo este inofensivo. Na dúvida, a ciência possui meios de ao menos tentar uma aproximação da “verdade”, verificando, no presente caso, se fumantes que acendem o cigarro com isqueiro são afetados pelo câncer na mesma proporção que aqueles que o acendem com fósforo.

Eduardo Dutra Aydos e Mercedes Cánepa ofereceram um seminário de cujo título não lembro, mas que se propunha a discutir questões teórico-metodológicas nas Ciências Sociais. Entre muitas outras coisas que foram lidas e discutidas neste seminário, ouvi falar pela primeira vez de um tal de Karl Popper. Várias coisas me impressionaram neste autor: o alerta contra aqueles que imaginam possuir a chave para interpretar a História, para conhecer e prever o destino da humanidade; a ideia de que na ciência se deve lidar com hipóteses que não sejam apenas comprováveis, mas também refutáveis; a modéstia que deve caracterizar qualquer cientista, em função do caráter provisório de toda ciência. Muitos anos depois, juntou-se, em minha cabeça, a algumas ideias de Popper, a insistência de Reinhart Koselleck sobre o “direito de veto das fontes”.

Claro, é antiga a discussão sobre aquilo que vem primeiro, o ovo ou a galinha. Eu poderia estar predisposto a simpatizar com este tipo de concepção, porque, no inconsciente, estava a discussão com o professor Hans

Strauss, lá no Instituto Pré-Teológico, sobre Kant: fé e ciência não são mutuamente excludentes, simplesmente porque são coisas diferentes. Talvez os mesmos pressupostos tenham facilitado, mais tarde, o aparecimento de simpatias por Max Weber – mais uma vez, a “*Nüchternheit des Urteils*”, a “sobriedade do juízo”, não exclui a paixão, simplesmente porque são duas coisas diferentes. Numa projeção ainda mais distante, para frente, talvez eu tenha sido um historiador que muito mais “denunciou” enganos, questionou afirmações de colegas e do senso comum, que *construiu* respostas.

Enquanto as disciplinas citadas eram comuns a todos os mestrados do curso, nossos professores específicos da área de Ciência Política foram, basicamente, três: Francisco Ferraz, Hélió Trindade, José Antônio Giusti Tavares. Ferraz ensinou teoria política, referindo, basicamente, politólogos norte-americanos. Mesmo que isso significasse o arrolamento de uma série de modismos, fazia também muitas referências aos “clássicos”, que prezava bastante. Foi com ele que, pela primeira vez na minha vida, ouvi falar de textos de Marx como “*The British rule in India*” (a dominação inglesa na Índia) – acabei comprando o volume 9 dos MEW (*Marx-Engels-Werke*) só para ler a íntegra. As referências ao *Despotismo oriental* de Karl Wittfogel me levaram a comprar a edição alemã – li o grosso volume de cabo a rabo. Também guardo um conselho bem prático de Ferraz: certa vez, ele nos disse que se escrevêssemos um texto, e o relêssemos meio ano depois com a impressão de que era bom, seria provável que teria algum valor, alguma consistência.

Hélió Trindade ofereceu um seminário que era simpático para mim, pois tratava, basicamente, do contexto político-cultural do Brasil nos primeiros 50 anos da República. Como parte do trabalho desenvolvido neste seminário desembocou na minha dissertação de mestrado, orientada por Hélió, voltarei a ele.

Tavares desenvolveu um seminário de cujo título não recordo, mas que tratava de críticas e autocríticas ao marxismo, em especial naquilo que se refere aos processos de burocratização e seu entorno. Lemos um número grande de autores, desde clássicos, como Thorstein Veblen⁸², a militantes contemporâneos, como Jacek Kuron e Karol Modzelewski.

⁸² A trindade Gaetano Mosca, Roberto Michels, Vilfredo Pareto foi muito citada.

Verdade é que Tavares era um pouco anárquico, às vezes repetia coisas que já tinha dito antes. Nós descobrimos esta sua “fraqueza”, e assim que ele se “perdia” fazíamos alguma pergunta “reorientadora” da aula – e aí costumava mostrar-se a grandeza dele. Para articular uma resposta a uma boa pergunta, recorria ao cinema, à filosofia, à literatura, ao pensamento político; depois de uns 40 minutos, estávamos alimentados com sua impressionante erudição, e íamos para casa.

Além daquilo que Tavares fazia ou deixava de fazer em aula, foi muito importante para mim o contato pessoal com ele.⁸³ Eu morava em São Leopoldo, e, por depender de ônibus intermunicipal, vinha muito cedo para a UFRGS. Antes de começar a aula, caminhávamos pelos longos corredores de um prédio vizinho ao da reitoria, ele colocava seu braço sobre meu ombro e dizia: “Gertz, se tu soubesses o mal que o marxismo faz a este país!”. Nos contatos fora de sala de aula, se revelava sua personalidade profundamente humana. Este aspecto ficou gravado em minha memória até o último encontro, na casa dos pais de Silvana Krause, em Santa Cruz do Sul, diante de um pato assado e de uma sobremesa de hibisco, maravilhosamente preparados pela mãe de Silvana.

* * *

Não posso deixar de inserir, neste ponto, um excurso, para reproduzir uma história que me contou em sua casa, após um almoço. Para mim, esta história é importante não só por envolver Tavares, mas também meu ex-professor Siegfried Dietschi, aquele que lia Gustavo Corção em aula, e que não gostava nem de Jorge Amado nem de Érico Veríssimo.

Em 1964, ocorreu um tiroteio dentro do quartel do 19º BIMtz, em São Leopoldo, no qual morreu o sargento Peres. Foi instaurado um Inquérito Policial-Militar (IPM) para apurar as circunstâncias do incidente. Uma das perguntas que os investigadores levantaram foi “quem foi o mentor intelectual de Peres?”. Como ele estivesse estudando no colégio estadual

⁸³ Mas não fui o único, há outros colegas de minha geração que confessaram seus débitos intelectuais com ele.

Pedro Schneider, o “Pedrinho”, chegou-se à conclusão de que fora doutrinado pelo professor José Antônio Giusti Tavares.⁸⁴ Este foi incluído no IPM, passou a ser investigado. Diretor do “Pedrinho” era Siegfried Dietschi. Certo dia, Tavares foi convocado a se apresentar no seu gabinete, à primeira hora da manhã. Sem muita explicação, Dietschi o convidou a acompanhá-lo até seu carro. Entraram no automóvel, e saíram andando. De repente, estavam na frente do portão do quartel. Foi dada autorização para entrar, Dietschi dirigiu até o estacionamento, pediu que Tavares o seguisse. Subiram até o gabinete do comandante, a quem Dietschi apresentou o professor, informando que estava sob investigação, mas que ele, Dietschi, estava ali para garantir que não tinha nada a ver com o caso, que era pessoa de sua absoluta confiança. Pediu ao comandante que a investigação contra Tavares fosse encerrada. Nunca mais foi importunado.

* * *

Voltando ao mestrado. Num curso de pós-graduação *stricto sensu* a dissertação ou a tese são partes fundamentais. Ao ingressar no mestrado da UFRGS, tinha em mente – e verbalizei isso na entrevista – estudar a Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Rio Grande do Sul. A ANL foi uma frente de esquerda, em meados dos anos 1930, e como a história do Brasil das décadas de 1920/1930 me interessava desde a graduação, resolvera estudá-la, em âmbito regional. Como eu trabalhava e como havia um volume significativo de leituras para as disciplinas, no primeiro ano só consegui reunir aquilo que se encontrava na bibliografia a respeito; também não havia muita pressa, pois, na época, os mestrados se estendiam por três anos. Mas no segundo ano seria bom definir a questão, avançar na reunião de fontes, estruturar o trabalho.

Como o escritor Dyonélio Machado havia sido o presidente da ANL no Rio Grande do Sul, considerei imprescindível conversar com ele, para saber se tinha documentação, se estava disposto a falar sobre o tema e a

⁸⁴ Atente-se para o fato de que aqui houve um recuo cronológico, na narrativa; antes de ser professor na UFRGS, Tavares fora professor no colégio estadual, em São Leopoldo.

prestar informações. Sem qualquer contato prévio, fui, em janeiro de 1976, procurá-lo, no prédio em que morava, em Porto Alegre. Recebeu-me de forma muito amável, mas ao final de uma longa conversa me aconselhou, enfaticamente, a desistir do projeto, pois pensava que ainda não havia clima para tratar deste assunto. Quase 20 anos depois, num contexto diferente, mesmo com Dyonélio já falecido, Diorge Konrad conseguiu fazer aquilo em que eu fracassara.⁸⁵

Eu voltava à estaca zero quanto ao tema de minha dissertação. Formalmente, não tinha orientador, mas havia conversado com Hélió Trindade, e ele se mostrara disposto a orientar-me. Fui conversar com ele, para falar sobre o fracasso em relação ao projeto ANL. Me disse que não achava a situação problemática, pois, de fato, eu não estava na estaca zero, havia um trabalho preliminar meu que poderia ser aproveitado. O projeto alternativo em que ele estava pensando se encaixaria na tradição de estudos sobre o integralismo que ele havia inaugurado. Sua pesquisa tinha deixado, propositalmente, fora as relações da AIB com as forças armadas, com a igreja católica e com as “colônias” alemã e italiana no sul do Brasil. E para preencher este último “nicho” (ou ao menos parte dele), eu apresentaria credenciais apropriadas.

Hélió lembrou que eu dominava a língua alemã, fato que me permitiria aproveitar documentos que outros pesquisadores não poderiam explorar com a mesma eficiência. Mas, sobretudo, eu já havia percorrido parte do caminho. É que durante seu seminário, todos os participantes deveriam encontrar uma fonte que se enquadrasse na temática geral abordada, isto é, o quadro político-cultural brasileiro durante os primeiros 50 anos da República, para analisá-la no decorrer do semestre, apresentando os resultados parciais, de tempos em tempos, de forma a chegar ao final do período com o trabalho pronto.⁸⁶ Como eu tivesse demorado para encontrar uma fonte para analisar, ele, em certa manhã, aparecera na sala de aula com uma

⁸⁵ KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

⁸⁶ Céli Regina Jardim Pinto iniciou ali seu “namoro” com o Partido Republicano Riograndense, com quem foi até a tese de doutorado.

coleção completa do jornal integralista semanal *Der Kampf*, editado durante exatamente um ano (dezembro de 1936 a dezembro de 1937) em Novo Hamburgo. Como trabalho semestral, fiz uma análise detalhada do conteúdo das 52 edições. E cheguei a algumas conclusões que destoavam do senso comum. Estava definido o novo tema de minha dissertação.

Saí a campo para pesquisar, localizar fontes. Entre outras coisas, decidi encontrar e entrevistar antigos militantes da AIB, mas também de outros partidos, na região do vale do Sinos, concretamente na área que abarcava o antigo município de São Leopoldo. Não tinha experiência nesta técnica de pesquisa. Após uma entrevista muito bem-sucedida com uma pessoa que havia sido militante da AIB, e agora era gerente de uma loja, em Campo Bom, meu entusiasmo cresceu. Mas já na segunda tentativa de conversar com alguém, em Sapiranga, levei uma “surra”, o homem me enxotou de sua casa, quando soube qual era o assunto sobre o qual queria conversar com ele.

Adotei uma estratégia pela qual, hoje em dia, seria condenado ao inferno por aqueles pesquisadores que trabalham com “história oral”. Ao descobrir algum militante da década de 1930, o procurava e me apresentava como professor que estava escrevendo uma história sobre o antigo município de São Leopoldo. Como saberia que era tradicional morador do lugar ou da região, perguntava se estava disposto a conversar comigo sobre o passado. Em geral, os abordados aceitavam.

O problema é que, para disfarçar minhas verdadeiras intenções, precisava começar com Adão e Eva, enchia várias fitas-cassete com falas que não me interessavam, em absoluto. Tentava chegar a Getúlio Vargas e à revolução de 1930. Quando conseguia, queria saber algo do pós-30. Caso, finalmente, fizessem alguma referência à AIB, me fazia de desentendido, mas curioso sobre esta sigla. Vários deles se entusiasmaram, na tentativa de superar minha ignorância a respeito de um tema que consideravam muito importante. Mas outros, mesmo assim, se negavam a falar sobre o assunto.

Já que voltarei a falar de minha produção intelectual, deixo de tecer comentários sobre o conteúdo da dissertação, que intitulei *O integralismo e os teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul: contribuição para a interpretação de um fenômeno político controvertido*. Como se tivesse aberto uma perspectiva de

continuar meus estudos em outro nível, fora do Brasil, apressei a escrita, de forma que, no “placar moral”, acabei sendo o primeiro mestre formado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. “Placar moral”, porque fui o primeiro da minha turma (de 1975) a defender, em outubro de 1977; por uma questão de data, a primeira defesa de uma integrante da turma anterior, de 1973 – Loiva Otero Félix, sobre Alberto Torres, também orientada por Héglio Trindade –, foi antecipada para uma terça-feira, enquanto minha ficou postergada para quinta-feira.

Recordei, muitas vezes, a cena de minha defesa, quando, em tempos mais recentes, participava de bancas de doutorado nas quais, além dos examinadores, estava apenas o(a) candidato(a) – nem membros da família compareciam. No meu tempo, essas solenidades acadêmicas constituíam novidade, comparecia muita gente, não havia lugar para sentar para todos. No meu caso, até o diretor do IFCH, Dante de Laytano, esteve presente, e discursou – disse que eu tinha trabalhado com um teminha distrital, mas, por aquilo que tinha ouvido nos comentários dos examinadores, tratava-se de um bom trabalho.

Estudo na Universidade Livre de Berlim

Como professor-visitante do curso na UFRGS, vinha regularmente, para uma estada de cerca de um mês, o professor Achim Schrader, da Universidade de Münster. Era sociólogo, e, há anos, fazia pesquisas sobre educação no interior do Rio Grande do Sul. Nestas pesquisas, contava com a colaboração de um ex-aluno do IPT, professor na UFRGS, Manfredo Berger, que se doutorara com ele em Münster, mas falecera, num acidente de automóvel, em 1973. No tempo em que cursei o mestrado, Schrader estava empenhado em publicar a tese de Manfredo, na coleção “Corpo e Alma do Brasil”, da DIFEL, coordenada por Fernando Henrique Cardoso.⁸⁷

Durante sua estada no curso, oferecia um seminário intensivo no qual costumava ler textos de autores alemães que havia traduzido para o portu-

⁸⁷ BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. São Paulo: DIFEL, 1977.

guês. Acontece que dominava bem o português, mas não era totalmente fluente, de forma que não estava seguro de suas traduções. Por isso, antes de expô-las ao público, perguntou se alguém sabia alemão, e poderia sentar com ele para uma revisão dos textos. Fui o único a me manifestar. Nos reunimos várias vezes; talvez tivesse perguntado onde eu havia aprendido alemão, e tivesse, assim, tomado conhecimento de que também era ex-aluno do IPT, como Manfredo.

Numa das reuniões, perguntou se eu teria interesse em fazer doutorado na Alemanha. Disse-lhe que sim, mas que me faltavam por completo os recursos materiais. Respondeu que era vice-diretor ou vice-presidente de uma organização alemã que concedia bolsas, e que mandaria formulários para inscrever-me como candidato. Quando recebi os formulários, vi que se tratava de uma organização chamada Ökumenisches Studienwerk (ÖSW) (Obra Ecumênica de Estudos), ligada à igreja luterana alemã, cujo objetivo era fomentar o desenvolvimento em países subdesenvolvidos, especificamente no campo da educação.⁸⁸ Contemplava com bolsas principalmente pessoas da África, Ásia e América Latina. Preenchi os formulários, anexei os documentos solicitados, e mandei. Poucos meses depois, recebi uma carta em que o signatário começava dizendo estar muito satisfeito por poder anunciar a concessão de uma bolsa de estudos a um menino proveniente da comunidade em que, como pastor, havia iniciado sua estada e seu trabalho no Brasil. Era Heinz Dressel, diretor ou presidente do ÖSW.

* * *

Mais uma vez, preciso inserir um excuro. Dressel viera ao Brasil na década de 1950, para atuar como pastor no então ainda Sínodo Riograndense. Fora enviado para a paróquia de Pratos, que abrangia Machado, mas ficara pouco tempo (1953-1954), tendo ido para Crissiumal, onde sua estada também não foi longa. Acabou em Dois Irmãos, onde fincou raízes. Como pastor “com consciência social” (Max Weber), publicou um livro

⁸⁸ No pós-guerra, surgiram na Alemanha várias instituições para promover a *Entwicklungshilfe*, a ajuda para o desenvolvimento.

sobre os problemas enfrentados pelos pequenos proprietários agrícolas da região.⁸⁹ A vivência de 15 anos no Brasil possivelmente tenha contribuído para que Dressel, ao voltar à Alemanha, e depois assumir a direção da Obra Ecumênica de Estudos (de 1972 a 1992), tivesse voltado sua atenção aos perseguidos políticos das ditaduras militares do Cone Sul, concedendo-lhes bolsas de estudo para que pudessem sobreviver no exílio.

Vários anos depois daquele período, Dressel publicou um texto em que fez um relato desse programa, citando uma série de nomes de brasileiro(a)s beneficiado(a)s – entre eles, um que, mais tarde, chegou ao segundo turno de uma eleição presidencial, José Serra. Em termos regionais, constavam, na mesma lista, André Cecil Forster, Flávio Koutzii, Gerd Bornheim. Quando Benito Bisso Schmidt publicou a biografia de Koutzii, fui verificar se havia alguma referência ao assunto; posso ter sido leitor displicente, mas não encontrei referência ao fato. Fiquei na dúvida se ele omitiu essa informação ao biógrafo, ou se este deixou de registrá-la.⁹⁰

De qualquer forma, lembrei-me de uma conversa com Walter Frantz, na qual relatou que Dressel lhe confidenciou que alguns dos militantes que haviam sido beneficiados pelo ÖSW, posteriormente, não gostavam de aproximar-se dele, pois o consideravam muito conservador.⁹¹ Outros, claro, se mostraram agradecidos. José Serra prestou-lhe significativa homenagem, que está registrada em textos e fotos disponíveis na internet. Também foi homenageado pelos governos pós-militares de Argentina e Uruguai.

Mas o ÖSW não financiou apenas perseguidos políticos. Muitos outros brasileiros receberam bolsas de estudo para doutorar-se, nas mais dife-

⁸⁹ DRESSEL, Heinz. *Der deutschsprachige Kolonist im alten Siedlungsgebiet von São Leopoldo, Rio Grande do Sul: eine soziologische Studie unter besonderer Berücksichtigung von Dois Irmãos*. Neudettelsau: Freimund, 1967. DRESSEL, Heinz F. *15 Jahre Landpfarrer in Rio Grande do Sul – Brasilien*. Augsburg: FDL-Verlag, 1998.

⁹⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. *Flávio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – de 1943 a 1984*. Porto Alegre: Libretos, 2017.

⁹¹ Fenômeno semelhante aconteceu com o pastor Godofredo Boll, que durante muitos anos foi pastor da comunidade de estudantes universitários luteranos de Porto Alegre. Ainda que aquilo que “a maioria dos entrevistados frisou foi a total ausência de autoritarismo no discurso de Boll”, e que ele fosse observado pela polícia, “os membros da ACA (Associação Cristã de Acadêmicos) que foram entrevistados apontaram que consideravam Boll, às vezes, muito retraído nas suas opiniões políticas” (DONNER, op. cit., p. 85 e 103, respectivamente).

rentes áreas. Aqui no Rio Grande do Sul, aconteceu uma colaboração muito intensa com a UNIJUÍ. No mínimo, dois de seus posteriores reitores concluíram o doutorado na Europa, os primos Telmo e Walter Frantz, o primeiro também exerceu o cargo de secretário de ciência e tecnologia do estado do Rio Grande do Sul. Professores ligados à UFRGS igualmente estão na lista – cabendo citar, para exemplificar, Abílio Afonso Baeta Neves, que, mais tarde, foi presidente da CAPES, em duas oportunidades, num total em torno de 10 anos. Para retomar o fio da meada, lembre-se que também fui um dos beneficiados.

* * *

Apesar de ter “brincado” com a ideia de trocar de tema, de fazer uma tese de doutorado sobre algo bem diferente daquilo que havia feito até então, acabei decidindo que faria um *upgrade* de minha dissertação de mestrado. Isso encurtaria o caminho, isso se enquadrava na tradição universitária alemã. E se justificava, em termos de conteúdo, pois na dissertação a pesquisa tinha se restringido ao Rio Grande do Sul – de fato, ao vale do Sinos –, e eu havia constatado que aqui a força do integralismo havia se limitado à eleição de três vereadores em Caxias do Sul e um em Novo Hamburgo, nas eleições municipais de 1935, enquanto em Santa Catarina haviam sido eleitos oito prefeitos e 72 vereadores.

Esclarecer esta clara diferença na dimensão da difusão da AIB nos dois estados por si só justificava a tese. Além disso, eu poderia consultar vários grandes arquivos, o arquivo do ministério das relações exteriores da Alemanha, o Arquivo Nacional Alemão, então ainda sediado em Koblenz; o Acervo Benno Mentz⁹², que abriga coleções dos jornais de língua alemã do Rio Grande do Sul da década de 1930, não pudera ser utilizado para a dissertação, por achar-se fechado, mas as mesmas coleções estavam disponíveis no Institut für Auslandsbeziehungen, em Stuttgart.

Outra questão a decidir era a área em que me doutoraria. Tinha feito graduação em História, me considerava historiador, mas era mestre em

⁹² Voltarei a tratar do ABM.

Ciência Política, ainda que com um tema “histórico”. Neste aspecto, pesaram os contingenciamentos formais. Nas universidades alemãs, não era possível ingressar direto ao doutorado apenas com um título de graduação em universidade brasileira; por isso, caberia ter reconhecido meu mestrado. Seria, porém, mais difícil de acontecer para a área de História – na de Ciência Política, era mais garantido. Portanto, optei pelo doutorado em Ciência Política.

Encaminhei meu pedido de revalidação do mestrado ao Otto-Suhr-Institut da Universidade Livre de Berlim (OSI/FU). Depois de algum tempo, recebi a resposta de que fosse conversar com o professor Ignacio Sotelo, porque fora designado para dar um parecer sobre a dissertação; como espanhol, conseguiria ler meu texto sem necessidade de tradução. Fui falar com ele, me pediu que fizesse um resumo de uma e meia a duas páginas do conteúdo, lhe entregasse; ele faria algumas frases iniciais e finais, e estaria pronto o parecer.

Feita a revalidação, pude matricular-me. Mas faltava o principal – o orientador. No Lateinamerika-Institut (Instituto Latino-Americano), LAI/FU, havia um professor jovem, acessível, que era da Ciência Política. Conversamos, se dispôs a me orientar, comecei um seminário com ele, mas acabei não simpatizando, me afastei. Sotelo não entrava em cogitação, pois não tinha interesse pelo assunto. Me aconselharam a conversar com um norte-americano exilado na Alemanha, aliás em Berlim, no setor tutelado pelos Estados Unidos, por ter-se negado a lutar no Vietnam, Abraham Ashkenazi. Era estudioso de conflitos étnicos no Oriente Médio. Disse-me que não entendia nada de Brasil, que não trabalhava com situações do passado, e sim com questões bem presentes, mas tinha interesse em ter alguém que estudasse coisas diferentes, até para estabelecer comparações transnacionais. Aceitou ser meu orientador.

Criou-se uma situação que, ainda que em sentido bem diferente, me lembra a do brilhante jovem colega Sérgio da Mata, professor na Universidade Federal de Ouro Preto. Foi para a Alemanha para fazer uma tese sobre um aspecto da história do catolicismo mineiro – e a concluiu. Mas voltou de lá como grande especialista em Teoria da História; é hoje, sem qualquer dúvida, o maior conhecedor de Max Weber entre os historiadores bra-

sileiros. A convivência com o orientador não funcionou totalmente a contento, mas ele aproveitou para estudar outras coisas. No meu caso, o problema central da tese só aparentemente tinha a ver com conflitos étnicos; toda minha argumentação ia, justamente, em outro sentido. Mas, enfim, fui pesquisando sério, os arquivos alemães me ajudaram muito; apresentava os resultados em seminários do orientador, discutia com colegas. No final, não tive uma nota brilhante, mas recebi o título.⁹³

Além de seminários e outras atividades de diversos professores que frequentei, considerei ser dever de gentileza assistir a um de Ignacio Sotelo, porque havia garantido parecer favorável para a revalidação de minha dissertação.⁹⁴ E foi muito bom. Seu seminário versava sobre pensamento político europeu entre 1880 e 1930. Ali, aprendi algo que também encontrei entre representantes da Ciência Social Histórica alemã, como tentei mostrar num artigo de 2006: que foi durante aqueles 50 anos que se escreveu aquilo que continua conformando, até hoje, as Ciências Humanas; ali se localizam, cronologicamente, os grandes clássicos, ali foram levantadas as questões básicas que balizam o pensamento político.⁹⁵ Além de vários outros autores estudados, recebi alguns *insights* inovadores sobre Max Weber.

Poucos meses antes de concluir a tese, levei um susto. Colegas do Brasil me alertaram que haviam tomado conhecimento de duas teses recentemente defendidas que poderiam “matar” a minha. “Matar” no sentido de tornar meu conteúdo obsoleto, por anteciparem os mesmos resultados a que eu iria chegar. Claro, também poderiam “matar” no sentido de simplesmente apresentarem documentos e fatos que refutassem por completo aquilo que eu estava escrevendo.

Uma delas fora defendida por Ricardo Seitenfus, na Universidade de Genebra, sobre o processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra

⁹³ Pelo sistema alemão, podem ser atribuídos quatro conceitos de aprovação: “*rite*” (aprovado), “*cum laude*” (com louvor), “*magna cum laude*” (com grande louvor), “*summa cum laude*” (com máximo louvor). Obtive conceito “*magna cum laude*”, digamos 9,0.

⁹⁴ Sotelo era um espanhol exilado do regime franquista; anos depois, Berthold Zilly, o premiado tradutor de *Os sertões* para o alemão, comentou comigo que ele nunca aprendeu alemão direito; de fato, dizia “*Sie müssen diesen Texten lesen!*”, quando queria enfatizar que a gente deveria ler determinados textos. Quem sabe alemão, percebe que a gramática era estropiada.

⁹⁵ GERTZ, Como é possível continuar escrevendo história política?

Mundial. A segunda era de Giralda Seyferth, apresentada na USP, e tratava de identidade étnica alemã, em Santa Catarina, incluindo germanismo, integralismo e nazismo. Pelos poucos dados disponíveis, ambas tinham muito a ver com minha tese. Não havia como não investir pesado para ter acesso a elas. Sentia-me obrigado a incluí-las na minha análise do “estado da arte” em relação ao tema, para mostrar, se possível, em que meu trabalho ia além, ou divergia.⁹⁶

Na época, se estava longe de ter publicizadas as teses e dissertações na internet. Não existia PDF. O meio de ter acesso era conseguir um xerox. Não conhecia o paradeiro, e muito menos o endereço dos autores. Escrevi cartas às universidades em que as teses tinham sido defendidas. Para minha surpresa, alguns dias depois, recebi correspondência de Ricardo Seitenfus, com uma pilha de cópias de partes de sua tese. Em carta anexa, informou que tinha selecionado aquelas páginas em que havia conteúdo que poderia interessar-me, conforme deduziu de minha carta em que tentava explicar meu trabalho. Anos mais tarde, publicou um texto em que teceu elogios às minhas pesquisas, apresentando-me como pioneiro em relação ao tema. Foi uma observação gentil – de fato, ele foi pioneiro.

Naquilo que tange à tese de Giralda Seyferth, não recebi resposta à minha carta à USP, motivo pelo qual escrevi mais duas, enviadas a endereços em que a autora poderia estar. Também sem resposta. Numa operação muito onerosa, acabei conseguindo uma cópia, através da biblioteca da USP. Apesar de, em anos posteriores, terem sido publicados livros e revistas em que textos de Giralda e meus aparecem lado a lado, ela – até prova em contrário – só me cita uma única vez. Nos encontramos várias vezes em eventos, o contato sempre foi gentil, mas, aparentemente, ela cultivou restrições sérias em relação às minhas análises sobre o tema imigração e colonização alemãs, no sul do Brasil.

* * *

⁹⁶ Ambas foram publicadas, em uma primeira edição, como: SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos – 1930-1942: o processo de envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1985. SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

Aproveito para relatar outro caso de contato e troca de informações com uma colega, acontecido alguns anos depois, envolvendo também minha tese. O objetivo desses relatos é mostrar as possíveis dificuldades de contato e comunicação no mundo acadêmico. Eu tinha traduzido minha tese para o português, tinha acertado sua publicação pela editora Mercado Aberto. Além da simples tradução, tinha feito alguns cortes no texto (retirando trechos que faziam sentido quando escritos para leitores alemães, mas supérfluos para o público brasileiro), mas também tinha feito acréscimos, em função da localização de novas fontes e do surgimento de bibliografia mais recente. Neste contexto, tomei conhecimento da defesa de uma tese sobre fascismo na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul. A tese fora defendida por Loraine Slomp Giron, na UNICAMP.⁹⁷ Pelo paralelismo do conteúdo, considereei imprescindível citá-la e comentá-la, na versão da minha, a ser publicada.

Loraine era professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Eu tinha uma aluna de mestrado que era professora na UCS, colega de Loraine. Pedi-lhe que conversasse com ela, que explicasse o motivo pelo qual eu tinha grande interesse em ter acesso à tese. Depois de duas ou três semanas, me disse que não tinha tido sucesso em obter uma resposta positiva à minha demanda. Sugeri que telefonasse pessoalmente para Loraine, numa quinta-feira ao meio-dia, pois, aparentemente, ela não tinha telefone em casa, mas almoçava, religiosamente, no citado dia da semana, na casa da mãe, onde poderia alcançá-la. Liguei no dia indicado, ela atendeu, expliquei-lhe quem era, que queria. Não lembro se referiu, ou não, a suposta ou efetiva conversa com sua colega que era minha aluna, mas disse que me mandaria uma cópia da tese.

Dei-lhe o endereço, e pedi que me mandasse o valor dos custos de xerox e remessa. Passaram-se semanas, sem que eu recebesse qualquer coisa. Temendo que ela estivesse esperando pelo reembolso dos gastos, resolvi ligar novamente. Ao atender, apresentou uma desculpa qualquer pelo fato de que a remessa não tinha sido feita, e comprometeu-se novamente a man-

⁹⁷ Mais tarde, publicada como: GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlanda, 1994.

dar. Isso efetivamente aconteceu, alguns dias depois. Como não houvesse anexo nenhuma informação sobre os custos do xerox, informei-me sobre o valor médio cobrado por uma página, calculei o total, e acrescentei os custos da remessa, enviando-lhe um cheque, no valor resultante. Este cheque não foi descontado até hoje.

Ao contrário de Giralda, mantive, posteriormente, contatos pessoais muito amáveis e produtivos com Loraine. Repito: relato esses casos exclusivamente para ilustrar como os problemas de comunicação no mundo acadêmico podem ser prejudiciais ao avanço científico.

Procura por emprego

Por problemas familiares, eu havia acelerado o trabalho em minha tese, e no segundo semestre de 1980 voltei, titulado. Como rompera todos os vínculos empregatícios, antes de partir, precisava achar nova colocação. Não tinha nenhum familiar ou conhecido poderoso, não tinha contatos com pessoas que atuavam em instituições que pudessem abrigar-me. Ingênuo, imaginei que meu título impressionaria, que seria suficiente para conseguir um emprego, mais ou menos rápido. Visitei várias instituições de ensino superior; em todas, ficou a promessa de estudar meu caso, mas quando findava o prazo estipulado para uma definição, vinha a resposta de que talvez mais adiante, no momento não.

Concursos eram raros, além disso, eu havia cometido uma ingenuidade, pouco antes de ir para a Alemanha. Quando estava finalizando a dissertação, abrira um edital de concurso na UFRGS. Por sugestão de não sei quem, inscrevi-me, mas mesmo que pudesse ter complementado a documentação após a defesa, não entreguei nenhum comprovante de produção intelectual na rubrica “títulos” – depois, me foi dito que o artigo que fora meu TCC, e que, entretantes, estava publicado, mais a própria dissertação e o atestado de defesa teriam contado pontos. Também fui mal nas provas escrita e didática. Por isso, nem fui olhar o resultado. Este fato fez com que tivesse desenvolvido certo receio em participar de novos concursos.

Na verdade, recebi uma oferta de emprego. Veio da Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo. Ali eram oferecidas disciplinas do campo

das ciências sociais; a EST e a própria IECLB estavam envolvidas em variados projetos sociais, estávamos num momento de “abertura política”, com que se divisava uma perspectiva de ambas as instituições ampliarem sua atuação “no mundo”. O convite fazia sentido, porque eu conhecia a instituição, tinha conhecimentos básicos de Teologia. Pedi um tempo para pensar, e declinei.

Cheguei à conclusão de que havia sofrido uma mudança de rumo, desde meus tempos de “militante”, que agora era “cientista” político, ou historiador “profissional”, o qual, sobretudo nesta última classificação, tinha o dever de tentar descobrir “aquilo que realmente aconteceu” (Leopold von Ranke), e não aquilo que “deveria ter acontecido” ou “teria sido bom que tivesse acontecido”. Enfim, na tradicional discussão alemã sobre o “*Sein*” e o “*Sollen*”, o “ser” e o “dever ser”, preferia o primeiro. Imaginei que não me sentiria bem – não sei se foi naquele ou num momento posterior que Raul Pont ocupou o posto que me foi oferecido; era, obviamente, uma pessoa com um perfil muito mais talhado que o meu, para a função.

Antes que receba uma bordoadada tachando-me de anticidadão, devo enfatizar que dou a maior importância possível para o “dever ser”. Mas, como profissional em Ciências Sociais, cabe-me, em primeiro lugar, fazer *ciência*; e só depois de constatar como *é* a realidade, quais *são* os fatos irrefutáveis – ou, pelo viés contrário: como a realidade *não é*, os fatos *não são* –, posso, em segundo lugar, tentar intervir, de forma responsável, nesta realidade, lutar por aquilo que “deve[ria] ser”.

E isto pode ser feito com muita paixão, como tenho feito. Não há incompatibilidade entre ser cientista e “militante”, mas a “militância” não pode afrontar a ciência – não posso permitir que se espalhe por aí um preconceito contra os hunos (mesmo que isto ocorra com as melhores intenções!), se a ciência histórica, em nenhum momento, conseguiu provar que eles realmente foram um povo tão bárbaro quanto o senso comum afirma.

* * *

Na década de 1990, tive como aluno na UFRGS um pastor que estudara na EST, durante a década de 1980. Conversava muito com ele, e certo dia falamos da prática de esportes. Disse-lhe que durante minha estada no

Morro do Espelho levantávamos às 5 horas da manhã para praticar esportes. O objetivo era capacitar-nos para uma vaga nas cobiçadas olimpíadas estudantis evangélicas, que se realizavam de dois em dois anos, em algum lugar do Rio Grande do Sul. Ele contou que na década de 1980 estudantes de Teologia também levantavam de madrugada para exercitar-se fisicamente – em preparação para a revolução.

Lembrei que no início daquela década morava em um apartamento acima do meu uma estudante de Teologia que era namorada de um metalúrgico, o qual estava em campanha eleitoral, e que foi difícil dormir, durante meses, porque a movimentação para este objetivo revolucionário era intensíssima, 24 horas por dia. Quando fui conversar com ela, mostrou-se extremamente compreensiva com minha queixa, mas, nas entrelinhas, deu a entender que num balanço entre o meu bem-estar e a causa em jogo – a revolução – deveria esperar-se tolerância, de minha parte.⁹⁸ Assim, anos depois do acontecido, cheguei à convicção de que minha decisão em não aceitar o convite da EST fora acertado.

Trabalho na UNIJUÍ

Quase ao final de 1980, fui visitar meus pais, em Machado. Decidi fazer uma parada em Ijuí, para verificar se havia alguma “vaga” na UNIJUÍ, então ainda denominada FIDENE. Não lembro mais, mas talvez tenha havido alguma “dica” dos primos Telmo e/ou Walter Frantz, que haviam sido bolsistas do ÖSW, na mesma época em que eu o fui. Bati na casa do professor Jaeme Callai, que era o responsável pela área de História, na universidade. Disse-me que seu “plantel” de professores no curso regular estava completo, mas que havia os cursos de férias, onde vigorava certa rotatividade no corpo docente, e que ocorreria uma provável vaga, para duas turmas, em janeiro de 1981.

⁹⁸ O entusiasmo pela revolução não estava apenas entre estudantes de Teologia, pastores também aderiram a este propósito (BECKER, Renato L. *Do púlpito ao palanque*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1992).

Além dos cursos regulares, a FIDENE tinha autorização para promover cursos de férias, destinados, basicamente, a possibilitar uma formação de nível superior a uma grande quantidade de professores atuantes, não só no interior do Rio Grande do Sul, mas também em Santa Catarina e até no Paraná. Tratava-se de professores em escolas sobretudo públicas (mas também privadas), que tinham concluído apenas um “curso normal”, em nível de segundo grau. Os cursos eram intensivos, com 40 horas-aula, em cada disciplina, oferecidas nas férias de verão, e 20 horas-aula em julho, ficando os alunos obrigados a confeccionar um trabalho, nos meses que ficavam entre um e outro período.

As condições de vida dos estudantes durante a estada em Ijuí, muitas vezes, eram precárias. Moradores do entorno da universidade alugavam cômodos. Certo dia, faltou uma aluna na disciplina de uma professora, e ela recebeu a informação de que tinha passado mal. Ao final da manhã, foi verificar o estado da aluna. Ficou impressionada, quando constatou que numa pequena garagem estavam acomodadas oito moças. Foi com este público – em grande parte constituído de pessoas muito entusiasmadas com aquilo que estavam fazendo – que tive minha primeira experiência como professor em nível universitário.

Trabalho na PUCRS

Simultaneamente, na virada de 1980 para 1981, tive ajuda de um colega de colégio, quartel e universidade, Udo Kunert. Estava no mestrado em História da PUCRS, e falou de mim para a então coordenadora do programa, Luíza Kliemann, tecendo comentários positivos sobre mim, contando que estava desempregado. Sem possuir informações concretas, mas com base em acontecimentos posteriores, imagino que Udo tenha falado sobre mim também com Wilson Sander, que era o coordenador do Departamento de História (graduação), e estava igualmente fazendo o mestrado. Através do próprio Udo, recebi um convite para conversar com Luíza.

Disse-me que não havia vaga de professor para me oferecer no mestrado, mas que se promoviam cursos de pós-graduação *lato sensu*, isto é, em nível de especialização, inclusive no intuito de atrair futuros candidatos ao

stricto sensu, e que ali havia possibilidade de me oferecer uma disciplina, ainda que isso ocorreria não através de um contrato de trabalho, mas na forma de “serviços prestados”, ou seja, eu receberia apenas pelas aulas dadas, sem qualquer outra remuneração, como férias, previdência etc. Não era o ideal, mas muito importante, pois para mim a possibilidade de comprovação de atividade docente em nível superior era fundamental, na procura por emprego.

Fiquei por dois semestres nesta condição, na PUCRS. Além do trabalho em si, valeu a vivência, a possibilidade de conhecer o ambiente universitário, colegas. E é aqui que entra Wilson Sander. É um “alemão” de Panambi, sua esposa, Uta, é uma “alemoa” de Lajeado (na época, dava aula de alemão no Instituto Goethe), são luteranos. Creio que tudo isso – mais os temas de minhas pesquisas – tenham sido responsáveis pelo fato de que Wilson se interessasse por mim. Durante o segundo semestre de 1981, disse-me que a partir de março de 1982 poderia oferecer-me alguma disciplina na graduação de História, que eu seria contratado, e também seria aproveitado na pós-graduação. Minha carteira de trabalho foi assinada em 2 de março de 1982.

* * *

Enquanto isso, porém, também na FIDENE o espaço de atuação havia se ampliado. Após o curso de férias durante o verão de 1981 (que seria automaticamente continuado em julho), acabei “ganhando” uma disciplina para o semestre regular. Com esta atuação mais prolongada e cotidiana, verifiquei que o ambiente universitário na instituição era muito interessante. Naquele momento, tratava-se da experiência universitária-comunitária mais marcante do Rio Grande do Sul, de uma universidade profundamente inserida no contexto social, cultural e político da região. No conselho administrativo, tinham assento e voto representantes de quase todos os municípios da redondeza. Além da atividade universitária em si, estavam muito difundidas as ações de extensão, que atingiam a população em geral. O clima pessoal entre os docentes era muito bom.

Em certo momento, os colegas perguntaram se estava disposto a me inserir, de forma mais efetiva, neste projeto. Por simpatia e por necessida-

de de emprego, aceitei, e eles iniciaram tratativas com a administração universitária para minha contratação em regime mais amplo. Infelizmente, esta boa vontade acabou resultando em estresse, em constrangimento para mim.

* * *

É que no segundo semestre de 1982 ocorreu uma reviravolta na PU-CRS. Luíza Kliemann era coordenadora do mestrado, mas não tinha doutorado. Resolveu doutorar-se pela USP. Para isso, precisava deixar o cargo. Uma constelação “política” no curso levou a uma dificuldade para definir o nome do novo coordenador. Monsenhor Urbano Zilles, diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), ameaçou nomear um colega que não era da área de História. Os professores não gostaram da ideia. Neste contexto, creio que mais uma vez Wilson Sander entrou em ação. Deve ter conversado com os professores do Programa de Pós-Graduação, e sugerido meu nome. O problema, porém, estava no fato de que eu era pouco conhecido, tinha dado apenas uma disciplina no mestrado e não tinha qualquer experiência administrativa.

Independente dessa conversa ter ocorrido ou não, Wilson efetivamente falou com monsenhor Zilles sobre o caso – pois sobre esta conversa me fez um relato. Inicialmente, o diretor teria sido reticente, pois tinha seu próprio candidato; além disso, não sabia quem eu era. Mas, ao final, teria pedido que lhe fosse trazida a pasta com a documentação a meu respeito, que se encontrava na secretaria. Segundo relato do próprio Wilson, ao pegar meu diploma de doutorado, teria ficado mais descontraído, e concluído que eu seria viável, pois meu diploma era igual ao dele, portanto eu deveria ser um sujeito bom – Zilles se doutorara na Alemanha.

O diretor me chamou, e me “ofereceu” o cargo de coordenador do Programa de Pós-Graduação em História. Eu não tinha qualquer experiência administrativa, não conhecia a estrutura da universidade, não estava familiarizado com os órgãos governamentais da área de educação e nunca tivera (nem viria a ter) interesse por cargos administrativos. Mas oferecia-se uma oportunidade de firmar minha situação na PUCRS, de conseguir um

“emprego decente”, pois era horista, e com a nomeação para o cargo passaria para um regime diferente. Aceitei.

Soube mais tarde que ocorreu uma reunião informal dos professores do mestrado, na qual se concluiu que eu era uma incógnita, mas que deveria ser aceito, receber um voto de confiança, pois assim estava descartada a “intervenção” de um colega de outra área. Fiquei no cargo durante quatro anos; minha administração pode não ter registrado grandes realizações; mas sempre tive em mente agir de forma conciliadora; não me lembro de alguém que tenha se declarado maltratado.

A ampliação e afirmação de minha presença na PUCRS colocou-me numa situação constrangedora em relação aos colegas da FIDENE/UNI-JUÍ. Eles estavam empenhados em viabilizar exatamente o mesmo em sua instituição. Como a PUCRS, porém, era uma universidade maior e mais conhecida, ficava na Capital, e a concretização do *upgrade* estava garantida, não tive muita escolha. Agradei pelo esforço, e me despedi. Em contatos posteriores, nunca notei qualquer remorso, fato que apenas prova o nível da Universidade de Ijuí.

Apesar de que, por essa época, tivesse um conhecimento relativamente bom sobre Max Weber, e soubesse que “no princípio era o poder, e o poder se fez dominação, e habita entre nós de eternidade a eternidade”⁹⁹, não tive como imaginar que minha nomeação como coordenador do mestrado em História da PUCRS estivesse vinculada a um objetivo do diretor Zilles de desmontar uma suposta ou efetiva estrutura de poder na FFCH, que incluía a própria ex-coordenadora Luíza Kliemann.

Além dela, que não possuía doutorado, mas estava prestes a iniciá-lo, atuavam no programa duas professoras sem esse título, muito ligadas a ela. Algum tempo depois que tinha assumido, sem que tivesse comentado nada comigo, Zilles chamou uma, depois a outra. Disse à primeira que o curso tinha sido fundado em 1973, que, dez anos depois, ainda não estava reconhecido pelas autoridades educacionais competentes, que esse processo es-

⁹⁹ Isto não é Weber, sou eu, referindo-me a ele (GERTZ, René E. Raymundo Faoro. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando [Orgs.]. *Intérpretes do Brasil: ensaios de cultura e identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004, p. 282).

tava em andamento, motivo pelo qual o corpo docente deveria ser qualificado, isto é, possuir título de doutor. Como a professora não atuasse na graduação, disse-lhe que não poderia mais ficar na instituição, sugerindo que pedisse demissão, pois uma regra da universidade estipulava que demitido(a)s não poderiam voltar a ser contratado(a)s, mas aquele(a)s que tivessem se demitido espontaneamente poderiam ser readmitido(a)s, no futuro.

A outra professora já tinha iniciado – ou estava prestes a – o doutorado na USP. A ela foi sugerido que se licenciasse por algum tempo, com a justificativa de realizar este curso. No caso dela, quando terminou o tempo pelo qual se licenciara e fez pedido de renovação, este não foi aceito – resultando em seu desligamento definitivo.

Apesar de em nenhum momento a tarefa de afastar essas duas professoras tivesse sido “empurrada” para mim, e o diretor tivesse assumido pessoalmente a responsabilidade, é evidente que o fato custou-me muitas noites de sono. Não foi fácil digerir este golpe. Poderia ter-me demitido, em protesto. Mas tinha uma família que dependia de mim. Além disso, outros colegas bem mais antigos que eu na instituição também não tomaram nenhuma atitude. O mal-estar só se dissolveu muito aos poucos.

Independente deste incidente, minha relação com Zilles e com outras autoridades da instituição evoluiu positivamente. A PUCRS daquele tempo ainda tinha algo de colono. Zilles é um deles, o reitor, irmão Norberto Rauch, era outro – este, inclusive, tinha a mania de tratar-me pelo sobrenome, e não pelo nome de batismo. Quanto a Zilles, durante os anos em que fui coordenador, estive sob fogo cerrado decorrente da acusação de ter sido responsável pela punição do então frei Leonardo Boff, pelo Vaticano. Zilles contou-me sua versão sobre o caso – como também a contou em público, na ocasião em que foi homenageado com uma *Festschrift*¹⁰⁰, razão pela qual não vejo motivo para não reproduzi-la, muito resumidamente.

Boff teria entregue pessoalmente um exemplar de seu livro *Igreja, carisma e poder* a Zilles, pedindo que escrevesse uma resenha, que ele, Boff,

¹⁰⁰ ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *Consecratio mundi*: Festschrift em homenagem a Urbano Zilles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

publicaria numa das revistas de que era editor. Zilles teria atendido a este pedido, escrevendo um comentário crítico, que o próprio resenhado teria publicado. Esta resenha teria sido um dos documentos utilizados para fundamentar as acusações contra o franciscano, e que teriam levado à sua condenação.¹⁰¹

Possivelmente, sou portador de predisposições psicológicas e intelectuais, e talvez minhas raízes sociais e culturais também tenham contribuído para estabelecer afinidades com Zilles. Simpatizo com sua tolerância, sua liberalidade, sua predisposição ao diálogo, sua capacidade de não guardar rancor. Arrolo dois exemplos em que, na minha opinião, sua personalidade se refletiu. Enquanto fui coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, era membro do Conselho Departamental da FFCH. Nas reuniões deste órgão, manifestamos divergências profundas, em várias oportunidades, discutimos de forma acirrada. Ele tentava atingir o “herege” com afirmações de Santo Tomás de Aquino, eu dava o troco com alguma afirmação eventualmente até obscena de Lutero, nas *Tischreden*.¹⁰² Não nos falávamos por dois ou três dias. Mas muito logo, me ligava, na metade da manhã ou da tarde, convidando para um café. Íamos ao bar, conversávamos sobre qualquer banalidade – menos sobre o motivo da briga –, e o caso estava encerrado, para sempre.

Certo dia, encontramos a FFCH em polvorosa. Numa formatura acontecida em noite anterior, uma professora e um aluno tinham se excedido em suas manifestações. Corria a notícia de que a professora estava demitida, e o aluno expulso. Adão Clóvis dos Santos, professor na área de Sociologia, militante histórico do Partido Comunista, agora militando no PT, e eu resolvemos falar com o diretor. Ele foi incisivo, que a demissão e a expulsão estavam decididas, que não havia como voltar atrás, a gravidade das manifestações não permitia outra solução.

¹⁰¹ Um posicionamento contemporâneo está em ZILLES, Urbano. Resposta a Leonardo Boff. *Teocomunicação*, Porto Alegre: PUCRS, ano 12, n. 56, p. 229-231, 1982.

¹⁰² *Tischreden* são “discursos de mesa”, isto é, falas de Lutero por ocasião de almoços, as quais foram anotadas por seus discípulos; caracterizam-se por uma linguagem muito informal e permissiva.

Adão resolveu apelar para uma brincadeira, contou, com detalhes, a história (real) na qual, por decisão muito pessoal, ele próprio (comunista) tinha assinado, algum tempo antes, um pedido de canonização de Marcelino Champagnat, o fundador da ordem dos maristas, administradores da PUCRS, e como havia induzido a mim (luterano) a fazer o mesmo. Diante deste fato, teríamos autoridade moral para solicitar que desistisse da punição. Zilles esboçou um leve sorriso, disse que pensaria no caso. Saímos de sua sala – a professora teve um novo tropeço, algum tempo depois, quando nenhum comunista ou luterano foi defendê-la, o aluno está na universidade até hoje, como professor.

Colegas da PUCRS

Algumas observações muito breves sobre colegas com quem convivi na PUCRS. Já falei do diretor da FFCH, Urbano Zilles, de Wilson Sander, de Luíza Kliemann, de Arno Kern – um episódio envolvendo Maria Lúcia Bastos Kern será relatado mais adiante, motivo pelo qual não a cito agora; o mesmo vale para Astor Antônio Diehl e Mário Maestri. A ordem de referência não tem nada a ver com importância, é aleatória, ainda que começasse com os mais velhos.

João José Planela era solteirão, católico conservador; cardíaco, não podia subir escadas, motivo pelo qual sua sala de trabalho se localizava no térreo, e a secretaria precisava providenciar uma sala para suas aulas no mesmo andar. Como ficava meio “sozinho” lá no andar de baixo, visitava-o com alguma frequência; era um ótimo papo, gostava de uma fofoca! Aparentemente, simpatizava comigo, pois após sua aposentadoria foi residir em Pelotas, mas quando vinha a Porto Alegre hospedava-se sempre num hotel do centro, e me ligava para comunicar sua presença na Capital; eu ia almoçar com ele.

Trabalhou durante muito tempo num levantamento do conteúdo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Confeccionou fichários em que estavam os autores e os títulos dos seus artigos; em outros estavam arrolados os textos sobre determinados temas – enfim, elaborou um ótimo instrumento de pesquisa sobre a revista. Entregou este material encaderna-

do, pronto para publicação; infelizmente, a publicação nunca se concretizou, mas o exemplar entregue está na Biblioteca Central da PUCRS.

Earle Diniz Macarthy Moreira exercia o cargo de reitor da UFRGS quando comecei a trabalhar na PUCRS. Estava ligado ao Programa de Pós-Graduação em História; mas não dava aula, apenas orientava dissertações. Tive pouco contato com ele, neste período inicial. Quando deixou o cargo na UFRGS, ganhou uma sala, e se tornou assíduo. Tinha uma “mania” igual à de Francisco Rüdiger, da FAMECOS/PUCRS e da FABICO/UFRGS, que, durante longo tempo, vinha visitar-me, com regular frequência, em determinado dia da semana. Macarthy vinha sem nenhum motivo, sem qualquer assunto específico, simplesmente para conversar. Muitas vezes, trazia um mimo. Também não era avesso a uma fofoca. Contou-me, por exemplo, que, por uma circunstância de vida durante sua juventude, havia frequentado a casa de Leopoldo Petry. Como sabia que eu conhecia não o personagem, mas sua obra – escreveu muita coisa sobre imigração e colonização alemã, foi o primeiro prefeito de Novo Hamburgo –, contou-me alguns episódios interessantes de sua vida. Muitos anos depois, patrocinou meu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Ainda que mais jovem, devo localizar Moacyr Flores no mesmo quadrante dos dois citados. Sem dúvida, um nome importante, pois representa um dos dois primeiros ramos da árvore genealógica da historiografia profissional gaúcha iniciada por Dante de Laytano – o outro ramo é Helga Piccolo. Talvez porque o forte da produção historiográfica de Moacyr seja a história sul-rio-grandense do século XIX, em especial a Revolução Farroupilha, a rigor nunca conversei muito sobre História com ele. Nossas falas, sempre cordiais, versavam mais sobre banalidades do cotidiano. Como sua esposa, Hilda, escreveu vários textos sobre aspectos da imigração/colonização alemã, a rigor, conversas sobre História foram mais frequentes com ela que com ele.

Entre os mais antigos, estava Harry Bellomo. Lecionava História Antiga. Tanto alunos quanto ele mesmo diziam que costumava projetar no quadro a imagem de um ginásio grego, e desafiava os estudantes a imaginar que acontecia ali dentro. O bom humor fazia parte da personalidade, e, aparentemente, também da aula dele. Durante muitos anos, liderou um

grupo de “cemiteriais”, o qual visitou inúmeros cemitérios do interior do Rio Grande do Sul; como a maioria dos componentes tinha sido meus alunos e sabia dos meus interesses de pesquisa, recebi muitas informações úteis.

Colega muito em evidência era Braz Augusto Aquino Brancato. Havia sido chefe de gabinete do reitor irmão José Otão, falecido em 1978, motivo pelo qual era considerado muito poderoso. Costumava fazer uma visita por vários andares da reitoria em quase todos os inícios de manhã. Constava ser grande amigo de Fernando Gay da Fonseca, destacado membro do Conselho Federal de Educação, que chegou a presidir. Sem dúvida, tinha consciência da influência que exercia sobre grande parte dos integrantes do departamento. Mas não era alguém que fosse exercer seu poder de forma expressa. Eu, por meu lado, nunca tive qualquer pretensão ao poder. E isso possivelmente explique por que nunca entramos em conflito aberto, declarado: não lembro de termos tido qualquer discussão áspera.

Claro, as relações oscilaram. Houve momentos em que a gente se distanciava, conversava pouco, mas também houve períodos de aproximação. O único “enfrentamento” não aconteceu de forma explícita, nem sabida por ele. Braz tinha fundado, em 1975, a revista *Estudos Ibero-Americanos*, e fora seu primeiro diretor. Deixara a direção, quando, na década de 1980, foi fazer seu doutorado na Espanha. Este cargo foi o único que pleiteei, de forma expressa, em toda a minha vida acadêmica. Eu havia saído da coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, e o diretor Zilles prometeu que me nomearia, na virada para o novo ano. Pouco antes de seu final, porém, me chamou pedindo desculpas por não poder nomear-me, pois precisava oferecer o cargo a Braz – segundo o diretor, ele havia feito uma reivindicação ao reitor, o qual pedira que lhe fosse oferecida uma atividade que o “desviasse” da função reivindicada. Só anos depois, fui nomeado para o cargo (voltarei a este tema).

Braz e Sandra Brancato, em várias oportunidades, insistiram com os colegas que não fossem tratados como casal, dentro da universidade, mas como unidades totalmente independentes entre si. Ao menos em parte, isso efetivamente acontecia. Lembro-me de que em alguns momentos em que minhas relações com Braz estavam em posição de diástole, convivia tranquilo com Sandra. Ao contrário dele, que se dedicava à história da Penínsu-

la Ibérica, ela estudava a do Brasil no século XX, ainda que centrada na política externa, enquanto eu estudava a política interna – mas isso nos aproximava, pois a política externa me interessava.

Com Sandra tive apenas um embate, um confronto, e este foi direto. Em determinado processo de seleção para ingresso ao doutorado, uma candidata havia conversado comigo para desenvolver uma tese sobre o processo de envolvimento de Brasil e Alemanha na Segunda Guerra Mundial, mas isso não a partir da perspectiva brasileira, mais ou menos como havia feito Ricardo Seitenfus, e sim da perspectiva alemã. Sandra, apoiada por Helder Gordim da Silveira, considerou que o projeto em si era interessante, articulado, pertinente, mas resolveu não aprovar o ingresso, porque a candidata dependeria em sua quase totalidade do acesso a fontes alemãs (ainda que tivesse apresentado extensa lista de arquivos em que elas se encontravam). O argumento foi que ela não teria alternativas caso, por algum motivo, não conseguisse acesso a estas fontes, e o projeto soçobriria por completo.

Fui falar com Arno Kern, então coordenador do programa. Disse-me que não interferiria no assunto, pois tinha nomeado uma comissão de seleção de ingresso, a qual, uma vez nomeada, tinha autonomia para decidir. Contra-arguntei que aqui estava em jogo não um caso, mas um princípio, que o arrolamento de fontes exclusivamente brasileiras, mesmo porto-alegrenses, não constituía garantia de exequibilidade de um projeto, pois a própria Sandra estivera em apuros com os projetos de alguns de seus orientandos, totalmente baseados em órgãos da imprensa brasileira, quando o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa fechou por muitos meses, em função de goteiras, no telhado; lembrei também que ele mesmo, Arno, tinha uma mestranda cuja totalidade das fontes estava fora do Brasil – tratava-se de um projeto de mestrado em Arqueologia, baseado em escavações em Israel, que nem ele supervisionaria, mas sim Francisco Marshall. Ficou irredutível.

Retirei-me, e redigi longo requerimento à Comissão Coordenadora do programa, pedindo que se pronunciasse não necessariamente sobre o caso específico, mas sobre princípios, regras a serem observadas em projetos de dissertação e tese: que percentual das fontes deveria ser brasileira

para que um projeto com fontes externas fosse aceito? Como se mediria este percentual? Seria possível aceitar um projeto com fontes exclusivamente brasileiras, mas de *possível* acesso não garantido?

Um ou dois dias depois, Arno me comunicou que Sandra e Helder haviam resolvido mudar de ideia, tendo autorizado a alteração da ata original com os nomes dos aprovados, entre os quais agora constava a aluna que queria fazer a tese sob minha orientação – a mesma foi finalizada em 2009.¹⁰³ Confesso que nunca consegui entender a atitude de Sandra e Helder.

Klaus Hilbert é arqueólogo, disciplina na qual sou leigo absoluto. Teve uma biografia peculiar. Nascido no Brasil, seus pais voltaram à Alemanha quando tinha oito anos; ali fez toda a sua formação, até o doutorado, quando retornou ao Brasil. Com esta trajetória, sabia muito mais alemão, mas menos português que eu. Após a redação de grande parte de seus textos em português, pedia que eu os relesse e, eventualmente, corrigisse. Por uma questão de reciprocidade, apelei a ele, em algumas oportunidades, para melhorar ou corrigir meu alemão. Português falávamos no nosso dia a dia, em casa e na rua, mas alemão nem ele nem eu praticávamos no cotidiano. Resolvemos, então, adotar esta língua como a língua-padrão de nossas conversas, para evitar que “enferrujasse”. Todos os colegas sabiam de nossa decisão, e não se incomodavam – obviamente, em algumas oportunidades o conteúdo de nossas conversas era fofoca, mas não era a regra. Fiquei muito lisonjeado quando, em 2016, me convidou para prefaciar seu extenso livro *Ossos do ofício: um manual de Arqueologia*. Titubeei, mas acabei aceitando. Relendo meu texto, alguns anos depois, penso que não é totalmente ruim.¹⁰⁴ O livro está em segunda edição.

Uma das pessoas com quem simpatizei desde o começo foi com Núncia Santoro de Constantino. Ela gostava de cultivar relações que considerava proveitosas. Na época, ainda não atuava na pós-graduação, pois não tinha doutorado. Quando veio para o programa, tinha defendido uma tese

¹⁰³ RAHMEIER, Andrea Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

¹⁰⁴ HILBERT, Klaus. *Ossos do ofício: um manual de Arqueologia*. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 11-12.

sobre imigração italiana, fato que, por si só, aproximava suas pesquisas das minhas. Fizemos um pacto de parceria, ela ficaria com os “gringos”, eu com os “alemães”. Se aparecesse um aluno ou uma aluna procurando minha orientação sobre “italianos”, conversaria com ela, para evitar “invasão” de sua área. Mesmo assim, houve casos de “inversão”, mas eles resultaram de consenso. Em questões administrativas, também costumávamos “jogar” juntos.

Além da lealdade pessoal, sempre admirei em Núncia a capacidade de articulação de seu grupo de pesquisa – era uma verdadeira líder, coisa que nunca consegui ser. Por infelicidade, faleceu prematuramente. Antes disso, já trabalhava com ela, como bolsista, Antonio de Ruggiero, tendo assumido mais tarde, por assim dizer, sua vaga. Ainda que tenha convivido com ele por não muito tempo, tive a nítida impressão de que Núncia teve nele um sucessor à altura.

Cláudia Musa Fay foi minha aluna na graduação, durante a década de 1980. Sempre mantivemos um ótimo relacionamento; ela trabalhava com temáticas do Brasil do século XX, como aviação e industrialização. A partir de determinado momento, passou a atuar junto com Núncia no Laboratório de História Oral, fato que fez com que aquilo que era uma dupla virou um trio.

Da mesma geração de Cláudia, na graduação, é Maria Cristina dos Santos, a Tita. Trabalha com índios pré-históricos e contemporâneos, de forma que não foram os objetos de nossas pesquisas que nos aproximavam. Havia algo indefinido que nos ligava. Tita costumava ser bem informada, e nossos almoços resultavam – ao menos para mim – em muita informação sobre os bastidores do curso e até da universidade. Gostava muito de ouvir as fofocas que ela contava, pois sua forma de pensar sobre a universidade e sobre alguns colegas era muito próxima da minha. Eventualmente, Klaus se associava à dupla. Tita é a única, entre os ex-colegas, que se lembra do meu aniversário, e me telefona.

Falando de Cláudia e de Tita, devo referir uma contemporânea de ambas, na graduação, com quem eu simpatizava muito. Ela só se tornou professora no departamento anos depois. Nunca gostei de gente carrancuda, de gente que leva o mundo e a si mesma muito a sério. Ela, pelo contrá-

rio, tem sempre um sorriso no rosto, sempre irradia alegria, mesmo nas adversidades. Além disso, da mesma forma que eu quando tinha sua idade, estava inconformada com o mundo, tinha certeza (mais uma vez, como eu) de que participaria do momento em que seria desferido o pontapé fatal no capitalismo agonizante.

Por esta sua disposição, começou a interessar-se por e a admirar o grande líder comunista Jacob Gorender. Certa vez, estive num evento em que se encontrava seu ídolo. Entre os componentes de seu séquito, estava Adão Clóvis dos Santos, aquele comunista que foi comigo pedir a monsenhor Zilles que não demitisse a professora nem expulsasse o aluno. A moça idealista solicitou a Adão que pedisse a seu ídolo permissão para aproximar-se dele, a fim de sentir sua aura – não precisava apertar sua mão, não pediria foto com ele. Adão foi falar com Gorender, ele perguntou qual o nome da moça que queria aproximar-se dele. Márcia Andréa Schmidt da Silva foi a resposta. Ele repetiu: “Schmidt da Silva. Podem trazer a moça, eu a recebo, pois com este sobrenome é certo que nunca foi nem nunca conseguirá ser opressora dos desfavorecidos deste mundo”.

Da geração de Cláudia, Tita e Márcia, cabe citar ainda Helder Gordim da Silveira. Estive envolvido no incidente recém-relatado sobre o veto ao ingresso de uma candidata que faria doutorado comigo. Esqueçamos o incidente, e citemos embates mais edificantes. Infelizmente, é gremista, mas esta divergência não afeta nosso convívio, pois, em toda a vida, fui uma única vez ao Estádio do Beira-Rio, do Internacional. O fato de que repete a expressão “o suprássumo do reacionarismo” toda vez em que me refiro a Karl Popper, também não causa maiores problemas, pois estou comprometido com o pluralismo de opiniões, defensor intransigente de uma “sociedade aberta”. Gosto de militantes discretos – como ele é. Não há como negar-lhe competência como historiador. Sempre que precisei, recorri a ele para obter informações no campo do Direito, pois, apesar de não exercer a profissão, é jurista de formação sólida. Desmascarou-me numa discussão sobre um caso bem “empírico” – eu afirmara, com muita convicção, que o fusca utilizado na tentativa de sequestrar o cônsul norte-americano em Porto Alegre, em 1970, pertencia a Mário Maestri, e ele contestou; tive de reconhecer meu erro.

Eliana Ávila da Silveira dedica-se ao estudo da Idade Média. Nunca tive qualquer preparo para conversar com ela sobre este assunto, mas sua simpatia é tamanha que sempre foi muito agradável encontrá-la na sala de professores. A troca de ideias a respeito de alunos, seu comportamento e formas de lidar com eles, muitas vezes, animou nossos encontros.

Chego agora à geração dos mais jovens, que tiveram uma formação ao menos parcial na própria casa. Em ordem alfabética, são: Charles Monteiro, Gislene Monticelli, Luciano Aronne de Abreu, Luís Carlos dos Passos Martins, Marçal de Menezes Paredes.

Sobre Marçal, encontro alguma dificuldade para tecer um comentário; possivelmente isso se deva aos meus “preconceitos” em relação a sua orientadora de mestrado, Ruth Gauer. Comentei muitas vezes com colegas que poderia discordar em gênero, número e grau de Moacyr Flores, mas entendia perfeitamente aquilo que ele dizia; já no caso de Ruth, eu simplesmente não entendia. Não se tratava de divergências, mas de falta de “sintonia”, de falar em “frequências” diferentes. Algumas pessoas diziam que minha cabeça tinha uma orientação “moderna”, a dela seria “pós-moderna”. Assim como não me lembro de nenhum enfrentamento com ela, não registro também problemas de dimensão significativa com Marçal – apenas não houve grande sintonia.

A Luís Carlos dos Passos Martins vou dedicar um episódio a ser narrado mais adiante.

Com Gislene sempre gostei de conversar, pois esteve envolvida em muitas “expedições arqueológicas”, e tem grande capacidade de contar aspectos aventurecos das mesmas. Mais recentemente, porém, a admiração aumentou porque me substituiu na “guarda” do Acervo Benno Mentz, onde sua experiência de arqueóloga certamente ajudou, pois cuidar do ABM significa envolver-se em um trabalho mais braçal que intelectual.¹⁰⁵ O esforço que fez para organizar e disponibilizar para a pesquisa esse acervo documental merece menção especial.

Em relação a Luciano, havia em comum o estudo da “era Vargas”. Muitas vezes, o diálogo foi indireto, pois alunos que trabalhavam com ele

¹⁰⁵ Mais adiante, entrarei em detalhes sobre o ABM.

vinham contar suas descobertas, e eu fazia comentários, dava “dicas” – tenho certeza de que alguns deles aproveitaram essa “alimentação intelectual” proveniente de dois lados, não necessariamente divergentes. Houve um incidente no campo administrativo, em relação ao qual Luciano, mais tarde, me disse que não conhecia este lado de minha personalidade. Pela primeira vez, me viu gritando com alguém (com ele mesmo). Mas tive a impressão de que – como acontecia com monsenhor Zilles –, passados alguns dias, o assunto estava enterrado.

Se me lembro bem, Charles não foi meu aluno na graduação. Durante algum tempo, concentrei minha atuação em sala de aula no curso de Ciências Sociais, e ele fez História por essa época. Devo, porém, dizer que sempre tivemos um relacionamento muito amistoso; não consigo imaginá-lo brigando – mas talvez possa ter acessos de raiva, como eu. Durante vários anos, lecionei História do Brasil contemporâneo na mesma turma em que ele lecionava História da Cultura Brasileira contemporânea. Combinamos algumas coisas, e, pela reação dos estudantes, tive a impressão de que nossa “troca de figurinhas” funcionava. Para finalizar, entre os muitos presentes que recebi de amigo(a)s secreto(a)s, nos finais de ano, continuo usando, com frequência, a gravata que Charles me deu.¹⁰⁶

Leandro Pereira Gonçalves foi outro colega jovem e recente, que, porém, não se formara “na casa”, veio de fora. Mesmo que tenha permanecido por poucos anos, esteve no meu radar. Havia motivos para isso. Um de seus temas de pesquisa é o integralismo. Ainda que não constituísse mais o foco central de minhas preocupações, nunca deixei de me interessar pelo assunto. Nesta linha, Leandro me liberou da tarefa de cuidar também do Acervo AIB/PRP (além do Acervo Benno Mentz), dando um novo impulso à organização, disponibilização e exploração desta rica documentação.¹⁰⁷ Por fim, assumiu a direção da revista *Estudos Ibero-Americanos*, com que eu possuía afinidades, pois fora seu diretor, anos antes.

¹⁰⁶ Da mesma forma que continuo usando o cinto domingueiro que recebi da secretária que por muitos anos trabalhou, de forma eficientíssima, no Programa de Pós-Graduação em História, Carla Carvalho Pereira.

¹⁰⁷ Mais adiante, também entrarei em detalhes sobre o CD-AIB/PRP.

Por fim, um breve comentário sobre três colegas “controvertidos”: Jurandir Malerba, Flávio Heinz, Arnaldo Doberstein. Jurandir chegou à PUCRS em 2008, e permaneceu por sete anos. Tratando-se de um historiador de seu nível, não há dúvida de que sua passagem pela universidade foi marcante. Sobre a eficiência de sua atuação intelectual, creio que há poucas controvérsias. O problema esteve em seu comportamento no cotidiano. Em várias oportunidades, contribuiu, de forma expressa, para prejudicar eventuais simpatias por ele.

Conto um caso: já estava avançada uma campanha contra ele, quando insisti que fosse a uma reunião plenária do Programa de Pós-Graduação em História, onde não era muito assíduo. Durante a reunião, foi apresentado um projeto de regulamentação da situação de professore(a)s que não tivessem atingido pontuação mínima exigida nas avaliações de desempenho/produção acadêmica; eles estariam *proibidos* de participar de comissões e de algumas outras atividades, até voltarem a apresentar um desempenho suficiente; Jurandir sugeriu que, em vez de fazer constar no texto a palavra “proibidos” – que denotaria punição –, seria menos agressivo colocar “dispensados”; a sugestão foi acatada como interessante contribuição do colega – só que, à noite, em suas postagens em rede social, usou linguagem totalmente desenfreada ao fazer um comentário sobre sua presença na reunião. Não havia como defendê-lo.

Por outro lado, porém, havia uma disposição muito limitada, por parte de alguns colegas, em aceitar e lidar com alguém um pouco “diferente”.¹⁰⁸ Quando Jurandir foi para a Alemanha (em 2012/13), como professor-visitante na Universidade Livre de Berlim, eu havia “ensinado” a ele que para lidar com os alemães conviria ser incisivo, nunca se mostrar intimidado. Ele registrou este conselho no livro que escreveu sobre sua estada ali, em no mínimo duas passagens¹⁰⁹, e eu descobri que ele se enquadrava neste mesmo perfil; em alguns momentos, fui incisivo com minhas sugestões a ele, e, na maioria dos casos, ele foi “obediente”; portanto, sabendo

¹⁰⁸ No rol dessas pessoas, se encontrava minha grande amiga Núncia Santoro de Constantino.

¹⁰⁹ MALERBA, Jurandir. *Trem para Estação Varsóvia: crônicas berlinenses*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2014, p. 148 e 186.

lidar com ele, é pessoa com quem se pode conviver tranquilamente – além de usufruir de sua inteligência, sua erudição.

Flávio Heinz não foi meu aluno na UFRGS. Só o conheci após retornar, do doutorado, da França. Foi trabalhar na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Em 1999 ou 2000, a UNISINOS e a PUCRS abriram uma seleção de professor(a) para o Departamento de História. Ele obteve a primeira colocação em ambas. A seleção ocorreu, provavelmente, em novembro. A administração da PUCRS informou que seria contratado em março do ano seguinte; a administração da UNISINOS lhe disse que trouxesse sua carteira de trabalho, para contratação imediata. Optou pela segunda. Muito logo, ascendeu ao cargo de coordenador do Programa de Pós-Graduação em História; além disso, teve atuação muito importante na organização do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH (Associação Nacional dos Professores de História), realizado em 2007, em sua universidade.

Em 2008, abriu nova vaga na PUCRS. Em uma reunião plenária para discutir como seria feita a seleção de novo(a) docente, Arno Kern lembrou da seleção feita em 1999 ou 2000, dizendo que então havíamos selecionado um colega, que, por problemas na agilidade de contratação, havíamos “perdido” para a UNISINOS, onde ele, segundo informações correntes, estava desenvolvendo um bom trabalho. Sugeri uma consulta a ele, para saber se não estaria disposto a trocar de instituição, talvez porque, residente em Porto Alegre, gastaria menos tempo em deslocamentos – e nos pouparia do trabalho de organização de uma nova seleção. Aderi, de imediato, à sugestão, lembrando que Flávio havia adquirido experiência como coordenador, que entre nós, muitas vezes, havia problemas para encontrar alguém disposto ao sacrifício, neste cargo; também lembrei que havia exercido (ou ainda exercia) um cargo de destaque na diretoria da ANPUH, fato que tinha importância “política”.

Não consigo recordar se a ideia foi aprovada por unanimidade. Em todo caso, ela teve amplo apoio, e foi sacramentada como decisão. Flávio aceitou vir para a PUCRS. Acontece que no primeiro encontro de um dos nossos colegas com colegas da UNISINOS, estes informaram que sua personalidade não era totalmente “fácil”, que era muito decidido, que gostava

de – sobretudo, como coordenador – agir com muita firmeza. A informação se espalhou entre os colegas da PUCRS. Independente disso, começou sua atuação. Logo, criou um grupo de pesquisa, no qual transpareceram qualidades que caracterizavam Mário Maestri e Núncia Santoro de Constantino, isto é, a firme liderança, o caráter agregador que exerciam. Também teve uma produção importante no campo de sua especialidade, a história das elites.

Penso que Flávio acabou sendo vítima, ao menos em parte, de sua incapacidade de reconhecer as diferenças entre jesuítas e maristas, os primeiros, administradores da UNISINOS, de onde vinha, os segundos, administradores da PUCRS, para onde foi. Há indícios de que na UNISINOS recebera carta-branca para administrar o Programa de Pós-Graduação em História, que esta era uma garantia com que podia contar. Constatando que entrara na PUCRS não por iniciativa sua, mas porque fora procurado, chamado, possivelmente tenha imaginado que neste gesto de “correr atrás” dele estava embutida uma garantia de poder amplo para reivindicar.¹¹⁰ Começou reivindicando para si uma disciplina que era ministrada por uma pessoa com extensa “quilometragem” na instituição. Numa reunião com o diretor, sobre este assunto – da qual não participei, mas cujo conteúdo correu pelos corredores –, teria inviabilizado, em função de suas manifestações, uma nomeação futura ao cargo de coordenador. Com isso, neutralizou um importante motivo para sua contratação – o desgaste subsequente foi consequência.

Infelizmente, toda esta história acabou respingando em mim. Há indícios de que Flávio imaginava que eu tivesse muito poder na PUCRS. Talvez pensasse que eu fosse uma eminência parda. Objetivamente, sempre detestei o poder, e nunca ele me foi conferido, de forma espontânea. Um exemplo da minha total incapacidade de exercer qualquer influência: me dava muito bem com Draiton Gonzaga de Souza, antes dele assumir a direção da FFCH. Tão logo assumiu, tomou uma decisão que considerei equivocada; fui falar com ele; me pediu, de forma muito diplomática, que me

¹¹⁰ Correram, inclusive, rumores de que tivera dúvidas iniciais em aceitar o convite, mas teria encontrado uma autoridade universitária da PUCRS na praia a qual o teria incentivado a aceitá-lo.

colocasse no meu lugar. Mesmo pouco antes da minha saída da PUCRS, portanto ao tempo de Flávio, levei ao mesmo diretor uma questão que eu considerava malresolvida; mais uma vez, desconversou, não me deu razão, mostrando, pela segunda vez, que minha capacidade de fazer-me ouvir era absolutamente nula (neste último caso, inclusive, o tempo mostrou que eu estava com razão). Como nunca aspirei ao poder, os dois fatos não abalaram minha simpatia por ele (Draiton). Conto esta história apenas para dizer que eu não tinha capacidade de exercer qualquer influência para mudar a situação em que Flávio se encontrava.

Finalmente, Arnaldo Doberstein. Ambos fomos oficialmente contratados em março de 1982. A PUCRS costumava fazer encontros de adaptação/integração para professores novos. Nos conhecemos em um deles, no seminário de Viamão. Nos primeiros anos, Arnaldo foi provavelmente a pessoa com quem mais conversei, dentro da universidade. Temos uma origem regional próxima, ele é de São Luiz Gonzaga, sou de Machado. Sou filho de colono, ele é filho de ferreiro. É amigo de infância de Olívio Dutra, o qual escreveu a maioria das apresentações de seus livros. Foi fundador do PT. Em inúmeras oportunidades, insistiu que eu tinha o perfil ideal para ser petista.

Sempre gostei de sua aparente ou efetiva calma. Escreveu sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado sem atropelos, sem preocupar-se com o currículo Lattes, como acontecia com outros professores. Como o tema de suas pesquisas tangesse as minhas, conversávamos muito sobre elas. Sobre os arquitetos e os escultores de origem alemã de que tratava, conseguia documentos junto às famílias; como não dominasse o alemão, ajudei-o em alguns casos. Digitou quase toda a dissertação em meu computador.

Infelizmente, manifestou, em muitas oportunidades, críticas ferozes à “oligarquia do pós” (isto é, aos colegas que atuavam no Programa de Pós-Graduação em História). Mesmo que nunca tivesse verbalizado, havia indícios de que imaginava que esses professores gozassem de enormes privilégios, incluindo financeiros. Parecia estar convicto de que recebíamos polpudas somas em dinheiro para passear, em congressos. Provavelmente, ficou sabendo que, de fato, a universidade, em algumas ocasiões, financiava passagens aéreas. Mas não se dava conta de que os beneficiados pagavam, de seu próprio bolso, o hotel, o deslocamento ao aeroporto, e até jantares

nos quais uma classe média bem alimentada “socializava” o pagamento do whisky de 18 anos e dos vinhos de centenas de reais por garrafa que tomava, informando ao garçom que a comanda seria coletiva, não individual.

Quando Arnaldo concluiu seu doutorado, estava habilitado a tornar-se professor na pós-graduação. Tentou fazê-lo por um caminho não usual. Como eu tinha uma longa história de bom relacionamento, fui conversar com ele, tentando esclarecer que seu ingresso deveria dar-se por outro caminho – muito mais simples que aquele que ele estava trilhando. Conversamos durante uma hora e meia. Quando relatei nosso encontro aos colegas, disse que quando se conversa por uma hora e meia com um poste, este ao menos troca de pé, algumas vezes. Arnaldo nem isso fez. Sua última frase foi uma ameaça – a de que se não fosse incluído na lista de professores da pós-graduação iria falar com o reitor. A partir deste momento, começou a dar demonstrações expressas de que me detestava tanto quanto alguns dos colegas. Não havia que fazer.

Trabalho na UFRGS

Em 1985, abriu edital para concurso de professor na UFRGS, na área de história da cultura geral e do Brasil. Tendo superado ao menos em parte o mal-estar causado pelo fiasco de oito anos antes, resolvi inscrever-me. Ao receber, no ato de inscrição, a folha com a lista dos temas que seriam objeto das provas escrita e didática, desanimei. Dos cerca de 15 itens ali constantes, tinha um conhecimento razoável de apenas dois ou três. Queria desistir de imediato. Mas, entretantes, havia avançado um pouco em minha visão sobre o mundo realmente existente. Tinha consciência de que um concurso é um jogo, e que entrar neste jogo é algo normal – só se precisa saber sair na hora certa, caso necessário, para não se expor. Resolvi que não estudaria, pois não teria tempo nem paciência para preparar todos aqueles “pontos”. Se estudasse apenas para alguns, poderiam ser sorteados os outros, e eu lamentaria o tempo perdido. Se “caísse” um tema sobre o qual não tivesse condições de escrever, simplesmente abandonaria a prova.

Fui ao sorteio do “ponto” da prova escrita (o mesmo para todos os candidatos). Não lembro mais dos termos exatos, mas era sobre cultura no

século XX e sua instrumentalização por regimes autoritários ou totalitários. Fiquei meditando por algum tempo, e decidi arriscar. Faria uma introdução geral sobre cultura no século XX, e, na parte “empírica”, descambaria para uma análise daquilo que aconteceu durante o Estado Novo brasileiro – afinal, o concurso era, de forma expressa, para história da cultura “geral e do Brasil”. Fiquei aguardando o sorteio do meu tema para a prova didática (estava eliminado o item da prova escrita, e os restantes foram sorteados individualmente, para evitar que mais de um candidato “desse” aula sobre o mesmo assunto). Fui contemplado com o Renascimento. Havia 24 horas para preparar, e, eventualmente, desistir.

Mais uma vez, decidi “jogar”. Não tinha preparo para falar de forma detalhada e profunda sobre aquilo em que pensa qualquer pessoa minimamente informada ao ouvir a palavra “Renascimento” – as artes plásticas. De novo, optei pela estratégia de “deslocar” o foco a meu favor. Diante de meus fictícios alunos (na verdade, a banca), diria que esta era a última aula de um conjunto sobre o tema Renascimento, que havíamos estudado vários aspectos, sobretudo a produção artística do período, mas que não se poderia esquecer que naquele momento histórico também surgiram formas novas de pensar sobre a sociedade em geral, especificamente sobre sua organização política. E aí fui para os clássicos do pensamento político, sobre os quais, como mestre e doutor em Ciência Política, estava razoavelmente informado.

Quanto à prova de títulos, desta vez entregara e comprovara qualquer suspiro que havia dado, e que pudesse ser classificado como tal (“título”). Não tenho a mínima lembrança das notas que recebi de cada um dos avaliadores individualmente, não sei se todos “engoliram” minha estratégia, se alguns deram nota melhor que outros. Mas fui um dos quatro aprovados. Diante da total ausência de investimento no preparo, foi um resultado mais que satisfatório. Luíza Kliemann ficou em primeiro lugar, Luiz Roberto Lopez em segundo, José Augusto Avancini em terceiro, eu em quarto. Luíza foi nomeada de imediato.

O Departamento de História resolveu, em reunião plenária, que caso ocorressem vagas dentro do período de dois anos, prazo de validade do concurso estipulado no edital, os candidatos seriam chamados, na ordem

de classificação, para serem questionados se estavam interessados em assumir as respectivas disciplinas vagas. De fato, ocorreram vagas, mas o governo federal editou um decreto determinando a suspensão de qualquer contratação de novos funcionários públicos federais, por seis meses.

Acabamos entrando na justiça, porque havia acontecido o seguinte: uma professora não efetiva que trabalhava no Departamento de História, e que havia tentado sua efetivação via este mesmo concurso, não fora aprovada – não por falta de capacidade, mas porque entregara a prova escrita a lápis, motivo pelo qual fora anulada. Não muito tempo depois do concurso, um “canetaço” do presidente da República determinou, porém, que todos os professores de universidades federais que estivessem atuando no regime em que ela atuava fossem efetivados (sem concurso, sem nada).

Esta situação nos levou à justiça, sob o argumento de que nós estávamos concursados, e não podíamos ser nomeados, enquanto uma pessoa reprovada exatamente no mesmo concurso que nós havíamos feito fora efetivada. Um juiz concedeu uma liminar, mas que, na prática, não nos ajudava em nada. Não determinou que a professora fosse “desnomeada” nem que nós fôssemos nomeados, mas, sim, que a universidade se *abstivesse de novas nomeações deste tipo*. No entanto, essa decisão judicial talvez tenha representado uma pressão para que a universidade se comprometesse publicamente com nossa nomeação, assim que fosse possível. Apesar de que o decreto proibindo novas contratações tivesse sido renovado, acabou deixando de vigorar na virada de 1986 para 1987.

Fomos informados de que o processo de nossa contratação andaria, mas deveríamos retirar da justiça a ação contra a universidade, porque ela não poderia nomear pessoas que a estivessem acionando judicialmente. Assim procedemos, e recebemos a promessa de que a nomeação era apenas uma questão de tempo.

Enquanto isso, durante as férias de verão de 1987, aconteceu uma tragédia de trânsito na qual faleceu a professora Jane Aita, responsável por História da América Contemporânea. O chefe do Departamento de História, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, chamou-me para perguntar se poderia assumir a disciplina. Disse-lhe que não tinha nenhum preparo para ela nem enxergava qualquer perspectiva de preparar-me, no curto prazo. Ele dispu-

nha de um instrumento de pressão, que era minha vontade de ser nomeado, mas, por outro lado, a nomeação só deveria sair quase ao final do semestre, motivo pelo qual eu deveria trabalhar de graça, pois só poderia ser remunerado a partir do momento em que estivesse nomeado.

Caberia encontrar uma solução de meio-termo. A professora Jane tinha registrado na secretaria um programa muito detalhado da disciplina, com uma relação pormenorizada de cada um dos itens que abordaria, e a indicação de um texto para cada um deles. Luiz Dario propôs que os alunos lessem esses textos, que eu supervisionasse e “cobrasse” a leitura, sem precisar dar aulas propriamente ditas. Considerei viável a proposta. Ele conversou com os matriculados na disciplina, explicando que ela seria oferecida em condições precárias, que aqueles que não tivessem pressa em cursá-la suspendessem a matrícula, ficando somente aqueles que, para poder formar-se ou por outra razão, tivessem necessidade de cursá-la de imediato. E assim foi feito. Em junho de 1987, saiu minha nomeação, e eu estava oficialmente habilitado a validar o trabalho dos alunos.

A atuação na segunda disciplina que me foi atribuída foi menos problemática. Quando ingressei na PUCRS, o coordenador do Departamento de História, Wilson Sander, pediu-me que lecionasse Teorias da História. Respondi que não tinha muito preparo, mas aceitaria. Me disse que a disciplina não estava sendo bem ensinada, que imaginava melhorar sua qualidade aos poucos, e contava comigo. Conversamos sobre o conteúdo, ele pediu à secretaria que conseguisse os programas de várias universidades importantes do Brasil, para montar o nosso. Constatamos que esses programas iam desde um que começava com os gregos e vinha até a atualidade, até um que arrolava 13 itens que seriam abordados a partir da leitura de um texto de Marx ou de algum marxista.

Optamos por algo intermediário, pluralista. Começamos com Leopold von Ranke, e viemos com alguns historiadores até a atualidade. No decorrer dos anos, fui aprimorando este programa, acrescentando aspectos novos, incluindo textos, entre os quais alguns de historiadores alemães adeptos daquilo que se autodenominava Ciência Social História, e que estava se impondo como corrente dominante na historiografia alemã. A quase totalidade destes textos era inédita em português, eu os havia traduzido.

Quando consultado pelo chefe do Departamento de História da UFRGS se poderia assumir uma cadeira de Teoria e Metodologia, aceitei, sem maiores reservas. Tive algum sucesso, pois a influência francesa na historiografia brasileira era tão dominante que, com poucas exceções, autores de qualquer outra origem constituíam novidade. O atual colega Luiz Alberto Grijó – na época, estudante – lembrou várias vezes que foi na minha aula que pela primeira vez ouviu falar de Jürgen Kocka, por exemplo. Como subproduto das referências aos e da leitura dos autores alemães granjeei certo prestígio entre os anarquistas, pois vários dos citados falavam de aspectos pouco conhecidos da obra de Max Weber com que eles simpatizavam – além disso, eu estava começando minhas pesquisas sobre operários anarquistas alemães em Porto Alegre.¹¹¹

Colegas da UFRGS

Como este texto foi escrito sem qualquer planejamento prévio, imaginava abrir, neste ponto, espaço para pequeno comentário sobre os colegas da UFRGS, como fiz com os da PUCRS. Mas me dei conta de que, como professor em regime de 20 horas, sem uma sala de trabalho, fui muito menos presente na primeira que na segunda, de forma que a convivência não foi tão frequente nem tão intensa. Com isso, até poderia cometer alguma injustiça, com avaliações muito categóricas. Mesmo assim, resolvi arriscar um palpite, talvez menos extenso, e sobre apenas alguns dos colegas¹¹², na

¹¹¹ Voltarei a este tema.

¹¹² Sobre alguns colegas, simplesmente não me ocorreu nenhum episódio espirituoso, mesmo que tenha boas recordações deles. Pensei em Cybele Crossetti de Almeida, sempre muito amável, de cuja comissão de revalidação do título de doutora participei, e que até me pediu favores (certa vez, pediu que visitasse um colega alemão que permaneceu por aqui algumas semanas, para que não se sentisse muito só, no hotel). Lembrei do falecido Luiz Carlos de Mesquita Rothmann, com conversas sempre muito agradáveis. Recordei do igualmente falecido Geraldo Meyer Fagundes, casado com uma princesa, que em eventos em que imaginava que pudesse ser servido vinho trazia seu próprio cálice, pois dizia que esta bebida só se degusta em sua verdadeira dimensão em copos feitos de determinado material, com determinada espessura, e com determinado formato. De Cláudia Wassermann, guardo, por um lado, uma insinuação de que eu poderia ser portador de certo “vício”, por outro lado, um cochicho no ouvido de um colega, durante uma mesa-redonda de que participávamos, no sentido de que o trabalho que eu estava apresentando era bom; num almoço com ela e Fábio Kühn, constatamos que os antepassados dos três vieram do glorioso e pluralista leste europeu.

esperança de não ter errado. Ao contrário da PUCRS, no final, vou referir alguns poucos episódios mais “coletivos” vivenciados na UFRGS.

Guiado pela ordem alfabética, reencontrei no Departamento de História da UFRGS Adolar Koch, que, por dois anos, havia sido meu colega no IPT. Na “pré-história” da ANPUH-RS, havia sido presidente e eu secretário – elaborávamos um boletim, cujos exemplares provavelmente não existem mais em nenhum arquivo.

Certa vez, comentei com Adhemar Lourenço da Silva Júnior que Anderson Zalewski Vargas era de difícil aproximação; Adhemar disse que era engano meu, que se tratava de uma pessoa muito acessível, inclusive muito bem-humorada; depois que me aposentei, fui convidado pelo departamento a dar uma “aula magna” de início de semestre; após minha fala, houve pequena homenagem, quando Anderson me entregou um ticket de caixa do Bar do Antônio em que constava o pagamento de uma “orelha” e uma xícara de café – o gesto simbólico mostrava que ele havia acompanhado, por anos, meu costume de, antes da aula, comer um doce crocante e tomar uma xícara de café.

No início de sua carreira de historiador Benito Bisso Schmidt dedicou-se ao estudo do movimento operário no Rio Grande do Sul. Nesta época, eu estava estudando meus anarquistas, de forma que acompanhei com atenção aquilo que ele publicava. Já sua grande produção sobre Teoria e Metodologia não acompanhei – ao menos em detalhes –, porque não mais me dedicava a esta área. No entanto, sempre que algum orientando apresentava alguma demanda envolvendo estudos biográficos remetia a suas publicações. Além disso, encontrar Benito, em qualquer lugar, significa ouvir uma frase inédita, de efeito agradável.

Conforme anotei no primeiro parágrafo deste livro, fui censurado por uma estudante quando ouviu pela terceira vez a história contada por mim sobre o “embate” que tive com Carla Brandalise, ao participar da banca de sua defesa de dissertação de mestrado. Não posso repetir a história. O “incidente”, no entanto, não impediu que nos tornássemos bons vizinhos. Como os temas de nossas pesquisas se entrecruzam, em alguma medida, ela participou de bancas de orientandos meus, eu participei de bancas de orientandos dela. Este frutífero intercâmbio apenas sofreu um

pequeno solavanco em 2019, quando participei de uma banca de um orientando dela.

Havia participado da banca de qualificação, e tinha alertado o doutorando sobre problemas, que se repetiram na versão final da tese. Infelizmente, não se tratava de simples questão de *divergência de opinião*. Como o tema da tese projeta sua sombra para dentro do presente, podendo vir a fomentar preconceitos, considerei problemática a opção por determinada interpretação fundamentada, *unicamente*, em trabalho da orientadora e em manifestações de atores políticos contemporâneos, referindo, em um releto resumo de nove linhas, opinião divergente de *quatro* historiadores que defendem interpretação diferente, mas sem *qualquer* explicitação mais detalhada de seus argumentos.

Insisti que poderia ser admissível não ter cuidado especial em discutir e definir se Gengis Khan realmente cometeu as barbaridades que lhe são atribuídas, pois o perigo de se instigar ao ódio étnico-racial contra os mongóis atuais é muito pequeno, talvez nulo. Mas, no caso em pauta, defender uma posição simétrica em relação ao grupo em questão, baseado apenas na opinião da orientadora, com a *omissão* dos *argumentos* de quatro historiadores que defendem posição divergente, sem se preocupar com uma justificativa detalhada e consistente, argumentada para a escolha da interpretação do autor é inadmissível, numa tese de doutorado.

Lembrei, na oportunidade, que uma antropóloga, com doutorado na área, por um programa de pós-graduação pertencente ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS (ao qual também pertence o Programa de Pós-Graduação em História) tinha afirmado, em parecer pericial para o Ministério Público Federal, que o “conjunto dos concidadãos” de Teutônia estava “fragilizado” pelo “neonazismo”, sem *qualquer* base factual (no caso, desconheço a opinião de sua orientadora), e que não poderia admitir que um doutor em História, num programa de cuja criação participei, viesse a emitir um parecer equivalente. Com o tratamento que deu a um tema relacionado e simétrico àquele que envolveu a antropóloga, os pressupostos para isso, porém, estavam perigosamente dados.¹¹³ Pior, por ocasião

¹¹³ Tratarei mais adiante do caso envolvendo a antropóloga e o MPF.

da qualificação, o doutorando afirmara que o nazismo é corriqueiro entre “alemães” brasileiros; perguntado pela base factual desta afirmação, respondeu que conheceu, em Carazinho, uma senhora de 93 anos que falava alemão (*sic*). Também foi sintomático o fato de que na qualificação tenha classificado seu sobrenome como “holandês”, enquanto na sessão de defesa da tese afirmou que seu pai é um “alemão”.¹¹⁴

O texto final publicizado corrigiu o problema, ao menos em parte. Não tenho mais como convidar Carla para bancas, pois não sou mais orientador; mas espero que o incidente não impeça que ela formule novos convites a mim.

Também participei da banca de mestrado de Carla Rodeghero. O tema era o anticomunismo no Rio Grande do Sul, e uma das fontes para rastreá-lo e exemplificá-lo foi a imprensa católica. Além de analisar seu conteúdo, fez entrevistas com mulheres que haviam lido esta imprensa, no município de Paraí. Um dos aspectos deduzidos dos textos jornalísticos e das falas das entrevistadas foram os supostos ou efetivos elementos negativos em relação às mulheres. Ou seja, a pregação anticomunista católica teria deixado marcas antifemininas no município.

Além das qualidades evidentes do trabalho – que destaquei –, resolvi, para encerrar, tecer alguns poucos comentários mais provocativos. Contei que minha mãe, ao receber o *Jornal Evangélico Luterano*, olhava, em primeiro lugar, a penúltima página, onde estavam os anúncios fúnebres e de bodas de prata e de ouro – para ver se havia algum nome conhecido. Nunca soube se lia os textos de cunho comunista ou anticomunista. Perguntei como a mestrandia explicava – diante de suposta pregação tão insistente contra as mulheres – o fato de que Paraí possuía, naquele momento, uma das poucas prefeitas, no Rio Grande do Sul?¹¹⁵ Carla não se dera conta do fato. Não me

¹¹⁴ Neste contexto, vale recordar que dos 52 policiais gaúchos que o procurador-geral do Rio Grande do Sul João Bonumá indiciou, em 1947, por terem cometido, durante a guerra, crimes graves contra “alemães” e “italianos”, nada menos que 14 tiveram sobrenomes alemães (GERTZ, René E. O pós-guerra nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul (1945-1955). In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio [Orgs.]. *Festas, comemorações e memórias na imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 1593-1608).

¹¹⁵ Gertrudes Pelissaro dos Santos (1993-1996).

lembro mais da resposta – talvez porque não tivesse sido muito espirituosa. O caso, porém, não impediu que ela se tornasse uma grande pesquisadora. Pela cordialidade com que sempre me tratou, tenho certeza de que não ficou magoada.

Cesar Guazzelli, então na condição de aluno de graduação, precisava dos créditos de História da América contemporânea, em 1987, e foi um dos alunos da disciplina que “ministrei” nas condições relatadas; já como colega, não há como não se juntar a um grupo em que ele esteja contando um “causo” ou mesmo falando de um tema historiográfico sério.¹¹⁶

Quanto a Enrique Padrós, sempre o invejei – nunca tive coragem de dar aula de bermuda, mas, sobretudo, sempre sonhei em ser também um professor tão benquisto entre os alunos que, nas formaturas, quando não é paraninfo, é, no mínimo, professor-homenageado.

Infelizmente, Fábio Kühn especializou-se em história colonial gaúcha. Não tenho qualquer estofo para debater com ele sobre este tema, já que minhas incursões na história estadual tematizam o período republicano. Mas talvez pelo fato de que os nossos antepassados vieram das profundezas da Ucrânia, temos muitas coisas em comum; ouvir suas ponderações calmas sempre foi muito gratificante.

Gostava de encontrar Francisco Marshall pelos corredores, sempre tinha alguma observação simpática a fazer; ao recorrer a ele para esclarecer dúvidas de grego, convenci-me de que ele e o professor Donald Schüller são, hoje, as duas pessoas que mais conhecem esta língua, no Rio Grande do Sul.

Ieda Gutfreind tinha motivos para nutrir prevenções contra mim, por acontecimentos anteriores, não na UFRGS; nunca notei qualquer gesto nem ouvi palavra que pudessem ser vistos como consequência desse episódio; pelo contrário, ela não se preocupava só comigo, mas até com minhas filhas – quando eu trabalhava no Acervo Benno Mentz, e estava imundo, cheio de

¹¹⁶ Na verdade, Cesar antecipou-se a mim, ao escrever sobre as “entranhas” do Departamento de História (GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “De *doutor* a professor, a história de um *iatrocídio*” [ou “Do primeiro pós-graduação, ninguém esquece!”], 1986-1990. *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, v. 13, n. 23/24, p. 59-75, 2006).

pó, da cabeça aos pés; ela vinha aconselhar-me a não chegar perto delas, então ainda pequenas, quando voltasse para casa, sem antes ter tomado banho; em eventuais encontros fora da universidade, seu marido Henrique era garantia de um clima de bom humor.

José Augusto Avancini ingressou comigo no departamento. Move-mos juntos uma ação na justiça, gostava de seu jeito calmo; infelizmente, nossas boas conversas cessaram, no decorrer do tempo, pelo simples fato de que não nos encontrávamos mais, nossos horários de aula não coincidiam.

José Rivair Macedo é – salvo erro crasso meu – o único colono no departamento, além de mim; a “vantagem” que levo sobre ele é que meu pai possuía 12,5 hectares de terra, o dele apenas 7; devo a Rivair uma sugestão milagrosa para sair de uma “enrascada” acadêmica em que me vi envolvido, não por culpa minha.

Já fiz referência a Luiz Alberto Grijó, cabendo acrescentar que nos encontramos com alguma frequência em atividades envolvendo a história da Primeira República no Rio Grande do Sul; sempre é agradável ouvi-lo.

De Luiz Dario Teixeira Ribeiro já falei; como “eterno” chefe do departamento, é óbvio que os contatos foram frequentes; circulam mitos absolutamente infundados a nosso respeito: alguns poucos anos atrás, nos encontramos na Feira do Livro de Porto Alegre, e nossa conversa foi registrada em fotografia que, depois, circulou em rede social, acompanhada de certo espanto pela conversa amistosa entre um marxista e um weberiano; as pessoas não sabem que marxistas modernos e weberianos não têm nenhum problema em conversar – o problema são “marxistas pós-modernos”.

Além de colegas já citados (ou a citar) com os quais tive empatia em função de suas origens sociais, está uma ex-aluna, muito dedicada, simples, que ganhava seu pão de cada dia trabalhando na segurança operacional da Refinaria Alberto Pasqualini. Formou-se na graduação, fez mestrado, fez doutorado. É verdade que parte de seus trabalhos de pós-graduação foi montada e desenvolvida como contestação a um escrito meu. Publiquei um trabalho simples sobre o conteúdo da revista *Província de São Pedro*, editada em Porto Alegre, entre 1945 e 1957. Justamente por ser um trabalho simples, sem pretensões, esta moça aproveitou meu calcanhar de Aquiles, e construiu sua carreira acadêmica sobre ele, tecendo considerações demolidoras

a respeito. Ela não gosta quando relembro este fato, mas não imagina que eu sempre entendi que a ciência só avança mediante a crítica, o debate, a contestação argumentada em relação àquilo que outros fizeram. Ninguém menos que Max Weber pregava que “somos feitos para sermos superados”. Mara Cristina de Matos Rodrigues é o nome da senhora.

Nos primeiros tempos de UFRGS, fui a uma janta de final de ano do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Restaurante Mosqueteiro, que ficava no Estádio Olímpico. Não conhecia quase ninguém; de repente apareceu Paulo Vizentini, que também era novo na unidade; acabamos conversando, e nos conhecendo; ele não é filho de colono, mas de operário, morou em casa modesta, como Rivair e eu; aquilo que o distingue de Rivair e de mim é o fato de que sabe vestir-se e portar-se com elegância; é um militante moderno, com quem dá gosto conversar.

Parte das pesquisas de Regina Weber têm a ver com as minhas; mas nossos contatos sempre aconteceram, quase exclusivamente, no campo pessoal, talvez porque ela cultivasse uma opinião sobre os “alemães” que difere, levemente, da minha.¹¹⁷ Devo retificar-me: tivemos uma discussão acadêmica séria a respeito daquilo que se deve entender por “referencial teórico”, numa dissertação ou tese; chegamos a um acordo de que o candidato ao mestrado ou ao doutorado deve apresentar um estudo detalhado do “estado da arte” em relação ao tema sobre o qual pesquisou, e, claro, a tese ou dissertação deve mostrar em que vai além, em que o supera, não havendo, porém, necessidade de debulhar teorias de longuíssimo alcance, sobre o destino da humanidade e do universo; tenho referido esta nossa conclusão, com alguma frequência, em bancas de que participo.

Sobre Sílvia Moehleck Copé já falei, na condição de colega-estudante, na UNISINOS, que ajudou a me salvar da disciplina de História Antiga. A respeito de Sílvia Petersen, vou apresentar um episódio à parte.

Ao jovem Temístocles Cezar devo incentivo para pleitear dedicação exclusiva na UFRGS (se tivesse seguido seu conselho, estaria usufruindo uma aposentadoria melhor, agora), mas, sobretudo, para traduzir *O conceito de História* de Reinhart Koselleck.

¹¹⁷ Regina doutorou-se com Giralda Seyferth.

Não falo da professora Helga Piccolo, pois já me referi a ela como minha professora.

* * *

Conforme prometido, vou arrolar três episódios que dão uma impressão mais “coletiva” sobre o Departamento de História da UFRGS. O primeiro se refere a uma reunião plenária ocorrida em 1989 para *decidir* sobre a criação (ou não) de um curso noturno. Vinham sendo oferecidas, por alguns professores, disciplinas à noite, mas essa situação poderia gerar problemas formais. Alunos que as tivessem cursado poderiam exigir um curso completo neste turno; não havia como oferecer cursos em três turnos, de forma que um dos diurnos deveria ser extinto; deveriam ser estabelecidas regras sobre frequência de alunos de um turno no outro, regras para troca de turno etc. – tudo isso exigia uma *decisão* sobre a criação do curso noturno, e da manutenção das atividades à noite.

Antecipo que publiquei longo documento no qual tentei mostrar os problemas para a abertura do curso à noite, posicionando-me contra. Independente de minha posição pessoal, aquilo que merece registro são ao menos duas afirmações feitas durante a reunião: a criação do curso noturno seria uma questão que *estava previamente decidida*, sobre a qual não adiantaria mais perder tempo discutindo; outra pessoa endossou esta afirmação, apoiando, de forma entusiástica, a iniciativa, destacando, porém, que tinha dado muitas aulas à noite, pela vida afora, e que, definitivamente, não trabalharia neste turno.

* * *

O segundo episódio. O professor Milton Bins, da Sociologia, costumava dizer que quando colonos se encontram invariavelmente falam do tempo – isso porque o tempo é fundamental para sua sobrevivência material (se chove de menos, a plantação não vingará; se chove demais, estraga a colheita). Num final de ano em que ainda se entregavam as notas obtidas pelos alunos nas disciplinas em papel preenchido à mão, fui ao *campus* para este ato final da atividade semestral – imagino que tenha sido num 21 ou 22

de dezembro. Chegando à entrada do prédio do IFCH, encontrei o coloninho Odaci Coradini, da Ciência Política. Como uma ameaçadora nuvem negra se levantasse no horizonte sul (de onde costuma vir chuva), disse a ele que estava se armando uma violenta tempestade.

Conversamos sobre mais algumas coisas, fui à secretaria entregar minhas notas, devo ter encontrado algumas pessoas e trocado algumas palavras, mas, uns 20 minutos depois de minha chegada, estava abrindo o carro para ir embora, quando ouvi alguém gritando meu nome. Fiz um giro de horizonte, e vi uma colega, a alguma distância, abanando para indicar que fora ela que me chamara, pedindo que esperasse, pois precisava falar comigo. Chegou esbaforida, implorando: “me conta! me conta!”. Disse-lhe que não sabia que deveria contar. Ela explicou que estava muito curiosa para saber onde estava acontecendo a tempestade. Aí entendi. Apointei para a nuvem negra, que, entretentes, tinha ficado mais ameaçadora. Alguém havia ouvido minha observação a Coradini, e espalhará a notícia de que eu anunciara que algo apocalíptico estava para acontecer.

Conto este episódio porque não foi só nesta ocasião – e no Departamento de História da UFRGS – que eu, um coloninho, fui confrontado com um fenômeno bastante difundido no mundo universitário brasileiro: a pressuposição da racionalidade absoluta de *qualquer* “discurso” de um intelectual. Notei que uma frase totalmente banal em Machado, como “gosto de café com leite”, dita no ambiente universitário, em qualquer circunstância, é submetida a uma rigorosa análise e avaliação, para detectar qual seu verdadeiro sentido, qual o interesse subjacente, que pode apresentar de conteúdo não explícito, mas subentendido, enfim.

* * *

O terceiro episódio requer um relato mais extenso. Por incrível que possa parecer, para uma compreensão mais adequada de sua verdadeira dimensão, preciso começar não na UFRGS, mas sim na PUCRS, cinco anos antes. Em 1990, Maria Lúcia Bastos Kern foi nomeada coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (da PUCRS!). Tomou a decisão de “arrumar a casa” – entre outras pendências importantes, havia sido

criado, em 1986, o doutorado, mas as autoridades governamentais competentes ainda não haviam sido nem informadas desta criação, muito menos estava em avaliação para reconhecimento. A escrita da primeira tese estava adiantada (viria a ser defendida em 1991), mas o diploma não teria validade oficial.

Para colaborar nas muitas e difíceis tarefas que a aguardavam, indicou para a Comissão Coordenadora Astor Diehl, Klaus Hilbert e René Gertz. Começamos a trabalhar de forma dura e sistemática. Num processo até hoje incompreensível para mim, iniciou uma campanha de difamação contra o grupo. Como a própria Maria Lúcia tem um sobrenome alemão (“herdado” do marido), não passou muito tempo para que fôssemos classificados como “quadrilha nazista” – mesmo que um dos seus integrantes fosse filho de mãe judia.

Esta campanha inviabilizou a recondução de Maria Lúcia, após três anos, no cargo. Em final de 1992, o então diretor da FFCH (da PUCRS!), Odone José de Quadros, começou a buscar novo coordenador. Não se sabe se ele próprio não quis nomear alguém do grupo que controlara o curso até final de 1989, ou se ninguém deste grupo aceitou o cargo. No final, convidou um colega novo no programa, que recém se doutorara (em 1992) e trabalhava num regime de dedicação apenas parcial. Este conversou com vários colegas, antes de responder ao diretor; falou comigo várias vezes, a última na madrugada do dia em que deveria dar uma resposta definitiva. Sempre o incentivei a aceitar, e lhe garanti apoio.

Menos de uma semana após assumir o cargo, ficou claro que nutria ódio figadal contra a “quadrilha nazista”. Neste contexto, foram abertos dois editais de concurso no Departamento de História da UFRGS. Entre outros, candidataram-se, da PUCRS, Astor Diehl e Mário Maestri. Ambos obtiveram a primeira colocação, nas respectivas áreas. Mário não teve dúvidas sobre que fazer; quando chegou o momento da nomeação – em meados de 1993 –, escreveu uma simpática carta ao reitor (da PUCRS!) agradecendo pela acolhida que tivera, durante alguns anos, na instituição, dizendo que a segurança empregatícia que a UFRGS lhe daria, fê-lo optar por ela.

A situação foi diferente para Astor. Era “filho da PUC”, fizera ali a graduação e o mestrado. Além disso, durante seu doutorado na Alemanha,

havia gozado de uma licença ao menos parcialmente remunerada (além da bolsa externa), de forma que estava, creio, contratualmente comprometido a permanecer por algum tempo na instituição. Quando se inscreveu no concurso, imaginou que poderia entrar num sistema igual ao meu, com 40 horas na PUCRS e 20 na UFRGS. Mas, ao contrário do meu tempo, quando o edital falava em 20 horas, que só após o ingresso poderiam ser convertidas para outro regime, o edital pelo qual ele fizera o concurso era claro em estipular “dedicação exclusiva”.

Por tudo isso, ficou muito indeciso, por vários dias. Mas a UFRGS estava pressionando por uma definição. Como sabia que o clima em relação a ele estava muito adverso, na PUCRS, escreveu uma carta de demissão, e foi tentar uma conversa decisiva com o diretor Odone José de Quadros. Este não abriu qualquer “brecha” para um diálogo, acentuando, pelo contrário, que Astor representava um verdadeiro câncer para a instituição. Não havia outra alternativa a não ser entregar a carta de demissão, e ir para a UFRGS, em meados de 1993.

Com a saída de Astor, a cruzada contra mim se intensificou. Eu era apresentado como o chefe da “quadrilha nazista”, o satanás-mor. *A posteriori*, Odone me contou – num recurso a figuras de linguagem que não são minhas, mas dele – que de manhã cedo vinha um integrante da gangue que queria eliminar-me, contando que passara pelo prédio da reitoria e notara forte cheiro de gasolina; ao meio-dia, vinha outro, dizendo que havia me visto por ali, portando uma lata suspeita; ao final da tarde, um terceiro vinha contar que tinha presenciado um princípio de incêndio, o qual conseguira apagar, milagrosamente.

No início, até me divertia com a bestiologia, mas pela metade do semestre ficou claro que eu seria inevitavelmente demitido, assim que terminasse o ano letivo. Pedi uma audiência com Odone, junto a sua secretária. Como após três semanas não tivesse recebido resposta, voltei e enfatizei meu pedido. Finalmente, foi marcada uma data e um horário em que falaria comigo. Cheguei ao gabinete dele e perguntei que havia contra mim. Ele pegou um papel e o encheu com flechas paralelas, dizendo que era uma representação da PUCRS, de seus objetivos, todos eles muito claramente direcionados num único sentido. Depois desenhou uma figurinha que re-

presentaria a FFCH, da qual também partiam flechas absolutamente paralelas às demais. Me disse que ali estava a PUCRS e uma de suas faculdades, com objetivos e tarefas muito bem definidos, e que constituiria tragédia quando uma força deletéria tentasse destruir todo esse enorme esforço direcionado para o bem da humanidade. Aí desenhou uma flecha que atravessava, em diagonal, o conjunto de suas flechas em direção única. Só mais tarde, lembrei que ele deve ter ouvido, no seminário, a história sobre o saco de maçãs, com uma única delas podre – que acaba estragando todas as demais!¹¹⁸

Perdi a paciência, após quatro ou cinco pedidos para que apresentasse fatos contra mim, mas ele sempre de novo desconversasse, dizendo generalidades, sem qualquer objetividade. Dei um murro na mesa, e gritei, a plenos pulmões, “fatos, Odone!”. Havia uma pilha de livros na borda da mesa dele, despencaram ao chão. Disse-lhe que como ele não tinha fatos a apresentar, eu os tinha. Ele silenciou, e eu comecei a relatar.

Quando Astor deixara a PUCRS, em meados do ano, resolveu entregar uma carta ao então pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Urbano Zilles. Foi uma carta de nove páginas, e eu a redigi. Ali estavam arrolados os principais acontecimentos que nos envolviam, desde o início do ano. Portanto, eu estava muito bem informado sobre detalhes daquilo que havia acontecido ou deixado de acontecer. À medida que eu ia relatando, a coloração do rosto de Odone começou a mudar de pálida para vermelha, e vice-versa. Notou que tudo aquilo que lhe havia sido relatado contra nós efetivamente acontecera, mas com sinal inverso àquele que chegara aos seus ouvidos.

Assim que se deu conta da encrenca em que o haviam metido, pediu-me desculpas (desculpas que repetiu, depois, em público). Quando lhe perguntei por que havia caído na armadilha da gangue, disse-me que na PUCRS vigorava o princípio de que, antes da nomeação de alguém para um cargo, se

¹¹⁸ Algum tempo depois, Lúcio Kreutz contou-me que havia uma pendenga entre Urbano Zilles e Odone José de Quadros que vinha de uma campanha eleitoral do centro acadêmico no seminário de Viamão, em 1958 ou 1959. Como eu mantinha bom relacionamento com Zilles, o antecessor de Odone como diretor da FFCH, é possível que a opinião deste a meu respeito tenha sido afetada por essa circunstância.

fazia uma profunda investigação e avaliação sobre a pessoa, e que, uma vez nomeada, gozava de total confiança da instituição, motivo pelo qual acreditara cegamente em tudo aquilo que lhe havia sido trazido como maldade praticada pela “quadrilha nazista”.

O coordenador do programa, o líder da gangue, entretentes havia feito concurso para uma instituição pública; ao final do ano, pegou sua trouxinha, e foi embora. Ficaram os escombros em que transformara nosso Programa de Pós-Graduação em História. A partir de 1994, começamos com a reconstrução.

No primeiro semestre de 1995, fui para um estágio de pós-doutorado em Berlim. Apesar do avanço nas comunicações, o e-mail – ao menos para mim – ainda estava engatinhando; além disso, eu não fazia questão de acompanhar o dia a dia em Porto Alegre, pois queria “desligar” e acumular o maior volume de pesquisa possível. Quase ao final do período, Astor me telefonou, comunicando que havia sido aprovado no “estágio probatório” da UFRGS, e que, portanto, estava definitivamente garantido como professor. Só que Mário Maestri tinha sido reprovado. Trocamos algumas ideias sobre os motivos da reprovação.

Logo a seguir, o próprio Mário fez contato, contando sobre a repercussão do caso, entre alunos, colegas e inclusive na imprensa de Porto Alegre. Também deu sua opinião sobre as razões da reprovação. Em resumo, parecia que seu ingresso na UFRGS tinha produzido temores, entre algumas pessoas, de que poderiam perder sua condição de porta-vozes únicos da historiografia acadêmica gaúcha, pois Mário tinha bom trânsito na imprensa, e gostava de intervir em debates públicos. Pediu que me posicionasse por escrito. Mandei-lhe uma carta, mas alguns dias depois me comunicou que não a divulgaria, porque havia mudado de estratégia. Por fim, ganhou uma liminar favorável, mas acabou deixando a UFRGS, mesmo assim, indo para a Universidade de Passo Fundo, por onde se aposentou, recentemente.

Em final de julho de 1995, voltei a Porto Alegre, e reassumi minhas funções. Numa reunião plenária do Departamento de História da UFRGS, se falou do “caso Maestri”, e, em no mínimo duas intervenções, ocorreram referências – ainda que, para mim, não muito claras – sobre as verdadeiras

causas ou os verdadeiros objetivos que o teriam desencadeado. Após a reunião, tentei saber mais sobre estas duas mensagens subliminares.

Descobri que estava em curso a versão de que o “caso Maestri” fazia parte de um grande projeto do então reitor da PUCRS, irmão Norberto Rauch, para erradicar a UFRGS. Esta estratégia teria começado com o reitor irmão José Otão, na década de 1970, quando Moacyr Flores teria sido “infiltrado” no Departamento de História; na década de 1980, teria vindo René Gertz, e agora mais recente, no início da década de 1990, estavam ali Astor Diehl e Mário Maestri; mais, em sentido inverso, irmão Norberto teria subtraído, poucos meses antes, Arno Kern, da UFRGS, para engrossar o “time” da PUCRS, pois ele se aposentara na primeira, e assumira maior carga horária na segunda.

Considerarei a situação tão absurda que resolvi meditar sobre o acontecido. Mário havia desistido da batalha, mas tratava-se da universidade em que eu estava inserido; ela é pública, portanto, são os cidadãos que a mantêm, materialmente. Meu senso de cidadão me empurrou para não dar a coisa por finda.

Era público e notório que Sílvia Petersen era uma das professoras mais antigas do Departamento. Era de pouca fala, mas transmitia a impressão de ponderada; sem dúvida, exercia alguma ascendência sobre parte dos colegas. Procurei-a para pedir uma audiência, foi reticente, mas acabou marcando dia e hora. O início de nossa conversa foi tenso. Por uma questão de honestidade, não posso dizer, à distância do tempo, se ela confirmou os boatos de que lhe falei, ou não. Como estou revelando aqui uma reunião pessoal, privada, não posso ser irresponsável em, eventualmente, atribuir-lhe afirmações que talvez não tenha feito.

Mas posso contar aquilo que eu lhe disse. Em tom calmo, mas incisivo, disse-lhe que se alguém contasse que o irmão Norberto estava transferindo professores de sua Faculdade de Medicina para a da UFRGS, que médicos e altos funcionários do Hospital São Lucas estivessem se “infiltrando” no Hospital de Clínicas, a ideia de uma tentativa de garrotear a “universidade pública, gratuita e de qualidade” seria ao menos plausível. Mas manifestar em público que ele estava recorrendo a esta estratégia via Departamentos de História simplesmente colocava em dúvida a sanidade

mental de quem fez tal ilação. O Departamento de História da PUCRS possui um papel absolutissimamente secundário dentro da universidade; o da UFRGS não ocupa espaço muito maior, pois o cargo mais importante que um integrante seu ocupou na administração universitária foi o de diretor do Museu Universitário.¹¹⁹

Mais uma vez, não lembro qual foi a reação de Sílvia. Mas tenho muito presente em minha memória que, a partir daquele dia, passou a lidar comigo de uma forma bastante diferente. Pareceu que começou a valorizar-me, a levar-me a sério. Passou a ser gentil comigo. Infelizmente, nossos contatos foram esporádicos, até a aposentadoria de ambos, mas minha memória acabou fixando uma imagem muito positiva dela.¹²⁰

Em sala de aula

Para um professor, obviamente, a atividade docente propriamente dita tem, ou deveria ter, uma importância fundamental. Infelizmente, nunca consegui considerar-me um grande ou um bom professor. Talvez por esta autoavaliação, dava notas relativamente boas. Durante minha vida profissional, deparei-me com mais de um(a) colega que quanto menos dominava um assunto mais rígido(a) era na cobrança aos alunos. Eu, em sentido contrário, cobrava mais naqueles assuntos em que me considerava *expert*, e estava convicto de que havia ensinado bem, mas “amolecia” quando não me considerava conhecedor perfeito da matéria. Isso, claro, em relação ao conteúdo sobre o qual lecionava.

Está sob ampla discussão no Brasil a “escola sem partido”, isto é, se o professor pode, ou deve, doutrinar seus alunos, se deve apresentar o conteú-

¹¹⁹ Só em anos posteriores, Paulo Vizentini foi pró-reitor, mas não tenho certeza se, nesta época, ainda estava vinculado ao Departamento de História, ou se já estava na Economia. Temístocles Cezar, por sua vez, foi diretor do IFCH.

¹²⁰ Minha memória registra outro episódio um tanto exótico ocorrido numa reunião do Departamento de História da UFRGS. Como seu relato é muito breve, remeto-o a uma nota de rodapé: dois colegas se engalfinharam, publicamente, numa discussão sobre quem era mais esquerdista – um dizia que seu esquerdismo se baseava em determinado pensador francês, o outro retrucava que também se baseava nele, mas acrescentado das ideias de outro, ao que o primeiro acrescentava mais outro, e assim foi. Faltou irem às vias de fato.

do sob perspectiva normativa. Sem nunca ter feito qualquer reflexão “teórica” sobre este assunto, para mim sempre foi óbvio que caberia *esforçar-me* para apresentar o conteúdo histórico num sentido rankeano, “como realmente aconteceu”. Isso significava, por outro lado, que nunca pensei em “vender qualquer peixe”.

Lembro de um início de semestre, na PUCRS, no qual apresentei e comentei o programa, e um aluno de nome Carlos (não lembro mais do sobrenome) perguntou: “mas qual é a tua proposta?”. Num primeiro momento, não entendi a pergunta; ele explicou que queria saber se minha intenção era mostrar que os dominantes dominaram os dominados, no período que iríamos estudar, ou vice-versa. Disse-lhe que isso estava dado, que a respeito não haveria espaço para discussão, que a história transcorre além e apesar disso. Não que eu não tivesse opinião a respeito nem que minha opinião não poderia transparecer em minhas falas e nos meus atos, mas ela não poderia ser determinante na abordagem do objeto de estudo.

Sempre me esforcei em referir o maior número possível de autores, com o leque mais amplo de interpretações. Quem for verificar meus planos de aula, ou, num período mais recente, meus registros no sistema *moodle*, isto é, na internet para aulas à distância, verificará que, com certeza, os textos que eram lidos incluíam autores que iam da “extrema direita” à “extrema esquerda”, ou vice-versa. Sempre insisti que, certamente, seria possível detectar em minhas falas alguma preferência por um ou outro, mas que, nas provas, aquilo que contaria seria a consistência da argumentação, incluindo a capacidade de discernir entre as diversas interpretações.

Minha autoavaliação é bem mais positiva quando penso na importância que dava aos alunos como seres humanos. Neste quesito, compraria briga se alguém fizesse restrições ao meu envolvimento. Conhecia detalhes sobre condições sociais, familiares, de saúde dos alunos, até fui confidente em assuntos amorosos. Claro, isso dependia da disponibilidade de me confiarem seus “segredos”, de forma que possa ter ignorado situações escabrosas; mas quando havia um mínimo de “permeabilidade”, mostrava interesse contínuo com o destino dos seres humanos sentados à minha frente.

Não registro em minha memória grandes nem frequentes conflitos com alunos. Essa situação até poderia ter surgido em função de minhas

concepções sobre o mundo e sobre o papel de um intelectual. Alguns anos atrás, fui falar a um grupo não muito grande de pessoas, em uma instituição cultural. Após minha exposição, abriu-se uma sessão de diálogo. Estava presente uma ex-aluna minha da UFRGS, e ela comentou que, na década de 1980, quando estive em minha aula, fui um dos apenas 2% de professores que não aderiram ao PT.¹²¹ Por este motivo, até imagino que alunos tenham feito a contragosto disciplinas comigo, por falta de outra opção, e resolvido passar pela provação sem chamar atenção, isto é, sem contestar-me.

Mas tenho também exemplos que apontam em sentido inverso. Raul Carrion, político ligado ao PCdoB, deputado, teve problemas com alguns professores com posicionamentos bastante diferentes dos meus. Comigo, além de extremamente assíduo e de ter-me tratado sempre por “senhor”, nunca teve qualquer gesto de contestação. Prestava muita atenção naquilo que era tratado na aula, e, quase ao final da mesma, usava seu direito de intervir, tecendo breves comentários sobre aquilo que eu havia dito ou sobre aquilo que havíamos lido em algum autor, apresentando alguma perspectiva alternativa. Para um professor que como eu não tinha nenhum “peixe” específico para vender aos alunos, mas que estava interessado em que tomassem conhecimento do maior número possível de perspectivas ou interpretações de fatos ou contextos históricos, essas intervenções eram bem-vindas.

Dois episódios podem ilustrar os poucos casos de contestação que enfrentei. Entrei numa aula, na PUCRS, no primeiro dia do semestre, me apresentei, falei sobre minha forma de trabalhar, sobre as “regras do jogo”, e fui à apresentação comentada do programa, que era distribuído impresso aos alunos. Uma aluna, com idade pouco acima da média da turma – depois vim a saber que tinha formação em outra área, e atuava profissionalmente –, criticou que no programa não constava cronograma, que temia que eu me perdesse, no decorrer do semestre, que não o cumpriria. Disse-lhe que no programa constavam 13 itens, temas, que o semestre é composto por 15

¹²¹ O dado numérico foi dela, não sei se está correto.

encontros, que, portanto, havia um item para cada encontro, mais uma pequena folga. Ela voltou a insistir no temor de eu me perder. Disse-lhe que estava ministrando a disciplina há aproximadamente 15 anos, e que nunca me perdera. Não desistiu da crítica. Depois de mais de 10 minutos de insistência em minha provável incapacidade de lidar adequadamente com o programa, sem que ela tivesse qualquer vivência anterior em aula minha, pedi desculpas aos demais alunos, peguei minha pasta, e abandonei a sala. Nas duas semanas seguintes, ela não apareceu, depois voltou, sentava bem ao fundo, e acabou cursando a disciplina.

Segundo caso – também acontecido na PUCRS. Nos últimos anos de minha atuação, costumava ter alguns alunos do curso de Direito em minha aula sobre o Brasil republicano. Como no episódio anterior, este também ocorreu no primeiro dia do semestre. Após as preliminares de um início de ano, comecei a falar sobre o período inicial da República brasileira, e cheguei à Constituição de 1891. Um dos estudantes de Direito mostrou-se bem informado (talvez tivesse cursado, há pouco, Direito Constitucional), começou a fazer perguntas. Como havia tempo, pois agora havia cronograma detalhado, e para a primeira aula estava previsto apenas um “ponto” breve, deixei fluir a conversa. Acabamos na Constituição de 1988, e nas leis atuais.

Por um caminho que não consigo reconstituir, chegamos a um debate que havia acontecido na *Folha de São Paulo*, quando uma comissão de notáveis nomeada pelo Senado Federal para apresentar uma proposta de reforma do Código Penal sugeriu que se mantivesse a pena máxima de 3 anos para aquele que abandonasse uma pessoa pela qual é responsável; mas propôs uma pena de 4 (quatro!) anos para quem abandonasse um cachorro.

Eu disse que esta era uma proposta insana. Uma moça levantou-se, ostensivamente, e abandonou a sala. Ao final da manhã, encontrei o coordenador do departamento, Luís Carlos dos Passos Martins, no bar. Contou-me que a moça irrompera, furiosa, em sua sala, para denunciar a barbárie que eu havia cometido em aula. Ele a ouviu, disse que estava muito preocupado em evitar que circulassem, no departamento, ideias incompatíveis com a sã Razão e o bom senso mínimo mediano; que nomearia uma comissão para investigar aquilo que havia acontecido na sala. A moça se

acalmou, e foi embora. Como ela não tivesse voltado para cobrar providências, Luís Carlos acabou esquecendo de nomear a comissão.

Como estou falando de comportamentos “alunescos”¹²², um episódio diferente, mas também vivível na universidade. Ele me foi contado por Éder Silveira, muito tempo depois de acontecido. Como lembro perfeitamente da cena e da situação inicial, corretamente relatada por ele, não tenho qualquer dúvida sobre a veracidade do acontecido. Eu participava de uma banca de mestrado, havia feito as considerações mais gerais sobre a dissertação em avaliação, quando passei para considerações periféricas, formais. Entre elas, destaquei que quando se faz uma primeira referência a um autor é bom citar seu nome completo – e não apenas o sobrenome, como é costume bastante difundido. Apontei para uma página na qual a mestranda citava um Gertz, dizendo que um leitor desavisado poderia imaginar que ela estivesse falando de um obscuro antropólogo norte-americano¹²³, quando aqui estava, de fato, se referindo ao brilhante historiador brasileiro René Gertz.

Eu estava na mesa da banca, e não registrei aquilo que aconteceu no fundo da sala, mas Éder se encontrava entre a assistência, sentado numa cadeira. Quando fiz a observação, uma pessoa sentada atrás dele teve um surto, agarrou a cadeira dele com as duas mãos, começou a chacoalhá-la, quase a desmontou, e, raivoso, grunhia: “Quem este bestalhão acha que é? Quem este animal pensa que é?”.

Numa outra banca, relatei o acontecido. Luís Carlos dos Passos Martins comentou que Millôr Fernandes disse que no Brasil deve-se comunicar quando se pretende fazer uma ironia. Imaginei que no ambiente universitário não fosse necessário. Mas, no fundo, estamos mais uma vez diante de um caso da síndrome da suposição da racionalidade absoluta de qualquer “discurso” de um intelectual. Assim como outrora, em minha observação sobre um fenômeno climático (tormenta), se deduziu o anúncio de acontecimentos apocalípticos, aqui minha brincadeira foi interpretada como ato

¹²² Expressão que costumava usar meu professor de Física, no colégio, Ernest Julius Sporket.

¹²³ Obviamente, Clifford Geertz.

de exibição de vaidade; o dito cujo deve ter imaginado que meu “discurso” seguia uma racionalidade absoluta, com claras “segundas intenções”, que eu estava tentando enganar o público articulando uma aparente ironia, uma brincadeira, que, de fato, porém, se pretendia uma afirmação verdadeira e séria.

Um último episódio a relatar envolvendo estudantes é específico da UFRGS, onde a política estudantil é muito mais intensa que na PUCRS. Certo dia, choveu muito forte ao meio-dia. Uma de minhas filhas tinha aula no IPH/UFRGS (Campus Agronomia), à tarde, para onde costumava ir de ônibus. Eu disse que a levaria de carro, pois de ônibus, inevitavelmente, molharia o calçado, e era inverno. Quando chegamos na entrada do campus, antes do pórtico, havia na rua uma camada de cerca de 10 centímetros de água. No abrigo da parada de ônibus ali existente, estavam várias pessoas. Reduzi a velocidade do carro a um mínimo (talvez 5/10 km por hora), para não molhá-las. Um carro que vinha atrás do meu, enfureceu-se, começou a fazer sinal de luz e a buzinar. Assim que ultrapassamos o pórtico, e a rua se alargou, passou por mim em alta velocidade, jogou muita água sobre meu carro, mais uma vez manifestando sua inconformidade com novo buzinaço, e se foi. Caso tivesse entrado para o estacionamento de professores e funcionários, o teria seguido, para anotar a placa, e depois identificá-lo. Mas ele foi para o estacionamento dos alunos. Portanto, era estudante.

À noite, tive aula, no mesmo *campus*. Pouco depois do início, veio um pessoal do Diretório Central de Estudantes (DCE) para dar um recado. Como sempre, autorizei a entrada na sala. O objetivo era anunciar o desencadeamento de uma campanha junto à reitoria para que o preço das refeições no Restaurante Universitário (RU) fosse reduzido de R\$ 1,30 para R\$ 0,65. Quando o grupo deixou a sala, disse aos alunos que nunca tinha feito qualquer comentário sobre as falas de representantes do DCE ou do Centro Acadêmico (CA), mas que naquele dia havia motivos para ser diferente. Em primeiro lugar, relatei o episódio patrocinado pelo estudante fascista da tarde – que tinha vindo de carro para a universidade, portanto não era pobre.

Na sequência, fiz duas observações – a primeira, referente às grandes diferenças entre os cursos. Disse que entre o curso de História e um curso

“nobre” há enormes diferenças naquilo que tange aos alunos (mais pobres no primeiro, mais ricos no segundo); naquilo que tange aos custos para a sociedade, que paga tudo isso (o primeiro, um curso de “giz e quadro-negro”, o segundo um curso de altíssimo custo); e as diferenças se refletem também naquilo que tange aos resultados para os formados por esses cursos (no primeiro, um salário de miséria, como professor de História; no segundo, salários altos).

Em segundo lugar, deduzi desta constatação que uma sugestão sensata de reivindicação para os preços das refeições seria a seguinte: alunos oriundos de famílias ricas, que eventualmente vêm de carro para a aula, como o fascista da tarde, pagariam R\$ 2,60 pela refeição, estudantes claramente pobres, como alguns daqueles que estavam à minha frente, pagariam R\$ 0,65, e os remediados continuariam pagando R\$ 1,30. Disse que uma fala neste sentido seria sensata, mas aquilo que foi apresentado, um discurso que, inclusive, falava de *exigência* de redução à reitoria, não poderia ser aceito sem mais nem menos, pois a proposta significava extorquir mais dinheiro da sociedade – já que também a UFRGS não tem como oferecer almoço de graça; os almoços que ela fornece são pagos pela sociedade.¹²⁴

Na hora do intervalo, veio falar comigo o estudante L. Era um rapaz pouco mais velho que a maioria dos colegas, pela aparência com uns 30 anos de idade, bom aluno, profissionalmente ativo como funcionário público. Disse-me que aquilo que eu havia dito naquela noite coincidia com a opinião de 90% da turma, mas que a *patrulha ideológica* era tão intensa que ninguém tinha coragem para se manifestar neste sentido.

Lembrei-me daquela reunião plenária do departamento para “decidir” sobre o curso noturno – na verdade, estava tudo previamente decidido, não haveria nenhuma surpresa, a “legitimação pelo procedimento” aconteceria de qualquer forma. Para não deixar dúvidas: a afirmação sobre a “patrulha ideológica”, incluindo a própria expressão, não é minha, foi do aluno L.

¹²⁴ Afirmação que é verdadeira, mesmo quando feita por um abominado (neo)liberal.

Orientador de trabalhos acadêmicos

Além da atividade de ensino propriamente dita, outra função importante de um professor são as orientações de trabalhos acadêmicos. As formas mais clássicas são aquelas de trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCC), as dissertações de mestrado e as teses de doutorado. Confesso que durante muitos anos dei importância menor aos TCCs, de forma que não os registrei em meu currículo, motivo pelo qual não tenho uma lista completa, nesta categoria. Com certeza, orientei mais dissertações e teses. Estas são tantas que teria receio de revelar o número a um colega europeu.

É que pertencço a uma geração em cujo período de atuação profissional aconteceu uma brutal expansão do ensino pós-graduado no país, com a formação em massa de mestres e doutores; e todos eles precisaram de um orientador. Se na tradição universitária europeia um professor costuma “produzir” alguns poucos discípulos mestres ou doutores, durante sua carreira, no Brasil este número pode chegar às centenas. Esta circunstância também leva a uma abertura do leque de temas. Além de orientar aqueles que vão pesquisar sobre um assunto direta ou indiretamente relacionado com nossa especialização, com nossas próprias pesquisas, acabamos abrindo exceções, por motivos pessoais, por “herdarmos” orientandos de colegas que deixam o curso etc.

Minhas orientações sempre foram “frouxas”, sempre tive o cuidado de dar a maior liberdade possível aos mestrandos e doutorandos. Invariavelmente, lhes dizia que o texto que produziriam – óbvio – não poderia contradizer o bom senso mínimo mediano em gênero, número e grau, mas seria assinado por eles – não por mim. A única coisa que tentava controlar de forma mais rígida – ainda que nem sempre com sucesso – era a redação, a linguagem. Marcos Pagani, no dia posterior à defesa de sua dissertação, visitou-me e trouxe-me uma esferográfica vermelha, dizendo que tinha certeza de que eu havia gasto uma das minhas para “pintar” seus textos.

Todos os meus orientandos ouviram, em algum momento, o bordão de que “a ABNT¹²⁵ não foi feita para humilhar ninguém”. É que eu ficava

¹²⁵ Associação Brasileira de Normas Técnicas.

furioso quando iam à Biblioteca Central, que monopolizava o “saber” sobre as regras em vigor, e vinham com alguma nova mania esdrúxula. Certa vez, participei de uma banca de avaliação de uma dissertação (não orientada por mim), na qual, em duas ou três referências bibliográficas, constava “19—”. Imaginei que a mestranda tivesse esquecido de preencher a data completa (o ano). Ela me respondeu que estava correto, que era assim mesmo; que quando se tem um livro que não registra o ano de sua publicação, mas se tem certeza de que foi editado entre 1900 e 1999, se coloca aquilo que se sabe, com traços no lugar dos dígitos não sabidos. Respondi-lhe que no meu tempo se colocava “s. d.” (sem data), que esta prática arcaica era muito mais eficiente, pois se não fosse, me esclarecesse que devo colocar quando não tenho data exata de um livro, mas sei que foi editado entre 1990 e 2010. Não soube responder.¹²⁶

Minha “frouxidão” na orientação também se refletia na aceitação de orientandos que não estavam em sintonia com minhas convicções teórico-metodológicas. Esta postura derivava de minha compreensão daquilo que é, e, sobretudo, daquilo que deve ser uma universidade. Como paraninfo de uma turma de formandos da UFRGS, em determinado ano, montei meu discurso sobre a ideia básica de que a universidade é o templo da Razão e um lugar de irracionalidade.

Aquilo que queria dizer com “templo da Razão” não requer explicação. Quanto à “irracionalidade”, expliquei em minha fala que a sociedade, seus governos, suas instituições privadas não podem admitir que cada um de seus componentes “atire” para um lado diferente, estão obrigados a manter um mínimo de unidade de ação, resultante da auscultação via processo eleitoral, incluindo, em alguns casos, o plebiscito. Mas que a universidade é o único lugar em que a sociedade que a mantém pode dar-se ao luxo

¹²⁶ Fui vítima da ABNT em minhas publicações. Certa vez, escrevi um capítulo para um livro ao qual antepus uma epígrafe compilada a partir do Sermão do Monte (Mateus, cap. 27: 16 e 21), nos seguintes termos: “‘Pelos seus frutos os conhecereis’, pois ‘nem todo aquele que *diz* ‘Senhor, Senhor!’ entrará no reino dos céus, mas aquele que *faz* a vontade de meu pai que está no céus’”. Esta epígrafe só fazia sentido, naquele contexto, com as palavras “*diz*” e “*faz*” grifadas, pois é dessa contraposição que se tratava. Quando recebi o texto impresso, o(a) revisor(a) da editora (universitária) aparentemente tinha aplicado as regras da ABNT, e feito letra normal de todo o texto, com que se perdeu, por completo, seu sentido.

de experimentar de tudo – isto sobretudo nas universidades públicas, que pertencem, literalmente, à sociedade. É aqui que se localiza a “irracionalidade” – na universidade podem ocorrer debates e pesquisas que não só são contraditórios entre si, mas até mutuamente excludentes.

No caso de uma onerosa pesquisa para tentar a cura de uma doença, a partir de dois princípios diferentes ou opostos, uma, provavelmente, dará em nada – ao menos numa avaliação mais imediatista. Claro, a coisa não é tão simplória assim, pois uma situação extrema, com um “vale-tudo”, também é inadmissível. O caminho do meio, com a seleção daquelas alternativas que estão aptas a entrar no jogo, não é inequívoco, constrói-se apenas ao longo do tempo.

Mas, nas Ciências Humanas, as tentativas sempre de novo registradas de negar o direito de existência ao “(neo)liberalismo”, por exemplo, são inadmissíveis. Trata-se de uma concepção que vem sendo elaborada ao longo do último meio milênio, e querer descartá-la com a justificativa de que representa a personificação do mal é um ato, no mínimo, não democrático. Karl Popper diria que atenta contra uma “sociedade aberta”. Foi justamente de concepções liberais que derivaram os grandes avanços democráticos para a sociedade e para a ciência.

Fiz todo este excuro para dizer que orientei dissertações e teses de marxistas. A justificativa é simples. O marxismo possui uma história de mais de 170 anos, elaborou formas de pensar criativas, entrementes clássicas, e não seria René Gertz quem o tentaria varrer da face da Terra. Sempre fui claro para com orientandos em esclarecer que, mesmo não sendo adepto do marxismo, não me poria a questioná-lo como tal, mas tinha condições de avaliar se o(a) mestrando(a) ou doutorando(a) estava elaborando seu trabalho numa derivação coerente com os princípios que o norteiam, e dos quais parte.

Numa retrospectiva, penso que parte significativa dos trabalhos confeccionados sob minha orientação deu alguma contribuição à historiografia brasileira. Para não cansar os leitores com a enumeração e um breve comentário daqueles que considero mais relevantes – como havia pensado originalmente –, remeto ao Anexo 2, onde listo esses trabalhos, com seus respectivos autores (outra ideia inicial, a indicação bibliográfica daqueles

que foram publicados, também foi abandonada). Orientei mais trabalhos do que estão na lista. Omiti alguns que orientei apenas *pro forma*, devido a alguma necessidade burocrática, ou que, definitivamente, não têm nada a ver com minhas preocupações, em termos temáticos.

Problemática é a relação com os ex-orientandos. Tenho certeza de que alguns imaginavam que eu lhes garantiria um emprego. Isso nunca foi possível, pois nunca controlei a “torneira” de contratações. Outros esperavam que eu lutaria para obterem uma boa nota; neste sentido, logo após a leitura da ata de conclusão, uma mestranda desapareceu da sala; quando olhamos pela janela, estava chegando à rua, nunca mais apareceu ou se manifestou. Mas esta não é a regra, pelo contrário, o normal é a permanência de contatos, de consultas. Claro, esta relação varia de pessoa a pessoa. Tenho certeza de que minha ex-orientanda mais leal é Isabel Gritti, professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Erechim, e que, no mínimo, uma vez por semestre manda um e-mail perguntando como estou, como está minha família, enfim. Defendeu sua tese em 2002. Também ocupa lugar importante em minha memória o ex-orientando Adhemar Lourenço da Silva Junior – em termos de extensão e *precisão* de seus textos, não foi superado por nenhum(a) outro(a).

Pesquisador

Além do ensino em sentido mais restrito e da orientação de trabalhos acadêmicos, a pesquisa e consequente “produção intelectual” é a terceira grande tarefa de um professor universitário. Num texto publicado na internet, escrevi que meus interesses “de pesquisador acabaram se consolidando num formato que poderia ser representado por uma cruz: o eixo vertical representaria minhas pesquisas e minhas orientações sobre a história em torno de aspectos políticos e político-culturais das regiões de imigração e colonização, com uma abrangência cronológica que vai do início da República (1889) até a atualidade; já o eixo horizontal da cruz – cronologicamente mais curto – representaria minha ocupação com aspectos da história política mais geral, ainda que com ênfase no Rio Grande do Sul, abrangendo os antecedentes e as consequências do Estado Novo. Como um estudio-

so da História deve preocupar-se também com aspectos teóricos e metodológicos de sua disciplina, tentei incorporar reflexões de historiadores alemães, lendo-os e, em alguns casos, traduzindo seus textos para o português”. Continuo pensando que estas poucas frases resumem aquilo que fiz ao longo de minha vida acadêmica.

Antes de tecer alguns comentários sobre as temáticas mais específicas que abordei, preciso dizer algo sobre a própria forma, o estilo de minha produção intelectual. Em torno de 1997, recebi um e-mail de um doutorando em Geografia do Rio de Janeiro, dizendo que queria discutir comigo sobre um aspecto ligado a Max Weber. Não me lembro mais de que se tratava, mas isso não interessa; importam os antecedentes. O Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS havia colocado no ar uma página de internet construída por um aluno. Era uma coisa “artesanal”, mas muito bonita, cores vivas; para acessar uma lista de *links*, por exemplo, deveria clicar-se num barquinho de juncos, com a inscrição “navegar é preciso” – coisas bonitas e divertidas.

Na lista do “corpo docente”, ao clicar no respectivo nome, aparecia um currículo resumido e uma foto. A quase totalidade dos colegas optou por colocar uma imagem sugerindo compenetrada atividade intelectual: sentados à escrivaninha escrevendo ou lendo, encostados numa estante de livros na biblioteca, olhando um livro etc. Eu tinha uma foto com minhas filhas, tirada numa estação de trem na Europa, sentado num banco, ao ar livre, elas com casaquinhos muito coloridos, em cima de mim, rindo e desalinhando meus cabelos e minha barba, ambos bastante compridos na época. Publiquei esta foto no site.

O doutorando em Geografia escreveu que havia muito tempo tinha a intenção de trocar ideias comigo, mas que não se arriscara, pois meus textos seriam “extremamente agressivos”, e ele não tivera coragem para tentar um contato. Mas agora tinha visto aquela imagem, e concluíra que eu não poderia ser tão agressivo quanto meus textos sugeriam. Criara coragem para escrever-me.

Nunca tinha pensado nesta “agressividade” de meus textos. Aquilo que sempre fiz – e que é obrigação de qualquer pessoa que queira fazer ciência, para avançar para além daquilo que já está feito – foi explicitar o

conteúdo daquilo que outros produziram antes, e onde penso que sua produção é lacunar ou até apresenta defeitos, erros. Neste sentido, vivenciei uma situação interessante, num congresso em Brasília, em 1994. Numa conversa recente com Paulo Vizentini, ele lembrou de uma crítica que então fiz a colegas, mostrando que o episódio ficou gravado em sua memória (e está lá na memória dele, 25 anos depois). De fato, fiz aquilo que deveria fazer, inclusive para justificar o conteúdo de minha apresentação. Apresentei afirmações de outros autores, e mostrei – de forma concreta – por que eram passíveis de crítica.

No intervalo do cafezinho, ao menos duas pessoas vieram falar comigo para dizer que admiravam minha coragem. Na sequência, em duas mesas-redondas, aconteceram debates acalorados entre os componentes que direta ou indiretamente derivaram de minha intervenção – Elisabeth Cancelli com Moniz Bandeira, por um lado, Leonardo Senkman com León Bieber, por outro lado. De positivo para mim, resultou um convite de Raanan Rein para escrever um artigo para a revista *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, da Universidade de Tel Aviv.¹²⁷

Quanto ao enfoque dos meus trabalhos, assim como tenho consciência do momento em que alguns fatos importantes aconteceram em minha vida, também tenho clareza sobre o momento em que aconteceu um “corte epistemológico”, em minha cabeça. Meus primeiros trabalhos foram tributários da Ciência Social Histórica alemã. Tratava-se de história política, mas a abordagem não se distinguia, de forma radical, da história social. A preocupação com dados “duros”, objetivos, sempre que possível, até numéricos era bastante grande.¹²⁸ Luiz Roberto Lopez, em um pequeno livro sobre o nazismo, ao referir-se à sua presença no Brasil, em especial no sul, afirmou que “René Gertz, com calma, desmonta diversos conceitos a respeito e reduz o fenômeno a suas devidas proporções”.¹²⁹ Esteve correto.

¹²⁷ GERTZ, René E. Influência política alemã no Brasil na década de 1930. *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, Universidade de Tel Aviv, v. 7, n. 1, p. 85-105, 1996.

¹²⁸ Veja resenha de meu livro *O fascismo no sul do Brasil* feita por Roney Cytrynowicz, de que falarei, logo a seguir.

¹²⁹ LOPEZ, Luiz Roberto. *Do Terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, p. 168.

Quando analisei a visão do senso comum e de parte da historiografia sobre o suposto abstencionismo político de alemães e descendentes no Rio Grande do Sul, por exemplo, simplesmente recorri aos dados eleitorais na “colônia”, comparando-os com os do Alegrete, para rebater aquela perspectiva.

Em 1993 ou 1994, recebi um convite para participar de um livro editado por Cláudia Mauch e Naira Vasconcellos sobre “os alemães no sul do Brasil”. Foi durante a escrita do texto para este livro que tive um *insight* que abriu uma nova perspectiva. Em novembro de 1992, a revista *Playboy* publicara as fotos das trigêmeas filhas do recém-eleito primeiro prefeito de Novo Machado. O jornal *Zero Hora* atribuiu tal relevância ao fato que mandou um repórter para lá, e publicou uma matéria de duas páginas inteiras, mais uma chamada na contracapa. Conforme brinquei na época, o jornal certamente tinha imaginado que num lugar supostamente tão acanhado quanto este, a população deveria ter-se rebelado contra o brutal atentado à moralidade, e deixado o povoado holocausto.

Como isto não aconteceu, e como a única voz crítica manifestada no jornal foi a do pastor batista local, enquanto moças perguntadas sobre o acontecido não manifestaram qualquer inconformidade com o fato em si, apenas se queixaram como preteridas, pois afirmaram possuir uma infraestrutura física mais bonita que a das moças fotografadas, dei-me conta da “cultura” de meu povo. Foi ali que me conscientizei da condição de neto da Volínia e filho da Colônia Guarani. Claro, “cultura” ali tinha a ver com “mentalidade”, weberianamente, com “espírito”.¹³⁰ Brinquei que – apesar de, até então, terem falhado todas as tentativas de encenar *Esperando Godot* de Samuel Beckett – Machado se caracterizava por uma cultura muito moderna.¹³¹

Claro, Max Weber havia insistido que, a rigor, tudo passa pela “cultura”. Se é verdade que a “lógica do capital” existe, também é verdade que entre dois sujeitos que possuem muito capital e ganham muito dinheiro,

¹³⁰ Mais tarde, publiquei um artiguinho sobre “mentalidades”. GERTZ, René E. Ideologias e mentalidades na história política. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; MANSAN, Jaime Valim (Orgs.). *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009, p. 15-29.

¹³¹ GERTZ, A construção de uma nova cidadania.

um pode acender o charuto com dólares ou jogá-los pela janela, para divertir-se com a plebe se engalfinhando para pegá-los, enquanto o outro não compra charutos para não gastar, e assim que ganha um dólar o leva ao banco para gerar mais dólares. *Lebensführung*, conduta de vida, sempre foi um termo caro para mim.

Mesmo que nunca tenha abandonado minha forma primeira de escrever história, não há dúvida de que a segunda acabou ocupando espaço não de todo secundário. E me trouxe alguns problemas de consciência. Minha reivindicação por “objetividade”, pela condição de refutabilidade de hipóteses, pelo “direito de veto das fontes”, foi, ao menos parcialmente, comprometida. Mais que passíveis de prova ou de refutação, muitas das minhas descobertas foram, agora, antes *plausíveis*, que *provas* ou *refutadas*. Cito um exemplo – no qual inclusive Arnaldo Doberstein, um petista-fundador, concordou comigo.

Houve um período em que em muitos pequenos municípios gaúchos aconteceu uma coligação entre PT e PP; a direção nacional do PT manifestou reservas, mas as bases locais as defenderam; este exemplo mostra que a “ideologia” não é indicador confiável de posições e, sobretudo, de práticas políticas efetivas, pois, segundo admitiu até Arnaldo Doberstein, haveria pepistas que seriam mais “de esquerda” que alguns petistas, em sua prática política concreta. Isto é difícil de provar, mas há indícios plausíveis.

De forma concreta, meus primeiros trabalhos se dedicaram a estudar o trinômio germanismo, nazismo, integralismo. Isto aconteceu na minha dissertação de mestrado e na tese de doutorado. Meu livro *O fascismo no sul do Brasil*¹³² é representativo destes estudos. Ao contrário daquilo que certamente esperava o editor, Roque Jacobi, da editora Mercado Aberto, o livro foi um fracasso absoluto de vendas. Muitos anos depois, era ofertado a R\$ 1,00 (um real) nos balaios da Feira do Livro de Porto Alegre, e mesmo assim ninguém comprava.

Seu próprio lançamento foi uma pequena tragédia. Era meu primeiro livro, a editora o incluiu nos lançamentos da Feira do Livro de Porto

¹³² GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Alegre (1987), e me entregou 50 ou até 100 convites. Não distribuí nenhum único, pois considero uma agressão constranger colegas e conhecidos com um convite desses, que, além do deslocamento, requer a aquisição do livro – depois dessa gauchada, nunca mais aceitei colocar livro meu em sessão de autógrafos; participo, de forma discreta, de sessões coletivas, quando escrevo um capítulo para um livro editado por outros.

Mas a tragédia não estava neste fato. Sentei ao lado de mais quatro ou cinco autografantes; vieram pedir minha assinatura onze pessoas. Estávamos uns 20 minutos ali, quando apareceu um “destacamento precursor” dos autografantes da sessão seguinte. Entre os livros que seriam lançados (possivelmente o único daquela sessão), estava uma biografia autorizada do deputado Sérgio Zambiasi, que ele mesmo autografaria. Sem qualquer cerimônia, foi determinado que abandonássemos, de imediato, o local, pois a segurança deveria fazer uma varredura.

Pouco tempo depois de sua ida ao mercado, a revista *Senhor* publicou uma resenha muito pertinente e correta de Roney Cytrynowicz: “o livro do professor gaúcho René Gertz (...) é impecável em sua proposta de distinguir”; “suas conclusões são precisas e amplamente sustentadas por suas hipóteses e pesquisas, que utiliza dados seguros, e, muitas vezes, *mensuráveis*”.¹³³ Mesmo assim, até hoje não tive notícia de qualquer comentário na imprensa gaúcha ou catarinense, afinal os dois estados aos quais o livro se refere.

A explicação mais provável é que nele afirmo que existiram alguns nazistas por aqui, que germanistas disseram asneiras na época, que o integralismo fez algum sucesso. Mas também destaco que nenhum deles representou perigo concreto para o Brasil. Com isto, tanto gregos quanto troianos me colocaram sob profunda suspeita. Luiz Roberto Lopez deu outra explicação, também plausível, para o fracasso: “Um mérito significativo do texto é a substituição das explicações étnicas e culturais, tão *sedutoras*, na

¹³³ CYTRYNOWICZ, Roney. Um Reich de poucos súditos. *Senhor*, São Paulo: Três Editores, 12 de janeiro de 1988, p. 60-61. Grifo acrescentado por mim (REG). Sempre que recebo informações sobre a frequência de leitura de minhas publicações disponíveis na internet, fico feliz ao constatar que a resenha de um livro de Roney está entre meus três textos mais lidos (GERTZ, René E. Guerra sem guerra... *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXVII, n. 1, p. 173-184, 2001).

aparência, por explicações econômicas e sociais, que *não emocionam* como as outras, mas têm o valor de permanecer nos limites da verdade”.¹³⁴

No início da década de 1990, aconteceram vários eventos alusivos ao centenário da Revolução Federalista (1893-1895). Como, nesta época, tinha à disposição as coleções de jornais em língua alemã existentes no Acervo Benno Mentz, resolvi verificar que informações poderia obter ali sobre eventuais reflexos da guerra civil nas regiões de colonização alemã. Para minha surpresa, não só havia dados a respeito, mas eles também apontavam para a necessidade de uma revisão profunda da historiografia sobre o tema. Mesmo que as regiões “coloniais”, no seu conjunto, não tivessem sido atingidas com a mesma intensidade que o restante do estado, aconteceram também ali muitas mortes e outros efeitos danosos. Por outro lado, os fatos relacionados à revolução mostravam mais uma vez que falar de abstencionismo político das populações dessas regiões é uma lenda, como já havia constatado em relação à década de 1930. Sobre este assunto, não cheguei a publicar nenhum livro, mas os artigos e capítulos de livros que publiquei a respeito não são de todo desimportantes.

Por acaso, acabei topando com a história de operários alemães em Porto Alegre. Este tema era praticamente inédito na historiografia. A história operária brasileira deu muito destaque à presença de italianos e descendentes, sobretudo em São Paulo, mas sobre alemães no Rio Grande do Sul as referências eram praticamente inexistentes. Apesar disso, creio que o jornal anarquista que por mais tempo circulou no Brasil foi *Der freie Arbeiter*, editado em alemão em Porto Alegre, de 1920 a 1930. Além de diversos textos menores, resultou deste projeto a publicação em livro das memórias traduzidas de um anarquista alemão que atuou na Capital gaúcha.¹³⁵ Em 2013, uma editora anarquista da Alemanha interessou-se por uma nova edição, agora no original alemão; foi possível ampliá-la em cerca de 70 páginas, com material novo.¹³⁶

¹³⁴ LOPEZ, op. cit., p. 168. Os grifos foram acrescentados por mim (REG).

¹³⁵ GERTZ, René E. (Ed.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: EST, 1989.

¹³⁶ KNIESTEDT, Friedrich. *Fuchsfeuerwild: Erinnerungen eines anarchistischen Auswanderers nach Rio Grande do Sul*. Hamburgo/Alemanha: Verlag Barrikade, 2013.

Também foi por acaso que, numa pesquisa no arquivo da Igreja Evangélica Alemã, em Berlim, topei com um dossiê sobre o empastelamento do jornal *Deutsche Post*, da firma Rotermund, de São Leopoldo, em 1928. Seguindo informações básicas contidas nesta documentação, a pesquisa foi se expandindo cronológica e geograficamente, resultando naquele que considero meu melhor livro *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião o Rio Grande do Sul dos anos 1920*.¹³⁷ Foi outro fracasso total em termos de vendas. Claro, a resistência ao meu próprio nome pode ter sido a causa – quem não gostou do outro livro nutria prevenções contra este. Mas creio que, neste caso, interferiu outro fator. O livro é muito convencional, cheio de conteúdo histórico em relação ao tema anunciado no subtítulo. No entanto, é bastante anticonvencional no formato, em sua montagem. O próprio título sugere que se trata de um romance ou de algum outro tipo de obra ficcional.

É que tentei fazer uma experiência. Tinha traduzido alguns textos em que estava em debate a melhor forma para escrever História, a fim de atingir um público mais amplo. A crítica à historiografia acadêmica, profissional dizia que era muito “argumentativa”, e pouco “narrativa”. Por isso, resolvi não *argumentar* em nenhuma única frase do livro, apenas descrever, narrar – o próprio leitor deveria encontrar os argumentos subjacentes, estabelecer as conexões entre os fatos narrados. Mas exagerei na dose. Quando o leitor abre o livro, não encontra nenhuma introdução ou explicação sobre seus objetivos, e se depara, direto, com o primeiro capítulo, encimado por um número romano, sem título. Quando chega ao segundo capítulo, acontece a mesma coisa, quanto à forma, só que do ponto de vista do conteúdo começa uma história que não tem nada a ver com a do primeiro capítulo. E assim vai até o capítulo 9. Somente ali, é narrada uma história que fornece ao leitor elementos para entender que os primeiros oito capítulos têm a ver entre si.¹³⁸

Mas do ponto de vista do conteúdo, do tema abordado, se tivesse escrito este livro antes de meus estudos sobre germanismo, nazismo, integralismo, teria entendido muito melhor ainda os acontecimentos da década-

¹³⁷ GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

¹³⁸ Fiz a autocrítica deste meu livro em GERTZ, René E. A criação na escrita da história. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUCRS, v. 45, n. 4, p. 54-61, 2010.

da de 1930. Mais uma vez, se confirmou aquilo que já constatará nos estudos anteriores. Nos anos 1920, verificou-se uma intensa politização das populações das regiões de colonização (alemã e italiana), e isso não tinha absolutamente nada ver com fascismo italiano ou nazismo, mas sim com a deterioração do poder de Borges de Medeiros, eterno governador do Rio Grande do Sul, após a revolução de 1923.

Mais recentemente, dediquei espaço razoável ao período pós-guerra. Nesta etapa, venho estudando os reflexos da Segunda Guerra Mundial e articulações político-culturais da “colônia”, neste contexto. Não produzi nenhum livro sobre este tema, mas uma série de textos menores.

Simultâneo a esta produção – mas não necessariamente ligada ou derivada dela –, venho me dedicando, durante os últimos dez anos, a acompanhar aquilo que, não tanto na academia, mas muito mais na imprensa, no senso comum, se divulga sobre “neonazismo” no Rio Grande do Sul. Não há necessidade de explicar que neste campo a simples referência ao termo “neonazismo” desperta ligações automáticas com a “colônia alemã”. Confesso que este é o tema em relação ao qual minha veia de pesquisador interessado em testar hipóteses (Karl Popper) e minha veia de “militante” mais se aproximam. Além de outro instrumento, sobre o qual falarei mais adiante, minhas pesquisas e minha produção em relação ao assunto foram reunidas num pequeno livro chamado *O neonazismo no Rio Grande do Sul*.¹³⁹

Muito mais que um estudo para tentar explicar que é o “neonazismo”, trata-se de um texto que procura mostrar aquilo que ele *não é*, os perigosos enganos em que incorrem muitos daqueles que falam dele. Mais uma vez, o sucesso de vendas foi decepcionante. De novo, a explicação está no fato de que os leitores esperavam que eu dissesse que a “colônia alemã” é um bestialógico antro de maldade. Como não confirmo esta percepção, a desconfiança se estabeleceu muito mais intensa que no caso do livro sobre o nazismo (um assunto mais antigo, mais distante). Nesta nova etapa, até colegas evitam minha companhia. Uma aluna minha presenciou uma cena em que um então mestre em História (hoje, doutor) me classificou como “hiper besta reacionária neonazista”.

¹³⁹ GERTZ, René E. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.

De fato, minha situação é muito complicada. Tenho plena consciência disso. É compreensível que quando ouço e leio as bobagens que são divulgadas a respeito, e as critico, isso seja entendido como uma tentativa de minimização do perigo, na melhor das hipóteses, um posicionamento ingênuo, quando não uma criminosa tolerância expressa para com a maldade representada por nazismo, “neonazismo” e semelhantes. Eu próprio já titubeei – não seria melhor parar de “defender” os “alemães”, para não parecer tolerante com, até fomentador, do “neonazismo”?

Imagino que minha tendência moderna de apego a valores universais me leve a sentir forte impulso para denunciar *todo tipo* de intolerância, de preconceito. Estou convicto de que a “universalização” é muito melhor que a “particularização”, pois aquela é inclusiva, enquanto esta tende à exclusão. Nunca consegui entusiasmar-me por questões muito especificamente “minoritárias”, pois estou convicto de que aquilo que deve nortear nossa ação é o respeito geral, irrestrito pelo *gênero humano*, e isso inclui, obviamente, na mesma medida, características acidentais, como “etnia”, gênero, idade, raça, religião. Jamais me passaria pela mente pedir algum tratamento especial a alguém pelo fato de possuir determinada “procedência nacional”, mas devo exigir que este alguém tenha respeitados os direitos que lhe são inerentes por pertencer à categoria “gênero humano”.

Por ter acontecido no âmbito da universidade, não posso deixar de relatar um acontecimento que dá uma ideia do clima dentro do qual me envolvi com o tema “neonazismo”. Certo dia, uma pessoa da conhecida empresa jornalística RBS me ligou, perguntando se poderia dar uma entrevista sobre “neonazismo”. Aceitei, foram marcados dia e hora. Veio um repórter com vários auxiliares, foi montada a aparelhagem para a gravação. Mesmo que não recorde os termos exatos da primeira pergunta, ela foi mais ou menos esta: por que os “alemães” do Rio Grande do Sul, tantos anos depois da guerra, continuam fazendo manifestações e praticando atos nazistas, aqui no estado?

Disse ao repórter que não podia responder a esta pergunta, porque ela partia de um pressuposto que não tinha base em fatos. Enfatizei que entendia sua posição, pois era isso que ele ouvia por todo lugar, mas não há evidências de que manifestações ou atos nazistas, quando realmente exis-

tentes, tenham sua origem, necessariamente, entre “alemães”. Quando cheguei à terceira ou à quarta frase neste sentido, o repórter pulou de sua cadeira, berrou que estava perdendo seu tempo, chutou (literalmente!) uma cadeira, que voou longe, e abandonou a sala. Os auxiliares começaram a desmontar a aparelhagem. Quando desceram a escada, fui até a janela, e vi o jornalista lá fora, no pátio, gesticulando nervoso.

Algum tempo depois, aconteceu outro episódio trágico – agora muito mais na forma de uma picaretagem jornalística que na forma de ódio. Logo de manhã, ligou-me uma pessoa da TVE, da nossa TV pública estadual, também querendo saber se estava disposto a falar sobre “neonazismo”. Expliquei à moça que sim, mas, para evitar novo episódio igual ao anterior, alertei que eu não diria ao repórter aquilo que ele, com certeza, estaria esperando, mas algo diferente. A moça disse que levaria minha ponderação à produtora do programa, um noticioso regional, do final da tarde. Algum tempo depois, ligou a própria produtora, quis saber detalhes da minha posição. Expliquei, e ela disse que não decidiria sozinha, que levaria o caso ao grupo responsável pelo programa. Mais adiante, confirmou o interesse, pois a matéria se pretenderia plural, com a apresentação de várias perspectivas. À tarde, viria um repórter falar comigo.

Estava me preparando para deixar a universidade, quando chegou um rapaz, esbaforido. Montaram a aparelhagem, e ele começou a fazer as perguntas. De forma aceitável, seu primeiro questionamento foi sobre qual a visão mais corriqueira, mais difundida no senso comum quanto à origem de eventuais manifestações ou atos “neonazistas” no Rio Grande do Sul? Não tinha como prever a tragédia que poderia acontecer, por isso decidi responder na forma verbal do indicativo, tentando reproduzir aquilo que diz o senso comum, isto é, os “alemães” nunca se sentiram verdadeiros brasileiros, sempre ficaram muito à margem da sociedade brasileira, foram entusiastas de Hitler – essas coisas. A segunda pergunta foi qual é minha posição frente a esse senso comum? Depois perguntou sobre alguns detalhes. Esta entrevista transcorreu tranquila.

Claro, já na hora preocupei-me com o ritmo de trabalho do rapaz, pois ele saiu de minha sala passando das 18h30min, e me disse que a matéria seria transmitida a partir das 19h30min. Fui para casa para assistir. Qual

não foi minha estupefação, quando a matéria abriu direto com minha fala, mas sem qualquer referência à pergunta formulada, e minha intervenção em toda a matéria se restringiu à primeira resposta. Logo depois de minha fala, apareceu o delegado Paulo César Jardim, que, naquela época, justamente estava fazendo coro às asneiras do senso comum, de forma que acabei dando aval acadêmico a essas bobagens. Minha filha, jornalista, estava assistindo comigo, e disse: “Parabéns, papai, te fizeram dizer exatamente aquilo contra que tentaste te imunizar durante a manhã inteira”.

Voltando à minha produção acadêmica, além desses marcos maiores, tratei de uma série de outros aspectos da história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, abrangendo o período da proclamação da República até a atualidade – há apenas alguns poucos trabalhos que extrapolam este período. Tenho cunhado a expressão aspectos “político-culturais” da imigração e colonização alemã para caracterizar aquilo que tenho feito. Isso para deixar bem claro que não posso citar nenhuma contribuição significativa sobre história demográfica e econômica, muito menos genealógica, por exemplo. Mas no campo citado, reivindico para mim um papel não ignorável na reorientação frente aos estudos até então correntes – como aqueles dedicados a estudar “assimilação”, “aculturação” etc.

Quanto à história política dos anos 1930 e do Estado Novo em geral, devo confessar que minha preocupação com este tema tinha sua razão de ser, desde o início, pois foi dentro deste contexto que estudei germanismo, nazismo e integralismo. Acontece que meus conhecimentos derivavam, basicamente, da bibliografia existente. Quando comecei a atuar como professor e orientador, estudantes sem qualquer interesse no trinômio citado ou em imigração e colonização me procuravam para orientá-los em relação ao tema, e isto me levou a expandir minha área de interesse. Ainda que minha produção neste campo específico não tenha a extensão e a importância daquela sobre imigração e colonização, não é de todo desprezível. Em um livro intitulado *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, reuni o saber adquirido por mim, seja através de pesquisas próprias, seja através das pesquisas de alunos.¹⁴⁰ Além do livro, claro, publiquei artigos e capítulos de livros.

¹⁴⁰ GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

Fiz algumas poucas incursões também no campo teórico-metodológico, mas estas tentativas não são nada inéditas. Trata-se, antes, de subprodutos de traduções de textos de historiadores, sobretudo alemães. Neste sentido, não há dúvida de que tive alguma participação na divulgação da historiografia alemã entre historiadores brasileiros. O produto mais importante, aqui, foi, sem dúvida, a tradução do “conceito de História” de Reinhart Koselleck.¹⁴¹

Administrador

Nunca tive qualquer interesse em administração. Por razões estratégicas – como expliquei –, aceitei ser coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, durante quatro anos (1983-1986). Não fiz nada de especial, mas consegui estabelecer e manter um clima de razoável harmonia no curso. E este é, possivelmente, o motivo pelo qual devo ser o professor que mais tempo foi membro da Comissão Coordenadora do mesmo, após a saída da coordenação. Sucessivos coordenadores posteriores indicaram-me para o cargo. Na UFRGS, fui um dos seis fundadores do Programa de Pós-Graduação em História, tendo exercido por um mandato (dois anos) a vice-coordenação, chegando a ser efetivo, por três meses, durante uma ausência do titular.

O único cargo que pleiteei foi o de diretor da revista *Estudos Ibero-Americanos*, na PUCRS. Ali permaneci de 1997 a 2008. Ao contrário de outros cargos, na revista pude definir de maneira bem pessoal minha forma de trabalhar. Nunca exerci este cargo com muito apego a ditames burocráticos. Fazia poucas reuniões formais do Conselho Editorial – tipo uma vez ao ano, quando se definiam pautas gerais, temáticas para números futuros etc. No trabalho cotidiano, as consultas aos seus membros eram informais, concretas, à medida que alguma questão se apresentava.

¹⁴¹ KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Além desta tradução em dimensão de livro, traduzi, no início de minha carreira – essencialmente para ganhar algum dinheiro –, um clássico do Direito (EHRlich, Eugen. *Fundamentos da Sociologia do Direito*. Brasília: Editora da UnB, 1986), que é citado em acórdãos do STF. Outra tradução mais ligada à minha atividade foi o conjunto de textos publicados em GERTZ, René E. (Org.). *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

De positivo para a revista, reivindico uma renovação, desde a regularidade da publicação, passando por aspectos materiais (capas coloridas, por exemplo), chegando a um esforço para oferecer bom conteúdo. Outra experiência positiva foi a de dar liberdade a colegas organizarem números temáticos sobre assuntos de sua especialidade.

Minha saída da revista não decorreu de pressão externa, mas da minha incapacidade de lidar com o emaranhado de indexações e registros em plataformas da internet, que começou a fazer parte das atribuições de editores de revistas científicas. A falta de familiaridade com esta tecnologia obrigou-me a declarar concluída minha tarefa. Meu formato artesanal de trabalhar estava sendo posto à prova. Mas também objetivamente estava na hora de sair. Como poderia criticar a perpetuação de outras pessoas em determinados cargos, quando estava lá havia 11 anos?

Por menos relevantes que tenham sido essas duas experiências no campo administrativo, trouxeram-me uma série de *insights*, de conhecimentos sobre o espírito e o comportamento humanos. Dois exemplos podem servir de ilustração. Como coordenador, certo dia, recebi a visita de um colega de outra universidade consultando-me sobre a possibilidade de receber, para uma conversa, um amigo seu, figura de destaque no firmamento intelectual gaúcho, que tinha uma namorada que morava longe, e que queria trazer a Porto Alegre. Ela só poderia vir – sem maiores complicações ou prejuízos –, caso conseguisse ingressar num curso de pós-graduação. Aceitei conversar com a pessoa. Foi muito polida, não pediu que eu fornecesse atestado de admissão falso, nem pediu que facilitasse o ingresso.

Tudo correria dentro dos trâmites, a namorada se inscreveria na seleção, faria as provas etc. etc. Portanto, nada de anormal. Só queria colocar-me a par da situação, para que eu soubesse quem era aquela pessoa, quando se inscrevesse. Mesmo sendo um ingênuo de Machado, entendi o recado, e, de fato, me estressei ao menos um pouco. Mas havia tempo até que as coisas aconteceriam, na virada do ano. De repente, passadas poucas semanas, a pessoa me ligou pedindo novo encontro. Temi pelo pior. Mas aconteceu o contrário do esperado, o homem veio comunicar-me que rompera com a namorada, porque o havia ludibriado com a história de fazer mestrado, que as fontes que dizia possuir sobre o tema proposto seriam uma frau-

de, enfim, que o caso estava encerrado, não haveria mais tentativa de ingresso. Agradeceu-me pela compreensão.

Na direção da revista, não lembro de situações folclóricas, mas de pressões. Havia uma colega que é um marco histórico, e trabalhava numa grande universidade brasileira. Em ao menos duas oportunidades, mandou-me textos para publicar. Em ambas as vezes, mandou e-mails, meia hora depois do envio, perguntando se eu os havia recebido. No dia seguinte, veio novo e-mail para saber se eu já tinha decidido sobre a publicação, e, em caso positivo, para quando ela estava prevista.

Preservando acervos documentais

Para um historiador, a preservação de fontes é uma preocupação inerente à profissão. Já falei dos jornais “nânicos” da década de 1970 que preservei, encadernei, e doei à PUCRS, quando não havia mais como guardá-los em minha própria residência. Guardo várias outras coisas de que, mais dia menos dia, terei de desfazer-me. Exerci algum papel na preservação de dois acervos documentais importantes: Acervo Benno Mentz (ABM) e Centro de Documentação AIB/PRP (CD-AIB/PRP).

Nas primeiras décadas do século XX, o empresário Frederico Mentz iniciou um trabalho de reunião de fontes sobre imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. Este trabalho foi continuado por seu filho Benno, que ampliou em muito os materiais colecionados, transformando-os numa instituição, o Instituto Beneficente e Genealógico Frederico Mentz. Mesmo depois da morte de Benno, em meados dos anos 1950, a instituição ainda funcionou por algum tempo, mas acabou fechada, por muito tempo, até passar às mãos de um advogado. Como ele não tivesse condições de abrigar a grande quantidade de material, o mesmo foi cedido à UFRGS, em contrato de comodato, em 1988.¹⁴² Com sucessivas mudanças, a organi-

¹⁴² Sobre a história do ABM, cf.: RAMOS, Rosângela Cristina Ribeiro. *Benno Mentz: um acervo, uma trajetória, múltiplas fontes e suas possibilidades*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. GERTZ, René E. *Acervo Benno Mentz*. In: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do (Org.). *Centros de documentação e arquivos: acervos, experiências e formação*. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2016, p. 83-94.

zação original se perdera, de forma que tive de fazer nova catalogação – que nunca chegou a ser integral, mas atingiu aquilo que era mais procurado pelos pesquisadores: as grandes coleções de jornais em língua alemã, os almanaques etc.

Após uma reorganização mínima, possibilitando sua reabertura para pesquisadores, o ABM foi instalado na Biblioteca Setorial de Ciências Humanas, no Campus Agronomia da UFRGS. Ali funcionou por algum tempo, até que ocorresse um incêndio na biblioteca. Mesmo que o fogo não tivesse afetado, de forma direta, o material, a água jogada pelos bombeiros molhou grande parte dele. Instalou-se o caos. A biblioteca foi fechada por meses, a luz cortada. E o material molhado estava lá dentro. Durante muitas semanas, eu entrava cotidianamente no ambiente superinsalubre, para espalhar a documentação molhada, levá-la do chão, colocá-la sobre prateleiras improvisadas com tijolos e tábuas, procuradas pelo pátio do campus. Alguma coisa se perdeu, mas consegui salvar a massa daquele patrimônio documental. Depois de seco, tudo foi amontoado, até o teto, numa sala da biblioteca, onde permaneceu por muitos meses. A situação, inclusive, foi contestada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, que se dirigiu ao MPF denunciando que uma instituição federal, a UFRGS, não estava cuidando de forma adequada de um patrimônio cultural gaúcho, sob sua responsabilidade.

A situação melhorou, graças a um acaso. Foi nomeado como diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA) da UFRGS o professor-paleontólogo Mário Barberena. Em princípio, não tinha nada a ver com o Acervo Benno Mentz – mas tinha. Nascido e criado em Santa Vitória do Palmar, não havia ginásio em sua terra natal, na época, motivo pelo qual foi mandado para uma tia que morava em Taquara. Ali – segundo suas próprias palavras –, aprendeu a gostar dos “alemães”. Vendo agora, como adulto, que a história deles estava amontoada e se deteriorando, na sala de uma biblioteca da universidade, conseguiu, junto à Gerdau S. A., material e algum dinheiro para preparar uma sala do ILEA para abrigar o ABM. Como no incêndio e posterior amontoamento a organização antes realizada, mais uma vez, se perdera, começou tudo pelo início.

A sala era relativamente ampla, novas prateleiras melhoraram as possibilidades de acomodação dos documentos, conseguiu-se um bolsista, com

que uma nova disponibilização para a pesquisa foi possível. Certa segunda-feira de manhã, 7 horas, a faxineira do ILEA me telefonou para dizer que o Acervo estava inundado, como decorrência de um vazamento num bebedouro do andar de cima (soube-se depois que esse vazamento fora constatado na sexta-feira, pouco antes do meio-dia, que fora comunicado à prefeitura universitária, mas como era período de férias, sem expediente às tardes deste dia, nada fora feito). Havia goteiras por toda sala, no chão havia uma camada de aproximadamente 10 centímetros de água. Praticamente tudo estava molhado.

Um pedido de socorro à Biblioteca Central da UFRGS resultou na visita de uma funcionária, que sugeriu a colocação de todo o material sob refrigeração, pois deixando-o como estava, tudo se estragaria, por fermentação. Esvaziou-se outra sala do ILEA que tinha dois aparelhos de ar condicionado; tudo foi colocado ali, e os aparelhos ligados durante um mês. Enquanto a agricultura do Rio Grande do Sul estava sendo torrada por uma das maiores secas daqueles anos, a umidade do ar era quase nula. Salas e corredores disponíveis do ILEA foram utilizados para espalhar por ali, aos poucos, partes do material refrigerado, a fim de secá-lo. Os estragos, de novo, foram consideráveis, mas, quase como por um milagre, foi possível salvar o essencial.

Mais uma vez reorganizado e disponibilizado, a UFRGS não teve interesse em renovar o contrato de comodato com a família do proprietário (falecido). Em 2009, graças à receptividade de Luiz Antonio de Assis Brasil, foi assinado contrato com a PUCRS, e o material acomodado no Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural. É evidente que, com mais esta mudança, tivessem ocorrido novos problemas de organização. Novamente, trabalhei duro por uns cinco anos, até que a colega Gislene Monticelli assumisse o cargo que ocupei por tanto tempo. Em resumo, durante cerca de 25 anos, com maior ou menor intensidade, dediquei-me à preservação deste acervo empoeirado, de papel em decomposição, em cuja fabricação entrou soda cáustica. Muitas vezes, pergunto se a tosse alérgica crônica de que padeço tem algo a ver com isso?

Apesar de que em vários momentos contei com a ajuda de bolsistas, não há dúvida de que a maior parte do trabalho braçal investido no ABM

coube a mim. Nunca ouvi qualquer referência a este fato. Em contrapartida, existem louvações a minha pessoa em relação a outro acervo, o Centro de Documentação AIB/PRP (CD-AIB/PRP).¹⁴³ Um pouco de história deste acervo: em 1957, dirigentes do Partido de Representação Popular (PRP), que congregou militantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), dos anos 1930, criou um tipo de fundação vinculada ao partido, no Rio Grande do Sul, a Associação Cívico-Cultural Minuano. Com sede própria, esta entidade não deixou de existir quando os partidos foram extintos, em 1965, para a criação do sistema bipartidário. A Associação guardou todo o seu próprio material e do PRP. Como este partido sempre viveu e foi fundamental no estabelecimento de coligações, na política estadual rio-grandense, também possuía muito material referente aos demais partidos. Já que os arquivos destes não se preservaram após a extinção, a Associação guardava muitos registros únicos sobre a história política gaúcha.

Em 1996, Mário Maestri levou a seu pai, homônimo, uma das três figuras centrais da Associação¹⁴⁴, a ideia de fundar um centro para organizar e preservar seu patrimônio documental. A ideia prosperou entre os associados, e se criou uma entidade com estatutos registrados em cartório. Felizmente, agências financiadoras reconheceram a importância do projeto, e ao longo de anos concederam bolsas para estudantes. Com isso, sedimentou-se um grupo que funcionou praticamente por si mesmo.

Fiquei apenas como coordenador oficial, como responsável último, pois havia necessidade de alguém que assinasse os pedidos de bolsas ou de sua renovação, de prestação de contas etc. No decorrer do tempo, o próprio grupo resolveu ampliar seu leque de coleta e preservação de fontes, incluindo um projeto de história oral, através do qual foi entrevistado grande número de políticos que haviam militado nos mais diferentes partidos. A colega Núncia Santoro de Constantino assinou como responsável por esta parte do projeto. O trabalho estendeu-se por cerca de 15 anos. No final, os próprios membros da Associação Cívico-Cultural Minuano decidiram abrir

¹⁴³ Após sua transferência para o Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS, foi rebatizado para “Documentos Ação Integralista Brasileira-Partido de Representação Popular”.

¹⁴⁴ Os outros dois foram Alberto Hoffmann e Antonio Pires.

mão da propriedade do material, doando-o, formalmente, à PUCRS, onde também está depositado no Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural.¹⁴⁵

Um site pessoal

Em 2007, uma antropóloga defendeu uma dissertação de mestrado na UNICAMP sobre “neonazismo” na internet. Ali, ela afirmava que metade dos malfeitores “neonazistas” se localizava em Santa Catarina, ficando o Rio Grande do Sul em segundo lugar. A afirmação teve enorme repercussão pelo país afora. Mesmo que não expressamente dito, era óbvio que a massa da opinião pública ligaria essa presença supostamente massacrante nos dois estados à presença de “alemães”. Com isso, a situação me dizia respeito. Como eu não tinha nenhuma possibilidade de acesso a um meio de comunicação para entrar neste debate, resolvi criar um site.¹⁴⁶ Está claro, que esta decisão tem muito a ver com meu lado “militante”, motivo pelo qual voltarei ao assunto, no capítulo “cidadania”.

Mas o site não registra apenas conteúdo sobre nazismo, “neonazismo” e semelhantes. Ele possibilita acesso a grande parte de meus textos disponíveis em meios eletrônicos, de forma que os dados referentes às “visitas” apontam para uma procura, para um interesse muito maior por minha produção intelectual geral, que por assuntos polêmicos. Os *links* para “minhas publicações mais recentes” e para uma bibliografia sobre imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul registram, ao longo dos anos, uma média de duas “visitas” diárias – índice que não considero desprezível.

¹⁴⁵ GONÇALVES, Leandro Pereira. A trajetória dos papéis da direita do Rio Grande do Sul: de Associação Cívico-Cultural Mínuano a Acervo AIB/PRP (DELFO/S/PUCRS). In: NASCIMENTO, op. cit., p. 95-112. GERTZ, René E. Prefácio. In: CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul: o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 9-12.

¹⁴⁶ O endereço é “www.renegertz.com”.

5. Cidadania

Neste capítulo, serão apresentados alguns poucos episódios que envolvem não tanto o historiador e pesquisador, mas antes minha condição de cidadão, ainda que em dois deles a condição de conhecedor do assunto tenha sido fundamental para a atitude que foi tomada. Quem leu este texto até aqui terá percebido que elementos como “ideologia” nunca gozaram de muita simpatia, de minha parte. “Condutas de vida”, “mentalidade”, “espírito” são conceitos com que tenho maior empatia e simpatia. Creio não estar errado ao pressupor que aquele que prefere “ideologia” tenderá a valorizar, entre outras coisas, manifestações públicas coletivas como lugares de excelência para o exercício de cidadania.

Nesta perspectiva, tenho pouca coisa a apresentar. Se minha memória não está totalmente falha, lembro apenas da presença numa manifestação “pelas diretas”, em Porto Alegre, no longínquo ano de 1984. Mesmo que nunca tenha sonhado em chegar perto de Luís Carlos Prestes, naquela noite, passou a uns dois metros de onde estive.

Contei a história de dois colegas que quase se engalfinharam, fisicamente, em virtude de uma discussão sobre qual deles era mais esquerdista. Em contrapartida, num texto publicado em 2010, desenvolvi uma argumentação que dá uma ideia da direção em que eu prefiro abordar ou enxergar o exercício da cidadania. Discorrendo sobre resultados de minhas pesquisas, chamei atenção para alguns fatos que denotam a presença e o exercício da cidadania em ambientes em que tanto o senso comum quanto o acadêmico, “teoricamente”, não a esperam. Neste sentido, certamente, até cientistas políticos relutariam em imaginar uma realidade política “progressista” no pequeno município de Ivoti – fato, porém, é que nas eleições municipais de 2004 foi o até então *único* município gaúcho em que só mulheres (três) se candidataram à chefia do executivo.

No referido texto, lembro ainda municípios com tendência eleitoral a partidos considerados conservadores, que, no entanto, apresentavam os me-

lhores Índices de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão, fato que significa que ali se fazia o maior bem possível, da forma mais equitativa possível, com os recursos existentes – arrisquei dizer que eram os municípios mais socialistas.¹⁴⁷ Arrolei também o caso de São José do Herval, pequeno município em meio aos morros na Encosta da Serra, ao norte de Novo Hamburgo. Em reportagem do jornal *Zero Hora*, de 20 de outubro de 2002 (p. 14), o repórter manifestou estranheza pela total ausência de lambuzeiras com propaganda eleitoral (então, ainda permitidas), constatação da qual o senso comum, naturalmente, deduziu apatia política absoluta. Fato, porém, é que foi o município com a *menor* abstenção em todo o estado, nas eleições daquele ano. Para coroar o caráter efetivamente “progressista” da comuna, a ONU, em 2003, atestou-lhe a qualidade de município de *melhor* distribuição de renda *do Brasil*.¹⁴⁸ Hoje em dia, poderia acrescentar a informação de que, nas eleições municipais de 2016, um quinto (20%) das mulheres eleitas para o cargo de prefeitas, no Rio Grande do Sul, o foram em comunas originárias do antigo município de São Leopoldo, incluindo a reeleição da primeira e, até agora, única negra, no estado, em Dois Irmãos – Tânia Terezinha da Silva.

Estes fatos foram lembrados para introduzir o capítulo sobre cidadania, no intuito de sugerir que cidadania não se exerce *apenas* nas barricadas, e ela, com certeza, não é praticada, unicamente, por pessoas que se vangloriam como esquerdistas. Vamos a alguns poucos exemplos em que eu imagino ter exercido algum grau de cidadania.

No quartel

Em vez do serviço militar usual, cursei o NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva) do 19º BIMtz (Batalhão de Infantaria Motorizada), em São Leopoldo. Meio ano depois da conclusão, tive de fazer aquilo que se chamava “estágio de instrução”, na condição de “aspirante a oficial”, ao final do qual, se aprovado, receberia uma carta-patente de 2º te-

¹⁴⁷ No texto, citei Arroio do Padre e São José do Hortêncio.

¹⁴⁸ GERTZ, René E. Estudos sobre imigração alemã: experiência pessoal. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (Orgs.). *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: editoraufsm, 2010, p. 119-135; a temática referida está nas p. 129-133.

nente. Esse estágio tinha a duração de 45 dias, e foi realizado de 1º de julho a 15 de agosto de 1970. Como se vê, foi um período cronológico complicado, na história política brasileira – lembre-se que o governo Médici havia iniciado em outubro de 1969.

Como eu tinha tido uma boa classificação no curso (terceiro lugar), pude fazer o estágio na própria unidade em que me formara. Além disso, fui alocado na PE (Polícia do Exército), um grupo considerado de elite – enquanto meus colegas tinham direito a um revólver, eu usava uma pistola. O comandante da PE era um tenente R2 (da reserva), cujo sobrenome devo ter conhecido, na época, mas esqueci; seu “nome de guerra”, isto é, o nome registrado no uniforme, era Mário. Pessoa de aparente bom senso, nunca ouvi dele qualquer observação que o desabonasse em qualquer sentido, restringindo-se a manifestações atinentes ao serviço. Estudava Direito – alguns poucos anos atrás, encontrei-o, casualmente, na rua, em Porto Alegre, onde me contou que estava aposentado como juiz, tendo atuado em Três de Maio, a partir de onde conheceu Tucunduva e Machado, lugares que têm tudo a ver comigo.

Nestas condições, esses 45 dias poderiam ter transcorrido sem qualquer fato que merecesse menção. Jovem idealista, tentei lidar da melhor forma possível com os soldados. Em vez de maçantes ordens-unidas, ensaiei algumas marchas que exigiam atenção, certo grau de raciocínio, com evoluções que os próprios deviam executar, em determinados momentos, sem uma ordem de comando. Como uma das disciplinas de que eu havia gostado no curso fora topografia, fui várias vezes a campo com meus comandados, para ensinar-lhes coisas de que eles tinham um conhecimento limitado, e pelas quais, aparentemente, se interessavam (uso da bússola etc.).¹⁴⁹

Minhas origens muito humildes, mas libertárias – nas palavras de minha mãe, éramos pobres, mas livres, já que não devíamos nada a ninguém –, que até hoje me causam enorme mal-estar diante de situações em que enxergo opressão, constrangimento exercido por seres humanos sobre outros seres humanos, sobretudo, quando de origem burocratóide-totalitá-

¹⁴⁹ O colega Arno Kern contou-me que a topografia que aprendeu no curso do CPOR foi muito importante em sua atividade de arqueólogo.

ria, me traziam certo desconforto quando chegava ao prédio da PE, e o sargento ou suboficial mais antigo, às vezes com bem mais que o dobro da minha idade, cabelos grisalhos, vinha apresentar-me o grupamento, prestando continência a um guri de 21 anos.¹⁵⁰

Independente de tudo isso, a situação política do país, na época, acabou atingindo também a mim, durante aquele curto período de 45 dias. Em primeiro lugar, um caso algo folclórico. Estava preso no quartel, não em cela, mas livre para movimentar-se em todo o espaço interno, incluindo a frequência ao cassino dos oficiais, um tenente que havia servido com o capitão Carlos Lamarca, que aderira à luta armada contra o regime militar (e que viria a ser morto em 1971). Este tenente tinha recebido convite de Lamarca para aderir. Não o fizera, mas também não denunciara o capitão, motivo pelo qual fora afastado do exército, e condenado a um período de prisão. Estudava para fazer vestibular de medicina, assim que fosse solto. Sua soltura ocorreu durante os 45 dias de meu estágio. Como, por algum formalismo, não podia ser solto pelo próprio quartel de São Leopoldo, o tenente Mário e eu o levamos ao QG do então III Exército, em Porto Alegre, onde o “entregamos”.

Minha vida foi afetada por sua presença no quartel, porque ele era “crente” religioso (não sei se desde sempre ou se havia sofrido uma conversão, em algum momento), e lia com muita dedicação a Bíblia. Praticamente todos os dias quando eu ia ao cassino dos oficiais para tomar café, na metade da manhã ou pela tarde, estava lá, e me “alugava” para conversar sobre passagens bíblicas que havia acabado de ler. Como soubera que eu havia estudado num seminário, enxergava em mim um *expert* nas Sagradas Escrituras, com quem poderia trocar ideias ou esclarecer dúvidas.

* * *

Também vivi um episódio muito constrangedor, o qual, porém, depois de passado, ficou gravado em minha memória como pitoresco. Eu

¹⁵⁰ Pode parecer estranho, quando se trata de um weberiano. Apesar do respeito que Weber teve pelos anarquistas, certamente haveria algumas diferenças entre nós naquilo que tange à vivência militar – ele, aparentemente, não sentia qualquer constrangimento em sua condição de “oficial da reserva”, pelo contrário.

servia na PE, pertencia à elite; além disso, era considerado intelectualizado, sabia latim e grego, tinha lido bastante literatura brasileira e universal. Certo dia, chegou às minhas mãos uma ordem escrita para representar o comandante do 19º BIMtz num jantar beneficente, na Sociedade Orpheu. Esta sociedade autoapresentava-se como o clube social mais antigo do Brasil, e era o de mais prestígio, o mais elitizado de São Leopoldo.

Acontece que estávamos antes do final do mês de julho, e eu ainda não havia recebido meu soldo. Estudante paupérrimo, não tinha dinheiro nenhum. Bateu o pânico, pois eu sabia que precisaria de dinheiro. Como era período de férias universitárias, a casa de estudante em que morava estava quase vazia, e os poucos colegas presentes estavam tão “duros” quanto eu. Arrecadei quase nada entre eles, bati na ala feminina, mas os ganhos também foram muito poucos. Assim fui, figura exótica, pois a ordem estabelecia que deveria apresentar-me no evento em uniforme militar de passeio, aguardando pelos fatos que haveriam de acontecer. Não conhecia ninguém no salão, devo ter tentado alguma conversa com um vizinho de mesa.

A coisa, porém, ficou dramática quando foi anunciado que, para arrecadar fundos em benefício da causa em questão naquele jantar, uma pessoa passaria pelas mesas para vender rifas. O sujeito vinha se aproximando de mim, e eu de orelhas em pé para tentar saber quanto custava a rifa. Quando, finalmente, consegui saber o valor, constatei que o dinheiro no meu bolso dava exatamente para uma única rifa. Quando o sujeito se dirigiu a mim, pedi um número. E ele: “Mas, tenente, um só?!”. Sim, eu queria um número só. Imaginei todo mundo olhando para mim. Comecei a contar de um ao infinito, para que o tempo passasse, e eu pudesse sair daquela situação extremamente constrangedora. Finalmente, algumas pessoas começaram a levantar e a deixar o recinto; achei que tinha permanecido tempo suficiente para representar o comandante do 19º BIMtz, levantei e fui embora também. No dia seguinte, fui ao setor competente para informar que tinha cumprido a missão de que fora incumbido.¹⁵¹

* * *

¹⁵¹ Muitos anos depois, no dia da abertura de um dos clássicos simpósios de história da imigração, na UNISINOS, um rapaz, fardado igual a mim em 1970, representou o comandante do

Mas também vivi situações mais problemáticas decorrentes da situação política brasileira daquele momento. Antecipando-me, penso que, pelo fato de que São Leopoldo fosse uma cidade politicamente irrelevante, o próprio “serviço de informações” da unidade militar era um tanto “amador”. Como todo mundo sabia que eu havia estudado no Morro do Espelho, principal centro educacional e administrativo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, nos anos 1930 considerado o mais satânico antro de nazismo no país, e agora visto como um perigoso caldo de teólogos liberais-progressistas, quando não expressamente adeptos da Teologia da Libertação, fui chamado à sala do major Fróes, chefe do S-2, isto é, do “serviço secreto”.¹⁵²

Disse-me que estava desconfiado de que ali estavam sendo impressos panfletos subversivos, espalhados pela região. Disse-lhe aquilo que sabia: que no Morro do Espelho, no porão do prédio do “centro de impressos”, existia uma impressora talvez fabricada ainda no século XIX, que havia servido ao extinto Sínodo Riograndense, uma geringonça em que deveria ser colocada a “chapa” da página a ser impressa, que, acionada, ela se movimentava para passar por um rolo com tinta, “caindo”, depois, sobre uma pilha de papel, imprimindo o texto. Este processo deveria ser repetido página a página, resultando, portanto, num processo muito lento de impressão, e em um acabamento artesanal.

19º BIMtz, na cerimônia de abertura, com a vantagem de que não havia janta nem rifa, mas foi convocado à mesa de honra etc. Fui conversar com ele, depois; me confessou que também não se sentia muito à vontade; tentei consolá-lo com o relato de minha história, que, certamente, havia sido mais constrangedora que a dele.

¹⁵² O próprio SNI parece ter cultivado uma opinião menos problemática em relação a uma instituição importante localizada no Morro do Espelho, a Escola Superior de Teologia, pois, em documento datado de 31 de outubro de 1977 (460º aniversário da Reforma de Lutero), admitiu que nela trabalhava apenas um professor fichado no órgão (Walter Altmann), e que os alunos se dividiam em dois grupos, que conseguiam conviver na mesma instituição: os “pietistas” (“que propugnam pela fé como atitude do homem com Deus e dos homens entre si e entendem o pastorado [trabalho eclesiástico] como meio de ‘ganhar almas para Deus’”), e os “socialistas” (“que propugnam pela fé como meio de levar os homens a modificarem as suas vidas e a sociedade humana e entendem o pastorado como uma forma de engajamento social”). Ver *Arquivo Nacional (Brasília). Fundo Serviço Nacional de Informações (V8). Documentos Micrográficos, Agência do Rio Grande do Sul. Documento 77108478*. Agradeço a Miquéias Mügge por compartilhar esta fonte.

Disse ainda que, se os panfletos apresentassem um aspecto de impressão artesanal, aquela impressora *poderia*, apesar de minha incredulidade, ter servido de local de confecção, mas caso esses panfletos apresentassem um acabamento estilo *offset*, tipo de impressão festejado como de “último grito”, na época, certamente não tinham sido produzidos no Morro do Espelho. O major dispensou-me, e não mais me chamou.

* * *

Apenas algum tempo depois, vi-me envolvido em outro caso, mais complicado, para mim – não sei se a “investigação” do major Fróes, quando me chamou, tinha a ver com este caso (provavelmente, sim). O aluno disparado mais inteligente de minha turma no Instituto Pré-Teológico foi Werner Fuchs. Documento confidencial emitido pelo gabinete do secretário de segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de janeiro de 1971, lhe atestou ser “pessoa inteligente, com grande condição de chefia”. Recentemente, fiz uma descoberta interessante em relação à biografia do militante “esquerdista” Werner: sua mãe era menonita.

Era moderadamente rebelde. Seu relacionamento com o professor Hinrichs, por exemplo, era *sui generis*. Este gostava de valorizar o tema de casa, e de tempos em tempos fazia testes-surpresa, sobre a tarefa distribuída no dia anterior. Eram as famosas *Fleissarbeiten*, trabalhos para avaliar a dedicação. Mas o próprio Hinrichs estabelecera que seu valor, seu peso na avaliação global do aluno, era pequeno, tipo 10% da avaliação anual. Fuchs raramente havia estudado o ponto da gramática ou os vocábulos de grego indicados como tema de casa, mas bastava-lhe sentar por algum tempo antes de uma prova “para valer”, e tirava dez. Hinrichs ficava indignado por ter de dar nota máxima na prova a um aluno relapso no dia a dia. Fuchs tirava o primeiro lugar “geral” da turma, todos os anos. Apenas em Matemática e Física, eu tinha alguma chance de chegar perto dele, em termos de nota.

Como já exposto, nossa “militância” não costumava ser expressamente política, podia até ser bem-humorada. O citado apelido de nosso diretor – “papa” Höhn – originou-se de um “*haikai*” que Werner, certo dia,

afixou no quadro de avisos do colégio: “papa gaio, papa gueno, papa heno”. Ou então nossa militância era teológica. Líamos teólogos “subversivos” como o presbiteriano norte-americano Richard Shaul, que, mais tarde, foi expulso do Brasil, pelo regime militar; líamos *Honest to God*, do bispo anglicano John A. T. Robinson, em sua versão alemã *Gott ist anders* (Deus é diferente).

Quando Werner ingressou na Faculdade de Teologia, em 1969, iniciou, porém, uma militância mais propriamente política. Começou a frequentar a casa do professor Victor Becker, ex-sargento do exército (meu citado professor de Geografia Humana, na UNISINOS), que é visto como mentor intelectual de gente como Miguel Rossetto, vice-governador do Rio Grande do Sul ao tempo de Olívio Dutra governador, e que concorreu a este último cargo nas eleições de 2018.

A militância marcaria sua vida posterior, já como pastor, no oeste do Paraná. Ali, teve, junto com padres católicos e nossos colegas Gernote Kirinus¹⁵³ e Kurt Walter Hattje, uma atuação de suma importância na defesa de pequenos agricultores, por ocasião da construção da represa de Itaipu; escreveu um pequeno livro sobre *A taipa da injustiça*, e, junto com Hattje, empenhou-se na eleição de Kirinus¹⁵⁴ a deputado estadual no Paraná; Hattje, mais tarde, abandonou o pastorado, indo dedicar-se à administração de pequenas empresas, no Nordeste; os dois outros continuaram sua militância, com Werner dedicando-se, sobretudo, a questões ambientais, mais recentemente ao destino de óleo queimado.

Voltando no tempo, Werner me havia contado, já em 1969, que estava sendo seguido, monitorado por integrantes do exército. Agora, em 1970, aconteceu, porém, algo potencialmente mais perigoso. O pai de um jovem, no Paraná, havia ido a uma unidade militar de lá para denunciar um texto de Werner, que chegara a ele através de um filho. Este filho estudava na

¹⁵³ Kirinus não estudou no IPT, mas sim no Sinodal; no entanto, fomos colegas em algumas disciplinas, como Biologia, Física e Química.

¹⁵⁴ MEZZOMO, Frank Antonio. A cruz e a política – leituras do pastor e político Gernote Kirinus. *História Unisinos*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 12, n. 3, p. 285-296, 2008. CHAPARINI, Fabiana Stahl. *Gernote Kirinus: religião, política e lutas pela terra no Oeste Paranaense (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2018.

Escola Normal Evangélica, em Ivoti. Certo dia, o tenente Mário pediu-me que viesse à paisana para o quartel, pois deveríamos cumprir uma missão no colégio em Ivoti. Disse que o mandamento principal era discrição, para falar com o aluno vindo do Paraná, sem chamar atenção. E eu seria peça-chave nesta tentativa, pois, como luterano, que estudara numa escola-irmã (meu colégio era o seminário que preparava futuros estudantes de Teologia, o colégio de Ivoti era, literalmente, o *Lehrerseminar*, o seminário de professores), minha presença não despertaria desconfiança.

“Gelei”. Havia um “intercâmbio” entre as duas escolas, alunos que não se davam bem em latim ou em grego, e, portanto, eram considerados pouco aptos ao estudo de Teologia, mas dedicados e indicados para serem professores costumavam ser aconselhados a mudar-se do seminário para a Escola Normal. Desta forma, eu poderia encontrar algum ex-colega de colégio nos corredores da escola em Ivoti; mas, sobretudo, eu temia o fato de que o diretor era Hans Günther Naumann, pai de meu colega Peter, durante seis anos no Instituto Pré-Teológico, o qual, obviamente, me conhecia.

As 24 horas transcorridas entre a comunicação de nossa missão, pelo tenente Mário, e nossa saída “a campo” constituem uma das mais terríveis memórias de minha vida. Ainda hoje, estou com a sensação de que entrei num tipo de letargia. Werner tinha sido meu colega durante 7 anos, continuava a manter contato regular com ele, inclusive conhecia o texto que havia virado pomo de discórdia. Só que não contei nada disso ao tenente Mário.

A desconfiança de que entrei num tipo de letargia está amparada no fato de que possuo uma lembrança clara sobre aquele dia exclusivamente naquilo que tange ao tempo – era chuvoso –, além disso, *penso* que não encontramos ninguém que me conhecesse, durante a permanência em Ivoti. Também tenho a *impressão* de que o tenente Mário pediu a alguém que chamasse o aluno em questão, conversou com ele, mas minha memória não registra qualquer ponto do conteúdo – caso eu tenha estado presente.

Voltamos a São Leopoldo, ele deve ter feito um relatório sobre nossa missão, mas eu não vim a conhecer o conteúdo. Se fosse fácil, eu teria interesse em localizar essa documentação, nos arquivos do exército. Minha grande dúvida é se Mário sabia quem eu efetivamente era. Talvez, tenha feito de

conta que não sabia de nada; estudante de Direito que era, possivelmente não tenha levado a coisa muito a sério, e feito um relatório burocrático. Fato é que nunca mais se falou no caso.

Interessante foi quando, em anos mais recentes, li o livro de memórias do então diretor da Escola Normal Evangélica, o citado professor Hans Günther Naumann. A história que ele conta adiciona alguma confusão ao episódio, a começar por uma questão cronológica. Naquele tempo, a escola costumava estar em férias durante *todo* o mês de julho. Como o tenente Mário e eu fomos a Ivoti num momento em que o aluno supostamente teria estado presente, a lógica indica que isso deveria ter ocorrido nos primeiros 15 dias de agosto (lembrando que meu estágio ocorreu entre 1º de julho e 15 de agosto). Naumann conta que em *julho* de 1970 dois oficiais do Quartel Geral [*sic*] do Terceiro Exército apareceram na escola para falar com o aluno “C.”, que estaria envolvido em atividades subversivas. O diretor informou que ele se encontrava em férias, na casa dos pais, no Paraná. Naumann explicou que havia sido procurado pelo aluno, algum tempo antes, com uma carta-circular escrita pelo estudante de Teologia “W.” (obviamente, Werner Fuchs), analisando o regime militar brasileiro, e denunciando, com detalhes, torturas sofridas por um seminarista católico, preso sob a acusação de ter exercido atividades subversivas. “Numa estranha mistura de medo com indignação, dissera: ‘Isto tudo é mentira. Eu sou patriota. Vou levar esta carta à polícia’”.

O diretor afirma, em suas memórias, que sugeriu ao estudante rasgar o documento recebido, esquecer o assunto, dizendo-lhe que, de então em diante, a correspondência a entrar na escola, para alunos, sofreria um tipo de censura, para evitar a difusão de documentos semelhantes. Pareceu-lhe que o rapaz ficara aliviado, e que o caso estaria encerrado. Ao relatar esses fatos aos dois oficiais, eles, porém, teriam insistido na identificação do remetente da carta. Ele, diretor, teria admitido conhecer o autor, mas argumentado que como educador não poderia bancar o denunciante.

Como os militares teriam insistido, teria mostrado uma revista eclesiástica alemã na qual eram denunciadas torturas a presos políticos no Brasil, acrescentando: “Se eu fizer hoje esta denúncia, amanhã isto aparecerá na imprensa eclesiástica alemã: ‘Diretor de Escola Evangélica de Forma-

ção de Professores no Brasil é obrigado a ser denunciante de estudantes a autoridades brasileiras””. Como os oficiais teriam continuado a insistir na indicação do autor da carta-circular, ele teria pedido um prazo para dar uma resposta, comprometendo-se a comparecer pessoalmente ao QG, em Porto Alegre, para dar sua palavra definitiva. Os dois teriam aceito a proposta, e ido embora.

Como o então diretor da Fundação Evangélica de Novo Hamburgo, Ernest Sarlet, teria estado na escola, naquele dia, Naumann teria comunicado a ele o acontecido, para efeitos de sua própria segurança. A seguir, fez contato com o pastor Rodolfo Schneider, então secretário-geral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, o qual teria aconselhado a procurar, no próprio QG do III Exército, o coronel Orlando Heemann, ex-aluno do Colégio Sinodal, e membro ativo na comunidade evangélica luterana de Porto Alegre. Este teria concordado que Naumann não precisaria denunciar ninguém, que apenas tomasse medidas para evitar novas situações semelhantes. “Nada mais aconteceu. Alguns meses depois, recebi nova visita, desta vez de um subtenente ou tenente membro do SNI. Queria saber se houve nova ocorrência. Pude informar que nada mais aconteceu””.¹⁵⁵

Com tudo isso, minha história adquiriu um novo ar de mistério. Admitamos que a expressão “alguns meses depois”, usada pelo diretor Naumann, tivesse decorrido de uma falha em sua memória, e que, de fato, tenham passado apenas algumas poucas semanas ou até apenas dias, quando apareceu um “subtenente ou tenente”. Como minha memória está totalmente obnubilada em relação a este episódio, é possível levantar a hipótese de que eu não tenha entrado na escola, tendo ido apenas mostrar o caminho ao tenente Mário, e que – ao contrário da minha lembrança – ele entrou sozinho, não para conversar apenas com o aluno, mas também esteve com o diretor. Naumann fala de apenas uma pessoa – se eu estivesse junto, com absoluta certeza, teria registrado minha presença, pois sou citado, no

¹⁵⁵ NAUMANN, Hans Günther. *Se você não assumir...*: recordando a caminhada de um professor de professores. São Leopoldo/Novo Hamburgo: Sinodal/Echo, 2009, p. 203-205.

próprio livro (obviamente, não em relação a este assunto). Claro, também é possível que tenha havido uma visita de um agente do SNI, além da nossa. Mas isso tornaria ainda mais misterioso o sentido da missão dos dois oficiais R2 (eu nem oficial ainda era, era um reles “aspirante a oficial”).

Quando o editor deste livro, Erny Mügge, ex-aluno do IPT, leu o manuscrito, e identificou nomes e instituições envolvidos no episódio, acionou seu filho Miquéias, doutor em História, para ir, luteranamente, *ad fontes*, a fim de tentar descobrir mais coisas a respeito do caso. Não conseguiu esclarecer todas as dúvidas por mim levantadas, mas trouxe importantes informações adicionais. Em documento da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, aparentemente iniciado em 13 de julho de 1970 e concluído no dia seguinte, H. L., residente em Marechal Cândido Rondon, informava que seu filho W., estudante na Escola Normal Evangélica, em Ivoti, estaria recebendo convites de um grupo subversivo para integrar o movimento. Tratar-se-ia do “Movimento contra o regime” ou “Movimento contra a tortura”, com atuação em Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo. O primeiro documento que o filho teria recebido seria uma denúncia de tortura contra um tal de frei Tito. Depois, teria recebido uma carta-circular mimeografada, com instruções aos militantes. Teria pretextado adesão ao movimento, para tentar identificar os componentes, e entregá-los ao quartel em São Leopoldo.¹⁵⁶

Num trecho pouco claro, o depoimento sugere que o filho tentou obter apoio de professores, em sua tentativa de identificar os subversivos, e entregá-los às autoridades, mas eles o teriam aconselhado a desistir, porque poderia prejudicar não só sua própria escola, mas também outras instituições da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Como os professores teriam ficado com o material que W. lhes passou, restariam apenas alguns poucos documentos: “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”, “escrito sob a tutela da IECLB, e liberado para circular livremente em todo o país, com objetivos e fins pacíficos, mas usado de manei-

¹⁵⁶ Ver *Arquivo Nacional (Brasília). Fundo Serviço Nacional de Informações (V8). Documentos Micrográficos, Agência do Rio Grande do Sul. Documentos 85011004, 71033854, 82003212, 70016618.* Agradeço a Miquéias Mügge por ter compartilhado também esta fonte.

ra ilícita por alguns elementos”; jornalzinho *Contestação*, editado em Porto Alegre; citada circular mimeografada; revista *Presença*, “dos meses março, abril, maio (junho)”, onde se deveria “atentar para os artigos ‘Agente 070’ e ‘Meu QI anda baixo’”.

Pela documentação garimpada por Miquéias, ainda se observa que o material distribuído no Vale dos Sinos teria sido trazido de Porto Alegre pelo estudante de Teologia Werner Fuchs, ajudado pelo aluno do IPT G. G., de apenas 17 anos. Este, inclusive, teria namorado uma moça de apenas 15 anos, G. T., aluna da Fundação Evangélica, de Novo Hamburgo, a fim de conquistá-la para a causa. Pela documentação, o caso não encerrou em agosto de 1970, pois existe carta de W. L. à citada moça, com data de 30 de novembro de 1970, conclamando-a a entregar todo o material que porventura ainda possuísse. E documento da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, com data de 14 de janeiro de 1971, diz que “o assunto continua em processamento”.

* * *

Em relação ao estágio no quartel, sou obrigado a referir mais um episódio – que mexeu com meus sentimentos. Ao contrário daquilo que aconteceu durante o curso, quando não precisávamos “prestar serviço”, isto é, “tirar guarda”, por exemplo, durante o estágio deveríamos fazer tudo aquilo que compete a um militar. E assim éramos escalados, oportunamente, como auxiliares de oficial-de-dia – o oficial-de-dia era aquele que, no dia para o qual estava escalado, ficava 24 horas no quartel, sendo responsável pela supervisão do cotidiano, e quando não havia oficial de hierarquia superior a ele na unidade militar, era, literalmente, o responsável por tudo, na verdade, o “comandante”.

Fui escalado para um sábado. Chegando ao quartel antes das 7 horas da manhã, acabei “assumindo” na condição de oficial-de-dia, pois o “titular” ainda não chegara. Quando o colega que me antecederia passou o “comando”, que incluía a assinatura de uma série de “recibos” de recepção (tantos fuzis, tantos revólveres, tantos cartuchos etc. etc.), informou que, pelas 4 horas da madrugada, haviam chegado ao quartel oito presos políti-

cos, todos acomodados numa mesma cela; além de outras instruções, eu deveria estar presente em todas as refeições deles, sendo responsável pelo cuidadoso recolhimento de talheres e tudo mais (na época, não se usavam garfos e facas de plástico).

Ao me passar a lista dos presos, constatei um nome que me era familiar. Desde 1966, havíamos tido, no colégio, um novo professor de História, o citado Werner Altmann, então recém-formado pela UFRGS. Nos três anos seguintes, em várias oportunidades, havia feito referências ao colega de turma, na universidade, e amigo Vítor Letícia. E este nome constava ali.

Na minha santa ingenuidade de guri de 21 anos, assim que as questões burocráticas de passagem de comando estavam resolvidas, fui à cela para conhecer os presos. Entrei com a pistola .45 na cintura, e perguntei quem era Vítor Letícia. Naturalmente, não tenho a mínima ideia da sensação que possa ter passado pela cabeça dele, mas alguém sentado no chão identificou-se como sendo a pessoa nominada. Disse-lhe que seu nome me era conhecido por referências de Werner Altmann. Não lembro qual foi sua reação, mas imagino que tenha sentido alívio. Conversei com ele por algum tempo, depois identifiquei os outros sete.

Entre eles, estava Félix Silveira Rosa Neto, que havia comandado a tentativa, em abril de 1970, de sequestrar o cônsul norte-americano em Porto Alegre. Lembro que havia ainda três sargentos da polícia militar de Minas Gerais; mas não recordo quem eram os três restantes. Como o oficial-de-dia titular, por alguma razão, não apareceu durante todo o dia, e como não havia expediente, de forma que oficiais de hierarquia superior à minha não estiveram no quartel, eu, menino de 21 anos, acabei “comandando” o 19º BIMtz, por um dia. Além de ter estado com os presos durante as três refeições, creio que passei na cela, mais uma vez, pela metade da manhã e outra pela metade da tarde. Novamente, minha santa ingenuidade queria indicar que eu não tinha nada contra eles, que, pelo contrário, fazia questão de evidenciar meu respeito.

* * *

Esta história teve um epílogo que mexeu com meus sentimentos. Mário Maestri foi contratado pela PUCRS, como professor, em 1988. Certamente levou um semestre até que houvesse uma aproximação entre mim e ele. Com isso, haviam transcorrido, com certeza, no mínimo, 18 anos entre o episódio no quartel e a seguinte situação. Certo dia, Mário passou em minha sala, e, após soltar uma risada típica, com ar debochado, disse: “Então o amigo foi carcereiro de presos políticos!”. Vítor Letícia lhe havia relatado nosso encontro, em 1970.

Alguns aspectos da observação feita com debochada benevolência por Mário me impressionaram. Em primeiro lugar, como o ex-presos político sabia meu sobrenome? Ao lidar com os presos, eu estava em uniforme militar, com identificação de meu posto e meu nome de guerra (Asp[irante] René); teria Vítor Letícia pesquisado, na época, para saber meu sobrenome e minha trajetória posterior ao episódio? Teria conversado, depois de livre, com Werner Altmann a meu respeito? Mário não teve nenhum conhecimento de minha existência antes de ingressar na PUCRS. Este fato sugere que, em conversa relativamente recente com o companheiro de militância, ou referiu quem eram seus colegas na instituição ou, então, ao referir seu ingresso na PUCRS, o próprio tenha indicado que conhecia um professor de lá, que fora seu carcereiro, 18 anos antes. Independente da alternativa, o fato indicava que minha função de carcereiro estava gravada na memória de Vítor Letícia. Para meu alívio, nutri a certeza de que este registro não podia ter sido negativo. Eu não torturara ninguém, não fora ríspido com ninguém, tratara todo mundo com respeito – apesar, obviamente, da condição constrangedora em que os presos se encontravam. Algum tempo atrás, Mário comunicou-me que Vítor não vive mais.

A bancarrota da COOPAVE

No início dos anos 1980, foi à bancarrota uma cooperativa de produção avícola em Lajeado, a COOPAVE. Tendo contado, nos anos anteriores, com o envolvimento de políticos de destaque do regime militar, parecia ser empresa muito sólida e de futuro garantido, motivo pelo qual bancos aceitavam qualquer tipo de avalista para conceder empréstimos. Dessa forma,

proprietários de poucos hectares de terra, e mesmo de pequenos lotes urbanos, haviam servido de avalistas. Diante da falência, as instituições financeiras começaram a executá-los. Como a Constituição de 1988 ainda não vigia, a perda da própria casa de moradia era factível. Criou-se um enorme problema social na região. Além de as pessoas perderem seu ganha-pão, a criação de aves, perdiam também seu lar. Tivemos parentes que se encontravam nesta situação. Houve muita mobilização para tentar contorná-la, mas não havia muito a fazer; do ponto de vista legal, as pessoas podiam ser executadas.

Certo dia, chegamos a Lajeado, e nossos parentes nos disseram que agora seriam salvos do perigo de perder tudo, pois um grupo de pessoas ameaçadas havia contratado um advogado bastante conhecido em Porto Alegre, que lhes havia garantido que reverteria a situação. Este advogado tinha nascido e se criado num município vizinho – talvez, parentes dele também estivessem a perigo –, mas estava estabelecido na Capital, onde gozava de alguma projeção nos meios de comunicação, defendendo posições contra o regime militar, que, naquele momento, estava em decomposição. Os parentes me mostraram o arrazoado que escrevera em defesa de seus clientes, destinado a convencer um juiz a dar-lhes ganho de causa. Li o arrazoado, e disse aos parentes que nenhum juiz do mundo lhes daria ganho de causa com aquele palavrório. Não sou jurista, mas o texto não apresentava qualquer argumento técnico, jurídico, restringindo-se a deblaterar contra o capitalismo explorador, em especial em sua fase de preponderância do capital financeiro.

O grupo de avalistas de empréstimos que integrava esse processo estava sendo executado pelo BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento Econômico). Fiz cópia dele, já que ali constavam seu número e os nomes dos atingidos, e disse que faria uma tentativa de contato com a direção do banco, em Porto Alegre, para tentar uma solução extrajudicial. Voltando à Capital, consultei o guia de telefones – que naquela época ainda existia –, e fiz contato. Fui atendido por uma secretária. Expliquei-lhe, em poucas palavras, a situação, e, com muita humildade, perguntei se haveria possibilidade de ser recebido por alguma “autoridade” do banco, para tratar do assunto. Ela me disse que sim, que poderia marcar um horário com o dire-

tor, indicando o meio da manhã de determinado dia. No dia marcado, eu estava na sala da secretária; ela pediu para acompanhá-la à sala do diretor. Só quem conhece minha proverbial timidez consegue entender que se passava comigo. Ela abriu a porta do gabinete, uma sala enorme, com uma grande mesa de estilo rústico ao centro, e lá no fundo a mesa dele. Quando nos viu, levantou-se, e veio ao nosso encontro.

Tive um primeiro pequeno relaxamento na tensão em que me encontrava. Para compreender esta melhoria no “clima”, é necessário voltar a Machado. Lá havia três alfaiates, Mathias Kroll, e dois outros. As fatiotas feitas por Kroll eram perfeitas, sem qualquer falha. Acontece que ele cobrava por sua habilidade, de forma que pessoas com menor poder aquisitivo ou menor disposição para gastar, procuravam um dos outros alfaiates do lugar.

Para a população masculina, a primeira fatiota costumava ser encomendada para o dia de confirmação – cerimônia religiosa que corresponde à primeira comunhão, no rito católico. Neste dia, em geral, se via quem tinha feito o terno dos meninos, pois os de Kroll “sentavam” direitinho, os dos outros costureiros costumavam apresentar imperfeições, a gola não “deitava”, coisas do gênero, mas, sobretudo, costumava haver problemas de alinhamento da bainha, com os dois lados do casaco apresentando desigualdades de comprimento.

Quando o diretor levantou para vir ao meu encontro, tive a visão de um menino com fatiota falhada, no dia de confirmação, lá em Machado, uma das abas do casaco era mais longa que a outra. Daí algum efeito relaxante sobre mim. Era como se estivesse vendo um coloninho igual a mim vindo em minha direção. Eu tinha, na época, entre 36 e 37 anos, e ele pareceu ter mais ou menos a mesma idade. Apesar de certo efeito relaxante, claro, eu continuava tenso, e lembro que minha primeira pergunta – absolutamente besta, naquele momento e contexto – foi sobre o lugar de que ele vinha. Respondeu que era da Alto Feliz. Apesar do despropósito absoluto da pergunta, a resposta me tranquilizou bastante, pois se confirmava que eu estava na frente de um coloninho como eu.

Sentamo-nos à grande mesa de reuniões que havia na sala, expliquei-lhe, rapidamente, o caso; ele, por telefone, pediu que a secretária trouxesse o respectivo processo. Olhou-o, demoradamente, depois, como se es-

tivesse pedindo desculpas, disse que o setor jurídico do banco gozava de certa autonomia para agir, até porque a direção não tinha tempo para controlar detalhes, mas que, no presente caso, a continuidade da ação não fazia sentido, porque o valor dos próprios bens a serem confiscados não cobriria nem as custas judiciais. Como, além disso, essa ação trazia embutida graves problemas sociais, ele determinaria o encerramento do processo.

Com isso, não se resolveram os problemas sociais do vale do Taquari decorrentes da bancarrota da COOPAVE, pois havia muitos outros processos em andamento, de outros agentes financeiros, e, possivelmente, do próprio BRDE. Mas ao menos um grupo de prejudicados teve reduzidos os seus prejuízos. Sempre tive a impressão de que empatia e solidariedade colonas haviam contribuído, em algum grau, neste caso.

Bolsa de produtividade do CNPq

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem uma importância muito grande na vida de qualquer pessoa ligada à ciência, neste país. Financia projetos, concede bolsas. E uma das bolsas é a de “produtividade de pesquisa”. Para um professor universitário, não é bolsa que tivesse peso econômico significativo, pois o valor não é alto. Sua importância é antes simbólica – ser bolsista nesta categoria confere status, significa que uma entidade da importância do CNPq reconheceu a capacidade do pesquisador.

Consegui ser bolsista de produtividade relativamente cedo, em minha carreira acadêmica. Em 1987, fui contemplado. Só que pouco mais de dois anos depois, a direção da entidade, suposta ou efetivamente, desengavetou uma regra antiga, segundo a qual um bolsista não poderia ter mais de um vínculo empregatício, pois isso geraria dispersão em sua dedicação à pesquisa. Não se exigia regime de trabalho chamado “dedicação exclusiva”, mas uma vinculação única. Com isso, minha bolsa foi cassada, em 1989, pouco tempo depois de ter sido renovada (na época, a vigência era de dois anos). Mesmo tendo perdido a bolsa, mandei ao CNPq o resultado da execução do projeto – entre outros, um livro –, e recebi uma carta muito gratificante, com um voto de louvor.

Fiquei mais de duas décadas sem bolsa de produtividade.¹⁵⁷ Quando me aposentei na UFRGS, e passei a ter apenas um vínculo empregatício, me candidatei a uma nova bolsa, em final de 2013. Em 23 de janeiro de 2014, recebi o seguinte comunicado sobre meu pedido:

Comunicamos que, de acordo com o estabelecido nas normas do CNPq para a modalidade de bolsa acima, sua proposta foi analisada pelo Comitê de História e teve seu mérito reconhecido. No entanto, na análise comparativa com as demais propostas, o seu pedido não alcançou classificação que permitisse o atendimento.

Fui ao site do CNPq, e constatei que haviam sido concedidas 57 bolsas para a área de História.¹⁵⁸ Quarenta e nove delas eram renovações. Eu tinha tomado conhecimento de que havia uma tradição de renovar as bolsas, desde que o candidato tivesse cumprido minimamente suas tarefas, durante o período de vigência. Por isso, resolvi não levar em consideração estes casos. Entre os oito contemplados restantes, fiquei na dúvida em relação a dois – apesar de não constarem como bolsistas na lista vigente do CNPq, seu currículo Lattes informava que o eram. Na dúvida, eliminei também estes dois nomes.

Abri o currículo Lattes dos seis comprovadamente contemplados com bolsas novas. Em dois casos, uma análise superficial indicava que sua produção poderia estar mais ou menos empatada com a minha, mas os restantes quatro pareciam possuir um desempenho significativamente inferior ao meu. Resolvi fazer uma investigação mais detalhada. Em primeiro lugar, solicitei o parecer emitido em relação ao meu projeto. Ele me foi enviado, e dizia o seguinte:

O texto parece, em alguns momentos, indicar mais uma intenção de pesquisa do que um projeto, já que deixa tantas possibilidades de pesquisa abertas. Fica-se, inclusive, com a sensação de dispersão. Faltaram também a apresentação de uma bibliografia e de um cronograma de trabalho mais detalhados. Não obstante esses problemas, o texto traz uma proposta inovadora em termos teóricos, metodológicos e de temática, apresentada por um pesquisador mais do que competente e conhecido dentro dos estudos do tema. Este

¹⁵⁷ Não estava proibido de pleitear e receber outros tipos de bolsa. Em 1995, fiz um estágio de pós-doutorado na Alemanha financiado pelo CNPq.

¹⁵⁸ Alguns dias depois, foi publicada nova lista com o nome de mais alguns contemplados. Meu nome não constava. Não analisei esta segunda lista.

pesquisador tem uma produção científica muito boa e longa atuação na formação de novos quadros de pesquisadores nos âmbitos da graduação e pós-graduação universitárias.

Apesar de não ter conseguido acesso aos textos dos pareceristas individualmente, havia motivos para acreditar que o parecer oficial final emitido pelo Comitê de História tenha constituído uma colagem de dois pareceres divergentes – na primeira metade, uma opinião menos entusiástica, na segunda, uma louvação. Em relação à primeira parte, a questão da amplitude ou da dispersão, a justificativa estava no texto. Quanto às críticas em relação à ausência de um arrolamento bibliográfico, a bibliografia a respeito do tema é limitadíssima – aliás, a justificativa para o projeto –, e *toda ela* estava arrolada e comentada no próprio texto, de forma que não fazia nenhum sentido listá-la em separado, no final. Em relação à ausência de cronograma, considere que minha experiência de pesquisador por mais de 30 anos era suficiente para dispensar-me deste penduricalho.

O próprio site do CNPq fornecia os critérios exatos da avaliação. Em sentido que considero muito correto, o projeto é apenas um dos elementos analisados para a definição da concessão, ou não, da bolsa. E esta prática é absolutamente justificável. Sabemos que vivemos num mundo em que existem eficientes “fábricas de projetos”. No caso de ingresso em cursos de pós-graduação, a decisão nunca é tomada, exclusivamente, a partir deles, pois não se sabe se foi realmente o candidato quem os elaborou – por isso, sempre se faz, também, uma entrevista. Mas esta é impossível no caso de pedidos de bolsa ao CNPq. Imagino que seja por isso que uma definição se baseia, em grande parte, numa avaliação mais ampla da produção de longo prazo – concretamente, a *dos últimos cinco anos*.

Os critérios são os seguintes: o projeto como tal vale 25%, “gestão científica” 5%, orientações 20%, produção científica 50%. Como foi atestado que minha “proposta foi analisada pelo Comitê de História e *teve seu mérito reconhecido*”, podia partir do pressuposto de que recebera ao menos nota 5,0 (cinco), ou seja, metade dos pontos no quesito, isto é, 12,5 pontos (já que o máximo possível eram 25 pontos). Quanto ao item “gestão científica”, trata-se, basicamente, de envolvimento com grupos de pesquisa. Neste quesito, eu tinha atividade comprovada, e os candidatos contemplados a

tinham, de forma que se podia partir do pressuposto de que aqui todos tinham obtido os cinco pontos possíveis. Conclusão: admitindo que os candidatos contemplados tinham recebido nota máxima (dez) em seus projetos, portanto 25 pontos, e mais cinco pontos de “gestão científica”, o placar era de 30 pontos para eles, e, presumidamente, no mínimo, de 17,5 pontos para mim (os pressupostos 12,5 do projeto, mais os 5 da “gestão científica”). Acontece que faltava verificar o escore nos 70 (!) pontos faltantes (em orientações de trabalhos acadêmicos e em produção intelectual).

Antes de apresentar os resultados desta investigação, devo fazer referência a uma realidade corrente no mundo acadêmico. Todo professor universitário e pesquisador possui um currículo Lattes, armazenado no CNPq, e acessível a qualquer navegador da internet. É a referência oficial para avaliação de professores e pesquisadores, tanto por agências governamentais quanto pelas próprias instituições a que eles estejam vinculados. No currículo de praticamente todos os contemplados de minha lista, encontrei alguns aspectos preocupantes – cito três.

O sistema faz uma clara distinção entre publicações de textos em revistas científicas e em “magazines” – as primeiras são aquilo que o título diz, os segundos são publicações de divulgação para um público amplo, vendidos em bancas de jornais, com textos breves e sem formalismos, como rodapés; vários dos contemplados tinham registrado como “artigos científicos” textos que, de forma evidente, eram artigos de magazines, com duas páginas. Encontrei também textos registrados como capítulos de livros de uma página e meia; neste sentido, uma das pessoas contempladas tinha registrado em seu currículo 18 capítulos de livros, nos últimos 5 anos, contra 17 meus; acontece que 6 (um terço!) dos assim chamados capítulos eram verbetes de um mesmo dicionário ou enciclopédia, com, no máximo, uma página e meia cada (portanto, com menos de 9 páginas ao todo!). Finalmente, uma praga que está na moda: publicar textos com poliautoria; claro, existem razões muito plausíveis para publicar em coautoria, mas este não pode ser um stratagema para turbinar currículos – em todo caso, um artigo ou capítulo de livro assinado por dois autores, numa avaliação, só pode contemplar cada um deles com 50% do seu “valor” total, isto é, com “meio” artigo ou “meio” capítulo, jamais 100% para cada um.

Relato este fato não porque tivesse indícios ou até provas de que os avaliadores tenham errado – já que não possuo dados sobre a forma e os números da quantificação. Mas caso os problemas de supervalorização dos currículos não tenham sido levados em consideração, a comparação da produção dos contemplados com a minha penderia ainda mais a meu favor. Fiz um levantamento minucioso da produção de todos os seis contemplados, incluindo o fato de que a publicação de artigos em revistas científicas é afetada pelo assim chamado “*qualis*” das mesmas, isto é, seu *ranking*, sua classificação.

Para não cansar os leitores com análises minuciosas sobre a produção de todos os contemplados, apresento abaixo uma tabela em que listo, inicialmente, a de dois deles, e na terceira linha está a minha produção (em negrito). Lembrando que eu havia partido do pressuposto de que tinha 17,5 pontos (de um total de 30 possíveis) nos itens “projeto” e “gestão científica”, e eles, presumidamente, 30 pontos. Pergunto se algum leitor, de sã consciência, pode admitir que eu não tenha conseguido recuperar os 12,5 pontos de suposta desvantagem, nos 70 pontos que aqui estiveram em jogo – lembrando que um dos contemplados não possuía *nenhuma única* orientação (contra 15 minhas), num universo de 20 pontos possíveis, neste item?

Livros	Capítulos de livros	Artigos revistas científicas	Orientações de mestrado	Orientações de doutorado
1	5	3	2	0
1	4	10	0	0
1	17	7	11	4

Permito-me acrescentar alguns dados sobre a *qualidade* das publicações, pois a tabela puramente numérica poderia esconder diferenças gritantes na importância dos órgãos que as veicularam. Quanto aos capítulos de livros, não há como ir além da quantificação pura e simples, pois, naquele momento, ainda não vigorava um “*qualis-livros*” oficial, isto é, uma hierarquização. Mas quanto aos livros, meu é de nível nacional, de autoria individual; no caso do primeiro contemplado da lista, trata-se não de autoria, mas apenas de *organização*, em nível nacional, e isto em colaboração com

outra pessoa (de fato, trata-se dos anais de um evento); o livro do segundo contemplado é de autoria individual, nacional, mas não é *inédito*, trata-se da segunda edição de obra originalmente publicada em 2001. Quanto aos artigos em revistas científicas: do meu total de 7, 2 foram publicados em revistas de categoria A1 (a mais alta), 1 em A2, 3 em B1, 1 em B2; dos 3 do primeiro contemplado da lista, 1 em A1, 1 em A2, 1 em B1; dos 10 do segundo contemplado, 2 em A2, 1 em B1, 1 em B3, 4 em B4, 2 em C, mostrando que, apesar de apresentar três a mais que eu, nenhum foi publicado em revista A1, e 6 deles apareceram em revistas que se encontram na rabeira da hierarquia.

Numa verificação adicional, constatei que todos os seis contemplados tiveram como orientadore(a)s de suas teses de doutorado pessoas muito empoderadas, na corporação dos historiadores brasileiros – obviamente, esta é apenas uma coincidência. De início, imaginei que as pessoas responsáveis por esta avaliação pudessem ter pregado, ao longo de sua vida, que o Estado brasileiro vinha sendo instrumentalizado por grupos oligárquicos para seu próprio benefício, e que, elas mesmas, agora chegadas ao controle deste Estado, haviam cometido o mesmo erro. Depois, porém, mudei de ideia. Passei a pensar que aquilo que aqui aconteceu se deveu à legítima convicção pessoal de que se deva combater a “meritocracia”, que aquilo que vale é a convicção subjetiva.

Independente de tudo isso, escrevi um recurso de 4 páginas ao CNPq, em 3 de fevereiro de 2014, comprovadamente entregue. Como não tivesse obtido qualquer retorno, reiterei-o, em 9 de maio do mesmo ano. Até hoje, sem retorno. A um conselheiro do CNPq, seu então presidente confidenciou que se os dados do professor René Gertz estão corretos, se estaria diante de um escândalo.

Ao abrir o edital para novas bolsas de produtividade, no segundo semestre de 2014, acrescentei ao projeto do ano anterior um cronograma de trabalho – conforme criticado no parecer –, antepus um comentário mais extenso sobre o caráter amplo do projeto, enfatizando também as razões por que uma bibliografia propriamente dita era supérflua. A lista de contemplados no início de 2015 continha meu nome.

Neonazismo e Ministério Público Federal – RS

Desde minha dissertação de mestrado, as pesquisas que fiz levaram a reiteradas constatações sobre intensos preconceitos contra a população de origem alemã no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Em algum momento, caracterizei essas manifestações com a expressão “ideologia do álibi”, prática amplamente difundida no senso comum, mas, infelizmente, também encontrável entre acadêmicos. Ela opera com o raciocínio de que, sobretudo no Rio Grande do Sul tradicional, originário, o racismo teria sido quase inexistente, em função de suposto número muito pequeno de escravos e pelo caráter ameno, benigno da escravidão regional, quando efetivamente existente. O trabalho nas fazendas, por exemplo, teria dado ampla liberdade aos escravos, e a própria vida simples, modesta dos grandes proprietários teria levado a uma muito benigna promiscuidade. Se por aqui existem – assim o desdobramento deste raciocínio, desta ideologia – preconceitos, racismo e seus derivados, como nazismo, fascismo, “neonazismo”, antissemitismo, isso se deve aos imigrantes e a seus descendentes, em especial aos “alemães”.¹⁵⁹

Esta concepção aflorava – compreensivelmente – sempre que se registrava alguma manifestação suposta ou efetivamente antissemita, nazista, “neonazista”, racista. Situações desse tipo ocorreram ao longo de toda a segunda metade do século XX. Algumas foram reais, outras totalmente fictícias. Abstraindo daquilo que viria a acontecer no início do século XXI, culminando com um episódio terrível em 2005 – ao qual se voltará –, a mais ampla, duradoura, incisiva, aquela que, de forma disparada, produziu a maior alauza, nos primeiros 55 anos após a Segunda Guerra Mundial, no

¹⁵⁹ Um exemplo desse processo verificou-se num passado recente. Quando, no início de 2020, Roberto Alvim, secretário especial de cultura do governo Jair Bolsonaro, parafraseou conhecida afirmação de Joseph Goebbels sobre cultura, apareceram reportagens, em órgãos de imprensa brasileiros tentando estabelecer um *link* entre o lugarejo de Timbó, em Santa Catarina, e as manifestações do então secretário. Mesmo que, às vezes, não explicitamente verbalizado, estava subentendido, nestas reportagens, que os responsáveis últimos pelo deslize de Alvim eram colonos alemães que, no longínquo ano de 1928, haviam criado o primeiro núcleo do partido nazista no Brasil naquelas pirambeiras catarinenses. No fundo, uma clara instigação ao ódio étnico-racial, certamente tão abominável quanto a afirmação do próprio Alvim.

Rio Grande do Sul, aconteceu em 1978, no noroeste do estado. Atingiu toda a região, com destaque especial para os centros urbanos de Ijuí, Santo Ângelo e Santa Rosa.

Com data de 5 de agosto de 1978, a revista *Manchete*, do Rio de Janeiro, trouxe uma reportagem de duas páginas, informando, entre muitas outras coisas, que, em Santa Rosa, lugares que merecem respeito, como a Pira da Pátria e o monumento ao pracinha local da FEB Norberto Weber, morto na Itália, durante a guerra, haviam sido pichados com suásticas. Num livro publicado em 1980, lê-se: “Nos muros e paredes só dava suásticas pintadas. Era a Semana da Pátria¹⁶⁰, em 1978, e, apesar de os 65 mil habitantes de Santa Rosa, pequena cidade a 542 quilômetros ao norte de Porto Alegre, serem, na maioria, descendentes de alemães, não seria correto suspeitar do patriotismo da *boa gente* da terra”.¹⁶¹ Impressionante a demagogia do autor; discorrendo sobre supostas barbáries que justamente, de forma expressa, uma população de maioria “alemã” estaria cometendo, manifesta a petulância de chamá-los de “patriotas”, de “boa gente”. Este episódio merece um estudo à parte, motivo pelo qual apenas o cito, e indico, na nota de rodapé abaixo, as informações básicas de que me vali.¹⁶²

Só cerca de 35 anos depois dos acontecimentos, soube-se que a intensa e prolongada pichação com símbolos nazistas, na região, não foi promovida por nazistas, mas sim por *jovens militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário!* Um professor universitário na região estava conversando com um grupo de pessoas, e lembrou a famigerada “onda nazista” que acontecera por lá, muitos anos antes. Um dos integrantes do grupo informou que ele foi o autor da maioria das pichações na localidade em que se encontravam. Diante do espanto do professor – que conhecia a pessoa como tradicional militante de esquerda –, ela contou que, na época, pertencia à

¹⁶⁰ De fato, a situação foi denunciada na virada de julho para agosto – como se vê, a revista *Manchete* com a reportagem é datada de 5 de agosto; e a reportagem, obviamente, foi feita antes desta data.

¹⁶¹ LIMA, Delcio Monteiro de. *Os senhores da direita*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980, p. 114. Grifos acrescentados por mim (REG).

¹⁶² *Manchete*, Rio de Janeiro, 5/8/1978; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/8/1978; *Correio Serrano*, Ijuí, 5/8/1978; *Jornal da Manhã*, Ijuí, 10/8/1978; 11/8/1978; 18/8/1978; *Zero Hora*, Porto Alegre, 9/8/1978; 10/8/1978; 23/8/1978; LIMA, op. cit., *passim*.

juventude do PCBR, e que o grupo resolveu fazer uma campanha em toda a região, à revelia de seu “chefe”, pichando com suásticas propriedades de cidadãos a respeito dos quais seu líder, em algum momento, havia feito observações desabonadoras, e que, para disfarçar, outros lugares também foram pichados. Contou ainda que o “chefe” ficou furioso, quando soube quem tinha feito as manifestações, pois se vivia a “abertura” do regime militar, e ele pretendia lançar-se na política regional.

Este “chefe” havia publicado, dois anos antes, um livro em que analisara, baseado em pesquisa empírica, a presença de preconceitos e de racismo entre pessoas das mais diferentes procedências nacionais – e havia concluído que não fora possível detectar diferenças no nível ou na intensidade deste mal entre os descendentes das mais diferentes “etnias” existentes no Rio Grande do Sul.

Não se sabe se no momento em que foi feita a reportagem da revista *Manchete* já sabia quem eram os autores das pichações – em todo caso, na matéria lhe é atribuída uma lorota que destoa de seu livro, pois fala das maldades inatas aos “alemães”: “Não houve miscigenação. Os imigrantes vinham em bolsões e só falavam alemão” (p. 123), um argumento muito típico da “ideologia do álibi”.

A partir de 2003, sim, registraram-se manifestações efetivamente nazistas ou “neonazistas” na região metropolitana de Porto Alegre. Elas desembocaram, em 2005, em um ato de grande violência contra três rapazes, em uma rua da Capital, motivada pelo fato de que portavam quipá, que os identificava como judeus. A repercussão foi grande, mas até 2009 as tentativas de vinculação desta – agora efetiva! – ação nazista ou “neonazista” à “colônia alemã” foi moderada, pois os sobrenomes alemães estavam subrepresentados entre os envolvidos, e os acontecimentos se restringiram à cidade região, decididamente não identificável como “colônia alemã”.

Esta situação, porém, mudou, quando, em 20 de abril de 2009, foi assassinado um casal de supostos ou efetivos “neonazistas”, na região metropolitana de Curitiba, em decorrência de alegada disputa interna no grupo. O principal acusado pelo crime, um paranaense, vivia e trabalhava há cerca de 18 meses em Teutônia (RS), onde foi preso, poucas semanas depois. Agora, instigada pela imprensa, a opinião pública começou a dar va-

ção à sua convicção até então relativamente contida em relação à “colônia alemã” – basta verificar os comentários deixados nos órgãos de informação divulgados via internet.

Sendo difícil fazer qualquer coisa contra uma avassaladora torrente de opinião pública, o lado mais deplorável deste acontecimento foi a formação de uma comissão externa da Câmara dos Deputados, requerida pela deputada gaúcha Maria do Rosário Nunes – a CEXNEONA. Em 13 de julho de 2009, esta CEXNEONA realizou sua primeira reunião pública, nas dependências da Assembleia Legislativa gaúcha. Para dar uma impressão sobre o clima ali reinante, basta citar dois fatos: a) houve pessoas que, em suas intervenções no debate, sempre que apareciam sobrenomes alemães (mais uma vez, subrepresentados!), os soletravam, como a querer indicar que não havia dúvida sobre as origens do suposto animal; b) a fala do último “depoente” chegou a refletir o clima anti-”imigrantista” que reinou na reunião: “o Rio Grande do Sul tem esse histórico de colonização italiana, alemã, mas eu fiz uma pesquisa nesse material que a deputada tem. (...). Só de analisar os sobrenomes de todos os indiciados dá para ver que não tem nenhuma raça pura”. Como o próprio “depoente” reconheceu, de forma correta, aquilo não tinha nada – no mínimo, muito pouco – a ver com a “colônia”. Mesmo assim, a deplorável CEXNEONA continuou a gastar dinheiro público, sem conseguir provar nada contra “alemães” ou “italianos”.

Passados mais de cinco anos do encerramento das atividades dessa infeliz comissão a manchar nossa história, requeri ao presidente da Câmara dos Deputados o relatório da mesma. Em carta por ele assinada, datada de 22 de setembro de 2016, informou que a mesma foi encerrada em 2011, *mas não apresentou relatório*. Ou seja, a senhora deputada e os senhores deputados, que gastaram muito dinheiro público – nosso dinheiro! – neste mal-fadado empreendimento, não tiveram coragem de confessar que haviam cometido um erro, ao tentar localizar, com enorme alauza, hordas de facínoras entre a população de origem alemã e italiana.

Como, no momento em que recebi a carta do presidente da Câmara dos Deputados (2016), o país estivesse sendo sacudido pelas notícias sobre a Operação Lava-Jato, levei o assunto à então chefe do Ministério Público

Federal no Rio Grande do Sul (MPF-RS), dizendo que recursos desviados ou mal-utilizados estavam sendo ressarcidos aos cofres públicos, e que con-viria pensar numa forma de reaver o dinheiro público gasto na desastrosa CEXNEONA, coisa para a qual o MPF-RS certamente tinha competência. Até este momento, não tive qualquer retorno, nem consegui encontrar notícia a respeito.¹⁶³

Entrementes, um integrante do próprio MPF-RS havia se metido numa situação que, até prova em contrário, decorria do cultivo dos mesmos pressupostos que haviam levado à constituição da lamentável CEXNEONA, pela deputada Maria do Rosário Nunes. Pouco mais de um ano após a prisão do suposto ou efetivo assassino do casal em Curitiba, um jornalista de Lajeado divulgou a notícia de que haveria um grupo de três ou quatro jovens que se vestiriam de preto e se reuniriam numa oficina, em Teutônia – obviamente, “neonazistas”! Interessantemente, apenas poucos dias depois, em agosto de 2010, numa rodovia que passa pelo município, sinais de trânsito e paradas de ônibus apareceram pichados com símbolos nazistas e dizeres racistas. Estava restabelecida a alauza em torno do caráter anti-humano, animalesco da população local, na opinião pública.

Mas o então delegado de polícia de Teutônia, Mauro José Barcellos Mallmann, titular há 10 anos no local, com conhecimento pormenorizado da população, apressou-se em informar que pedira ao jornalista de Lajeado maiores informações sobre a alegada existência de um grupo “neonazista”, que ele, porém, recuara, dizendo que sua fonte resolvera não se pronunciar. Quanto às pichações em si, Mallmann garantiu que tinham sido feitas todas elas por uma mesma pessoa, que não entendia nada de nazismo, pois a suástica estava desenhada errada; e concluiu que se estava diante de um caso de “molecagem”.

O delegado Paulo César Jardim, por sua vez, reconhecido nacionalmente como o maior conhecedor, monitorador e perseguidor de “neonazistas”, declarou, em matérias mancheteadas nos jornais de Porto Alegre, no dia 26 de agosto (mais de duas semanas depois dos fatos!), possuir ótimos informantes em Teutônia, que lá não existiriam grupos “neonazistas”,

¹⁶³ Sobre a CEXNEONA, cf. GERTZ, *O neonazismo no Rio Grande do Sul*, p. 106-125.

que aquilo que aconteceu fora uma “invenção”, alertando, inclusive, para os perigos inerentes a uma *fake new* como esta.

Com isso, a situação, mais uma vez, foi se acalmando, aos poucos. Imaginei que o assunto estivesse enterrado. Cerca de um ano depois, no segundo semestre de 2011, eu estava navegando na internet, quando descobri documentos do MPF-RS que informavam que o então procurador da República em Lajeado *continuava* tratando deste assunto, que instaurara um procedimento administrativo, no início, que o transformara em inquérito civil público, em 1º de março de 2011, inquérito que se estenderia por um ano, isto é, até 1º de março de 2012.

Aguardei a chegada de março de 2012, e enviei ao então procurador-chefe do MPF-RS, Antônio Carlos Welter, um e-mail, perguntando se havia relatório sobre o inquérito civil público instaurado em relação às pichações de 2010, em Teutônia. Poucos dias depois, recebi e-mail do próprio procurador em Lajeado, enviando-me um relatório. Além de outros aspectos problemáticos, fiquei especialmente preocupado com a transcrição de trecho de um “parecer” de uma técnica pericial em Antropologia do próprio MPF-RS, onde podia ler-se que “o conjunto dos concidadãos [de Teutônia] está fragilizado”. Soou o alarme. Mesmo que os três ou quatro meninos que se vestiriam de preto e fariam reuniões numa oficina realmente existissem e de fato fossem “neonazistas”, mesmo que as pichações ao longo da rodovia efetivamente tivessem sido feitas por alguém de Teutônia, e não por um provocador externo, como concluir que o conjunto da população do município estava “fragilizado”? A afirmação não permitia outra “leitura” a não ser a de que a antropóloga considerava o “conjunto” da população do município como “neonazista”.

Como havia me dirigido, inicialmente, ao procurador-chefe, e como o relatório recebido me pareceu problemático, mandei-lhe novo e-mail, no qual agradei pelo relatório que me fora enviado por seu colega de Lajeado, mas manifestei preocupação com o conteúdo, motivo pelo qual reiterei um ponto que já havia citado no primeiro contato, ou seja, minha vontade de falar-lhe, para esclarecer os problemas que eu enxergava na ação do procurador do Vale do Taquari. Não tive resposta direta também a este segundo e-mail (já que no primeiro havia recebido apenas uma resposta indireta,

que foi o envio do relatório por parte do procurador em Lajeado). Desta vez, a “resposta” consistiu na remessa de cópia do “encaminhamento” do meu e-mail que o procurador-chefe fez para o de Lajeado.

Só mais tarde, busquei mais informações sobre a estrutura e o funcionamento do MPF. Descobri que, na verdade, não há hierarquia, que cada procurador age independentemente, apenas guiado por sua *consciência*.¹⁶⁴ Mesmo assim, penso que caberia a um chefe ouvir – ainda que não possa interferir –, quando um cidadão aponta para uma suposta ou efetiva irregularidade cometida por um membro que, ao menos administrativamente, lhe é subordinado. Sabendo, mais tarde, que Antônio Carlos Welter deve ser considerado um procurador competente, importante – afinal, foi chamado para integrar a equipe da Operação Lava-Jato, em Curitiba¹⁶⁵ –, imaginei que possa ter pensado que ele, provavelmente um urbano de Três de Maio, não perderia seu tempo com um coloninho de Machado, um lugar que fica 45 km mais adiante.

Mesmo não tendo recebido nenhum retorno do procurador-chefe, tenho motivos para acreditar que minha manifestação através do e-mail tenha surtido algum efeito. Tendo obtido, posteriormente, acesso ao processo, isto é, à documentação produzida pelo procurador de Lajeado em relação ao caso, constatei que, não muito tempo depois do recebimento de meu e-mail, datado de 5 de março de 2012 (anexado ao processo – fls. 180-182), convocou uma reunião na UNIVATES, para o dia 26 de abril, com a finalidade de “discutir a aplicação do Estatuto da Igualdade Racial nos programas escolares”. Pela lista de presença, vê-se que representantes de praticamente todos os municípios de sua jurisdição estiveram presentes (fls. 223-226).

Este fato sugere que o procurador, em ritmo lento, tentou montar uma estratégia para “sair de fininho” da enrascada em que se metera. Em 22 de maio de 2012, publicou um “expediente específico para tratar da questão da diversidade na região” (fl. 237). Longo “termo de arquivamento” (fls. 238-242), datado de 3 de julho de 2012, dá por finda a espetacular

¹⁶⁴ Voltarei a este tema.

¹⁶⁵ Na revista *Veja* de 11 de dezembro de 2019, p. 51, lê-se o seguinte, a seu respeito: “Disse a colegas que a morte da ex-primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva ‘fez uma mártir petista e ainda liberou ele [Lula] pra gandaia sem culpa ou consequência política’”.

caçada a “neonazistas” no Vale do Taquari, já que, em relação à “existência de uma célula neonazista no citado município [Teutônia], tem-se que o inquérito policial concluiu pela sua *inexistência*” (!) (fl. 140b). Em 31 de julho, o procurador pegou sua trouxinha, e se “mandou” de Lajeado – *sem* antes passar no jornal local *O Informativo do Vale*, para solicitar que os cidadãos-contribuintes deste país fossem informados de que ele não tinha encontrado “neonazistas” na região, e que talvez não fosse verdade que populações originárias de “colonização germânica” apresentem uma “tendência” inata ao “neonazismo”, como trombeteara, através do mesmo jornal, em sua edição de 11 de setembro de 2010 (fl. 13).

Antes de prosseguir, preciso inserir mais um excursus em minha narrativa, para tecer considerações mais gerais, mais “teóricas”. Bastante tempo atrás, quando o MPF-RS montou uma sessão pública, transmitida via TV, para apresentar denúncias contra a então governadora gaúcha Yeda Crusius, comentei com o colega Helder Gordim da Silveira – que, além de historiador, é jurista – a falta de objetividade e de isenção na apresentação pública dos procuradores. Ele me explicou que aquele que deve estar comprometido com objetividade e isenção é o juiz, mas que os procuradores têm liberdade para agir de forma subjetiva, isto é, de acordo com sua *consciência*. Eles apenas fazem a acusação, quem decide se ela é pertinente, ou não, é o juiz. Traçou um paralelo com a prática forense cotidiana, quando um promotor pode fazer uso de malabarismos retóricos e teatrais para tentar convencer os jurados a condenar ou absolver um réu.

O argumento não me convenceu, pois julguei impossível admitir que uma autoridade financiada pela sociedade possa, pura e simplesmente, fazer acusações por motivação exclusivamente subjetiva, pessoal. Também me preocupei com o ônus financeiro causado aos acusados, pois, afinal, eles deverão constituir advogado para defendê-los – isso sem falar do estresse, do ônus psicológico.

Mas algum tempo depois, balancei nesta minha opinião, ao menos parcialmente. Assisti a manifestações públicas, na imprensa, do procurador estadual Gilberto Thums, falando sobre o Movimento dos Agricultores sem Terra (MST). Independente de concordância ou discordância, tive de conceder que somente uma pessoa com tal carga de convicção pessoal, de

“consciência”, de oposição, de contrariedade, de crítica ao MST quanto a dele poderia produzir uma consistente peça acusatória contra o movimento, caso este realmente fosse responsável por malfeitos, para ser levada a um juiz, a fim de determinar medidas cabíveis, se as acusações fossem confirmadas. Naturalmente, esta dedução partia do pressuposto óbvio de que o procurador tinha competência *exclusiva* para acusar – jamais para, *sponte propria*, tomar medidas contra o MST.

Pode-se imaginar que um advogado “privado” invente os argumentos mais consistentes contra ou a favor de alguém motivado pelo dinheiro que lhe é oferecido, já um advogado “público” não tem esta motivação, pois receberá salário fixo, independente do afinco com que formula seus argumentos – só uma “consciência” motivadora pode levá-lo a um bom desempenho.

Diante dos acontecimentos e da documentação do procurador da República em Lajeado a respeito do “neonazismo” em Teutônia, vi-me, porém, mais uma vez, confrontado com a complexidade deste mundo. Balancei de novo. Não existe fórmula pronta, infalível, não existe chave universal para enfrentar os dilemas da sociedade. Imaginei como deve ser difícil governar – governar com responsabilidade!

O caso concreto – em especial o fato de que o procurador em Lajeado tenha arrogado a si o direito de desencadear *ações* contra o povo da região – me levou de volta à convicção de que o império da subjetividade entre os procuradores pode levar a tragédias – se não à barbárie. Mais uma vez, me lembrei de Karl Popper e de Reinhart Koselleck, da refutabilidade e do direito de veto das fontes, numa sociedade aberta, como nós a queremos. E se existem casos em que o império absoluto da subjetividade levou para, no mínimo, próximo à barbárie, ele é inadmissível. Vejamos por quê.

Com o caso encerrado, dirigi-me ao novo procurador em Lajeado, perguntando sobre a possibilidade de acesso à documentação referente ao suposto ou efetivo “neonazismo” em Teutônia. A resposta foi positiva¹⁶⁶,

¹⁶⁶ O acesso só foi negado em relação àquelas folhas do processo em que constam as listas de professores e alunos das escolas de Teutônia, e mais uma em que haveria informações sobre uma pessoa encarada como suspeita, em determinado momento.

mas como o processo fora encerrado, teve de ser enviado para Brasília, para homologação do encerramento. O retorno a Lajeado foi muito demorado. Só no final do primeiro semestre de 2014, pude consultar a documentação.

Infelizmente, ela mostrou que todas as minhas preocupações tinham fundamento, que aquilo que acontecera era ainda mais problemático que eu imaginara, até então. Só para citar alguns poucos detalhes. *Toda a justificativa* para a ação desencadeada está fundamentada, *única e exclusivamente*, no fato de que o procurador teria visto referências sobre pichações em Teutônia, em simples notícias jornalísticas: “Em recentes reportagens divulgadas nos meios de imprensa (televisiva e jornalística), foi reiterado que continuam ocorrendo problemas relacionados à disseminação de símbolos nazistas, bem como material de propaganda dessa natureza, no município de Teutônia” (fl. 01). Ao longo das mais de 250 folhas do processo, não há *um único* documento que se preocupe com a *veracidade* do fato, com as circunstâncias, com *provas* sobre a origem das pichações – nada!

É verdade que *fake news* ainda não estavam tão em moda quanto hoje em dia, mas de um servidor público que custa aos cidadãos cerca de 30 salários mínimos por mês (só em remuneração direta!) deveria esperar-se um mínimo de cuidado, de consistência em seus atos. Em contrapartida, na fl. 3, está a prova documental de que o procurador havia tomado conhecimento das declarações de autoridades policiais competentes sobre a *inexistência* de “neonazismo” em Teutônia – no mínimo, sobre dúvidas a respeito.

Ali está anexada, logo no início, repito: na fl. 03 (!), uma reportagem de *O Informativo do Vale*, de Lajeado, com data de 20 de agosto de 2010, página 19, em que se lê: “Já o titular da 1ª DP de Porto Alegre – delegacia onde ocorreram os inquéritos que levaram à prisão os integrantes destas gangues pelo Estado [em 2009] – *descarta qualquer possibilidade de reorganização*”. O mesmo ceticismo do delegado Jardim foi confirmado, seis dias depois (*mais uma vez com conhecimento do procurador!*), quando à fl. 04 (!) do processo está outro recorte do mesmo jornal (de 26/8/2010, p. 23): “Conversamos com o delegado Paulo César Jardim (titular da 1ª DP da capital e *especialista nesse assunto*) e ele também *se mostra cético* sobre essa possibilidade” de existirem “neonazistas” em Teutônia.

Indícios sobre a verdadeira motivação do procurador – sua *consciência* (subjativa) – já se encontram na primeira página do processo. Ele escreveu: “Com efeito, é necessário verificar-se as escolas da região (2º grau), e proceder-se a estudos sobre *cultura*, situações, enfim, que possam estar eventualmente incitando à prática desses atos, de modo que se possa coibi-los” (fl. 01).¹⁶⁷ Em que tipo de “*cultura*” o procurador poderia estar pensando? Mas a prova provada das reais motivações está na fl. 13. Ela, mais uma vez, é cópia de uma reportagem do jornal *O Informativo do Vale*, de 11 de setembro de 2010 (p. 26), intitulada “Antropologia no combate ao neonazismo”. Trata-se, basicamente, de uma entrevista com o procurador.

No último parágrafo está a chave de tudo, entre aspas, isto é, palavras textuais do procurador: “Queremos descobrir o que está levando a isso, entender o porquê de algumas regiões do Vale do Taquari – *de colonização germânica* – terem esta tendência” [grifo acrescentado por mim – REG]. É óbvio que, no final, deva entender-se que a “tendência” se refere ao “neonazismo”. Aqui está a chave de tudo: a “consciência” subjetivíssima do procurador lhe dita que populações derivadas de “colonização germânica” possuem uma “tendência” ao “neonazismo”, e está pronto, não há necessidade de *qualquer* investigação, de *qualquer* verificação preliminar, antes de jogar-se sobre a população; se alguma *fake new* informou que apareceu algo que lembre nazismo, em Teutônia, então está *provado* que o “conjunto” da

¹⁶⁷ Em relatório intermediário, datado de 29 de novembro de 2011 (fl. 155-157), o procurador escreveu: “Sem adentrar com mais profundidade nas origens do problema, o *ressurgimento* de um movimento neonazista revela graves problemas de *índole cultural...*” (fl. 156). Cabe destacar, aqui, as expressões “ressurgimento” e “índole cultural”. Ambas indicam que a “consciência” subjativa do procurador lhe dizia que o problema era profundo, generalizado (não individualizável). Aliás, no “parecer” da técnica pericial em Antropologia (fl. 113-118) se lê: “é de suma importância não nos descuidarmos da dimensão de prevenção que a situação exige e de modo a não focar unicamente na dimensão *individual* dos comportamentos desviantes e que fragilizam o *conjunto da sociedade*” (fls. 117-118) [todos os grifos foram acrescentados por mim]. Neste “parecer”, não há uma única indicação de que esta senhora tenha a mínima ideia da direção geográfica em que se localiza Teutônia, e, muito menos, que acontece por lá. De qualquer forma, as manifestações tanto do procurador quanto da técnica pericial indicam que ambos estavam imbuídos da “consciência” de que populações originárias de “colonização germânica” são aquilo que são – seres anti-humanos, por natureza, coletivamente, sem exceção. E manifestações desse tipo foram feitas por pessoas estatuídas como guardiãs do Estado Democrático de Direito, neste país!

população originária de “colonização germânica” está “fragilizado”, ou seja, todos são “neonazistas” – e aplique-se-lhe uma humilhante “desneonazificação”! Aqui realmente estamos próximos de uma situação-limítrofe, sobretudo quando nos conscientizamos de que Adolf Hitler pensava algo exatamente simétrico sobre a população originária de “colonização judaica”, em seu país. E deu naquilo que deu!

Um fato gravíssimo: em 16 de maio de 2011, foi realizada em Porto Alegre uma reunião convocada pelo procurador, na qual estiveram representantes da UFRGS e da Secretaria de Educação do Estado. Até aqui, em tese, tudo bem – estas pessoas poderiam servir de conselheiros técnicos, na hipótese de que um município do Vale do Taquari estivesse efetivamente “neonazificado”; mas para estupefação de qualquer ser pensante, lá estiveram também presentes (a convite escrito do procurador!) representantes de instituições claramente identificadas com as comunidades judaica, negra e indígena; ou seja, o procurador convidou para uma reunião em que se trataria de definir formas de lidar com uma suposta população desumana, “alemã”, no Vale do Taquari, representantes de outras “etnias”, para aconselhá-lo – uma clara distinção entre “etnias” ilibadas, por um lado, e uma “etnia” deplorável, com “tendências” inatas à maldade do “neonazismo”, por outro lado. E isso – repita-se –, sem *qualquer* investigação prévia se realmente havia “neonazismo” em Teutônia. Quanto mais o tempo passa, mais estupefato fico diante destes fatos!

Mais: em nenhum momento há qualquer sinal de que o procurador tivesse pensado em, muito menos encaminhado algum pedido ao judiciário, solicitando medidas contra o suposto “conjunto” da bárbara população de Teutônia – ele próprio decidiu lançar-se à ação! Mesmo que não tenha utilizado o termo, é óbvio que desencadeou um processo de “desneonazificação” – até a universidade local (UNIVATES) foi instada a apresentar-lhe um programa de ação para ajudá-lo a debelar a suposta maldade inerente à população de toda a região, por ser originária de “colonização germânica”.¹⁶⁸

¹⁶⁸ À fl. 167, lê-se: “Oficie-se ao Centro de Ciências Humanas e Jurídicas da UNIVATES, na pessoa da Sra. Marlene Spohr, solicitando informações sobre os projetos, ações, desenvolvidas para promover reuniões e/ou encontros a fim de discutir a questão das diversidades cultu-

Claro, o recurso a um juiz não teria constituído garantia absoluta de reviravolta, mas, ao menos, mais um agente de Estado muito bem remunerado teria podido opinar, e, talvez, mudar o rumo das coisas. Sei que, hoje em dia, os juízes decidem exclusivamente com base em evidências inequívocas e na “letra morta” da lei. Mas minha cabeça ainda está habitada por alguns fantasmas do passado. Isabel Rosa Gritti mostrou que, em torno de 1950, havia, na região de Erechim, juízes cuja “consciência” lhes dizia que população de “origem polonesa” era meio bárbara. Transcrevo parte de um texto exarado por um juiz da época: “... a declarante depôs de maneira vacilante, demonstrando não compreender perfeitamente o sentido das perguntas que lhe foram feitas, dando a entender se tratar de uma pessoa muito pouco esclarecida, *pelo fato de ser de origem polonesa...*”.

Se esta declaração, eventualmente, poderia ser defendida, em algum sentido, dentro do contexto em que foi escrita, logo a seguir, Isabel transcreve uma *sentença* que não admite interpretação: “E a quantos labutam no Foro desta Comarca, não constitui segredo a facilidade com que certos indivíduos – *mormente colonos de origem polonesa* – prestam falsas declarações”.¹⁶⁹

Estas palavras podem ter influenciado o fato de eu ter tido um sonho terrível, quando, em abril de 2017, ocorreu o famigerado caso da “estagiária nazista” no Colégio Estadual Paula Soares, em Porto Alegre, onde uma estudante de Filosofia, ao iniciar seu trabalho, declarou-se nazista. Aparentemente, a moça é de Carazinho, pois teria declarado que neste município “todo mundo é nazista”. Aí sonhei que o procurador da República em Passo Fundo teria acionado sua “consciência” para “desneonazificar” *todo* o Planalto Médio, mas não pelo método do de Lajeado, isto é, ele próprio partindo para uma ação generalizada, e sim pelo método civilizado de re-

rais, raciais, notadamente em atenção à reunião que ocorreu em 20.07.11, com este signatário”. No ofício efetivamente encaminhado (17/11/2011), a diretora da unidade acadêmica da UNIVATES recebeu um prazo de 10 dias (!) para atender (fl. 168). Como ela, aparentemente, não havia respondido passados já 60 dias, recebeu um puxão de orelha, em 17 de janeiro de 2012 (fl. 170 e 171). Em 5 de março de 2012, a diretora atendeu ao pedido, enumerando as atividades que a universidade programou (fls. 174-177). Não sou jurista, mas me pergunto se a decantada autonomia universitária não sofreu um arranhão com esta interferência do procurador?

¹⁶⁹ GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 2004, p. 194-195.

correr a um juiz, solicitando a instalação de um imenso campo de internamento para muitas centenas de milhares de cidadãos, a fim de tentar desanimizar toda essa gente. E um juiz da região, imbuído da mesma “consciência”, teria atendido ao pedido. Imaginem os cidadãos-contribuintes os gastos astronômicos que isso teria gerado. Felizmente, foi apenas um sonho.

De fato, naquela oportunidade, uma semana após o acontecido, em coletiva de imprensa, tornaram-se públicas as palavras ultrassensatas – porque óbvias – do delegado Paulo César Jardim, que declarou o processo sobre a “estagiária nazista” por findo, pois se trataria de um caso “clínico”, e não policial. Felizmente, ao contrário daquilo que aconteceu em Lajeado, em 2010, desta vez, suas palavras talvez tenham sido levadas a sério.

Voltando ao caso de Lajeado: na “memorável” reunião de Porto Alegre, com representantes de “etnias” supostamente ilibadas, fora decidido que a campanha se restringiria aos cinco municípios mais populosos do Vale do Taquari, mas a documentação mostra que, posteriormente, foi estendida a todos os 36 municípios da região, bastando verificar as listas de presença, nas reuniões promovidas. Mais uma vez, a estupefação: somente a “consciência” do procurador explica que ele estendeu o processo de “desneonazificação” para todo o Vale do Taquari, não porque em *qualquer* outro dos municípios que o integram tivesse havido uma única manifestação ou um único ato sugerindo “neonazismo”, mas porque a população tem sua origem em “colonização germânica”. *Não há outra explicação!*

Repito: a chave para a compreensão de tudo isso está à fl. 13 do processo. Ali, o procurador confessa, candidamente, sua convicção subjetivíssima, sua “consciência” de que populações originárias de “colonização germânica” possuem uma “tendência” ao “neonazismo”. Pergunto: numa situação dessas, é admissível que um procurador possa justificar sua ação – no caso, humilhante, contra centenas de milhares de cidadãos, na vigência plena do Estado Democrático de Direito – exclusivamente mediante o argumento de ter obedecido à sua “consciência”? É admissível que um servidor público instituído como guardião do Estado Democrático de Direito possa agir tão absolutamente sem freios?

Com as informações obtidas nas muitas folhas do processo, postei, em 31 de julho de 2014, uma matéria intitulada “O retorno ao ‘retorno do

neonazismo a Teutônia””, em meu site pessoal. De imediato, mandei um e-mail à então procuradora-chefe do MPF-RS, Fabíola Dörr Caloy, informando sobre esta publicação e indicando o link para acesso. Como em 19 de junho do ano seguinte [2015] (10 meses e 20 dias depois!), não tivesse recebido nenhum retorno, nem tinha percebido qualquer indício de que o MPF-RS se ocupara com o caso, mandei carta impressa em papel, assinada, com endereço e demais dados, registrada, à mesma procuradora-chefe, estranhando a ausência de uma reação às minhas considerações. O cerne desta carta foram quatro perguntas diretas – às quais voltarei (a carta está no Anexo 3).

Como em 24 de agosto de 2015, mais uma vez não recebera qualquer retorno, reiterei a carta. Poucos dias depois, recebi um e-mail do então procurador em Lajeado (sucessor daquele que havia promovido a “desneonazificação”), enviando-me um “declínio de atribuição”, pelo qual ficava claro que a procuradora-chefe de Porto Alegre havia encaminhado a ele minha carta, solicitando uma manifestação. Como ele não tinha absolutamente nada a ver com o assunto, recusou a tarefa. Mas, aparentemente, por ocasião da minha reiteração, em agosto, ela fez o mesmo – só assim se explica a ação dele, agora, em final de agosto, enviando-me o documento de recusa original, datado de 16 de julho de 2015. Respondi, solidarizando-me com sua atitude. Ele, então, repassou este meu e-mail de solidariedade a ela, e *só então* esta senhora se dignou a solicitar a um funcionário que se comunicasse comigo, via e-mail.

Pelo texto, soube que minha carta fora encaminhada “ao Núcleo Cível Extrajudicial desta Casa, que a distribuiu ao 14º Ofício da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul”. E o tempo, mais uma vez, correu. De repente, com data de 26 de novembro de 2015, recebi do Subprocurador-Geral da República Hindemburgo Chateaubriand Filho, em nome da Corregedoria do MPF, em Brasília, uma “Decisão” que comunicava que o então procurador em Lajeado não havia cometido nenhuma irregularidade. Respondi a esta “Decisão”, através de uma longa carta-aberta. Como é impossível reproduzi-la aqui no texto propriamente dito, coloquei-a como Anexo 5 – recomendo sua leitura, para que se tenha uma ideia mais detalhada daquilo que aconteceu em Lajeado/Teutônia.

E mais uma vez o tempo correu. Em 28 de março de 2016 – portanto, mais de 9 meses após a remessa de minha carta à então procuradora-chefe Fabíola Dörr Caloy –, recebi uma resposta, assinada por sua sucessora, Patrícia Nuñez Weber. Este “despacho” não é digno de minha condição de cidadão que contribui para pagar os cerca de 30 salários mínimos de vencimento mensal a esta senhora! Como o cerne está nas quatro perguntas por mim formuladas, vou reproduzir, em primeiro lugar, os termos exatos delas, e, a seguir, transcrever a resposta da procuradora-chefe.

Minha 1ª pergunta:

O MPF tomou alguma providência em relação aos atos e às manifestações do então procurador da República em Lajeado e da técnica pericial em Antropologia, no episódio das pichações com suásticas em Teutônia? Caso positivo, para quando se pode esperar uma manifestação sobre os resultados? Caso negativo, por que não foram tomadas providências?

Resposta:

Dos itens referidos na representação formulada, verifica-se que em relação às condutas do Procurador da República em Lajeado, Dr. Nilo Marcelo de Almeida Camargo, e da analista pericial, Dra. Miriam Chagas, elas foram encaminhadas para apreciação das instâncias competentes (inclusive com a abertura de expediente, como relatado pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal), assim como de seus eventuais desdobramentos em outras esferas.

Minha 2ª pergunta:

Por que as denúncias de Luís Milman geraram reação imediata do MPF, enquanto minhas denúncias – até prova em contrário – não geraram ação alguma (não só em relação ao episódio com o procurador e a antropóloga)? Caso eu esteja enganado, que medidas foram tomadas? Caso nenhuma medida tenha sido tomada em relação às minhas denúncias, isso se deve à forma em que foram apresentadas, ou se deve à sua inconsistência em termos de conteúdo?¹⁷⁰

Resposta:

Diante disso, restam esclarecidos, nos limites desta Chefia, os pontos levantados nos itens 1 e 2 (*sic!*).

¹⁷⁰ Aqui é preciso esclarecer que eu havia abordado, no começo da carta, o caso em que Luís Milmann havia feito uma denúncia sobre supostas ou efetivas manifestações antissemitas na Universidade Federal de Santa Maria, quando, segundo a imprensa, tanto o MPF quanto a Polícia Federal teriam entrado em ação de imediato, enquanto minhas denúncias jamais surtiram qualquer efeito – ao menos de parte do MPF, já que nunca recorri à PF.

Minha 3ª pergunta:

Não sou jurista, mas tenho ouvido falar que, em tese, atos e manifestações de preconceitos e discriminação por “etnia e procedência nacional” são imprescritíveis. Caso o MPF, até o momento, não tenha tomado nenhuma iniciativa em relação às minhas denúncias, isso ainda poderá ocorrer? Caso positivo, para quando pode-se esperar uma ação nesse sentido?

Resposta:

No que pertine¹⁷¹ aos itens 3 e 4, proceda-se certidão acerca de eventuais expedientes acerca do tema do ‘neonazismo’, ‘nazismo’ e/ou ‘racismo’ no Estado do Rio Grande do Sul, fornecendo-se tais dados ao solicitante (*sic!*).

Minha 4ª pergunta:

O MPF possui indícios ou provas contra as populações sul-rio-grandenses, sobretudo, de origem alemã, mas também italiana e polonesa?

Resposta:

???????

Repito: este “despacho” constituiu um desrespeito à minha condição de cidadão deste país, que carrega muito dinheiro para o fisco federal, de onde provém o dinheiro para pagar os vencimentos – em torno de 30 (trinta!) salários mínimos – dos senhores procuradores e das senhoras procuradoras.

Vejamos: a primeira pergunta está bem respondida, mas supérflua, pois eu recebera, *há muito tempo*, a “Decisão” emitida pelo Subprocurador-Geral da República, em Brasília, com data de 26 de novembro de 2015 (lembrando, o despacho em pauta é de 28 de março de 2016, portanto de 4 meses depois!) – bastava remeter a ela, em meia linha, e se pouparia papel e tinta. Resposta à segunda pergunta pura e simplesmente não existe.

Quanto à minha segunda pergunta, a senhora procuradora-chefe, aparentemente, dedicou tanta atenção que não se deu conta de que ela não é uma repetição da primeira. Subestimou minha capacidade de raciocínio e de redação. Está claro que ela não se referia ao procurador e à técnica peri-

¹⁷¹ De uma pessoa que recorreu ao suposto verbo “pertinir”, sofisticado, tinha-se motivos para esperar uma formulação mais castiça (de casta!), mais erudita, como “*naquilo* que pertine” – e não o popularesco “*no* que pertine”.

cial (pois não sou oligofrênico, que formularia duas perguntas de mesmo conteúdo), mas sim a denúncias sobre outras situações (está lá: “não só em relação ao episódio com o procurador e a antropóloga”). É por esta razão que fiz a referência a denúncias de Luís Milmann – atendidas dentro de horas –, enquanto as minhas foram solenemente ignoradas. Em todo o arazoado da própria procuradora-chefe bem como na “Decisão” do Subprocurador-Geral da República Hindemburgo Chateaubriand Filho só é referido o caso do procurador e da técnica pericial. A questão referente a outras denúncias que fiz, aparentemente, causou grandes dificuldades ao MPF-RS para uma resposta clara, pois continuo esperando por ela (vide mais adiante).

A suposta resposta às perguntas 3 e 4 não é resposta a nenhuma das duas, e a frase apresentada como tal antes pode induzir a mal-entendido. Ao escrever “proceda-se certidão acerca de eventuais expedientes acerca do tema do ‘neonazismo’, ‘nazismo’ e/ou ‘racismo’ no Estado do Rio Grande do Sul”, o leitor pode ter a impressão de que ela esteja respondendo *afirmativamente* à minha pergunta sobre a existência (ou não) de indícios ou provas de que “alemães”, “italianos” e “poloneses” sejam os responsáveis pelas maldades citadas.

De fato, aquilo que a senhora procuradora-chefe fez foi pedir a um(a) funcionário(a) que montasse uma lista com os registros em que estes termos aparecem, no “sistema” do MPF-RS, mas em nenhum momento se pode, por ali, deduzir uma resposta à pergunta. Pelo contrário, a lista só registra o título da “entrada”, sem detalhar conteúdo, e alguns dos registros denotam que se trata justamente de queixas em que pessoas denunciam preconceitos contra estes grupos, como eu tenho feito. A impressão que se tem do “despacho” é a de que ele foi escrito com espírito absolutamente indiferente em relação à minha pessoa – aparentemente, também a senhora então procuradora-chefe Patrícia Nuñez Weber, talvez inspirada em seu colega Antônio Carlos Welter, tenha pensado que não valia a pena perder tempo com um coloninho de Machado! Para que as pessoas possam formar sua própria opinião a respeito, publico o “despacho” no Anexo 4.

Diante de uma correspondência tão decepcionante, dirigi-me, mais uma vez, ao Subprocurador-Geral da República Hindemburgo Chateau-

briand Filho, com uma série de perguntas. Em despacho de 20 de junho de 2016, esquivou-se de responder à maioria delas, mas escreveu: “Diante do exposto, e considerando o teor do pedido formulado no item ‘3’ da petição, determino o encaminhamento deste expediente à Chefia da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul”. Neste item 3, estava justamente minha quarta pergunta à procuradora-chefe, acrescida de alguns “derivados”, entre os quais o questionamento sobre a – até prova em contrário – total ausência de qualquer atitude do MPF-RS frente a manifestações preconceituosas contra, no mínimo, os “alemães”.

Em decorrência desta manifestação de uma instância do MPF em Brasília, recebi, com data de 22 de novembro de 2016 (mais uma vez, cinco meses depois!) um ofício em que o procurador Fabiano de Moraes, “procurador regional dos direitos do cidadão” (!), informava “que não se tem ciência de indícios ou provas de que os responsáveis por eventuais manifestações ou atos de racismo, nazismo e ‘neonazismo’ ocorridos no Rio Grande do Sul até a presente data são necessariamente descendentes de alemães, italianos ou poloneses, deste estado”. Mas na sequência, nega, de forma expressa, que seja atribuição do MPF-RS ocupar-se com eventuais manifestações ou atos preconceituosos contra eles.

Mais uma vez, tenho motivos para não estar satisfeito com a resposta. A mesma resposta que a então procuradora-chefe Patrícia Nuñez Weber ficou devendo continua em aberto: por que quando o falecido Luís Milman apresentava denúncias de antissemitismo o MPF-RS entrava em ação de imediato, e por que minhas denúncias (à exceção daquela contra o então procurador da República em Lajeado e a técnica pericial em Antropologia) nunca surtiram qualquer efeito?

Vou tentar expor meus argumentos. Em primeiro lugar, é fato público e notório que em relação a manifestações racistas ou preconceituosas contra determinados outros grupos a ação do próprio MPF-RS é imediata. Em segundo lugar, tenho lamentado o fato de não ter estudado Direito, mas estou suficientemente informado para saber que uma característica das leis é seu universalismo, a isonomia na sua aplicação. Por que não seriam aplicáveis a determinados grupos? Em terceiro lugar, tenho lido inúmeras vezes (inclusive, em voz alta, para “ouvir”) o conhecido artigo 20, da lei

7.716 que estabelece como crime “*praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional*”. Afirmar em público, sem qualquer base factual, que os “alemães” gaúchos cometem barbáries não é fator de “indução” ou “incitamento”? Por que a lei não seria aplicável quando atinge a eles (que, no mínimo, são enquadráveis na categoria “procedência nacional”)?

Sim, tenho visto no senso comum, concretamente em redes sociais, afirmações de que determinados grupos não teriam o direito de reivindicar para si a condição de vítimas de racismo. Mesmo não sendo jurista, valho-me de uma decisão sacramentada pelo Supremo Tribunal Federal para colocar em dúvida afirmações deste tipo. Anos atrás, fui procurado por um advogado que representava uma família cujo pai havia sido preso e torturado, durante a Segunda Guerra Mundial, motivo pelo qual havia cometido suicídio. A família pretendia reivindicar indenização ao Estado brasileiro. Como a motivação da ação policial, suposta ou efetivamente, derivava da “procedência nacional” da vítima, o advogado queria que eu escrevesse um arrazoado contextualizando esta questão no período em pauta, décadas de 1930/40. Como não tivesse nenhuma fé no sucesso de tal empreendimento, neguei-me a colaborar, mesmo diante de uma oferta em dinheiro.

Passaram-se alguns anos, recebi a informação de que a família moveu a ação, e foi bem-sucedida. Entrementes, o caso foi tema de uma dissertação de mestrado, que está disponível em livro.¹⁷² Ainda que um juiz de primeira instância tenha aceito a quimera apresentada pelos procuradores de que os “amarelos” que haviam levado a vítima não eram policiais, mas sim milicianos irregulares, não governamentais, as duas próximas instâncias do judiciário brasileiro deram ganho de causa à família. Transcrevo abaixo trechos da decisão, que inclusive é apresentada como “precedente” (mesmo não sendo jurista, imagino que isso signifique que ela veio a constituir jurisprudência). Até o recurso encaminhado pelos procuradores à mais alta corte de justiça deste país não foi bem-sucedido, pelo contrário, o STF sacramentou a sentença das instâncias anteriores.

¹⁷² MAYER, Leandro. *O retrato da repressão: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945)*. São Leopoldo: OIKOS Editora, 2017.

Danos morais. Imprescritibilidade. Tortura, *racismo* e outros vilipêndios à dignidade da pessoa humana. Possível, no caso, a aplicação da mais conhecida norma sobre a proteção aos direitos da personalidade, qual seja, a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que também possibilita sua aplicação a fatos pretéritos, escrita com os bradados dos ideais democráticos e que nunca podem ser esquecidos. [...]. Além da tortura, ocorreu *racismo*, crime que a própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, XLII, considera imprescritível. A Lei n. 7.716/85, com a redação dada pela Lei n. 9.459/97 (art. 20), tipifica o crime de *racismo* como “induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, etnia, religião ou *procedência nacional*”.¹⁷³

Não se tem notícia de que o MPF tenha recorrido a alguma corte internacional para tentar anular esta decisão clara, incisiva sacramentada pelo STF, em relação a um ser humano que foi vilipendiado em função de seu sobrenome, seu fenótipo, seus alegados traços culturais, enfim, sua “*procedência nacional*”. Mais uma vez, não sou jurista, mas será que esta sentença não sugere que talvez não seja totalmente “legal” (no sentido amplo da palavra) pressupor, sem qualquer prova, que população originária de “colonização de determinada procedência nacional” apresente “tendências” inatas ao “neonazismo”? Ainda mais quando tais manifestações partem de um agente de Estado instituído para servir de guardião do Estado Democrático de Direito!

Quanto mais o tempo passa, mais me convenço da gravidade daquilo que aconteceu em Lajeado/Teutônia. E tanto mais lamento que o MPF, aparentemente, não se tenha conscientizado desta gravidade – tenho motivos para pressupor isso a partir do tratamento que recebi, mesmo *post factum*, e aqui descrito, com certos detalhes.

* * *

Que ninguém entenda estes últimos parágrafos como uma catilinária contra o MPF como tal. Minha justificada indignação se restringe aos se-

¹⁷³ <http://www.ajufe.org.br/images/pdf/Os-30-anos-do-STJ—Principais-precedentes-que-marcaram-sua-evolucao—JOTA-Info.pdf> (acessado em 4 de março de 2020). <https://ar.ijeditores.com/articulos.php?idarticulo=48498&print=2> (acessado em 4 de março de 2020). file:///C:/Users/reger/Downloads/texto_185151468.pdf (acessado em 4 de março de 2020).

nhores e às senhoras nominado(a)s, não a todos os seus integrantes. Mesmo assim, ficou a dúvida se é possível que um órgão destinado a garantir o Estado Democrático de Direito, neste país, possa ficar totalmente isento de qualquer controle externo? Que seus agentes não precisem justificar-se diante de ninguém! É aceitável que a “consciência” (!) subjetiva de um procurador de que população originária de “colonização germânica” possui uma “tendência” inata ao “neonazismo” possa ser suficiente para que desencadeie uma humilhante campanha de “desneonazificação” contra várias centenas de milhares de cidadãos contra as quais não precisa apresentar nenhum dado objetivo, nenhuma prova intersubjetivamente aceitável? Que possa dar-se ao luxo de partir para a ação – a qual poderia, em tese, envolver enormes gastos em dinheiro público – sem apresentar provas, no mínimo, indícios veementes, a quem quer que seja?

Que também ninguém imagine que esta seja uma campanha contra a Operação Lava-Jato. Mas, por outro lado – ao contrário de algumas figuras que estão por aí, e que mudaram de ideia, *a posteriori* –, posso invocar o testemunho de meu colega Helder Gordim da Silveira (repito: historiador e jurista) com o qual comentei, na primeira hora da manhã do dia 6 de outubro de 2016, que na tarde anterior havia ocorrido um golpe neste país, um golpe contra nossa própria segurança.¹⁷⁴ Argumentei que teria sido muito louvável que o STF tivesse se preocupado em encontrar um caminho para acelerar a aplicação da Justiça, mas não em suspender garantias. Devemos lutar com unhas e dentes pela intangibilidade das garantias que a Constituição de 1988 nos confere. A preservação das garantias fundamentais contra prepotentes individuais e coletivos, contra maiorias desvairadas e contra gregarismos totalitários constitui elemento fundamental da democracia.

¹⁷⁴ A decisão do STF em permitir a prisão de condenados em segunda instância.

ANEXOS

Anexo 1

Elogio da diferença

René E. Gertz

Quem fala dos resultados da imigração alemã em nosso estado quase sempre pensa em comunidades com alto grau de coesão interna, numa homogeneidade de pessoas no aspecto físico e nos traços culturais. Cidadãos melhor informados sabem, eventualmente, que existem algumas diferenças quanto à procedência regional (pomeranos, westfalianos), quanto à religião (luteranos, católicos), mas mesmo aqueles que têm essa consciência muito logo caem novamente na vala comum imaginando que, apesar de algumas diferenças, *todos* são vorazes devoradores de chucrute e de *Eisbein*. Vovó Emília Ikert não tinha a mínima ideia do que fosse *Eisbein*; quando queria fazer algo especial, fazia *Borschtsch* e *Piroggen* – ambos muito pouco germânicos.[1]

Entre nossos cidadãos mais politizados, reiteradamente se manifesta também uma preocupação que vem desde 1824: mesmo que hoje esteja um pouco fora de moda ser nazista, continua a imaginar-se que *todos* os descendentes de alemães são separatistas ou, no mínimo, muito conservadores.

E há indícios neste último sentido. O município de Tupandi, no vale do rio Caí, durante os anos 1980-1990 sempre deu em torno de 80% dos votos depositados a governador do estado, no segundo turno, aos candidatos supostamente mais à direita do espectro político. Nas eleições de 2002, o município que se destacou nesse sentido foi Arroio do Padre, no sul do estado, também de colonização alemã – 84% dos votos válidos foram dados a Rigotto.

Naturalmente, não só conservadores votaram em Marchezan, em Britto ou em Rigotto, mas, independente disso, se a gente fizer uma aná-

lise mais apurada do comportamento eleitoral nos municípios típicos de colonização alemã, vai descobrir algo interessante: à medida que formos para o oeste, em direção à fronteira com a Argentina, verificamos um crescimento dos votos para o espectro mais à esquerda. Concretamente, se olharmos para o resultado eleitoral nas colônias mais antigas (sobretudo as menos urbanizadas) ao norte e noroeste de Porto Alegre, veremos que ali não mais de 30% dos votos foram para Collares (1990), Olívio (1994, 1998) e Tarso (2002); já na região central, em torno de Não-Me-Toque e Selbach, esse percentual ficou em torno de 40%. Mas, quando se chega à região do Grande Santa Rosa, na fronteira com a Argentina, há um virtual empate – isto é, nessa região o eleitorado se localiza maciçamente em torno do centro político, uma tendência que caracteriza as mais sólidas democracias do planeta.

Aqui não há espaço para uma análise dos dados eleitorais dos últimos vinte anos, por isso me restrinjo a citar um único dado: nas últimas eleições a governador (2002) Tarso Genro obteve no conjunto dos vinte municípios que formam o Grande Santa Rosa **39,9%** dos votos possíveis, Germano Rigotto **39,5%**, os brancos constituíram 1,1% e os nulos 2,1% (no estado todo, a média para Rigotto foi de 42,8%, para Tarso 38,4%; brancos e nulos foram 1,4% e 2,6%, respectivamente); a abstenção ficou 2,5% acima da média estadual (14,6% contra 17,2%).

Uma das explicações para esse fenômeno é o fato de que no decorrer das migrações internas em direção ao oeste, quem se prontificava a migrar eram os elementos mais dinâmicos, mais modernos das “colônias velhas”. Assim que essa migração teve como consequência um processo de seleção dos mais irrequietos, dos mais empreendedores, dos mais “políticos”; e quanto mais esse processo avançou em direção ao oeste, mais essa seleção se aprofundou.

Não quero, porém, entrar em detalhes *desse* processo, e concentrar-me, aqui, num segundo fator que pode *ajudar* a explicar o ecumenismo político que caracteriza as regiões de colonização a oeste. A região do Grande Santa Rosa é tributária da mais extraordinária experiência de colonização de que se tem notícia neste estado. O espaço que se localiza entre as atuais cidades de Santa Rosa e Guarani das Missões começou a ser colo-

nizado, a partir de 1891, sob o nome de Colônia Guarani (que não é idêntica ao atual município de Guarani das Missões), abrangendo territórios hoje pertencentes aos municípios de Senador Salgado Filho, Ubiretama, Cândido Godoy etc. A colônia enfrentou grandes dificuldades, como todas as outras, mas o que interessa aqui é que ela se caracterizou por receber gente de muitas partes do Rio Grande do Sul e de inúmeros lugares do mundo todo. Além de Gaudêncio da Silva que se estabeleceu ali, vieram também Johann Johansson Knckta, Saveli Bujaj, Adolpho Capeletti, Gustav Schultz, Henri van Ecnov, Samsão Formine Doyko, Nikifor FrondroInk, Alessander Juntaxna, Matts Mattsson Maaempão, Jacob Majer, Francisco Przjbsz. E todo mundo sabia pronunciar esses nomes sem qualquer dificuldade ou sotaque.

Quem quiser conhecer mais nomes “interessantes” pode consultar *Povoadores da Colônia Guarani (1891-1922)*, de frei Rovílio Costa e suas Edições EST, o qual, dessa forma, possivelmente, sem ter consciência da importância de sua iniciativa, editou, no início deste ano, aquilo que poderá constituir-se no livro mais importante publicado no contexto dos festejos dos 180 anos da imigração alemã.

Além do português falado pelos Silva e pelos Santos, ainda se falava, de forma intercambiável, no mínimo, alemão, polonês e russo. Quanto à religião, a colônia era predominantemente acatólica. Mas os acatólicos eram muito diferentes entre si: havia vários tipos de batistas (segundo neologismos teuto-coloniais muito peculiares, uns eram os *Dossenbaptisten* – não fumavam e, em compensação, comiam balas; outros eram os *Fummbaptisten* – fumavam), membros da Assembleia de Deus, congregacionais, luteranos “riograndenses”, luteranos “missurianos” e muitas outras confissões. Todas elas, ou se vinculavam a igrejas que ainda estavam em processo de institucionalização ou não possuíam vinculação institucional alguma. Isso dava a essas comunidades religiosas um caráter radicalmente democrático. As decisões referentes às comunidades eram tomadas em assembleias das quais participavam não só os homens, mas também as mulheres e os jovens (no caso dos batistas, os já batizados). Os pastores eram contratados após “concurso” – depois que todos os pretendentes ao cargo tinham feito um culto demonstrativo de sua capacidade,

a comunidade se reunia e, em votação muitas vezes secreta, fazia a escolha. Com frequência, os pretendentes à função pastoral eram pessoas da própria comunidade, já que não havia igreja institucional que formasse e impusesse clérigos.

Quando, mais tarde, as instituições estatais chegaram à Colônia Guarani, foi absolutamente normal para esse povo que a prática “política” deveria seguir o mesmo padrão. Reuniam-se em praça pública para escolher candidatos, depois da eleição acompanhavam, passo a passo, como os eleitos administravam a coisa pública. Muitas décadas depois, os mais destacados intelectuais porto-alegrenses começaram a compulsar bibliotecas inteiras, consultando as obras dos mais importantes filósofos e pensadores políticos, e chegaram à conclusão de que a República só poderia ser re-republicanizada com a instituição daquilo que denominaram “pré-vias eleitorais” e “orçamento participativo”. As mais tradicionais universidades da Europa ficaram embasbacadas com a novidade e mandaram chusmas de pesquisadores para estudar a descoberta.

O povo simples da antiga Colônia Guarani não tinha nenhum nome “científico” para suas práticas, mas os deputados de Alecrim e de Santo Cristo fizeram uma visita para explicar o que são e como funcionam as tais “pré-vias eleitorais” e o tal “orçamento participativo”. Ao final da detalhada explicação, o povo chacoalhou a cabeça e ouviu-se um uníssonos “Ah bom!”.

O ecumenismo e a diversidade religiosa não tiveram efeito apenas sobre aquilo que se passava na cabeça do povo, mas também resultados bem materiais. Uma parte dos batistas tinha ligações com a Suécia, os luteranos “riograndenses” com a Alemanha, e seus pastores, às vezes, viajavam para lá, trazendo alguma inovação tecnológica para a agricultura ou para a pecuária. Os luteranos “missurianos”, pelo contrário, voltavam sua atenção para os Estados Unidos, e seus pastores, de vez em quando, iam para este país. Foi numa viagem dessas que o pastor Albert Lehenbauer trouxe a soja para a região. Infelizmente, o Brasil não sabe que deve a Guarani e ao pastor “missuriano” Lehenbauer os milhões de dólares que, anualmente, entram no país com a exportação desse produto.

Samuel Gertz nasceu e se criou nessa colônia. Frequentou a escola por apenas quatro anos, mas sua caligrafia era primorosa – os descendentes, apesar dos títulos acadêmicos, nunca conseguiram igualá-la. Também sabia ler e fazer contas para seu gasto, mas nunca soube da existência do grande filósofo francês Descartes. O vizinho de seu pai, o Andreas Modes, havia criado um menino negro, que tinha o prenome do filósofo. Foi seu melhor companheiro e amigo na infância e na juventude. Quando adulto, foi fazer a vida em Machado – um lugar para o qual migraram muitos jovens da segunda geração dos imigrantes de Guarani – e quando lá lhe nasceu um filho, deu-lhe o prenome de Descartes, não em homenagem ao filósofo francês, mas em homenagem ao grande amigo negro. Em Machado tinha muito contato com “seu” Dácio Busanello, subprefeito, pai da “Kika” (Beatriz), prefeita de (Novo) Machado de 1997 a 2000. Principalmente quando passavam uma manhã ou uma tarde fazendo vasouras, ao voltar para casa, invariavelmente, lamentava o *atraso* de Machado. “Seu” Dácio lhe contava que tinha de ir até Tucunduva para assistir à missa, e certa vez até capotara com sua Rural, numa ida à missa. Para ele, uma cidade que se prezasse (pensava que Machado era uma *cidade*) deveria ter igrejas de *todas* as religiões. Sem nunca ter lido *Natã, o sábio*, de Lessing, e dentro de suas escassas economias, colocou de lado uma quantia razoável para contribuir com os católicos quando fossem construir uma igreja. Morreu, há 10 anos, “seu” Dácio morreu pouco depois. Machado ainda não é uma “cidade” que se preza, pois ainda não tem igreja católica.

Santa Rosa é o maior centro urbano da região em que vive esse povo. Merece todo apoio a campanha desencadeada há pouco para transformar essa cidade na capital do Rio Grande do Sul. Ela tem tudo para tornar-se a Viena do século XXI, com direito a uma nova versão do austro-marxismo e tudo mais.

Com Santa Rosa como capital, a República seria efetivamente republicanizada. Na sua fundação, o estabelecimento das mais diversas igrejas era não só tolerado, mas até incentivado com a concessão de terrenos – assim que a cidade tinha, muito antes do surgimento das várias confissões estabelecidas nos últimos anos, bem mais de vinte igrejas dife-

rentes. Mas se o executivo, o legislativo e o judiciário gaúchos forem estabelecer-se em torno da praça central, a Praça *da Bandeira*, teremos, finalmente, o retorno ao regime dos três poderes, pois ao redor dessa praça só havia espaço para a Prefeitura – para o poder temporal. Ao poder espiritual foram garantidos outros espaços – mas longe da praça central.

Claro, se minha tese é correta, possivelmente haverá em Santa Rosa mais “neonazistas” e mais esquerdistas às vezes algo carentes de bom senso do que em Tupandi. Os primeiros, via de regra, temem a luz do dia e, por isso, é difícil falar sobre eles. Quanto aos outros, lembro que o moço – na época vice-presidente da UNE – que em julho de 2000 jogou ovos no então ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, na abertura da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, é santa-rosense. Isso, porém, não muda nada no fato de que a massa da população é, sensatamente, sem ter consciência disso, de centro direita a centro esquerda – todos hão de concordar que os meses em que o espírito de Santa Rosa pairou sobre o Palácio Piratini se caracterizaram por uma governação conciliatória e muito satisfatoriamente racional.

Mas não posso encerrar sem voltar a Tupandi. Os metropolitanos, a essa altura, com certeza estarão pensando mal do seu povo. Para esses iluminados, é necessário informar que entre os não mais de 30 nomes de mulheres que neste estado, até agora, exerceram o cargo de *prefeita* está o de Cecília Junges – chefe do executivo em Tupandi antes que a lei estabelecesse quotas de mulheres nas chapas eleitorais. Em 1992 o município elegeu uma vereadora, em 1996 quatro. E quem for a uma festa no lugar verá que na “furiosa” banda municipal de 8 membros tocam 3 negros.

Talvez caiba lembrar – para encerrar definitivamente – que a primeira prefeita da história do Rio Grande do Sul tem um sobrenome alemão – a segunda também. No período 1997-2000, das doze prefeitas do estado, seis tinham sobrenome alemão, das atuais nove, cinco têm sobrenome alemão. Da lista de vereadoras gaúchas eleitas em 1992 e 1996 – compilada por Céli Pinto e seu grupo de pesquisa – 57% tinham sobrenomes alemães e/ou italianos, na primeira data, e 61% na segunda (desta vez, com uma certa vantagem numérica das “gringas” sobre as “alemoas”, quando na data anterior houvera um virtual empate entre ambas). Santa

Maria do Herval, um município de cunho rural, ao norte de Porto Alegre, lá no alto do Morro Reuter, em 2003, foi declarado, pela ONU, município de melhor distribuição de renda *do Brasil*; nas eleições de 2002 – apesar de que o jornalista de *Zero Hora* (20/10/2002, p. 14) não encontrasse nenhum poste lambuzado com propaganda eleitoral – tivera o *menor* índice de abstenção de todo o estado. Isso mostra que a “colônia”, também no campo político, não está tão mal quanto muita gente imagina.

* * *

[Texto originalmente publicado em *Zero Hora*, Porto Alegre, Caderno “Cultura”, 24 de julho de 2004, p. 10-11].

Anexo 2

Dissertações de mestrado e teses de doutorado orientadas

Dissertações de mestrado

ACKER, Celso Henrique. *Serviço militar e nacionalidade: os Tiros de Guerra no Rio Grande do Sul – o Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

AGUIAR, Airan Milititsky. *Saudações para um mundo novo: o Clube de Cultura e o progressismo judaico em Porto Alegre (1950-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca de cidadania política: o quere-mismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ALVES, Gabrielle Werenicz. *Políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul: continuidades e transformações na era Vargas (1928-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

BARRETO, Cristiane Monique. *Entre laços e nós: formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BENEVENUTO, Estela Carvalho. *A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no RS*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades: as muitas faces do movimento operário porto-alegrense (1906-1911)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BITTENCOURT, Dóris Maria Machado. *Os espaços do poder na arquitetura do período positivista no Rio Grande do Sul: o palácio do governo*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

BORGES, Stella Maris Araújo. *Italianos em Porto Alegre e o movimento operário (1875-1919)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

BORIN, Marta Rosa. *Memória e História: os sefaradim em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

BRAGA, Sander Bernardo. *A continuidade na descontinuidade: o governo do prefeito José Loureiro da Silva em Porto Alegre durante o Estado Novo (1937-1943)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CALIL, Gilberto Grassi. *A nova face do verde: o integralismo no pós-guerra – a formação do Partido de Representação Popular*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CARAVANTES, Rejane Marli Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

CARDOSO, Claudira. *Partido de Representação Popular: política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 a 1962*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

COLUSSI, Eliane Lúcia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho: rumos e tendências*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

DIEHL, Astor Antônio. *Os Círculos Operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

FLACH, Angela. *Os vanguardeiros do anticomunismo: o PRP e os perrepistas no Rio Grande do Sul (1961-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GARCIA, Frederico Brittes Nordin. *Colônias de férias: a formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GILL, Lorena Almeida. *Clienteltchiks: os judeus da prestação em Pelotas (RS), 1920-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GONÇALVES, Dilza Pôrto. *A memória da construção de identidades étnicas: um estudo sobre as relações entre “alemães” e “negros” em Canguçu*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – Zona Norte e região do Grande Santa Rosa*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

GRITTI, Isabel Rosa. *A imigração judaica para o Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

HEINSFELD, Adelar. *A formação das fronteiras entre Brasil e Argentina: a questão de Palmas e a colonização germânica no Baixo Vale do Rio do Peixe –*

SC (1913-1949). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

KLEIN, Cleci Favaro. *De “Bairro Lusitano” a “Zona Tronca”*: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

KRAUSE, Silvana. *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LEIDENS, Sandra Maria. *O discurso estadonovista: retórica e realidade*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff – Jacob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Netto: o hotelheiro, o coronel, o intendente – 1855 a 1966*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MACHADO, Maria Conceição Abel Missel. *Submissão e poder: mulheres operárias de Caxias do Sul (1900-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

MEDEIROS, Márcia Maria de. *Cara ou coroa: católicos e metodistas no Planalto Médio Gaúcho no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MERG, Camila Ventura. *Saberei sustentar a Cruz de Cristo e a bandeira da Pátria: o espiritualismo integralista na doutrina do Partido de Representação Popular (1945-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MILKE, Daniel Roberto. *O integralismo na Capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MORAES, Marcos Juvencio de. *As disputas pelo palácio governamental catariense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORSCH, Maria Luíza Azevedo. *A ideologia educacional brasileira como fator de integração forçada do descendente do imigrante alemão à cultura brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

MOSSMANN Sobrinho, Paulo Gilberto. *Os Deutsch-Brasilianer em oposição ao PRR: um estudo de caso a respeito dos municípios de origem germânica que derrotaram o PRR nas eleições de 1891*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. *“O preço da liberdade é a eterna vigilância”*: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o Tribunal da História: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PAGANI, Marcos Fernando. *O nacionalismo na região colonial italiana: a ação dos Centros Culturais (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PAZ, Ivoni Nör. *Nova Petrópolis: da submissão à rebeldia – os atribulados caminhos de uma comunidade de imigrantes (1858-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

PISTORELLO, Daniela. *“Os homens somos nós”: o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ROEHE, Nara Simone Viegas. *O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, em 1974, como corolário das relações econômicas entre Brasil e Alemanha*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Alba Cristina Couto dos. *As marcas de Amstad no cooperativismo e no associativismo gaúcho: as lembranças da Associação Theodor Amstad e da SICREDI Pioneira*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Allysson Arthur Roque dos. *A polícia gaúcha na era Vargas, 1930-1945*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, Carla Xavier dos. *“Nossa Senhora de Medianeira, rogai por nós!”: a relação do Estado Novo com a Igreja Católica através dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Mariza Elaine Simon dos. *Honório Lemes: um líder carismático*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

SANTOS, Pedro Augusto Gomes. *A classe média vai ao Paraíso: JK em Manchete*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

SCHNEIDER, Diéle de Souza. *Memórias compartilhadas: as vivências de imigrantes judeus durante a revolução de 1923 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SCHOSSLER, Joana Carolina. *“As nossas praias”*: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900-1950). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCOTTI, Zelinda Rosa. *Loucas mulheres alemãs: a loucura visitada no Hospício São Pedro (1900-1925)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SILVA Junior, Adhemar Lourenço da. *“Povo! Trabalhadores!”*: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

SILVA, Carla Luciana. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro – da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SILVA, Edinéia Pereira da. *A construção de uma memória gaúcha em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOARES, Tamires Xavier. *Lei para todos: tensões trabalhistas entre “súditos do Eixo” e empregadores, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *O Positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

TORRESINI, Elisabeth Wendhausen Rochadel. *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. *Além de Gustavo Barroso: o antisemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VITAL Junior, Raul Rebello. *O “Tribunal Vermelho”: em cena o caso Elza Fernandes – recortes do anticomunismo brasileiro durante o Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

XERRI, Eliana Gasparini. *Uma incursão ao movimento operário de Rio Grande no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

ZILLES, Maria. *Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial sul-brasileiro (1912-1933)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

Teses de doutorado

AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BONOW, Stefan Chamorro. *A desconfiança sobre as comunidades germânicas de Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados?*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

LIA, Cristine Fortes. *Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflito) entre intelectuais (1920-1956)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MORAES, Marcos Juvencio de. *As reformas educacionais de Santa Catarina e a instrumentalização do ensino patriótico: laços políticos, oligárquicos e culturais (1911-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MÜHLEN, Caroline von. *Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. *Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RADÜNZ, Roberto. *A terra da liberdade: o protestantismo luterano em Santa Cruz do Sul no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade – um estudo dos clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Mons. Vitor Battistella: padre e caudilho*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A Colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

VALDUGA, Gustavo. *Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ZANELATTO, João Henrique. *Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Anexo 3

Carta à procuradora-chefe Fabíola Dörr Caloy

Porto Alegre, 19 de junho de 2015.

Ilma. Sra.
Fabíola Dörr Caloy
Procuradora-Chefe do MPF-RS
Praça Rui Barbosa, 57
90030-100 Porto Alegre

Senhora Procuradora-Chefe:

Com data de 13 de fevereiro de 2013, enviei-lhe carta, comprovadamente entregue, acompanhada de meu livro *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Nessa carta, requeri acesso a um processo instaurado em 2010 pelo então procurador da República em Lajeado, referente a pichações com símbolos nazistas numa rodovia que atravessa o município de Teutônia. Somente no final do primeiro semestre de 2014, obtive acesso ao processo. Com base na leitura da documentação (ainda que o acesso a alguns documentos tenha sido vetado pelo procurador local deste momento), manifestei-me de público, escrevendo um comentário sob o título “O retorno ao retorno do ‘neonazismo’ a Teutônia”, publicado, com data de 31/7/2014, em meu site pessoal (<http://www.renegertz.com/noticias/notas/118-retorno>). Enviei-lhe, na época, um e-mail com o link para a matéria, da mesma forma que o enviei ao procurador da República em Lajeado; e mandei o texto impresso à Procuradoria Geral da República.

Considerando que no processo há um documento no qual o então procurador declarou: “queremos descobrir o que está levando a isso, entender o porquê de algumas regiões do Vale do Taquari – *de colonização germâ-*

nica – terem esta *tendência*” [ao “neonazismo”] (fl. 13 do processo – anexo 1); considerando que a técnica pericial em Antropologia escreveu: “é de suma importância não nos descuidarmos da dimensão de prevenção que a situação exige, e de modo a não focar unicamente na dimensão individual dos comportamentos desviantes, e que fragilizou o conjunto da sociedade” (fl. 117-118 do processo – anexo 2), além de ter apelado a uma fonte absolutamente viciada para, no mínimo, lançar suspeitas sobre a população de Teutônia por supostas maldades praticadas *por seus avós*, penso não precisar justificar minha expectativa de que o MPF viria a tomar uma atitude incisiva em relação ao caso. O próprio processo relata a convocação de secretários municipais e diretores de escolas (não só de Teutônia, mas, inclusive, de outros municípios da região, cuja única semelhança com o referido município é a de que se trata de comunas originárias de “*colonização germânica*”!) para reuniões cuja pauta e cujo conteúdo não conhecemos, mas que, de fato, não podem ter tido outro objetivo a não ser a *humilhante* recomendação (exigência?) de que tomassem providências para “desneonazificar” seus “concidãos” – isso sem falar na *humilhação absoluta* contida nas recomendações da técnica pericial em Antropologia para catapultar os teutonienses da barbárie para a civilização!

Até a presente data, não recebi qualquer retorno, não vi qualquer notícia na imprensa a respeito nem percebi qualquer efeito concreto de uma possível mudança de atitude do MPF frente a casos semelhantes ou equivalentes acontecidos mais recentemente. Neste sentido, remeto ao meu texto “E agora, Senhor Ministério Público RS?”, publicado, em meu site pessoal, com data de 6 de abril de 2015 (<http://www.renegertz.com/noticias/notas/122-mp-rs>). Mesmo que a pergunta do título desta matéria se dirija ao MP-RS, o tema tem tudo a ver com aquilo que denunciei no meu texto anterior. Em minha modesta opinião de cidadão, aqui se trataria de averiguar a base factual, científica das seguintes afirmações de um doutor em Antropologia: “O Rio Grande do Sul é tido como o estado mais racista do país, o que se reflete na literatura gauchesca, por exemplo. Ou na repressão ao batuque pela Igreja Católica, cuja cúpula e muitos padres são *descendentes de alemães, tidos, no geral, como muito racistas*” (Anexo 3). Antes deste texto, eu havia publicado outro, também envolvendo um doutor em Antropo-

logia (<http://www.renegertz.com/noticias/notas/115-viveiros>). Ainda que os dois doutores-antropólogos não sejam agentes de Estado no sentido em que o são o então procurador da República em Lajeado e a técnica pericial em Antropologia – mais a autoridade policial gaúcha de que falo no meu livro (omitamos a deputada, respeitando sua imunidade parlamentar) –, ambos são professores em universidades públicas federais brasileiras, portanto, remunerados com dinheiro proveniente dos pesados impostos que os cidadãos brasileiros pagam – entre eles, *peessoas muito humildes originárias de “colonização germânica”* do vale do Taquari. Por tudo isso, esses doutores-antropólogos não podem ser vistos e tratados como cidadãos ingênuos que estivessem simplesmente “papagaiando” aquilo que se ouve no senso comum, motivo pelo qual não vejo justificativa para que não sejam ao menos convocados pelas autoridades competentes para explicar suas afirmações, e, se for o caso, apresentar provas.

Mesmo assim, nunca ouvi que o MPF tivesse tomado qualquer providência. Minha estranheza a esse respeito foi potencializada, recentemente, quando foi divulgado, com grande estardalhaço, um episódio em que tanto o MPF quanto a Polícia Federal teriam entrado em ação. Refiro-me ao episódio de supostas ou efetivas manifestações antissemitas na Universidade Federal de Santa Maria, que, além da ação das duas instâncias citadas, fez com que “a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa [do RS] pediu esclarecimentos ao reitor” (*Zero Hora*, 9/6/2015, p. 2), e provocou manifestações de deputados, senadores e ministros (*Zero Hora*, 10/6/2015, p. 2). Não vou discutir o conteúdo ou a essência das manifestações que geraram todo esse imbróglio – discussão que até poderia ser justificada pelo fato de que mesmo jornalistas extremamente críticos em relação à alta administração da UFSM deram a entender que os objetos da polêmica eram, de fato, uma *empresa* e um *país*, e não, necessariamente, seres humanos, de carne e osso.¹⁷⁵ Não vou aderir a esse tipo de exegese, e, sim, partir do pressuposto de que efetivamente se tratou de uma manifestação clara de antissemitismo.

¹⁷⁵ Essa “leitura” pode ser derivada do fato de que em *Zero Hora*, 6/6/2015, p. 2, um jornalista escreveu: “E se a Universidade de Santa Maria simplificasse tudo e admitisse que errou ao afirmar que uma *empresa* é o mesmo que um *país*?”.

Aquilo que quero colocar em discussão é a notícia publicada em *Zero Hora*, 5/6/2015, p. 16, de que “o professor universitário aposentado Luís Milman enviou notícia-crime ao MPF por discriminação e preconceito contra o povo judeu. O caso poderá resultar em inquérito, após análise” (anexo 4). Aqui está o meu questionamento: Luís e eu somos professores aposentados da UFRGS, ambos somos doutores (com a pequena diferença de que a universidade que me concedeu esse título consta nas listas das 100 universidades mais importantes do planeta, a de Luís não consta). A situação, obviamente justifica minha curiosidade em saber por que *minhas* reiteradas denúncias contra manifestações de discriminação e de preconceito, em especial contra assim chamados “alemães”, mas também contra “italianos” e, inclusive, contra “poloneses” sul-rio-grandenses, até prova em contrário, nunca surtiu qualquer efeito, enquanto as denúncias do Luís fizeram com que o MPF entrasse em ação, de imediato? Para não haver qualquer dúvida, reitero: A AÇÃO, A DENÚNCIA, DE LUÍS MILMAN FOI JUSTÍSSIMA!

Diante do exposto, REQUEIRO resposta às seguintes perguntas:

1) O MPF tomou alguma providência em relação aos atos e às manifestações do então procurador da República em Lajeado e da técnica pericial em Antropologia, no episódio das pichações com suásticas em Teutônia? Caso positivo, para quando se pode esperar uma manifestação sobre os resultados? Caso negativo, por que não foram tomadas providências?

2) Por que as denúncias de Luís Milman geraram reação imediata do MPF, enquanto minhas denúncias – até prova em contrário – não geraram ação alguma (não só em relação ao episódio com o procurador e a antropóloga)? Caso eu esteja enganado, que medidas foram tomadas? Caso nenhuma medida tenha sido tomada em relação às minhas denúncias, isso se deve *à forma* em que foram apresentadas, ou se deve *à sua inconsistência em termos de conteúdo*?

3) Não sou jurista, mas tenho ouvido falar que, em tese, atos e manifestações de preconceitos e discriminação por “etnia e procedência nacional” são imprescritíveis. Caso o MPF, até o momento, não tenha tomado nenhuma iniciativa em relação às minhas denúncias, isso ainda poderá ocorrer? Caso positivo, para quando pode-se esperar uma ação nesse sentido?

4) O MPF possui indícios ou provas contra as populações sul-riograndenses, sobretudo, de origem alemã, mas também italiana e polonesa? Caso positivo, REQUEIRO acesso a esses indícios e/ou a essas provas, pois o parecer da técnica pericial em Antropologia do MPF sobre Teutônia deixa dúvidas sobre a consistência de suas conclusões e recomendações.¹⁷⁶ Como cientista social (sou mestre e doutor em Ciência Política), reivindico, inclusive, preparo formal para uma análise do material que o MPF eventualmente possui.

Atenciosamente,

René Ernaini Gertz

¹⁷⁶ Devo destacar com a máxima ênfase que se possa imaginar que NUNCA afirmei ou insinuei que entre essas populações não houvesse pessoas racistas, discriminatórias, preconceituosas. Aquilo que eu disse – e insisto em reafirmar – é que em cerca de 40 anos de pesquisa não me foram apresentadas provas de que essas comunidades fossem mais racistas, mais discriminatórias ou mais preconceituosas que a “média” da população gaúcha ou brasileira, e, sobretudo, penso ter demonstrado no meu citado livro que elas não são responsáveis pelo “neonazismo”. E *essa discriminação* constitui o cerne das minhas críticas.

Anexo 4

Despacho da procuradora-chefe Patrícia Nuñez Weber

Notícia de Fato nº 1.29.014.00011512015-66

Origem: René Gertz

Assunto: Apurar suposta discriminação racial

DESPACHO

Trata-se de representação formulada por René Gertz, endereçada a essa Chefia, expondo a situação de suposta discriminação em relação à etnia alemã no RS, em que ao final solicita resposta às seguintes perguntas: “1) O MPF tomou alguma providência em relação aos atos e às manifestações do então procurador da República em Lajeado e da técnica pericial em Antropologia, no episódio das pichações com suásticas em Teutônia? Caso positivo, para quando se pode esperar uma manifestação sobre os resultados? Caso negativo, por que não foram tomadas providências? 2) Por que as denúncias de Luís Milman geraram reação imediata do MPF, enquanto minhas denúncias – até prova em contrário – não geraram ação alguma (não só em relação ao episódio com o procurador e a antropóloga)? Caso eu esteja enganado, que medidas foram tomadas? Caso nenhuma medida tenha sido tomada em relação às minhas denúncias, isso se deve à forma em que forma apresentadas, ou se deve à sua inconsistência em termos de conteúdo? 3) Não sou jurista, mas tenho ouvido falar que, em tese, atos e manifestações de preconceitos e discriminação por ‘etnia e procedência nacional’ são imprescritíveis. Caso o MPF, até o momento, não tenha tomado nenhuma iniciativa em relação às minhas denúncias, isso ainda poderá ocorrer? Caso positivo, para quando pode-se esperar uma ação nesse sentido? 4) O MPF possui indícios ou provas contra as populações sul-rio-

grandenses, sobretudo, de origem alemã, mas também italiana e polonesa? Caso positivo, REQUEIRO acesso a esses indícios e/ou a essas provas, pois o parecer da técnica pericial em Antropologia do MPF sobre Teutônia deixa dúvidas sobre a consistência de suas conclusões e recomendações. Como cientista social (sou mestre e doutor em Ciência Política) reivindico, inclusive, preparo formal para uma análise do material que o MPF eventualmente possui” (fl. 03).

Após encaminhamento à PRM/Lajeado, que declinou da atribuição a esta Chefia (fl. 16/17), o feito foi remetido ao Núcleo Cível da Capital (fl. 21), assim como à Procuradoria Regional da República da 4ª Região, para apuração da conduta da analista pericial em antropologia. O NICIVE entendeu não ser sua atribuição (fls. 27/30), remetendo-a à PRDC, onde foi encaminhado à Corregedoria do MPF em Brasília para apuração da conduta do Procurador da República em lajeado à ocasião dos fatos (fls. 32/34).

A Corregedoria do MPF, em despacho de fls. 36/37, extraiu cópias para abertura de expediente em relação à conduta do procurador. O feito foi remetido a essa unidade de origem, autoridade competente “para adotar as providências necessárias ao seu adequado encerramento” (fl. 36).

É o breve relato.

Dos itens referidos na representação formulada, verifica-se que em relação às condutas do Procurador da República em Lajeado, Dr. Nilo Marcelo de Almeida Camargo, e da analista pericial, Dra. Miriam Chagas, elas foram encaminhadas para apreciação das instâncias competentes (inclusive com a abertura de expediente, como relatado pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal), assim como de seus eventuais desdobramentos em outras esferas. Diante disso, restam esclarecidos, nos limites deste Chefia, os pontos levantados nos itens 1 e 2.

No que pertine aos itens 3 e 4, proceda-se certidão acerca de eventual expediente acerca do tema do ‘neonazismo’, ‘nazismo’ e/ou ‘racismo’ no Estado do Rio Grande do Sul, fornecendo-se tais dados ao solicitante. Verifico, ainda, que o inquérito civil 1. 29.014.000164/2010-94 restou arquivado, com homologação pela Segunda Câmara de revisão e Coordenação do Ministério Público federal.

Assim, e dando cumprimento ao item 04 do despacho do Exmo. Sr. Corregedor do Ministério Público Federal (fl. 36-7), determino o encerramento do presente, arquivando-o.

Cumpra-se. Notifique-se;
Porto Alegre/RS. 28 de março de 2016.

Patrícia Nuñez Weber
Procuradora-Chefe

[O original deste documento está comigo, mas também pode ser verificado em meu site sob o endereço “<https://www.renegertz.com/noticias/40-impressionante>”].

Anexo 5

Carta-aberta ao Subprocurador-Geral da República Hindemburgo Chateaubriand Filho

Porto Alegre, 9 de dezembro de 2015.

Ilmo. Sr.
Hindemburgo Chateaubriand Filho
Subprocurador-Geral da República
SGAS 604, Lote 23
Avenida L2 Sul
Brasília
70200-640

Ilustríssimo Senhor Subprocurador:

Como esta é uma carta-aberta – que, portanto, não quer atingir apenas seu destinatário, mas também eventuais outros leitores –, faz-se necessário contextualizar o assunto de que se tratará aqui.

Desde, no mínimo, 2003, registram-se manifestações e atos classificados como “neonazistas” no Rio Grande do Sul (claro, isso aconteceu em vários outros lugares do país, mas, por razões históricas, este estado é especialmente visado pela opinião pública, motivo pelo qual a imprensa dá muito destaque a qualquer evento que sugere “neonazismo”). No senso comum, as manifestações tidas como “neonazistas” sempre foram consideradas como produto óbvio da “colônia alemã”, só que até 2009 eles se restringiram à região metropolitana de Porto Alegre, e – mais próximo desta data – incluíram Caxias do Sul, de forma que não havia como imputar essa maldade à “colônia”. Neste último ano, porém, foi presa uma pessoa em Teutônia –

uma típica “colônia alemã” –, sob a acusação de ter participado do assassinato de um casal de “neonazistas”, na região de Curitiba, como suposta ou efetiva decorrência de uma disputa interna no grupo. A partir desse momento, a “colônia” entrou definitivamente na mira da opinião pública como suposta responsável óbvia pela existência desse mal no estado – a “colônia alemã” foi a mais visada, mas a “italiana” e até a “polonesa” também foram atingidas.

No entanto, em relação aos acontecimentos de maio de 2009 em Teutônia, autoridades policiais fizeram declarações enfáticas de que no município não acontecera absolutamente nada mais que a prisão do paranaense, que residia no RS havia cerca de 18 meses – ou seja, não havia grupos “neonazistas” por lá. Pouco mais de um ano depois, na noite de 20 de agosto de 2010, placas de trânsito ao longo da rodovia que atravessa o município foram pichadas com suásticas e dizeres racistas. Mais uma vez, a opinião pública e a imprensa se alvorotaram, mas mais uma vez as principais autoridades policiais com conhecimento de causa foram enfáticas em dizer, publicamente, que as pichações não haviam sido feitas por malfeitores locais, reiterando que não havia grupos “neonazistas” no município ou na região.

Só que desta vez o então procurador da República em Lajeado, cuja jurisdição inclui Teutônia, entrou em ação, instaurando um procedimento administrativo para investigar o caso, procedimento que foi transformado em inquérito civil público a 1º de março de 2011. E é em torno desse fato que gira a presente querela.

Minha primeira manifestação sobre a ação do então procurador em Lajeado ocorreu em 20 de novembro de 2011, em texto publicado em meu *site* pessoal, sob o título “A coisa está ficando cada vez mais esquisita...”. Baseado em estudos que vinham desde 2008, sobre os brutais erros cometidos pela imprensa, por autoridades e por cidadãos com capacidade de influenciar a opinião pública, quando, de forma insistente, atribuíam a origem daquilo que era chamado de “neonazismo” aos “alemães”, manifestei minha preocupação com essa nova investida de outro agente de Estado, o então procurador da República em Lajeado. Eu tinha motivos preliminares para a preocupação, pois era patente que havia registros de manifestações e

atos classificados como “neonazistas”, desde 2003, na região metropolitana de Porto Alegre, incluindo, mais recentemente, notícias, em tese, muito mais graves de assassinatos em Caxias do Sul. Mas NUNCA, NUNCA havia visto qualquer notícia de que o MPF havia tomado medidas. Eu tinha razões para perguntar por que em relação ao episódio de Teutônia – CATEGORICAMENTE desmentido pela até então mais destacada autoridade policial de monitoramento e combate ao “neonazismo” no estado, o delegado Paulo César Jardim, pelo delegado local, Mauro José Barcellos Mallmann (que, naquele momento, era titular da delegacia de polícia local há 10 anos, e praticamente conhecia todos os moradores individualmente), episódio que, adicionalmente, apresentava indícios muito fortes de ter sido um atentado não DO POVO de Teutônia, mas, sim, *CONTRA O POVO* de Teutônia – o MPF, de repente, mostrasse tanto zelo em investigar. Em 25 de novembro de 2011, publiquei, no meu *site*, uma nota intitulada “Ellos amoi-taran”, um texto que ironiza a “caçada a neonazistas” por parte da antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias, do presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, e do próprio então procurador em Lajeado.

Como o ato de instauração do inquérito civil público previa sua conclusão para 1º de março de 2012, dirigi, no dia 5 desse mês e ano, e-mail ao então procurador-chefe do MPF-RS, Antônio Carlos Welter, no qual arrolei as razões de minhas preocupações em relação ao mesmo (baseadas nas informações a que tivera acesso até então), perguntando se havia relatório a respeito. No final, escrevi: “obviamente, estou à disposição para quaisquer outros esclarecimentos”. Até hoje, não tive qualquer retorno a esse e-mail, mas em 14 de março de 2012 recebi um relatório sobre o tema, assinado pelo então procurador em Lajeado. Vi que minhas preocupações anteriores tinham razão de ser – destaque, por enquanto, que elas derivaram de várias passagens do relatório, entre elas, sobretudo, dos termos dos pequenos trechos do parecer da técnica pericial em Antropologia, ali transcritos (voltarei a esse tema).

Em reação, escrevi, no mesmo dia, novo e-mail ao então procurador-chefe, acusando o recebimento do relatório e agradecendo, manifestando, no entanto, estranheza em relação ao seu conteúdo. Terminei o texto com a

frase: “Reafirmo minha disponibilidade para conversar – antes que seja tarde!”. Até hoje, mais uma vez, não recebi resposta direta, pessoal do então procurador-chefe, mas, no dia 15, recebi cópia de um e-mail seu ao então procurador em Lajeado, repassando minha mensagem do dia anterior (a prova de que o então procurador em Lajeado a recebeu e tomou conhecimento dela está no fato de que ela foi anexada ao processo – fl. 180-182). Tendo passado 10 dias da data de envio do e-mail ao procurador-chefe – com a reiteração da proposta de falar-lhe pessoalmente –, sem que tivesse recebido qualquer retorno, considerei-me no direito de tornar pública minha manifestação a respeito. Ela aconteceu através de uma nota, em meu *site* pessoal, sob o título “Que Deus proteja este nosso Rio Grande de virar uma nova Bósnia!”. Em novo e-mail ao então procurador-chefe, comuniquei a publicação desse texto, indicando o *link*.

Novo momento importante nessa pendenga ocorreu em fevereiro de 2013, quando foi colocado no mercado meu livro *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Como ali retomei os acontecimentos de Lajeado/Teutônia (p. 112-125), enviei um exemplar à então procuradora-chefe do MPF-RS, Fabíola Dörr Caloy, acompanhado de longa carta (a carta está publicada no meu *site*, no *link* <http://www.renegertz.com/arquivos/REG.Teutonia.pdf>, p. 44-51, datada em 14 de fevereiro de 2013). Até o presente momento, não recebi retorno de parte da então procuradora-chefe, mas como, no final da carta, requeri acesso ao processo em pauta, ela foi, aparentemente, encaminhada ao procurador em Lajeado (que não era mais aquele que instaurara o processo), pois, com data de 12 de março de 2013, recebi de lá a informação de que teria acesso ao processo, só que ele fora mandado a Brasília para fins de homologação de seu arquivamento, de forma que só estaria disponível após seu retorno a Lajeado.

O retorno do processo a Lajeado foi demorado, mas em junho de 2014 recebi carta do procurador local confirmando que poderia consultá-lo, à exceção das folhas em que estão as listagens de alunos e professores de escolas de Teutônia, mais uma folha específica (fl. 233), em que haveria referências a uma pessoa que teria sido investigada como suspeita das pichações.

Após a avaliação do conteúdo do processo, convenci-me de que, em termos gerais, não havia qualquer razão para reformular minhas manifesta-

ções críticas anteriores sobre o episódio das pichações em Teutônia – pelo contrário, na documentação não havia QUALQUER dado que justificasse suspeitas contra o povo de Teutônia e MUITO MENOS contra a população das demais comunas da região, as quais, mesmo assim, tinham sido importunadas com constrangedoras reuniões envolvendo secretários municipais, diretores de escolas e professores, reuniões nas quais o tema era o cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial, fato que atingiu 5 (cinco) municípios do vale do Taquari, em relação aos quais (à exceção de Teutônia) as palavras “nazismo” ou “neonazismo” não eram pronunciadas há, pelo menos, 65 anos!

Com base na convicção de que, em nenhum momento, minhas avaliações sobre os acontecimentos em Lajeado/Teutônia, derivados das pichações ocorridas a 20 de agosto de 2010, haviam sido equivocadas, publiquei, em 31 de julho de 2014, no meu *site*, a nota “O retorno ao ‘retorno do neonazismo’ a Teutônia”, reforçando minhas críticas à atuação do então procurador em Lajeado, e da técnica pericial em Antropologia que apresentara um parecer sobre o assunto, com sugestões para a ação. No penúltimo parágrafo dessa matéria, escrevi: “... sei que não existe hierarquia entre os procuradores, e que eles agem guiados exclusivamente por sua consciência. Mesmo assim, penso que o MPF, como instituição materialmente sustentada pela sociedade, através dos impostos que nós cidadãos pagamos, deveria fazer uma *reflexão* sobre o episódio em pauta” (antecipo um desafio – a que retornarei depois –, para que algum hermeneuta me prove que nesta frase esteja explícito ou implícito qualquer pedido ou mesmo só uma insinuação de repreensão ou mesmo punição a quem quer que seja!).

Depois da publicação desse texto e dessa observação, eu imaginava que o MPF-RS, de fato, fizesse uma reflexão sobre a adequação ou não da ação de seus agentes no caso de Lajeado/Teutônia, tendo em vista possíveis situações iguais ou semelhantes no futuro (como cientista social, já recomendara, em carta – formal, com cabeçalho, impressa em papel A4, com assinatura, ainda que sem firma reconhecida, portanto não através da simples indicação de um *link* de internet! –, de 14 de fevereiro de 2013, à então procuradora-chefe, que o recurso exclusivo ao parecer de um[a] antropólogo[a] em casos semelhantes é desrecomendado, sugerindo o re-

curso individualizado a, no mínimo, mais dois cientistas sociais de outras áreas). Também tinha motivos para esperar que o MPF-RS, finalmente, tomasse uma posição diante de frequentes insinuações públicas – não só de pessoas físicas, mas até de agentes de Estado! – de que os “alemães” do Rio Grande do Sul são portadores de maldades inatas.

Quanto à realização dessa “reflexão”, obviamente, não tenho como saber se ela foi feita, ou não. Mas insinuações públicas de que “alemães” são portadores de maldades inatas continuaram, sem qualquer sinal de mudança de atitude por parte do MPF-RS, e, em contrapartida, foram noticiadas ações imediatas frente a atos considerados ofensivos a outras “etnias”. Essa situação me levou a enviar nova carta à procuradora-chefe do MPF-RS. Esta carta está publicada em anexo a este texto. Ela está datada de 19 de junho de 2015, e, de acordo com documentação dos Correios em meu poder, foi entregue no seu destino às 17h44min do dia 22 de junho de 2015. Como mais de 60 dias após a entrega comprovada não havia recebido QUALQUER retorno, e, muito menos, resposta a essa carta, reiterei-a, com data 24 de agosto de 2015, em correspondência comprovadamente entregue às 17h02min do dia 25 de agosto de 2015 (antecipo, mais uma vez, que as duas cartas foram entregues impressas em papel, assinadas, em termos claros e respeitosos – e não através da remessa de um *link* pelo qual a então Senhora procuradora-chefe devesse localizá-las no éter!).

Apesar de a carta estar publicada, na íntegra, em anexo, quero resumir os quatro conjuntos de perguntas que dirigi à então procuradora-chefe do MPF-RS. Trata-se de perguntas claras, objetivas, que ela tinha condições de responder com absoluta facilidade, mesmo para, eventualmente, dizer que não havia sido adotada nenhuma providência: 1º) Foram tomadas providências em relação ao caso Lajeado/Teutônia (ou seja, fez-se uma “reflexão” a respeito)? Caso positivo, os cidadãos comuns (como eu) têm direito a tomar conhecimento do resultado? Caso negativo, ainda poderá vir a ser tomada uma atitude? 2º) Por que as denúncias recentemente anunciadas de um colega ao MPF-RS, por agressão a determinada “etnia”, teriam gerado uma reação imediata do MPF-RS, enquanto minhas denúncias, até prova em contrário, nunca geraram qualquer ação ou explicação para sua ausência, dirigida a mim – isso se deve à forma errada em que minhas de-

núncias foram apresentadas ou à inconsistência de seu conteúdo? 3º) Considerando que as denúncias por mim apresentadas, em tese, são imprescritíveis, há alguma esperança de que o MPF-RS ainda venha a tomar alguma providência? 4º) Como ocorrem frequentes insinuações públicas de que os “alemães” seriam portadores de maldades inatas, minha quarta pergunta foi se o MPF-RS possui provas a respeito? Caso a resposta fosse positiva, requeri, como cientista social com formação na área e pesquisador do tema, acesso a elas, para avaliá-las.

ATENÇÃO, para que não ocorra nenhum mal-entendido: *SOMENTE a primeira* dessas quatro perguntas tem algo a ver com os acontecimentos ligados à ação do então procurador em Lajeado e da técnica pericial em Antropologia (NO ENTANTO, NÃO CONTÉM QUALQUER LETRA QUE PEÇA A REABERTURA DO CASO, E MUITO MENOS PUNIÇÃO OU MESMO SÓ REPREENSÃO A QUEM QUER QUE SEJA), MAS, MAS, MAS, como se verá adiante, esta foi a “leitura” exclusiva feita de minha carta, e TODA a alaúza desencadeada em torno dela se concentra nessa interpretação equivocada, enquanto as demais 3 (três!) perguntas foram SOLENEMENTE ignoradas!

Como se vê, são perguntas claras, formuladas em termos respeitosos, e em relação às quais a então procuradora-chefe deveria ter condições de apresentar resposta(s). Claro, não tenho como avaliar se a Senhora então procuradora-chefe tomou alguma outra providência, mas há indícios de que “empurrou” o caso para o atual procurador em Lajeado, o qual, com data de 16 de julho de 2015, respondeu através de um “declínio de atribuição”, o qual está anexo. Depois que reiterei minha carta à então procuradora-chefe, em 24 de agosto de 2015, ela, aparentemente, remeteu o caso, mais uma vez, ao procurador em Lajeado, pois este, em correspondência de 10 de setembro de 2015 (efetivamente entregue em minha casa a 22 de setembro), remeteu-me seu “declínio de atribuição” em relação ao pedido da então procuradora-chefe, datado de 16 de julho de 2015. Como reação, enviei-lhe um e-mail, datado de 23 de setembro de 2015, solidarizando-me com seu posicionamento. Ele remeteu cópia deste e-mail à procuradoria em Porto Alegre, e *SÓ ENTÃO*, com data deste mesmo dia 23 de setembro de 2015, recebi o seguinte e-mail:

De ordem da Exma. Sra. Dra. Fabíola Dörr Caloy, Procuradora-Chefe desta Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, informo que a *notícia apresentada por V. Sa. perante a Procuradoria da República no Município de Lajeado/RS* (PR-RS-00022625/2015) foi registrada sob a NF 1.29.014.000115/2015-66 (Notícia de Fato) e remetida a esta PR-RS, como já informado a V. Sa por meio do Ofício nº 738/2015, do Exmo. Sr. Procurador da República, Dr. Cláudio Terre do Amaral. Após seu ingresso nesta PR-RS, a referida Notícia de Fato foi enviada ao Núcleo Cível Extrajudicial desta Casa, que a distribuiu ao 14º Ofício da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. Saudações! João Arthur Farias da Cruz. Assessor-Chefe Nível II – Assessoria Jurídica.

Em relação a este texto, enfatize-se apenas que eu NUNCA, JAMAIS, EM TEMPO ALGUM apresentei “notícia” “*PERANTE a Procuradoria da República no município de Lajeado*” – *de fato, eu mandei uma carta endereçada à Senhora então procuradora-chefe do MPF-RS, Fabíola Dörr Caloy, para o endereço do MPF-RS em Porto Alegre!* E ela, *ELA*, em vez de responder às minhas perguntas claras, objetivas, remeteu essa carta ao procurador em Lajeado, o qual não tinha NADA, NADA a ver com o caso, SOBRETUDO EM RELAÇÃO ÀS PERGUNTAS 2, 3 e 4! Este fato, por si só, até prova em contrário, evidencia que não é possível aplicar o adjetivo “brilhante” à então chefia do MPF-RS!

Por vias que desconheço, o encaminhamento de minha carta anunciado no e-mail recém transcrito acabou nas mãos do Senhor Subprocurador-Geral da República, Corregedor-Geral do Ministério Público Federal, Hindemburgo Chateaubriand Filho. Este emitiu, com data 26 de novembro de 2015, uma “Decisão Nº 73/2015 – HCF” (anexa), na qual determina “o arquivamento deste expediente”. Além de considerações iniciais e de um item 14, em que está o texto da decisão, tomo a liberdade de – a partir deste momento – fazer um breve resumo dos 13 itens anteriores, acrescido de um comentário meu.

1) Eu teria imputado “ao Procurador da República Nilo Marcelo de Almeida Camargo *declarações ofensivas* a comunidades de colonização germânica localizadas no vale do Taquari”.

Devo começar pedindo desculpas por não poder tecer comentários a respeito deste ponto, pois minha memória não registra essa ação. Poderei comentar essa afirmação só depois que me forem apresentados os termos exatos dessa imputação!

2) Eu teria manifestado “descontentamento com o resultado de procedimento administrativo no âmbito da Procuradoria da República no município de Lajeado para apurar a disseminação de símbolos nazistas na cidade de Teutônia/RS. [Teria] crítica[do] o parecer da perita em antropologia que serviu de base para a atuação do Representado [o então procurador da República em Lajeado], cujas conclusões [estariam] apoiadas em fonte absolutamente viciada”.

Sim, reafirmo tudo aquilo que escrevi na nota “O retorno ao ‘retorno do neonazismo’ a Teutônia”. Desafio o Senhor Subprocurador, o então procurador em Lajeado e a técnica pericial em Antropologia para um debate público a respeito. Só para, mais uma vez, evitar mal-entendidos: a “fonte absolutamente viciada” foi usada pela técnica pericial em Antropologia em seu parecer, para fundamentar suas sugestões sobre ações que deveriam ser desencadeadas para, aparentemente, tentar catapultar a população de Teutônia da suposta condição de barbárie para o estado de civilização! Trata-se de um livro do chefe de polícia do RS demitido em 1943, em virtude das acusações de que ele e policiais sob seu comando haviam cometido crimes hediondos contra “alemães” e “italianos” – acusação que foi formalizada em 1947, através de denúncia do então procurador-geral do RS, João Bonumá, ao Tribunal de Justiça do RS (caso a que retornarei). Mesmo que as insinuações contidas no livro de Aurélio da Silva Py (a tal “fonte viciada”) de que praticamente todos os “alemães” do estado, naquela época, eram nazistas desvairados fossem verdadeiras, não se consegue entender que isso tem a ver com a avaliação da comunidade de Teutônia, em 2010! *Data venia*, mesmo que TODOS os teutonienses da época efetivamente tivessem sido nazistas, só o pressuposto da existência de maldades inatas entre os “alemães” justificaria o recurso a essa “fonte viciada”, para avaliar os habitantes atuais, 70 anos depois do final da guerra.

3) Eu estaria apontando omissão do MPF em apurar atos discriminatórios contra “alemães”, citando como exemplo as declarações de dois professores-doutores ligados a universidades públicas federais brasileiras.

Para que o público possa avaliar esta questão, apresento afirmações de cada um deles (sem nominá-los): “Porque estamos falando de colonos alemães que vieram do campesinato reacionário, bávaro, pomerano, e dos

camponeses italianos, que eram entusiastas do nazismo e do fascismo na II Guerra. *Continuam sendo*. O que tem de grupo de extrema-direita no sul do Brasil é muito. O foco da direita fascista, nazista é o Paraná e o Rio Grande do Sul”; “... na repressão ao batuque pela Igreja Católica [no Rio Grande do Sul], cuja cúpula e muitos padres são *descendentes de alemães, tidos, no geral, como muito racistas*. Outras ordens, *de italianos*, não ficam muito longe destes”. Senhor Subprocurador da República, o Senhor tem certeza de que essas frases não contêm *nada* de ofensivo às “etnias” citadas? E se substituíssemos a palavra “alemães” por “negros”, o Senhor continuaria a considerar que essas frases constituem um hino de louvor a eles? Sou um intransigente defensor da liberdade de opinião/expressão, mas me pergunto se neste caso – com acusações tão graves *contra coletividades* – o mínimo que se poderia esperar do MPF não seria consultar essas pessoas para perguntar se possuem provas, se essas afirmações estão baseadas em pesquisas reconhecidas pela comunidade científica? Tenho certeza de que o Senhor não discordará de mim no sentido de que se essas afirmações são verdadeiras, caberia uma ação para modificar a situação – talvez algo como aquilo que o então procurador em Lajeado tentou fazer para a região do vale do Taquari. *MAS*, se essas afirmações foram feitas sem base factual objetivamente aceitável, são ofensivas às comunidades atingidas por elas!

4) A partir deste ponto, o Senhor Subprocurador apresenta a defesa que o então procurador em Lajeado fez perante o primeiro, afirmando que instaurou o referido procedimento administrativo sobre as pichações em Teutônia, depois transformado em inquérito civil público, “destinado a prevenir manifestações de inspiração nazista”.

De fato, trata-se de uma simples afirmação. Mesmo assim, cabem alguns comentários. Para instaurar um procedimento, deve haver uma razão, e, nesse sentido, cabe lembrar que a instauração do procedimento está datada de 1º de setembro de 2010 (as pichações haviam ocorrido no dia 20 de agosto). Mesmo que o então procurador em Lajeado não tenha tomado conhecimento do desmentido CATEGÓRICO SOBRE A INEXISTÊNCIA DE NEONAZISTAS EM TEUTÔNIA por parte do delegado Paulo César Jardim mancheteado no *Correio do Povo* de 26 de agosto, o próprio processo apresenta em sua fl. 3 cópia de notícia de *O Informativo do Vale*,

Lajeado, de 20 de agosto (p. 19), informando: “já o titular da 1ª DP de Porto Alegre – delegacia onde ocorreram os inquéritos que levaram à prisão os integrantes destas gangues pelo estado [no ano anterior!] – *descarta qualquer possibilidade de reorganização*”. Na fl. 4 do processo, está uma cópia do mesmo *O Informativo do Vale*, edição de 26 de agosto (p. 23), onde se encontram as seguintes informações: “Conversamos com o delegado Paulo César Jardim (titular da 1ª DP da capital e especializada nesse assunto) e ele também *se mostrou cético sobre essa possibilidade*” [de haver “neonazistas” em Teutônia]. Mais adiante: “Segundo o delegado [Mauro Mallmann, de Teutônia], as únicas informações obtidas até agora foram passadas por uma pessoa que afirma que um grupo, de pelo menos quatro jovens, estaria se reunindo regularmente em uma oficina”. E ainda: as pichações teriam sido feitas “por uma mesma pessoa, devido ao formato das letras e ao material usado para a impressão. Possivelmente, o fez *por molecagem*, pois não parece ser conhecedor da causa (desenhou a suástica errada)”. Ou seja, em português claro, já no ato da instauração do procedimento, o então procurador da República em Lajeado tinha informações (*e as anexou ao processo!*) de que havia motivos muito fortes para duvidar da existência de “neonazistas” em Teutônia. Admitamos que tenha instaurado, mesmo assim, o procedimento para não correr riscos. A pergunta que precisa ser respondida é por que o transformou em inquérito civil público, seis meses depois, a 1º de março de 2011, quando não há nos autos do processo NENHUM, NENHUM, NENHUM dado novo apontando para a existência de “neonazistas” em Teutônia? Mais: por que, diante da ausência de QUALQUER, QUALQUER, QUALQUER alteração em relação a informações sobre “neonazistas” em Teutônia ou na região, esse processo foi, mesmo assim, prorrogado em março de 2012? Isso ocorreu por causa do amor, da admiração que o então procurador nutria pelos “alemães” da região?

5) Neste item, o então procurador justifica a instauração do Inquérito Civil Público: o objetivo teria sido “fomentar ações voltadas à integração racial e cultural da população”.

Como se verá adiante, o então procurador insistiu que não nutre nenhuma prevenção contra os “alemães”. A pergunta que precisa ser respondida é por que o MPF *SÓ NESTA REGIÃO* promoveu esse tipo de ação,

pois não há notícias de que ela tivesse sido levada a cabo em QUALQUER, QUALQUER outra região do país ou do estado. Se o então procurador em Lajeado está convicto de que os “alemães” não são portadores de maldades ou taras inatas, por que esse tratamento especial em relação ao povo de toda a região do vale do Taquari, conhecido como uma típica região de “colonização germânica”, como ele mesmo se expressou?

6) O então procurador em Lajeado reconheceu que deu publicidade ao desencadeamento de suas ações de combate ao “neonazismo” através de declarações a *O Informativo do Vale*, mas que teria estado preocupado em “distinguir o grupo responsável pelas manifestações em Teutônia do restante da população”.

De fato, em suas declarações ao jornal, no dia 11 de setembro de 2010, p. 26 (fl. 13 do processo), encontramos as seguintes duas frases: “A região não deve carregar essa pecha. Sabemos que é um grupo fechado, um inimigo antigo”. Mas, MAS, estas duas frases são, no mínimo, repito: NO MÍNIMO, relativizadas por algumas outras declarações e medidas, pois nesta própria matéria lemos: “Queremos descobrir o que está levando a isso, entender o porquê de algumas regiões do Vale do Taquari – *de colonização germânica – terem esta tendência*” [querendo dizer, obviamente, “*tendência ao neonazismo*”]. Impressionante, ficaria muito grato se o Senhor Subprocurador me pudesse indicar, novamente, um hermeneuta que me convença de que aqui está totalmente excluída a possibilidade de que o então procurador em Lajeado tenha pretendido lançar uma suspeita mais ampla em relação aos seres humanos originários de “colonização germânica” da região, a quem atribui uma *TENDÊNCIA* ao “neonazismo”. Mais, à fl. 156 do processo, o então procurador em Lajeado escreveu: “o ressurgimento de um movimento neonazista [em Teutônia] revela *graves problemas de índole cultural*” – novamente, Senhor Subprocurador, se impõe a pergunta se os “graves problemas de índole cultural” se restringem aos quatro meninos que um jornalista de Lajeado apontou como supostos ou efetivos “neonazistas” de Teutônia? De sua consciência, é possível imaginar que essa observação pessimista se referisse exclusivamente a esses supostos ou efetivos pimpolhos? Mais: o então procurador em Lajeado acolheu o parecer da técnica pericial em Antropologia, no qual se encontram pérolas do seguin-

te teor: “... além das medidas de repressão das referidas ações detectadas isoladamente (como a pichação de símbolos em placas) e que já têm sido tomadas pelos órgãos de segurança pública, *é de suma importância não nos descuidarmos da dimensão de prevenção que a situação exige e de modo a não focar unicamente na dimensão INDIVIDUAL dos comportamentos desviantes que fragilizam o CONJUNTO da sociedade*” (fl. 117-118 do processo). Em outro lugar, o próprio procurador como que adota as palavras da antropóloga, referendando-as, portanto: “a antropóloga destaca em seu estudo a necessidade de ‘esclarecer *AO CONJUNTO dos concidadãos de Teutônia* sobre o valor da convivência social entre diferentes grupos sociais, sobre formas adequadas e benéficas de promoção do bem comum mediante ao [*sic*] uso intercultural das redes eletrônicas” (fl. 155 do processo). Mais uma vez, recorro ao Senhor Subprocurador para que me indique um hermeneuta que me prove que a Senhora perita estivesse se referindo EXCLUSIVAMENTE aos quatro supostos ou efetivos pimpolhos “neonazistas”, e que sua frase constitui, de fato, um hino de louvor e de consideração para com “*O CONJUNTO*” da sociedade de Teutônia. *Data venia*, essas frases todas – e há outras –, no mínimo, eu disse: no mínimo, enfraquecem a importância da frasezinha em que o então procurador em Lajeado efetivamente verbalizou preocupação com a reputação da região. Mas, SOBRETUDO, eu pergunto: por que o então procurador em Lajeado trombeteou pela imprensa a instauração do processo para investigar supostas ou efetivas manifestações “neonazistas”, levando, com certeza, parte significativa da opinião pública a incorporar mais um dado negativo sobre Teutônia e região, em sua memória, e NÃO convocou uma coletiva de imprensa para enfatizar que não encontrara NADA, por ocasião do arquivamento do processo. Senhor Subprocurador da República, o Senhor conhece a resposta para esta pergunta?

7) Este item se refere à afirmação do então procurador em Lajeado de que baseou sua atuação em “estudos antropológicos”, e que seria contraditório imaginar que alguém que – como ele – estivesse tentando combater preconceitos, ao mesmo tempo poderia praticá-los.

Como em NENHUM momento afirmei, em NENHUM momento insinuei que o procurador tivesse agido de má fé, não tenho NENHUM motivo para contestar essa afirmação. O mesmo vale para a técnica pericial

em Antropologia, ainda que considere algumas passagens de seu parecer desastradas. Preciso, porém, informar ao procurador que, sim, existem pessoas que se dizem fervorosos antirracistas, mas, na verdade, são verdadeiros hiperracistas. Posso indicar casos concretos de pessoas que se dizem fervorosos combatentes do “neonazismo”, e nessa sua suposta luta apontam para os “alemães” e, no mínimo, sugerem: “os responsáveis são aqueles [animais] ali!” – sem que houvesse QUALQUER base factual para esse tipo de afirmação. Repito: NÃO É O CASO DO ENTÃO PROCURADOR EM LAJEADO NEM DA TÉCNICA PERICIAL EM ANTROPOLOGIA.

8) Em sua defesa, o então procurador em Lajeado “junta aos autos cópia com entrevista em que o Representante [René Ernaini Gertz] *hostiliza* outras autoridades que também atuam em casos relacionados a manifestações neonazistas, *com claro propósito de desacreditá-las*”.

Mais uma vez: IMPRESSIONANTE! Em termos de entrevista, só me lembro de uma, dada ao IHU/UNISINOS, onde, de fato, critico o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, mas creio que o então procurador em Lajeado esteja pensando em minhas referências a um agente de Estado (subordinado ao Poder Executivo do RS) que, de fato, tenho criticado em diversas oportunidades. Mais uma vez, deixo ao Senhor Subprocurador e aos demais leitores formarem sua própria opinião, transcrevendo declarações desses senhores que combatem o “neonazismo”, sem identificá-los, enfatizando, porém, que sempre que transcrevi e comentei essas afirmações indiquei, de forma cristalina, a fonte – informo também que, até a presente data (9/12/2015), não fui contestado publicamente por nenhum dos atingidos, e até esta data não tenho notícias de que qualquer um deles tenha recorrido ao Poder Judiciário para denunciar minha suposta campanha para “desacreditá-los”. Vamos, portanto, a exemplos de frases dadas à publicidade pelos referidos cidadãos (não vou indicar as fontes, mas elas estão em outros lugares de meu *site*, no meu citado livro, e quando não forem encontradas em nenhum desses dois lugares, peço contactar comigo, que as forneço). Resposta à pergunta se “o crescimento da violência, como a atuação de grupos neonazistas como os *skinheads*, estaria ligado à colonização alemã no Rio Grande do Sul?": “*O relatório do governo norte-americano a res-*

peito da situação das vítimas no mundo destaca esse episódio. No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e parte do Paraná, temos uma situação bem particular. Trata-se de uma região de forte colonização alemã e que, em termos ideológicos, ficou parada no tempo. Ainda hoje, atuam inspirados na Alemanha nazista e apoiam o projeto de Hitler". Outra frase – resposta a uma repórter, em matéria sobre “neonazismo” no Rio Grande do Sul: “A senhora lembra o seguinte: o sul do Brasil é basicamente originário de colonização alemã, italiana, polonesa”. E mais uma pérola especial: “Os maiores crimes [‘neonazistas’] aconteceram lá [no ‘sul’], *mas não N-E-C-E-S-S-A-R-I-A-M-E-N-T-E entre descendentes de alemães*”. Excelentíssimo Senhor Subprocurador da República Hindemburgo Chateaubriand Filho, o MPF considera essas afirmações absolutamente *normais*, sem qualquer ressalva a fazer, e, pelo contrário, considera que persegue “*o claro propósito de desacreditar*” autores de frases desse tipo aquele que as critica de público (como eu o fiz)? Neste caso, repito a pergunta: se nos lugares em que está a palavra “alemães” estivesse a palavra “negros”, o MPF continuaria a considerar essas frases como absolutamente *normais*. Senhor Subprocurador, desafio-o a dar uma resposta pública a essas perguntas. Repito observação já feita: sou intransigente defensor da liberdade de opinião/expressão, mas será que, diante da gravidade das acusações feitas, não seria importante verificar junto a seus autores se possuem provas que possam ser reconhecidas de forma inequívoca como tais, intersubjetivamente?

9) O então procurador em Lajeado considerou um “contrassenso” as restrições que fiz a sua atuação no episódio das pichações em Teutônia, porque, além de “possuir amigos de ascendência germânica”, é casado com uma “teuto-brasileira”.

Quanto a esta última informação, eu até desconfiava, pois ao tentar encontrar dados sobre ele, encontrei uma coluna social em que foi noticiado seu casamento na Igreja São José, em Porto Alegre, antigamente cognominada “dos alemães”. Em nenhum momento, eu contestei seu apreço pelos “alemães” ou “teuto-brasileiros”. Não quero aventurar-me a conjecturar sobre o apreço (ou falta dele) que pessoas casadas com “teuto-brasileiro(a)s” possam ter em relação aos mesmos. Quero apenas constatar que o ex-procurador-chefe do MPF-RS Antonio Carlos Welter é “teuto-brasileiro”. Se

tivesse grande apreço pelos “alemães” ou “teuto-brasileiros” do vale do Taquari, certamente não teria ignorado as minhas 2 (duas!) ofertas de diálogo, quando lhe comuniquei que havia problemas na região. Da mesma forma, lembro que a ex-procuradora-chefe do MPF-RS Fabíola Dörr Caloy provavelmente também é “teuto-brasileira”. Escrevi a ela 2 (duas!) cartas, pela mesma causa, e aquilo que ela fez com essas cartas foi relatado acima. Também cabe lembrar um dado histórico: dos 52 policiais que o procurador-geral do RS, João Bonumá, denunciou ao Tribunal de Justiça do RS, em 1947, acusados de terem cometido crimes hediondos contra “alemães” e “italianos”, durante a Segunda Guerra Mundial, encontravam-se nada menos que 14 (repito: quatorze!) sobrenomes claramente alemães. Como o TJ não entrou no mérito da denúncia, e arquivou o processo, que depois se perdeu no incêndio do prédio do tribunal (assim como se perderam os originais da documentação comprobatória, em função do incêndio do Palácio da Polícia), a impunidade, aparentemente, incentivou um desses policiais a prosseguir sua trajetória criminoso, vendendo, de forma fraudulenta, bens de “súditos do Eixo” que ainda se encontravam sob sua administração. Foi o único condenado, em novo processo. Chamava-se Ernani Baumann, filho de um casal imigrado da Alemanha.

10) O Senhor Subprocurador afirma que, a partir dos termos de minha carta à então Senhora procuradora-chefe do MPF-RS, não detectou “nenhuma falta disciplinar” cometida pelo então procurador em Lajeado.

A respeito desse ponto, tenho a declarar: a) em NENHUM momento insinuei e, muito menos, afirmei isso; b) a carta foi escrita para a então procuradora-chefe do MPF-RS, da qual eu tinha o direito de pressupor que estivesse a par dos acontecimentos, liberando-me, por isso, de entrar em detalhes; ELA enviou essa carta para sua (Subprocurador da República) apreciação – sem meu conhecimento; o Senhor, por sua vez, deu chance de defesa ao então procurador em Lajeado, mas não deu chance a mim para precisar minhas restrições às declarações e aos atos dele, no episódio (de forma que aqui as “partes” não tiveram a mesma chance, afetando o princípio da isonomia); c) eu efetivamente utilizei palavras duras em relação a um ato do então procurador em Lajeado; está amplamente documentado em meus comentários, no meu *site*, e também nesta carta, que o próprio

procurador sabia da existência de *indícios fortes* de que as pichações, portanto as maldades, não haviam sido praticadas por integrantes da comunidade de Teutônia; estávamos, portanto, diante de apenas *SUPOSTAS* maldades cometidas por indivíduos integrantes da comunidade de Teutônia; em minha modestíssima opinião, em primeiríssimo lugar, deveria ter sido investigada, a fundo, a *efetiva autoria da maldade, para, caso confirmada* como praticada por integrantes da comunidade de Teutônia, eventualmente convocar técnicos “neutros” para discutir que medidas tomar; MAS, que o então procurador fez?: sem *qualquer* investigação registrada nos autos sobre a autoria efetiva das pichações, convocou uma reunião para a qual convidou, FORMALMENTE, pessoas declaradamente identificadas com instituições de outras “etnias” – imagine-se a situação: para tentar lidar com SUPOSTOS problemas com os “alemães” do vale do Taquari, convidou outras “etnias” para opinar sobre formas para combater as maldades de que os primeiros estavam sendo acusados; mesmo que essa ação tenha sido desencadeada com as mais nobres intenções, e que ela não caracterize qualquer “falta disciplinar”, foi de uma infelicidade atroz! Gostaria de perguntar que o Senhor então procurador em Lajeado responderia a um cidadão afoito do vale do Taquari que o acusasse de ter convidado algumas “boas etnias” para ajudar-lhe a encontrar soluções para lidar com a “má etnia” predominante no referido vale? E, por favor, não me venha com o argumento de que em nenhum momento dessa reunião foi dito que a região é de “colonização germânica” (como o próprio então procurador se expressou) – lá estava presente, como representante de uma determinada “etnia”, uma doutora em História pela USP, minha colega durante muitos anos no Departamento de História de uma das mais importantes universidades brasileiras, de quem o então procurador em Lajeado, obviamente, não podia esperar que não tivesse a mais pálida noção de quem constitui a “etnia” suposta ou efetivamente predominante em Teutônia; e mesmo analfabetos consideram-na uma típica “colônia alemã”.

11) Neste item, é lembrada afirmação de que as declarações do então procurador em Lajeado são claras em evidenciar que apenas um pequeno grupo seria, SUPOSTAMENTE, “neonazista” em Teutônia, e que havia a preocupação em “evitar a estigmatização do restante da população local”.

Frente a essa reiteração, apenas reitero a pergunta: por que o então procurador não deu a mais ampla publicidade ao arquivamento do processo, que, afinal, representou a confissão de que não havia encontrado “neonazistas” na região? Ele escreveu no despacho de arquivamento: “Assim, no que se refere à investigação policial sobre fatos narrados inicialmente, no tocante à disseminação de símbolos nazistas na cidade de Teutônia/RS, ou mesmo a existência de uma célula neonazista no citado Município, tem-se que o inquérito policial concluiu pela sua *INexistência*” (fl. 240b do processo), mas essa informação, em vez de ser, agora sim, trombeteada aos quatro ventos, como forma de ao menos *tentar* recuperar a dignidade do povo de Teutônia, ficou restrita aos arquivos do MPF, e não chegou ao público, permanecendo na memória deste a informação publicamente trombeteada por ocasião da instauração do procedimento.

12) Aqui se afirma que as ações extrajudiciais, isto é, a rigor, a campanha para educar a população do vale do Taquari [não só de Teutônia!], não apresentariam nenhum caráter ilícito, e que teriam visado a combater “ações de intolerância por meio de ações educativas, tal como foi sugerido em parecer técnico [da técnica pericial em Antropologia], que não teria motivos para desconsiderar”.

Começo pelo final: uma leitura atenta do parecer da técnica pericial teria dado motivo a não acatá-lo; e, no geral: por que “combater ações de intolerância” se em todo o processo não há *UMA ÚNICA PROVA* de que tenham ocorrido casos de intolerância na região?

13) Este item diz que seria falsa minha insinuação ou acusação de que outros procuradores teriam sido omissos em relação a meus contatos, nos quais chamei atenção para os problemas de que estamos tratando aqui.

Em relação a esse ponto, peço licença para rememorar o seguinte: a) remeti dois e-mails ao então procurador-chefe apontando problemas, e me oferecendo para detalhá-los pessoalmente, na tentativa de evitar males maiores; ele não me respondeu em ambas as ocasiões; como a imprensa noticiou que Hilary Clinton administrou a política externa dos EUA em parte através de e-mails, creio que o MPF também deve estar aceitando essa forma de comunicação como normal; b) as duas cartas à então procuradora-chefe

foram enviadas impressas em papel, estão vasadas em termos respeitosos, possuem cabeçalho, texto claríssimo, endereço postal e e-mail para contato, assinatura, e, MESMO ASSIM, NENHUMA DELAS foi respondida; aliás, na última formulei de forma CRISTALINA uma pergunta sobre a *forma* que o MPF exige para apreciar uma demanda de um cidadão; mas em vez de a Senhora então procuradora-chefe dar uma resposta direta para mim, enviou essa carta, primeiro, ao atual procurador em Lajeado (que não tem NADA a ver com o caso), depois, ao Senhor Subprocurador, o qual, de alguma maneira, respondeu, mas sobre a FORMA exigida para apreciar uma correspondência não há NENHUMA palavra em sua Decisão nº 73/2015 – HCF (anexa); diante desses fatos todos, posso estar satisfeito com o tratamento recebido por parte das então chefias do MPF-RS?

Caso o Senhor Subprocurador da República se tenha dignado a ler esta minha carta até este ponto, tenho certeza de que se convenceu de que não sou um panfletário “neonazista”, e de que os acontecimentos de Lajeado/Teutônia desencadeados a partir das pichações em agosto de 2010 foram um pouco *mais complexos e problemáticos* do que ele imaginou a partir de minha carta, e da defesa feita pelo então procurador em Lajeado. Tenho certeza de que se terá convencido, agora, de que a atuação de integrantes do MPF-RS em relação ao caso apresenta, no mínimo, repito: no mínimo, alguns *senões*. Espero que ele tenha entendido também que minha intenção ao insistir no assunto SEMPRE foi a de motivar o MPF-RS a fazer uma *reflexão* sobre aquilo que ali ocorreu. Eu NUNCA tive a intenção de exigir a punição de quem quer que seja – esperava apenas que como professor sênior de duas importantes universidades brasileiras (uma delas constando como a mais importante do Brasil, em alguns *rankings*), como pesquisador do assunto em pauta, como cientista social, recebesse uma atenção mínima por parte da chefia do MPF-RS. Se a partir de algum momento minha linguagem ficou mais incisiva, mais “agressiva”, isso se deveu justamente ao fato de que as direções do MPF-RS não me deram retorno. Obviamente, não espero a reabertura do “processo” arquivado pelo Senhor Subprocurador da República, porque NUNCA pensei em “pedir a cabeça” de quem quer que seja. Como cidadão, vi-me moralmente obrigado a comunicar às

chefias do MPF-RS que os atos praticados pelo então procurador em Lajeado poderiam trazer consequências indesejadas.

Recentemente, postei em meu *site* pessoal uma nota intitulada “Mais um alerta aos navegantes!”, que se refere ao caso de um brasileiro de origem alemã que foi perseguido por agentes de Estado durante o Estado Novo (1937-1945). A família reivindicou – em ação judicial desencadeada alguns anos atrás – indenização. O STJ lhe deu ganho de causa, condenando o Estado Brasileiro. Houve recurso ao STF contra essa decisão, mas ele foi negado, confirmando, portanto, a decisão da instância anterior. Na sentença do STJ lê-se que a vítima sofreu “danos morais. Imprescritibilidade. Tortura, racismo e outros vilipêndios à dignidade da pessoa humana”. Não sou jurista, mas tenho certeza de que essa decisão constitui robusta jurisprudência de que se uma pessoa de pele branca como a neve, de olhos verdes, cabelos ruivos, de origem sueca for agredida (física ou moralmente) por causa dessa sua condição, cabe aplicar ao(s) autor(es) da agressão o Art. 20 da Lei 7.716 (com seus desdobramentos), como em qualquer caso de racismo. E tenho certeza também de que a mesma legislação deveria ser aplicada diante de agressões iguais ou semelhantes contra coletividades.

Em minha primeira carta à então procuradora-chefe do MPF-RS, recomendei que, em casos semelhantes, os procuradores moderassem sua “intempestividade”, pois a ocorrência de pichações com símbolos nazistas não significa que foram feitas por “neonazistas”, e que se deva pressupor, *ipso facto*, sua existência nos locais em que elas ocorreram. Nesse sentido, remeto a uma postagem recente em meu *site*, intitulada “É Fantásticooooo!”, onde mostro que o disparadíssimo geográfica e cronologicamente mais amplo episódio de pichações com suásticas, da Segunda Guerra Mundial até hoje, em território gaúcho e brasileiro, teve como autores integrantes da Juventude do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Não sou um sanguinário que estivesse insistindo na imprescritibilidade desses atos, mas espero, sinceramente, que o MPF ainda venha a *refletir* sobre aquilo que aconteceu em Lajeado/Teutônia, e lance, num futuro próximo, uma diretriz – com ampla divulgação na sociedade – informando que, *de agora em diante*, também serão instaurados procedimentos, e, se for o

caso, inquéritos civis públicos, quando houver indícios de agressão a *qualquer* pessoa ou a *qualquer* coletividade em relação a um ou mais dos itens previstos no Art. 20 da citada lei (raça, cor, etnia, religião, procedência nacional).

Atenciosamente.

René Ernaini Gertz